

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**S O B R E C O I S A S , L U G A R E S E P E S S O A S :**  
**Uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil**

Dissertação apresentada  
como requisito parcial  
para obtenção de título  
de Mestre em História.  
Versão revista e  
corrigida após ser  
defendida e aprovada  
em 27 de Julho de  
2005.

Mariana Petry Cabral  
Porto Alegre, 01 de Agosto de 2005.

**Banca Examinadora:**  
Dr. Klaus Hilbert (orientador) – PPGH-PUCRS  
Dr.<sup>a</sup>. Maria Cristina dos Santos – PPGH-PUCRS  
Dr. José Alberione dos Reis – UCS

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## **R E S U M O**

### **Sobre coisas, lugares e pessoas: Uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil**

Palavras-chave: arqueologia interpretativa; arqueologia pós-processual; caçadores coletores; prospecção; interpretação.

Este estudo parte da revisão das arqueologias produzidas sobre os vestígios concretos de grupos caçadores coletores no sul do Brasil, salientando a ausência de correntes pós-processuais nesta produção, para propor uma experimentação interpretativa. Esta, fundamentada na atividade de prospectar, busca aproximar teoria e prática para transformar a atividade de registro de sítios arqueológicos em interpretação da cultura material. Partindo da experiência do corpo no espaço, foi realizada uma prospecção teoricamente embasada em uma pequena área no vale do Rio Maquiné, nordeste do RS. Esta resultou na percepção de lugares que, através de variadas relações, contribuíram na construção de uma interpretação sobre duas formas de habitar a área, dois mundos sobrepostos mas ocupados por grupos distintos. A alteração na prática gerou mudanças significativas dos resultados, apontando para o potencial de estudos voltados à interpretação, mesmo para contextos caçadores coletores.

## **A B S T R A C T**

### **On things, places and people: An interpretative practice at hunter gatherer archaeology from Southern Brazil**

Key-words: interpretative archaeology; post-processual archaeology hunter gatherers; survey; interpretation.

This study proposes an interpretative experimentation and begins from a review of archaeologies working with material remains of hunter gatherers from Southern Brazil, in which is stressed the lack of post-processual approaches. Founded on survey activity, it aims to bring together theory and practice for turning the registering of archaeological sites into interpretation of material culture. A theory-laden survey, based on the experience of the body in the space, was conducted at a small area in Maquine River Valley, Northeastern Rio Grande do Sul State. It resulted in the perception of places, which – through varied relations – contributed to construct an interpretation on two ways of dwelling the area, two superposed worlds occupied by different groups. This change in practice turned to expressive changes in results, showing good potential for interpretative studies, even for hunter gatherers context.

## A G R A D E C I M E N T O S

Ainda que a responsabilidade final seja minha, sem a contribuição bastante diversa de algumas coisas, alguns lugares, e – principalmente – muitas pessoas (que afinal dão sentido às coisas e aos lugares), esta experimentação não passaria de um sonho. Terminada esta dissertação, expressei meu reconhecimento.

No PPGH da PUCRS, um lugar-estaleiro, tive todas as condições para construir o barco que utilizei para fazer esta travessia. Contribuíram de forma efetiva as discussões em aula, em especial dos professores Klaus Hilbert e Maria Cristina dos Santos, permitindo que amadurecesse meu projeto e tomasse coragem para ousar outros caminhos. Os colegas tornaram este ambiente formal da academia em um lugar acolhedor, facilitando – e muito – as tão fundamentais trocas afetivas e intelectuais. Na secretaria, a eterna disposição receptiva da Carla ofereceu suporte em todos momentos necessários, tornando a vida acadêmica mais fácil. E foi também através deste lugar que recebi o apoio financeiro essencial do CNPq – através da concessão de bolsa –, sem o qual certamente não teria sequer iniciado os planos de viagem...

No Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS, meu lugar de origem, encontrei apoio logístico fundamental para equipar meu barco e torná-lo navegável. A figura protetora de Sílvia Moehlecke Copé, coordenadora do Nuparq, não apenas me incentivou durante boa parte da graduação, como seguiu oferecendo abrigo sempre, abrindo caminhos e mostrando que é possível viver da arqueologia. Sem os inúmeros equipamentos que disponibilizou – inclusive a Kombi – a tarefa de colocar o barco na água teria sido muito mais difícil. Foi também neste lugar que conheci muitos colegas arqueólogos que de variadas formas ofereceram contribuições para minha formação, entre eles André Jacobus, que sempre disponibilizou dados e atenção. Com a equipe muito especial do Nuparq, aprendi a fazer arqueologia e viver intensamente em grupo.

Na Barra do Ouro, um lugar mágico e encantador, fiz o barco soltar amarras e sentir o balanço do mar. O carinho da população e sua recepção calorosa e amigável ajudaram a transformar o fazer campo em habitar um mundo, facilitando a inserção que buscava. Neste lugar, trocando dias de férias por caminhadas entre o milharal, contribuíram ativamente os colegas Clarisse Callegari-Jacques, André Proença, José Alberione dos Reis, Gustavo Wagner e João Darcy de Moura Saldanha (companheiro de tantas travessias, passadas e futuras), com quem partilho minha vida. Àqueles que se

dispuseram a escrever diários e entregá-los como documentação de campo, agradeço especialmente. Pelo apoio logístico, fornecendo parte dos víveres que mantiveram a tripulação bem nutrida, agradeço aos meus pais – Marília e Alberto Cabral, à amiga Leonor Bastian, e à querida Zilney de Moura Saldanha (que entre muitas virtudes também é a mãe do João), e que – com sua disposição característica – passou alguns dias conosco em campo, quando – entre uma pescaria e outra – cozinhava nossas refeições e ainda preparava um aperitivo muito especial. Da Barra do Ouro guardarei para sempre lembranças muito especiais.

Finalmente, agradeço carinhosamente a Márcia Braga por sua tenaz revisão de parte deste estudo; ao João pelo companheirismo e tudo o mais; e a todos amigos e familiares por fazerem este lugar tão especial. Porto Alegre será sempre um eterno porto – literalmente – de partida e de retorno, onde encontro a maior parte das pessoas, das coisas e dos lugares que formam meu mundo.

## S U M Á R I O

Introdução:.....	p.07
<b>I: A partida</b> .....	p.12
I.I – Sobre o lugar de enunciação .....	p.13
I.II – Sobre outros enunciados: A produção arqueológica sobre a Tradição Umbu.....	p.18
I.II.I – Arqueologia e discursos: estabelecendo rumos.....	p.18
I.II.II – Um primeiro discurso: A criação da Tradição Umbu.....	p.21
I.II.III – Um segundo discurso: A Tradição Umbu e a arqueologia processual .....	p.26
I.II.IV – Das insatisfações .....	p.32
<b>II: A visão de um porto</b> .....	p.36
II.I – Das influências .....	p.37
II.I.I – Contribuições da Antropologia .....	p.38
II.I.II – Arqueologia como etnografia .....	p.40
II.II – A escolha de um caminho .....	p.43
<b>III: A travessia</b> .....	p.48
III.I – Navegando em águas estranhas.....	p.51
III.I.I – O vale do Rio Maquiné e os planos iniciais de viagem .....	p.51
III.I.II – Ampliando limitações: prospecção entre teoria e prática.....	p.60
III.II – Para praticar a experimentação no vale do Rio Maquiné .....	p.65
III.II.I – Prospectando paisagens na Barra do Ouro, Maquiné.....	p.67
1. Da área piloto .....	p.67
2. Dos procedimentos .....	p.70
<b>IV: Entre tempestades e calmarias</b> .....	p.83
IV.I – Sobre paisagens, coisas e pessoas: construindo mundos na Barra do Ouro .....	p.84
IV.I.I – Interpretando vestígios a partir da experiência de habitar o mundo.....	p.86
1. Lugares a céu aberto .....	p.89
Lugar Perotto .....	p.92
Lugar Reck .....	p.98

Lugar Gambin.....	p.103
Lugar Daltoé.....	p.110
Lugar Antonio .....	p.113
Lugar Nelsir.....	p.117
Lugar Benetti .....	p.119
Lugar Isidoro .....	p.121
Lugar Ligeiro.....	p.126
Lugar Nemias .....	p.128
Lugar Deoclides.....	p.132
Outros lugares .....	p.137
2. Lugares-abrigos .....	p.142
3. Os mundos .....	p.156
IV.II – Terra à vista! Um balanço ao fim da viagem.....	p.166
<b>V: A chegada .....</b>	<b>p.170</b>
<b>VI: Bibliografia .....</b>	<b>p.176</b>

## I N T R O D U Ç Ã O

“A tarefa de amolecer diariamente o tijolo, a tarefa de abrir caminho na massa pegajosa que se proclama mundo, esbarrar cada manhã com o paralelepípedo de nome repugnante, com a satisfação canina, de que tudo esteja em seu lugar, a mesma mulher ao lado, os mesmos sapatos e o mesmo sabor da mesma pasta de dentes, a mesma tristeza das casas em frente, do sujo tabuleiro de janelas de tempo com seu letreiro HOTEL DE BELGIQUE.

Enfiar a cabeça como um touro apático contra a massa transparente em cujo centro bebemos café com leite e abrimos o jornal para saber o que aconteceu em qualquer dos cantos do tijolo de cristal. Resistir a que o ato delicado de girar a maçaneta, esse ato pelo qual tudo poderia se transformar, possa cumprir-se com a fria eficácia de um reflexo cotidiano. Até logo, querida. Passe bem.

Apertar uma colherinha entre os dedos e sentir seu latejar metálico, sua advertência suspeita. Como custa negar uma colherinha, negar uma porta, negar tudo o que o hábito lambe até dar-lhe uma suavidade satisfatória. Quanto mais simples é aceitar a fácil solicitação da colher, usá-la para mexer o café.

E não é mau que as coisas nos encontrem outra vez todo dia e sejam as mesmas. Que a nosso lado esteja a mesma mulher, o mesmo relógio e que o romance aberto em cima da mesa comece a andar outra vez na bicicleta de nossos óculos, por que haveria de ser mau? Mas como um touro triste é preciso baixar a cabeça, do centro do tijolo de cristal empurrar para fora, em direção ao outro tão perto de nós, inacessível como o toureiro tão perto do touro. Castigar os olhos fitando isso que anda no céu e aceita astuciosamente seu nome de nuvem, sua resposta catalogada na memória. Não pense que o telefone vai lhe dar os números que procura. Por que haveria de dá-los? Virá somente o que você tem preparado e resolvido, o triste reflexo de sua esperança, esse macaco que se coça em cima de uma mesa e treme de frio. Quebre a cabeça desse macaco, corra do centro em direção à parede e abra caminho. Oh, como cantam no andar de cima! Há um andar em cima nesta casa onde moram pessoas que não percebem seu andar de baixo, e estamos todos dentro do tijolo de cristal. E se, de repente, uma traça parar pertinho de um lápis e palpita como um fogo cinzento, olhe-a, eu a estou olhando, estou apalpando seu coração pequenino, e ouço-a: essa traça ressoa na pasta de cristal congelado, nem tudo está perdido. Quando abrir a porta e assomar à escada, saberei que lá embaixo começa a rua; não a norma já aceita, não as casas já conhecidas, não o hotel em frente; a rua, a floresta viva onde cada instante pode jogar-se em cima de mim como uma magnólia, onde os rostos vão nascer quando eu os olhar, quando avançar mais um pouco, quando me arreentar todo com os cotovelos e as pestanas e as unhas contra a pasta do tijolo de cristal, e arriscar minha vida enquanto avanço passo a passo para ir comprar o jornal na esquina.”

Júlio Cortazar. 1964. *Historias de Cronopios y de Famas*.

A criação desta dissertação é o resultado, como não poderia deixar de ser, da minha trajetória, não apenas acadêmica. Ainda que nossas convenções continuem a salientar a distância entre o mundo da ciência e o mundo das pessoas, prefiro seguir acreditando que tal divisão é apenas um subterfúgio analítico, uma forma sutil de definir lugares e papéis. É nesse sentido que considero este trabalho a cristalização (ainda que efêmera) de uma ampla gama de influências advindas de inúmeros lugares, alguns distantes – na minha história – inclusive temporalmente da academia, ainda que muitos outros estejam no seu centro.

Porém, sendo este o lugar por excelência do mundo da ciência, sigo ‘as normas já aceitas’. Coloco-me aqui bem ao centro deste grande tijolo de cristal e proponho dissertar sobre a prática científica, dialogando dentro da academia. A liberdade a que me permiti, e que afinal é uma opção aberta a todo aprendiz, foi seguir caminhos que permitissem ao menos ouvir o ressoar do pequenino coração da traça na pasta de cristal congelado. Como todo aprendiz, certamente pequei em acreditar em sonhos, mas satisfaço-me em acreditar que algum movimento, ainda que muito pequeno, foi feito. E talvez seja esta a tal ‘tarefa de amolecer diariamente o tijolo’.

Este trabalho partiu de um interesse prévio em conhecer mais profundamente um vale de rio onde está localizado o sítio arqueológico de onde saiu o material cuja análise serviu-me como iniciação à arqueologia, durante meu primeiro semestre de graduação no curso de História da UFRGS. A partir dele, criou-se em mim uma forte e já longa relação, parte da qual será apresentada neste trabalho. O vale em questão é o do Rio Maquiné, e o sítio é o abrigo-sob-rocha RS-LN-01, de onde saiu o material lítico que originou a Tradição Umbu, definida durante o PRONAPA como uma das duas tradições pré-cerâmicas do sul do país (Miller 1969, 1974; Dias 1994).

Além deste interesse em conhecer com maior detalhamento determinada área, fui também – e principalmente – guiada por uma pequena insatisfação com a forma como a história de grupos nativos de caçadores coletores do sul do Brasil tem sido contada através da arqueologia. Certamente influenciada por um Bacharelado em Comunicação Social, desde minhas primeiras leituras sobre a arqueologia sul-brasileira senti a falta de personagens humanos, de pessoas vivendo suas vidas, enfim, de gente. Lembro do estranhamento inicial com os termos técnicos, da minha dificuldade em tentar achar pessoas por trás de descrições do material arqueológico. E quão desapontada fiquei nas minhas primeiras tentativas de fazer arqueologia com gente dentro, quando descobri que entre discurso e prática pode haver uma grande fenda.

Ainda que nos resumos eu combativamente salientasse o importante papel dos atores sociais produtores do material que analisava, nas comunicações eles simplesmente sumiam, minhas análises não ultrapassavam jamais as interpretações aceitas, as fórmulas conhecidas; a minha arqueologia se limitava aos objetos, à organização tecnológica de conjuntos líticos, que é um objetivo científico inquestionável.

Porém, como aprendiz determinada, comecei a olhar mais longe no horizonte, e buscar mais referências, e conhecer outras arqueologias, outros discursos, outros mundos. A minha insatisfação, fui descobrir, não é nada original. Nem tampouco questão resolvida. Sobre o lugar e o papel dos atores sociais na produção arqueológica o debate é amplo e controverso, tornando os caminhos a serem trilhados talvez um pouco mais árduos, mas certamente também mais enriquecedores, já que não estando ainda as pedras calçadas há mais margens para desvios no trajeto, e assim mais chances de visitar os lugares preferidos.

O que esta dissertação traz, então, é justamente esta busca por pessoas, pelos atores que sistematicamente escaparam pela malha talvez muito aberta que utilizei previamente para estudar seus vestígios concretos. Saliento que esta é uma **busca**, o que não significa que resulte em um **encontro**, ainda que – acredito – aproxime-se dele.

Fazendo uso de metáforas, estruturei este trabalho como uma navegada. Partindo do porto de origem, lugar que conhecemos e de onde queremos sair (apesar de estar tão profundamente marcado em nós que nunca o deixaremos para trás); imaginando um possível porto para o desembarque, lugar onde projetamos todos nossos sonhos (e por isso mesmo dificilmente alcançável); fazendo a travessia, esta sucessão de lugares familiares e lugares estranhos; para finalmente descobrir o óbvio: todo porto de chegada é apenas mais um porto de partida.

No primeiro capítulo, “A partida”, discuto como a arqueologia de caçadores coletores no sul do Brasil tem construído a história desses grupos. Faço uma análise sobre a estruturação dos discursos científicos utilizados por diferentes autores que lidaram com este tema, buscando sempre identificar onde estão (se estão) os atores dessa história (mais correto talvez fosse utilizar o plural: dessas histórias). Preocupada basicamente em compreender como os índios têm sido representados nesta produção arqueológica, procurei entender as linhas de argumentação e a sustentação dos discursos. A minha intenção foi compreender como os outros pesquisadores lidaram com o tema. Busquei identificar onde estava minha insatisfação com o propósito de tentar um outro discurso, diferente.

Foi partindo deste conhecimento sobre o já produzido, dos caminhos que eu **não** queria trilhar, que me direcionei para um porto de chegada. Em “A visão de um porto” procuro apresentar a argumentação de um discurso alternativo, traçando meus rumos e minhas metas. Inicialmente apresento duas visões complementares sobre o papel da dicotomia natureza-cultura na construção de interpretações sobre outros. De um lado, busco na antropologia discussões sobre formas de fugir de visões dicotômicas para produzir conhecimento sobre grupos que não as tinham como eixo de sustentação. Então, seguindo argumentações semelhantes, destaco o trabalho de arqueólogos, sendo notável a aproximação das duas disciplinas. É nesse sentido que surgiu a idéia de entender a arqueologia como uma etnografia do mundo material (Tilley 1996; Thomas & Tilley 1993).

Após salientar essa dupla influência, introduzo que porto é este que estou buscando. Ressalto o problema da aplicação de estudos interpretativos para grupos caçadores coletores dentro dessas linhas apresentadas, destacando, então, os motivos pelos quais considero não apenas viável, como também necessário, romper com os limites pré-estabelecidos e tentar aplicar estas idéias em contextos arqueológicos diversos. A experimentação que proponho é justamente fazer arqueologia interpretativa sobre contextos arqueológicos produzidos por caçadores coletores, testando a possibilidade de construir outras interpretações e, assim, ampliar o debate teórico.

Acertados estes rumos, inicio a jornada. Nos capítulos “A travessia” e “Entre tempestades e calmarias” apresento a experimentação de fato.

Primeiramente, introduzo a área onde trabalhei. Ainda que parta de uma história geo-ambiental, não o faço com o intuito de aproximar as ocupações nativas do mundo natural. A pesquisa árdua para entender a formação geomorfológica do vale do Maquiné e as alterações ambientais ocorridas nos últimos milênios serviu-me para conhecer melhor o lugar onde desenvolvi o trabalho de campo, permitindo reconhecer melhor os inúmeros elementos que o compõe. Ao buscar estabelecer o máximo de relações entre as coisas e os lugares, procurando entender como as pessoas habitaram seus mundos, esse conhecimento produzido pelas ciências naturais ampliou minha capacidade perceptiva, tornando meu olhar sobre o mundo mais aguçado.

Parto, então, para uma discussão fundamental sobre o trabalho de campo, em especial sobre a prospecção arqueológica, que é afinal o que proponho praticar nesta experimentação. Partindo dos limites impostos, busco ampliá-los, tornando também esta parte do trabalho arqueológico uma atividade interpretativa. Saliento o quanto a divisão

entre teoria e prática na nossa disciplina restringe a produção, e proponho justamente aproximá-las no que chamo de uma prospecção teoricamente embasada. Esta é a prática interpretativa, minha alternativa para conseguir – apenas através da prospecção – produzir mais do que dados sobre ‘o que’ e ‘onde’.

Ainda no primeiro capítulo desta jornada, exponho como pratiquei essa prospecção de paisagens. Mostro a área piloto selecionada, com suas dimensões relativamente pequenas para o padrão de trabalhos arqueológicos, e as poucas informações disponíveis sobre vestígios arqueológicos já conhecidos. Exponho os procedimentos de campo, oferecendo o instrumental necessário à compreensão do capítulo seguinte.

No Capítulo IV, então, já em mar aberto, é a hora do barco se mostrar capaz de enfrentar a jornada planejada. A experimentação é relatada, o que ocorre através da apresentação das interpretações, já que estas foram expressivamente construídas em campo. Explico o que são os lugares, destacando sua diferença em relação aos sítios, e apresento cada um deles. Conjuntamente, aponto para as muitas relações percebidas com outros lugares, outras coisas, e outros elementos da paisagem, buscando mostrar como cheguei à construção de dois mundos, duas formas de habitar este lugar, de relacionar-se com ele e de construí-lo. De forma que, no momento de introduzir de fato estes mundos, a base sobre a qual estão sustentados – as relações entre coisas, lugares e paisagem – já fosse conhecida, facilitando sua compreensão e tornando este processo de produção de conhecimento, de construção de interpretações, bem claro.

Para finalizar este capítulo, faço um breve balanço. Neste, aponto para as falhas sentidas e procuro mostrar alternativas. Como um plano para próximas viagens, penso o que deveria ser alterado, indicando que vejo um bom potencial pela frente.

“A chegada”, capítulo conclusivo, é o momento de desembarcar. Como não poderia deixar de sê-lo, retomo os projetos de viagem para averiguar o quanto consegui navegar, e buscar compreender em que porto fui chegar. Diferente do balanço realizado ao fim do capítulo IV, procuro destacar o que deu certo.

Sendo a prática experimentada uma junção de idéias alternativas, procurando por outros caminhos para fazer arqueologia, analiso as escolhas que tomei ao longo da travessia e no que elas resultaram de diferente em relação a outras práticas. Assim, ainda que satisfeita por chegar ao porto sobre um barco que ainda flutua, sinto o retorno à terra firme como apenas mais um começo.

Apresentada esta jornada, desejo uma boa viagem.

## I - A P A R T I D A

Para iniciar esta jornada é preciso antes conhecer o local de partida.

Tornar este local explícito vai de encontro com duas questões importantes sobre meu entendimento a respeito do que é o conhecimento arqueológico. A primeira refere-se ao papel do pesquisador, e a segunda ao ambiente em que está inserido, incluindo a produção arqueológica prévia. Ao entender que arqueologia não é apenas uma teoria, uma forma de ver o mundo, mas é também uma prática, uma forma de agir no mundo, me aproximo de discussões que têm sido levantadas na disciplina ao menos desde a década de 1980.

O conhecimento arqueológico, assim como o conhecimento científico em geral, será tratado aqui como o resultado de práticas sociais, no sentido que não é algo dado, que esteja pronto em algum lugar à espera de ser descoberto. Ao contrário, é algo produzido, construído por pessoas dentro da sociedade. Sendo assim, será sempre um conhecimento relativo<sup>1</sup> a quem o produziu, sempre emaranhado pelas escolhas subjetivas de seus autores, jamais neutro, imparcial ou isento. É nesse sentido que qualquer clamado por ausência de teoria torna-se inalcançável. Daí a afirmação de que “uma arqueologia apolítica é um perigoso mito acadêmico” (Tilley 1989: 110), já que apenas encobre uma situação incontornável.

Como uma produção social, este conhecimento carrega as marcas não apenas de seu autor, mas também as do contexto em que está inserido. É sobre estas duas situações de inserção do pesquisador que se trata este capítulo.

Primeiramente apresento o meu lugar de autora, de onde estou olhando<sup>2</sup>. Discuto minha compreensão sobre o que é o fazer arqueológico, inserindo as idéias de alguns autores sobre as quais me sustento. Este é o momento para mostrar não apenas quem sou, como autora, mas também onde estou, como agente na sociedade. Em um segundo momento parto para a apresentação de um outro contexto.

---

<sup>1</sup> A referência aqui é claramente ao artigo “O nativo relativo”, de Eduardo Viveiros de Castro (2002).

<sup>2</sup> Essa preocupação em explicitar lugares e conceitos vai de encontro com a discussão de Reis (2003) sobre a inserção de teoria na produção arqueológica brasileira, na qual salienta que “o não explicitar conceitos é a fragilidade teórica fundamental da atual discursividade na produção acadêmica da Arqueologia brasileira” (p.344).

Salientando que a produção de conhecimento jamais parte de uma *tabula rasa*, me debruço sobre o conhecimento arqueológico já produzido sobre o meu objeto de pesquisa inicial, os grupos humanos produtores do material arqueológico identificado como Tradição Umbu. Identificando duas grandes linhas teóricas que nortearam as pesquisas até o momento (a histórico-cultural introduzida principalmente através do PRONAPA, e a processual desenvolvida mais recentemente), busquei nesse levantamento menos uma apresentação do estado da arte do que uma problematização sobre a forma como o conhecimento foi produzido por cada uma dessas linhas. Ao colocar-me em um outro lugar teórico, em que o caráter construído e repleto de interesses do conhecimento é explicitamente defendido, tornou-se necessário explicitar minhas leituras sobre esses dois grandes discursos. Até porque a experimentação que proponho a partir deste outro lugar origina-se da minha relação com essas produções. Ou seja, a minha produção só é possível porque outros construíram suas explicações antes. Saliento isto como um débito em relação àqueles que me precederam.

Por fim, baseada justamente sobre este conhecimento já produzido, destaco minhas insatisfações, justificando o motivo para partir em direção a outro porto, para navegar por águas ainda estranhas para mim.

## **I . I – S O B R E O L U G A R D E E N U N C I A Ç Ã O**

Ainda que a arqueologia como disciplina científica tenha uma origem que possa datar do século XIX, quando as ciências sociais em geral ascenderam ao patamar de Ciência seguindo modelos já em uso dentro das ciências naturais, uma preocupação com a discussão sobre teoria é relativamente recente. Tal situação de forma alguma diminui o papel e o lugar da disciplina dentro deste amplo conjunto que forma a ciência moderna, afinal é justamente o resultado de contínuas tentativas de moldá-la ao ideal de cientificidade então defendido. Ou seja, o que pode parecer um atraso, uma preocupação tardia, nada mais é do que uma característica, uma fundamentação mesmo para legitimar um conhecimento inevitavelmente subjetivo e ambíguo como neutro e objetivo.

É interessante, porém, que foi também este mesmo desejo de controlar a subjetividade, de reforçar o caráter objetivo da produção arqueológica, que acabou por

introduzir posteriormente profundas discussões teóricas na disciplina. Quando, a partir da década de 1960, a Nova Arqueologia começa a ganhar espaço para tornar-se “a arqueologia de todo o mundo” (Leone 1971, apud Wylie 2002: 57), a principal novidade, e aquela que transformaria a prática da disciplina, foi a introdução de debates e discussões “dentro de toda uma comunidade de estudiosos [sobre] o que a arqueologia poderia ser, o que ela poderia e não poderia fazer, como o passado seria conceituado e se seu conhecimento objetivo era possível e de que forma” (Shanks & Tilley 1992: 30).

Ainda que o motivo para essa mudança não seja consensual, Shanks & Tilley (1992: 31) salientam a relação desse momento com um aumento da importância da ciência e da tecnologia na sociedade como um todo, o que enfatizava certo idealismo em relação à possibilidade de produzir ciência de forma absolutamente objetiva. Desta forma, ainda que a arqueologia tradicional tivesse sua origem acadêmica dentro do modelo de ciência dura, na década de 1960 seus procedimentos técnicos estavam longe de serem enquadrados como claros e objetivos. Daí a afirmação de David Clarke (1973) sobre a “perda de inocência” da disciplina, situando o movimento da Nova Arqueologia como um caminho de amadurecimento teórico-metodológico.

Porém, a partir da década de 1980, esse debate teórico ganha uma outra dimensão. Se alguns anos antes os novos arqueólogos haviam criticado a arqueologia histórico-cultural pela “inocência” da sua produção, pouco crítica quanto à especificação de métodos e teorias, as últimas décadas do século XX viram as críticas voltarem-se à Nova Arqueologia. No entanto, não foi a inocência na crença de uma produção científica neutra e imparcial que foi salientada, e sim os interesses políticos para sua defesa.

Essa crítica começou a introduzir na arqueologia discussões que já surgiam em outras áreas da ciência, e que salientavam a impossibilidade da dissociação sujeito-objeto<sup>3</sup>. E é justamente devido a esta postura que a busca pela objetividade, neutralidade, imparcialidade, da Nova Arqueologia foi vista como um posicionamento político, e não um mero desenrolar natural do progresso da ciência. Ao entender que o conhecimento é produzido por sujeitos, que não é algo dado, à espera de ser descoberto, tornou-se bastante

---

<sup>3</sup> Sobre as discussões oriundas da Física que acabaram por transcender “a visão cartesiana mecanicista do mundo” através das pesquisas com átomos, ver Capra (1982). Uma síntese breve sobre o desenvolvimento do debate sujeito-objeto nas ciências como um todo pode ser encontrada em Santos (1988). Um ensaio provocativo que discute o emaranhado sujeito-objeto questionando a própria modernidade na sua incapacidade de mantê-los afastados encontra-se em Latour (1994).

evidente que as escolhas teóricas dos pesquisadores também não eram gratuitas, eram simplesmente isto: ESCOLHAS. E foi neste sentido que a crítica, inicialmente chamada de pós-processual<sup>4</sup>, apontou para interesses subjacentes ao discurso processual, tais como prestígio e poder da disciplina (Shanks & Tilley 1992), legitimação da pesquisa (Wylie 2002), manutenção do *status quo* através da naturalização do presente (Tilley 1989).

Essa inserção do sujeito-pesquisador nos resultados trouxe, no meu entender, um dos principais componentes da discussão teórica contemporânea. Assim como o Pequeno Príncipe, nos tornamos eternamente responsáveis por tudo aquilo que cativamos, inclusive nossa produção. Ao salientar a responsabilidade do pesquisador sobre o conhecimento que ele, através de suas pesquisas, oferece à sociedade, não se está apenas exigindo clareza dos procedimentos e seriedade. Exige-se também a consciência de que sua produção é do presente, é para o presente. É nesse sentido que a arqueologia é vista como uma prática social fortemente atrelada aos contextos sócio-políticos em que está inserida (entre outros, Wylie 1989; Tilley 1989; Shanks & Tilley 1987; Shanks & Tilley 1992; Hodder 1992).

Tal posição origina-se da própria compreensão que o conhecimento produzido não pode ser uma cópia daquilo que aconteceu no passado. “Reproduzir o passado ‘como ele era’, reviver o passado como um reflexo é produzir uma imagem que esconde o presente observador” (Shanks & Tilley 1992: 16). E, como já salientei anteriormente, esta separação entre sujeito-objeto não é considerada aqui como uma saída possível, simplesmente porque eles não são entendidos como entidades isoladas, mas sim relacionais, e sua separação significaria, então, o rompimento da própria relação que os define.

É através do fazer arqueológico, da sua prática, que os objetos são constituídos (Shanks & Tilley 1992: 23). Isto não significa a descrença na materialidade dos vestígios arqueológicos, como se eles não fossem de fato encontrados no meio da terra. Porém, é apenas o reconhecimento do arqueólogo de que aquele vestígio tem relevância que o

---

<sup>4</sup> Essa alteração posterior de rótulo é explicada por Shanks & Hodder (1995: 5): “O rótulo ‘pós-processual’ não diz nada sobre aquilo pelo que se posiciona, a não ser uma posição relativa a respeito da arqueologia processual. Se nós formos usar interpretação como um epíteto, arqueologias interpretativas pode ser usado como um rótulo mais positivo, talvez, por muitos dos enfoques que têm sido chamados de pós-processual. Estas são arqueologias (o plural é importante [...]) que trabalham através da interpretação. E nós esperamos que se tornará claro que uma consideração cuidadosa de interpretação acarreta o abandono das caricaturas de ciência versus relativismo, generalização versus particularismo histórico, e o passado objetivo versus o presente subjetivo”.

constitui de fato (Thomas 1996: 63). E não são apenas os objetos materiais que são constituídos na prática arqueológica, também o são os objetos intelectuais. Os problemas de pesquisa, as temáticas de projetos, as afirmações feitas, também não existem em algum lugar fora da prática (Tilley 1990: 298-300). O divórcio entre teoria e prática é apenas mais uma ferramenta do ideal positivista de compartimentação do mundo (Shanks & Tilley 1992: 33). Como ressaltado por Hodder: “Nossas práticas necessariamente sempre empregam generalidades de forma a fazer sentido sobre o que nós encontramos e fazemos. O que medimos e como medimos são questões teóricas” (1992: 5).

Desta forma, pensar a arqueologia como uma prática social envolve pensá-la inserida na sociedade, como o resultado da ação de agentes sociais (Shanks & Tilley 1992: 116). E é esta inserção fundamental dos sujeitos na vida social que traz para o debate contemporâneo da arqueologia o interesse sobre o contexto sócio-político. Afinal,

“o que parece verdadeiro para uma comunidade de pesquisadores (ou, melhor dizendo, quais métodos ou critérios eles aceitam como uma medida de verdade) depende fundamentalmente sobre quais fins a aquisição de conhecimento tem a intenção de servir, e sobre a tradição de prática que se desenvolveu para realizar estes fins em um contexto particular.(...) Segue disso que a ciência (de fato, todas as formas de investigação e reivindicados de conhecimento) deve ser entendida como *constituída*, não apenas moldada ou influenciada ou interferida, por seu contexto social, político.” (Wylie 1989: 94).

É justamente por considerar a importância desta inserção do sujeito na pesquisa que me esforço em introduzir o lugar de onde enuncio esta dissertação. O meu olhar sobre antigas ocupações indígenas no vale do Rio Maquiné não é nada imparcial. A escolha em falar de ocupações indígenas (e não dos vestígios materiais, do patrimônio arqueológico, de tradições ou sistemas) é claramente posicionada, realça um interesse em criar explicações sobre a cultura material dessa área que envolvam as pessoas que a manipularam. A arqueologia que busco fazer não estuda a cultura material; estuda as pessoas, através da cultura material.

Ao situar-me dentro dessa corrente, ampla e heterogênea, que tem sido chamada mais recentemente de “arqueologias interpretativas”<sup>5</sup> estou assumindo os direitos e seus

---

<sup>5</sup> Na nota anterior apresento a justificativa de Shanks & Hodder (1995) sobre a mudança do termo pós-processual. Ainda que hoje essa alteração não tenha sido totalmente incorporada, utilizo a expressão ‘arqueologias interpretativas’ por considerá-la mais explicativa, uma vez que expressa aquela que tem sido

riscos. A posição bastante crítica sobre outras formas de fazer arqueologia, que tem sido mostrada por pesquisadores desta linha, exige a contrapartida da auto-crítica. Esta é uma tarefa certamente árdua e complicada, tanto pelo problema da proximidade da produção quanto, e majoritariamente, pela própria dificuldade de aguçar o olhar sobre nós mesmos. Portanto, exponho: a quais interesses me alinho?

Além, obviamente, de uma satisfação pessoal (e indispensável!), fui guiada também por um entendimento desta discussão na disciplina como uma forma de questionamento sobre a hegemonia do pensamento branco, masculino, ocidental nas nossas sociedades. Nesse sentido, salientar o papel do pesquisador não é uma auto-indulgência, “eu faço isto porque vivo neste contexto”. Ao contrário, é salientar o papel ativo desse sujeito, que não apenas escava, coleta e monta o quebra-cabeça. O pesquisador escreve, ou seja, transforma. Articula coisas e idéias, matérias e essências, presente e passado, em um discurso. E é este discurso, a produção arqueológica, que tem o poder de questionar ou naturalizar o presente. É nesse sentido que Shanks & Hodder afirmam: “o passado deve tornar-se a base para uma crítica do presente, de modo que suas formas e significados possam desfamiliarizar e atirar na contingência o que é tomado no presente como sendo natural ou imutável” (Shanks & Hodder 1995: 22). Este parece ser o “poder libertador” da nossa disciplina (Lima 2002:17), capaz de, através das coisas e das pessoas do passado, transformar o presente.

É claramente um interesse em questionar o ideal moderno de progresso linear, em que nossa forma de entender o mundo acaba sendo vista como a única, ou a melhor. Trabalhar com populações indígenas ameríndias, nesse aspecto, potencializa esse questionamento, já que a única certeza sobre elas é que suas explicações são outras, o seu mundo não é o nosso. Desta forma, esforço-me, senão para saber que outro mundo é este (ou são estes), ao menos para saber o quanto destes outros mundos é meu.

O que busquei apresentar até aqui são apenas os fundamentos mais básicos da minha posição teórica na escrita desta dissertação. Salientei a importância do papel do pesquisador como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, buscando ressaltar que a arqueologia é uma prática social justamente porque ocorre dentro da

---

salientada como sua principal característica: conhecer é interpretar (entre outros, Tilley 1989b; Tilley 1993; Thomas 1996).

sociedade, é uma forma de agir no mundo. Conseqüentemente, todo o contexto sócio-político em que se situa este sujeito-pesquisador pesa sobre o resultado da pesquisa, que portanto jamais será neutro e imparcial.

Este lugar de enunciação, porém, é apenas uma das frações necessárias para compreender a rota que vou seguir. Para conhecer melhor este porto de partida torna-se fundamental também conhecer outros enunciados sobre o tema, afinal é a partir deles que construí o meu caminho.

## **I . I I - S O B R E O U T R O S E N U N C I A D O S : A P R O D U Ç Ã O A R Q U E O L Ó G I C A S O B R E A T R A D I Ç Ã O U M B U**

### **I . I I . I - A R Q U E O L O G I A E D I S C U R S O S : E S T A B E L E C E N D O O S R U M O S**

Quando salientava que o arqueólogo tem um papel ativo como produtor de conhecimento, responsável por suas escolhas nesse processo de construção do passado, busquei explicitar como essa tarefa não é automática, não se faz sozinha. Ao contrário, a construção do conhecimento arqueológico é um processo de transformação de coisas em palavras.

A relação entre as coisas e o texto, portanto, é mediada pelo sujeito-arqueólogo, que no processo de construção desse conhecimento está deliberadamente dando valores, significados, às coisas e a seu texto. Nesse sentido, toda a atividade do arqueólogo, do projeto de pesquisa, ao trabalho de campo, análises de laboratório, escrita do texto, é interpretativa, afinal “existem sempre escolhas e julgamentos sendo feitos mesmo nas mais mundanas ou aparentemente empíricas atividades” (Shanks & Hodder 1995: 8).

Se a tarefa do arqueólogo exige, portanto, transformar coisas em textos, a forma como estes textos são construídos é certamente um elemento importante da disciplina. Daí

advém o interesse crescente na escrita da arqueologia<sup>6</sup>. Tal interesse fez com que a produção arqueológica seja analisada não pelas verdades ou hipóteses empiricamente testadas. Ao entender que a escrita da arqueologia não é apenas um meio para divulgar resultados de pesquisa, mas é também a própria construção desses resultados, tornou-se importante entender como essa construção é feita.

Assim como a pintura do cachimbo de René Magritte, essa discussão contemporânea sobre a produção arqueológica enfatiza a lacuna que existe entre a linguagem e o mundo: “o significado vem da sintaxe e não através de uma relação transparente da linguagem para o mundo” (Tilley 1990: 282). “Isto não é um cachimbo” é a mesma afirmação que ficou evidente na escrita da arqueologia: “isto não é um artefato”, ou ainda “isto não é o passado”.

Ao analisar a produção arqueológica sob esta ótica, ficou claro seu caráter discursivo. Apesar do ato de interpretar estar aberto a uma infinidade de significados, a produção arqueológica acaba sempre limitada a alguns poucos, então entendidos como válidos (Tilley 1990: 336). Para cada contexto de produção, há apenas uma série limitada de afirmações possíveis, e estas limitações evidenciam a existência de um discurso.

Através de aproximações às idéias de Michel Foucault, as análises de discurso na arqueologia contemporânea têm demonstrado a importância de entender como objetos, afirmações e problemas são forjados pelos arqueólogos (Tilley 1990; Tilley 1993; Thomas 1993; Thomas 1996). Rompendo com a noção de uma historiografia voltada para uma “História das Idéias”, em que “essencialmente sistemas estáticos de idéias sobre o passado são vistos como periodicamente sendo rompidos e suplantados por novas inovações tecnológicas, novas evidências ou novas teorias” (Thomas 1993: 357), o trabalho de Foucault trouxe para a arqueologia a consciência de que “nossos próprios modos de pensamento não são menos arbitrários que aqueles do passado, e a tarefa é revelar os últimos como sistemas que funcionam por direito próprio, ao invés de versões menos perfeitas do pensamento dos dias modernos” (idem: 359). Nesse sentido, olhar a produção prévia torna-se um exercício de reflexão sobre os modos de pensar a arqueologia.

---

<sup>6</sup> Sobre a escrita de campo, ver Hodder (1992b, 1997); Andrews et al (2000). Sobre a escrita em arqueologia em geral, ver Tilley (1993); Thomas (1993, 1996); Shanks & McGuire (1996); Carman (1995).

Essa compreensão da arqueologia como discurso, “como um conjunto de afirmações dispersas, códigos e regras que ativamente formam os objetos dos quais ela fala” (Tilley 1990: 335), implica, portanto, em uma compreensão da cultura material como também construída pelos autores que a enunciam. Sendo este um processo interpretativo, em que são feitas escolhas e dados valores, é interessante pensar por que dentro de contextos específicos de produção certas escolhas e certos valores são destacados em detrimento de outros. O que, afinal, limita essas interpretações?

Esta talvez seja justamente a questão que direciona os estudos sobre discursos. Segundo Tilley (1993: 7; 1990: 306), as interpretações do passado estão menos presas nos objetos que estudam do que nas estratégias interpretativas em uso e na comunidade mais ampla que de fato lhes dá validade. Sendo assim, torna-se mais produtivo problematizar a forma como os objetos, as afirmações, os conceitos foram construídos e utilizados por outros discursos arqueológicos do que tentar retirar deles verdades, dados consolidados, sobre os quais seja possível seguir na trajetória rumo ao conhecimento puro.

É nesse sentido que busquei olhar para a produção arqueológica sobre a Tradição Umbu. Justamente por não acreditar no progresso linear, no desenvolvimento progressivo da ciência e da sociedade, busquei fugir de um levantamento bibliográfico que expressasse as mudanças ocorridas na forma de fazer esta arqueologia como avanços para o conhecimento. Diferentemente, tentei identificar nos discursos quais eram as estratégias interpretativas consideradas válidas pela comunidade em cada momento, procurando expor “que tipo de evidências são levadas em conta; o que conta como fatos relevantes; o que conta como contra-evidências relevantes; a maneira em que as evidências são articuladas no discurso; os tipos de conclusões que podem ser alcançadas ou são aceitáveis” (Tilley 1993: 7).

Ao propor este tipo de revisão bibliográfica, próxima a uma “arqueologia da arqueologia” nos termos de Michel Foucault (Tilley 1990; Thomas 1993), tive a intenção de clarificar as formas como a cultura material – especificamente aquela identificada como Tradição Umbu – tem sido conceitualizada e articulada nos discursos. Seguindo a afirmativa de Thomas de que as “formas de pensar sobre os objetos tendem a trazer com elas modelos sociais implícitos” (1996: 141), problematizá-las é também uma forma de buscar outras interpretações, já que ao explicitar o implícito acaba-se por questionar o

próprio inquestionável: os objetos de conhecimento então construídos. Como salientado por Tilley:

“Uma vez que a arqueologia forjou seus próprios objetos de conhecimento (...), eles rapidamente são confundidos com a realidade. De fato, eles tornam-se a realidade que tanto permite quanto bloqueia futuros discursos. Analisar tais conceitos na forma como eles ocorrem nos textos aumenta a consciência disciplinar e potencialmente nos liberta da sua tirania constitutiva”. (1993: 17)

O que proponho, portanto, neste momento, é entender o que a Tradição Umbu significa dentro de um discurso histórico-cultural e de um discurso processual. Como em cada um destes momentos interpretativos a cultura material foi entendida, quais aspectos foram considerados relevantes, quais afirmações foram feitas. É justamente por acreditar que os objetos do conhecimento acabam confundidos com a realidade que faço essa dissecação nestas estruturas discursivas, menos para separar objetos e sujeitos do que para abrir caminhos para outras formas de pensar esta cultura material. Nem mais amplas, nem menos arbitrárias. Apenas diferentes.

### I . I I . I I – U M P R I M E I R O D I S C U R S O : A C R I A Ç ã O D A T R A D I Ç ã O U M B U

Há aproximadamente 40 anos, a arqueologia do sul do Brasil conheceu um elemento que iria, pouco a pouco, mostrar-se presente em largas porções do território por uma grande amplitude temporal. Quando Eurico Theófilo Miller, pesquisador posteriormente associado ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), escavou no início da década de 1960 um abrigo-sob-rocha próximo ao rio Maquiné, então localidade do município de Osório, e encontrou pontas de flechas lascadas<sup>7</sup> (Miller 1969), tinha início também a história de um objeto de conhecimento que ainda hoje perpassa pelos discursos dos arqueólogos, a chamada Tradição Umbu. Esta tradição<sup>8</sup> foi definida a partir

---

<sup>7</sup> Schmitz(1958) já havia encontrado pontas de flecha lascadas anos antes, em sítios litorâneos, porém associadas com cerâmica guarani. Na época, sem a formalização das tradições, tal associação não foi questionada.

<sup>8</sup> As definições de ‘tradição’ e ‘fase’ não foram, dentro da arqueologia histórico-cultural no sul do Brasil, muito discutidas. Segundo Dias, “apesar de sua importância central na caracterização dos quadros culturais identificados pelo PRONAPA, a única definição formal destes conceitos é encontrada na **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica** (CHYMZ, 1966 e 1976)” (1994: 24). Nesta, ‘tradição’ refere-se a um “grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal” (Chmyz 1966: 20), sendo

da fase de mesmo nome identificada para o abrigo RS-LN-01, no vale do Maquiné (Miller 1969, 1974; Dias 1994), e tem como característica diagnóstica a presença das pontas de flecha líticas (distinguindo-se assim da outra tradição pré-cerâmica no RS, a Humaitá).

Para compreender melhor a origem dessa terminologia, que caracteriza de maneira bastante forte o discurso histórico-cultural, é necessário destacar o papel do PRONAPA<sup>9</sup>. Coordenado pelo casal de arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, o PRONAPA “pretendia promover durante os anos 1965-1971 prospecções e testes (pequenas escavações rápidas) visando elaborar, sem demora, um quadro geral das culturas brasileiras” (Prous 1992: 16).

Meggers e Evans introduziram no Brasil uma arqueologia que tinha como principais objetivos o estabelecimento de cronologias e a descrição do desenvolvimento cultural em cada área. Este enfoque histórico-cultural teve origem na Europa no final do século XIX, com uma preocupação em buscar estabelecer relações espaço-temporais entre as inúmeras coleções já depositadas em museus (Dias 1994: 26). Da comparação entre os materiais arqueológicos eram identificadas semelhanças e diferenças, explicadas, então, através de processos de migração e difusão. (Trigger 1992: 155). Na sua versão brasileira, os conceitos-chave para a organização deste grande quadro de distribuição das culturas nativas foram justamente as fases e as tradições.

Esta é matriz de onde surge, então, a Tradição Umbu. Para buscar identificar a estratégia interpretativa que rege a construção desse objeto, volto-me agora para o modelo de sociedade e de ser humano que está implícito nesse discurso.

Antes do estabelecimento do PRONAPA, Meggers e Evans haviam pesquisado na Amazônia, onde já aplicavam o instrumental teórico-metodológico que iriam disseminar para o resto do país com o Programa (Meggers & Evans 1957). Neste interesse em elaborar esquemas da distribuição espaço-temporal das culturas havia um forte componente da ecologia cultural de Julian Steward e seu conseqüente determinismo geográfico. De fato, as referências de Meggers & Evans (1957) ao *Handbook of South American Indians*, de 1948,

---

formada pelo conjunto de fases, definidas como “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios” (id.: 14). Em Dias (1994) encontra-se uma ampla crítica sobre a utilização das fases e tradições pelos pesquisadores na arqueologia do sul do Brasil, e em especial no que se refere à Tradição Umbu.

<sup>9</sup> Uma ampla revisão crítica sobre a instauração do PRONAPA no Brasil encontra-se em Dias (1994).

são usadas para justificar suas interpretações sobre o registro arqueológico, ou seja, que na Amazônia pré-colonial as condições ambientais determinaram as formas culturais<sup>10</sup>.

É interessante ressaltar que as idéias de Julian Steward, difundidas na década de 1950, surgiram como uma alternativa à história cultural para explicar a mudança cultural, fugindo do trinômio migração-difusão-invenção para buscar “aspectos culturais e sociais” (O’Brien et al 2005: 27). O evolucionismo cultural de Steward, associado ao de Leslie White, tornou-se uma parte importante da constituição da arqueologia processual na década de 1960 (id.: 20). O contato de Meggers com essas idéias sugere uma maior proximidade com a arqueologia processual do que alguns processualistas gostariam de aceitar, mas é certo que sua prática arqueológica continuou reafirmando a construção de quadros espaço-temporais em detrimento da compreensão de porquê eles apareciam daquela maneira (id.: 27), uma problemática que só a partir da arqueologia processual seria enfrentada.

Observando a forma como Meggers e Evans aplicaram no Brasil as relações entre potencial produtivo do ambiente e o nível de desenvolvimento cultural dos grupos, algumas noções sobre o caráter das populações ameríndias que eram descritas por estes pesquisadores ficam, então, evidentes: são grupos passivos às forças da natureza, incapazes de ultrapassar limitações ambientais. Além disso, um outro traço importante que pode ser vislumbrado nestas pesquisas originais de Meggers e Evans é a estagnação. Os grupos pretéritos foram descritos através da “projeção etnográfica” (Viveiros de Castro 2002b), como se o presente ainda fosse um espelho do passado, ou ainda pior, como se entre passado e presente nada de significativo houvesse ocorrido. De fato, a ligação estabelecida entre ambiente e cultura por Meggers e Evans para a Amazônia pressupunha uma consistência geral básica, tanto pelas potencialidades e limitações do ambiente serem consideradas similares ao longo do tempo, quanto pelas atuais culturas de Floresta Tropical apresentarem grande uniformidade nas suas características gerais (Meggers & Evans 1957: 15). Assim,

“[quando] defrontada com a sofisticação das culturas que deixaram os vestígios cerâmicos do baixo Amazonas – e com as descrições dos primeiros cronistas sobre as sociedades que encontraram na várzea deste rio –, Meggers procurou salvar a teoria de que a região não poderia sustentar (e sobretudo gerar) formações sociopolíticas estratificadas e complexas, atribuindo tais registros

---

<sup>10</sup> Para uma discussão mais ampla sobre a questão amazônica, a partir de um viés antropológico, ver Viveiros de Castro 2002b.

arqueológicos a uma influência ou mesmo a uma migração andina” (Viveiros de Castro 2002b: 328).

Fica claro, com este exemplo, a força do determinismo ambiental no discurso histórico-cultural. De fato, justamente por sustentar-se nesse determinismo e no evolucionismo que lhe complementa, o planejamento elaborado por Meggers e Evans, quando da criação do PRONAPA, previa encontrar apenas sítios arqueológicos “pequenos e pouco profundos (com exceção dos sambaquis), com estratigrafia natural limitada e sem restos arquitetônicos” (Evans & Meggers 1965: VII apud Dias 1994: 17). Assim, quando o programa é instalado e os pesquisadores brasileiros são envolvidos, a simplicidade do registro arqueológico já está afirmada, e com ela muito das limitações explicativas da arqueologia histórico-cultural no país.

Então, quando na década de 1970 é definida a Tradição Umbu, ela já carrega essa herança. Tendo por objetivo identificar o onde-quem-quando de cada cultura presente no país, essa corrente histórico-cultural deixou de lado um elemento que com a arqueologia processual tornar-se-ia bastante importante, o ‘como’. Sua ausência neste momento, porém, não é sentida.

Isto fica bastante claro na publicação dos resultados preliminares das escavações no abrigo RS-LN-01 (Miller 1969). Ainda que Eurico Miller tenha escavado mais de 120m<sup>2</sup> deste abrigo, evidenciando amplas áreas, todos seus esforços estão voltados para o estabelecimento de períodos de ocupação, buscando identificar diferenças entre eles. O máximo de referência aos usos do espaço pelos antigos ocupantes está em breves descrições de fogueiras e na constatação de que os vestígios encontram-se “principalmente contra a parede de fundo” (Miller 1969: 57). Observação que o autor desenvolve um pouco mais ao publicar uma síntese das pesquisas em abrigos no nordeste do Rio Grande do Sul: “A grande quantidade de resíduos culturais na porção de encontro à parede de fundo dos abrigos sugere recintos que eram habitações-oficinas” (Miller 1974: 15).

Isto expressa a relevância dada a diferentes evidências. Sendo este um discurso preocupado em ordenar as culturas dentro de um esquema espaço-tempo, as evidências relativas à cronologia são muito mais importantes, havendo um claro predomínio da diacronia sobre a sincronia. Nesse sentido, a ênfase dada à escavação de poços-teste em detrimento de áreas amplas, que guiou os trabalhos arqueológicos alinhados com o

PRONAPA, é sintomática. Naquele momento, para aquele discurso, conhecer o posicionamento temporal de diferentes conjuntos oferecia mais informações do que conhecer como cada conjunto estava disposto.

Nesse sentido, é importante destacar o que afinal significava essa cultura material. O que permite a conjunção de 22 fases, espalhadas pelos três estados do sul do país, em uma tradição pré-cerâmica é a presença de um elemento constante desse conjunto: a ponta de projétil lascada por retoque de pressão. Para exemplificar, a consulta a sínteses sobre as indústrias líticas no sul do Brasil apresenta estas afirmações sobre a Tradição Umbu:

Em Schmitz (1978): “Los implementos característicos son puntas de proyectil” (p.111). Em Ribeiro (1979): “Grupo de zona de campo, sua característica são as pontas-de-projétil pedunculadas, com aletas e lascamento por pressão”(p.479). Em Kern (1982): “O termo Tradição Umbu designa de uma maneira hipotética todos os sítios cujas indústrias são caracterizadas pelas pontas de flecha líticas pedunculadas” (p.266). Em Schmitz (1984): “A tradição Umbu compreende aqueles sítios pré-cerâmicos que têm suas indústrias caracterizadas por pontas de projétil” (p.14).

O que fica visível através destas afirmações é uma compreensão da cultura material (neste caso principalmente de um elemento de conjuntos mais amplos) como um elemento concreto definidor de um grupo cultural. Assim, onde há pontas de flechas nos estados do sul do país comprova-se a presença de um tipo de grupo de caçadores-coletores, havendo um outro grupo que se diferencia pela ausência destas pontas. A cultura material é, neste contexto, “a assinatura material de um grupo real de pessoas” (Thomas 1993: 365). Ela não só afirma a presença de um grupo específico, como também, ao unificar variações como um conjunto fechado – A Tradição Umbu –, ela tende à totalização. A Tradição Umbu pressupõe, assim, a existência da cultura como algo homogêneo, isolado, monolítico. É nesse sentido que estes conceitos histórico-culturais têm sido criticados como nacionalistas, colonialistas e mesmo racistas (Jones 1997: 136; Ucko 1995: 12).

A criação da Tradição Umbu, dentro do discurso histórico-cultural, reforça aquelas idéias de Meggers e Evans (1957) sobre a estagnação, a determinação ambiental e as limitações sociais que caracterizavam os povos nativos americanos. A ênfase na diacronia impedia o desenvolvimento de pesquisas contextuais e reforçava a utilidade da

escavação de poços-teste. Tal situação acabou gerando um círculo vicioso que resultava menos na compreensão da difusão das culturas do que no simples estabelecimento de fases sobre fases.

Ao considerar que culturas podiam ser definidas pela presença de traços específicos, esse discurso elegia elementos que pareciam diferenciar os conjuntos de cultura material. Para a Tradição Umbu, couberam as pontas de flechas líticas. Suas variações representaram ora distância temporal, ora espacial; jamais distância cultural. E quando diferentes traços culturais apareciam associados (i.e. pontas de flecha com cerâmicas) suas assinaturas materiais eram reforçadas, cada uma puxando para um lado. A dificuldade em trabalhar com questões de contato dentro deste discurso não é casual, ela apenas expressa pré-concepções internas. Lembremos que o isolamento cultural também está na base do determinismo ambiental: para cada ambiente uma cultura. Esta é afinal a idéia por trás de afirmações como esta: “[os sítios da Tradição Umbu] são raros nos campos limpos e mais raros ainda dentro da floresta fechada subtropical: nesta se encontra instalada a tradição Humaitá, com um desenvolvimento paralelo” (Schmitz 1984:15). Cada ambiente assemelha-se, aqui, a propriedades territoriais definidas, como se cada grupo vivesse em uma redoma fechada.

O que se vê, então, por trás do objeto de conhecimento ‘Tradição Umbu’ é bem mais do que “um conjunto de elementos ou técnicas”. O termo implica um modelo de ser humano absolutamente passivo. A história que a Tradição Umbu pode contar sobre os grupos indígenas que produziram sua cultura material reforça uma unidade básica dentro de um amplo quadro espaço-temporal. A Tradição Umbu engessa milênios de história, reforçando o “estereótipo tradicional euroamericano que retrata os povos nativos americanos como sendo inerentemente não-progressivos” (Trigger 1980: 662). De certa forma, a classificação nas diversas fases buscava ordenar, e não explicar. Todo e qualquer elemento novo que se adequasse a esse “conjunto de elementos ou técnicas” poderia ser enquadrado dentro deste modelo genérico de caçador coletor da Tradição Umbu. E todos eram determinados pelo ambiente, estagnados no tempo, isolados no espaço.

### I . I I . I I I – U M S E G U N D O D I S C U R S O : A T R A D I Ç Ã O U M B U E A A R Q U E O L Ó G I A P R O C E S S U A L

Nas últimas décadas, ainda que o termo Tradição Umbu continue sendo utilizado, vários pesquisadores demonstraram um interesse em discutir os limites dessa terminologia (Kern 1983/84; Hilbert 1994; Dias 1994; Dias & Hoeltz 1997; Hoeltz 1995; Dias & Hoeltz 2000). Partindo da insuficiência que as categorias ‘tradição’ e ‘fase’ demonstravam em explicar o passado arqueológico, contribuindo para “encobrir aspectos sócio-econômicos” (Dias 1994: 71), e refletindo discussões teóricas mais amplas que ocorriam desde a década de 1970, principalmente no mundo anglo-saxônico, os arqueólogos no sul do Brasil começaram a aplicar novas abordagens teórico-metodológicas<sup>11</sup>.

No caso das tradições líticas, houve inicialmente uma forte ênfase no estudo tecno-tipológico das coleções em museus, que, ao propor “análises minuciosas que envolvem toda a dinâmica do processo de confecção das peças, reconstituindo tanto os gestos técnicos quanto as cadeias operacionais” (Hoeltz 1999: 62), permitiam a comparação entre as coleções, sendo este um primeiro passo no sentido de comprovar a persistência temporal de técnicas e observar a variação cultural (subentendidas nas definições de ‘tradição’ e ‘fase’) (Kern 1983/84: 212).

Contrapondo-se ao discurso histórico-cultural, há uma clara preocupação em explicitar os caminhos seguidos no desenvolvimento das pesquisas. Desta forma, as metodologias de análise do material são apresentadas com bastante minúcia, introduzindo discussões teórico-metodológicas inéditas para a arqueologia de caçadores coletores no sul do Brasil.

O discurso que é construído neste momento sustenta-se fortemente sobre métodos hipotéticos-dedutivos. Ao partir de problemas de pesquisa mais específicos, oriundos da produção arqueológica existente (ao invés da problemática mais ampla do PRONAPA de produzir um quadro geral da ocupação pré-histórica no país), as pesquisas adquirem um perfil diferente. Cada autor define seu problema, limita seu tema, planeja sua abordagem e apresenta uma solução. Cada pesquisa é uma produção acabada, mesmo que

---

<sup>11</sup> Para um balanço resumido desse processo, ver Dias 1999.

indique outros caminhos a serem seguidos. Enfim, ainda que haja objetivos gerais, as pesquisas são guiadas para atingir objetivos específicos.

Vale ressaltar alguns dos pontos principais que foram destacados na arqueologia processual a partir das limitações da arqueologia tradicional, e que caracterizam sucintamente o fazer arqueológico dentro deste discurso. São eles: ênfase na explicação ao invés da descrição; preocupação, derivada da filosofia da ciência (não mais da história), em processo cultural, como ocorriam as mudanças nos sistemas, levando a generalizações; raciocínio dedutivo (não indutivo), levando à formulação de hipóteses e modelos a serem testados; dependência da validação das afirmações sobre testes, e não sobre a autoridade do pesquisador; pesquisas com objetivos específicos (não apenas acúmulo de dados) orientadas por problemas; preferência por dados quantitativos, passíveis de testes estatísticos; e atitude positiva em relação ao potencial dos dados arqueológicos, levando a novos problemas de pesquisa (Renfrew & Bahn 1996: 37). A partir desta lista é possível identificar claramente o desejo de afirmação científica da disciplina, com forte destaque para um modelo de ciência dura, capaz de alcançar a “verdade”, a “realidade” dos fatos através da aplicação racional de testes sobre os dados.

O conhecimento científico, portanto, tinha um caráter positivo, no sentido de ser um conhecimento do passado, logo distanciado de seu observador, aspirante à objetividade e à neutralidade (Shanks & Hodder 1997: 3). Havia um claro otimismo na capacidade das teorias e metodologias científicas em limitar as interpretações a afirmações que pudessem ser testadas empiricamente (Wylie 2002: 58), como se o sujeito pudesse ser cientificamente retirado de sua produção, garantindo assim um conhecimento “verdadeiro”.

As preocupações que vão guiar as abordagens processuais à Tradição Umbu são, portanto, muito diferentes do que foi produzido antes. A inserção de uma quarta partícula interrogativa neste discurso tem importância vital. Além de ‘que’, ‘quando’ e ‘onde’, o ‘como’ expressa interesses até então pouco relevantes. As etapas produtivas das peças (Dias 1994; Hoeltz 1995), a distribuição diferencial dos sítios no espaço (Copé 1985, Dias 2003), o estudo de arqueofaunas (Jacobus 2000; 2005), são aspectos novos introduzidos com este discurso, e que apontam justamente para diferentes questões de ‘como’: como lascaram a pedra? como utilizaram o espaço? como relacionaram-se com animais?

Mudam, portanto, as perguntas. E, com isso, os enfoques processuais à Tradição Umbu transformam também o significado desse objeto, sem no entanto transformar seu nome. A presença ou ausência de pontas de flecha, ainda que estes artefatos continuem sendo um elemento importante, deixa de ser condição *sine qua non*. O conjunto mais amplo das coleções líticas começa a ser considerado relevante (Dias 1994, Hoeltz 1995), buscando “diferenciar ambas as tradições embasados em uma análise mais consistente e criteriosa de suas indústrias líticas, a fim de complementar os dados já existentes e permitir uma definição mais precisa das tradições Umbu e Humaitá” (Hoeltz 1995: 171).

Essa busca por mais precisão, ainda que reforce a crítica sobre a inconsistência das fases e tradições dentro do discurso histórico-cultural, expressa uma continuidade entre os dois discursos que jamais é explicitada. O interesse em encontrar critérios claros que separem as coleções arqueológicas em uma ou outra tradição reitera uma compreensão da cultura material como “assinatura”. Os conjuntos similares continuam sendo agrupados como uma totalidade, A Tradição Umbu, A Tradição Humaitá. As semelhanças seguem preponderando sobre as diferenças, e continuam compartimentando pessoas em construções discursivas.

Bastante recentemente, o discurso processual sobre a Tradição Umbu recebeu um complemento. Após aproximadamente uma década de re-análises de coleções, a necessidade de voltar a campo e produzir novas coleções arqueológicas foi sentida. Até este momento, talvez com a única exceção de Copé (1985), os arqueólogos processuais haviam alterado sua prática basicamente em laboratório. Apesar de atingir “dados promissores”, tal linha de pesquisa tinha fortes limitações “pela falta de controle na obtenção dos dados em campo” (Dias 1999: 56).

A volta a campo insere, portanto, novas problemáticas para o estudo da Tradição Umbu. Além da abordagem tecnológica, aplicada às análises do material, emergem preocupações econômicas, voltadas à compreensão do modo de vida das pessoas que produziram o material arqueológico. De fato, essa relação entre tecnologia e economia é uma constante do discurso processual, e tem pautado a produção deste discurso na arqueologia de caçadores coletores do sul do Brasil.

A partir de um enfoque sistêmico, em que o todo é compartimentado em sub-sistemas distintos e relativamente autônomos, a arqueologia processual acabou reforçando

o predomínio das atividades práticas sobre as simbólicas, das funções sobre os estilos. Tal separação reflete mais a forma como a nossa sociedade ocidental organiza o mundo do que leis universais sobre o comportamento humano. A idéia por trás destes enfoques é uniformitarista, pressupondo a existência de leis gerais ao menos em alguns dos sub-sistemas, marcadamente os sub-sistemas materiais (como tecnologia e economia) (Hodder 1994: 40). E a pergunta principal a nortear as pesquisas está voltada para as funções, tanto das peças quanto dos sítios. A partir da compreensão de como artefatos e sítios arqueológicos foram utilizados no passado, constroem-se modelos para explicar a subsistência. A relevância do conhecimento construído reside, neste momento, na maior ou menor capacidade de reconstruir modo de vida.

É sobre estes interesses que é introduzido o conceito de ‘sistema de assentamento’ para sítios da Tradição Umbu. Em sua tese de Doutorado, Dias (2003) articula na sua forma mais acabada esse modelo explicativo, buscando “contribuir na ampliação das reflexões teóricas relativas à arqueologia de caçadores coletores no sul do Brasil, através de teste de modelos actualísticos sobre mobilidade, sistema de assentamento, variabilidade intra-sítio e organização tecnológica” (Dias 2003: 26).

O teste de modelos actualísticos (neologismo de *actualistic*) pressupõe uniformidade entre passado e presente, em que “as causas dos fenômenos dinâmicos do presente (...) são as mesmas que agiram no passado”(idem: 36). Com isso, os estudos etnoarqueológicos ganham uma dimensão fundamental para a proposição de interpretações arqueológicas. A analogia entre passado e presente torna-se um instrumental básico para o fazer arqueológico, servindo como uma “forma experiencial e direta” (id.ibid.) de teste das inferências sobre o passado. A premissa uniformitarista, no contexto da etnoarqueologia processual, está limitada a fenômenos tecno-funcionais, buscando dinâmicas de comportamento e seus resultados materiais. Com isso, esquiva-se do problema sobre os particularismos das culturas, já que considera suas analogias ocorrendo em esferas do comportamento humano que não seriam regidas por aspectos culturais, mas sim por aspectos econômicos e materialistas. Não é à toa, portanto, que para caçadores coletores sejam usados modelos de caçadores coletores; para horticultores, horticultores.

Tal separação do comportamento humano em esferas independentes, porém, pode servir como um recurso analítico, mas ao ser utilizada como uma premissa válida (ou

natural) acaba necessariamente engessando os dados em conceitos extremamente universalistas. Com isso, acabam por homogeneizar as diferenças e criar falsas continuidades e permanências. De certa forma, esse teste de modelos etnográficos sobre dados arqueológicos, dentro da arqueologia processual, cria exatamente estas permanências e continuidades, homogeneiza os “nativos” !Kung San, Nukak e sul-brasileiros em caçadores coletores forrageiros.

O fazer arqueológico, assim, perde sua capacidade crítica de transformação. É uma prática que acaba por ignorar “que o significado da organização do assentamento e descarte só pode ser derivado do contexto (presente e passado) dentro do qual o uso do assentamento e o descarte de artefatos ocorreu” (Hodder 1987: 424), ou seja, a etnoarqueologia não pode servir como ‘chave’ para decifrar o passado, simplesmente porque entre passado e presente existe história.

Uma mudança fundamental em relação ao discurso tradicional é que a idéia de índio que existe por trás dos conceitos já não é mais tão maleável. Ao lidar com um sistema de assentamento de caçadores-coletores, diferentemente do que ocorria com a Tradição Umbu histórico-cultural, existe um modelo bem mais específico de quem são as pessoas. Agora se trata exclusivamente de grupos que tenham as “seguintes premissas básicas: alta mobilidade em um território amplo, associada a baixa permanência nos sítios e baixa densidade populacional” (Dias 2002: 77). Porém, estas premissas não são advindas dos dados, elas são também “projeções etnográficas”, já que baseadas no comportamento de grupos vivos (Jacobus 2000; Dias 2002; Dias 2003). Portanto, os grupos seguem sendo genéricos, sendo iguais dentro de um mesmo sistema de assentamento/mobilidade, seja na África, na Austrália, no Alasca ou em Santo Antonio da Patrulha.

É interessante ressaltar também que este novo discurso abre a possibilidade de culturas diferentes interagirem socialmente, não mais pela simples difusão (que deixava implícita a idéia de domínio absoluto de uma cultura sobre outra), mas no contato dos sistemas. Jacobus (2000), seguindo uma crítica já expressa por Kern (1983/84), salientava a incongruência do termo pré-cerâmico, visto que o conjunto de datas radiocarbônicas para o Rio Grande do Sul deixava bem claro que houve contemporaneidade entre grupos ceramistas e ‘pré-cerâmicos’. De certa forma, porém, esse contato é mediado por regras

pré-definidas, já que acompanha um sub-sistema e sua função, não conseguindo romper com a idéia de incapacidade criativa do índio.

Há ainda uma outra característica nos grupos humanos estudados por abordagens sistêmicas materialistas também encontrada na arqueologia do sul do Brasil. Por ligarem a ação humana a respostas adaptativas à tecnologia e à economia, o indivíduo desaparece como ator social; a ação humana de fato é transformada em um impulso quase natural.

Assim, apesar de ter emergido como uma crítica expressiva às práticas anteriores, a um discurso extremamente estático e basicamente descritivo, esse discurso alternativo acabou cometendo alguns dos mesmos erros que criticou. Reclamou da inconsistência das interpretações baseadas em opiniões subjetivas, mas ao impor aos dados a abordagem materialista acabou criando uma falsa objetividade, pois os métodos claros apenas escondiam explicações pré-concebidas. E, no final, acabou criando um índio preso à camisa de força da economia e da tecnologia, não por acaso dois elementos centrais na sociedade capitalista ocidental. E se esse índio tinha agora características bem específicas (sobre o seu modo de subsistência), ainda podia estar em qualquer outra tribo de caçadores coletores no mundo; não há nada que o faça local, particular.

#### I . I I . I V – D A S I N S A T I S F A Ç Õ E S

Após apresentar a minha leitura sobre os dois grandes discursos que norteiam a arqueologia de caçadores coletores da Tradição Umbu, na qual busquei identificar ao menos parte de suas estruturações, como a conceituação de cultura material e as possibilidades explicativas de cada arqueologia praticada, gostaria de deter-me um pouco mais sobre as minhas insatisfações a respeito destes discursos. Ainda que já tenha expressado algumas discordâncias, ao tentar seguir um outro discurso ainda muito embrionário considero essencial salientar os principais pontos com os quais não me satisfaço na produção arqueológica presente, afinal a experimentação que proponho só faz sentido como tentativa de outras explicações. Das minhas insatisfações é que comecei a busca por outras formas de pensar e fazer arqueologia, certamente de uma maneira ainda muito experiencial e limitada (uma ousadia para uma aprendiz).

Desde meus primeiros contatos com a arqueologia de caçadores coletores produzida no sul do Brasil, a ênfase no material (nas peças) chamou minha atenção. Naquele momento, final da década de 1990, as discussões ainda estavam muito presas à análise do material arqueológico, refletindo um primeiro impulso da arqueologia processual por aqui. Após um período de sínteses, marcado por interesses em sistematizar a grande quantidade de informações produzidas durante o PRONAPA, e que resultaram na construção do modelo de caçadores coletores de paisagens abertas<sup>12</sup>, os pesquisadores voltaram-se a novas metodologias para tentar discernir com mais critérios as diferenças entre Tradição Umbu e Tradição Humaitá.

A crítica à ênfase na tipologia, método fundante das tradições e fases, apesar de ampliar o olhar para outros elementos das coleções arqueológicas, continuou reforçando a separação entre diferentes tradições e a unificação de suas respectivas fases. Por mais imprecisas e deficitárias que fossem as definições histórico-culturalistas, no discurso processual elas se mantêm como um fato inquestionável. Em nenhum momento é discutida a validade desses objetos de discurso, as tradições são aceitas como conjuntos representativos de alguma unidade básica<sup>13</sup>. As pontas de flecha deixam com certeza de ser o elemento diagnóstico principal, mas as coleções marcadas pela produção de peças bifaciais de pequeno porte e com utilização de lascamento por pressão continuam a ser vistas (e entendidas) como representantes de alguma unidade maior; e se diferenciam das coleções de bifaces de grande porte. Trocam-se os elementos, ampliam-se as evidências relevantes, mas não se questiona a base sobre a qual os discursos são construídos: a correlação direta entre cultura material e um tipo de identidade. Nos dois discursos, o material arqueológico – de forma mais ou menos inclusiva – reflete grupos humanos, é “a assinatura material de um grupo real de pessoas” (Thomas 1993: 365). Fica implícito, portanto, a possibilidade de diferenciar grupos através de uma lista de atributos, como se o

---

<sup>12</sup> As primeiras sínteses já indicavam a correlação das duas tradições líticas do sul do país com ambientes diferenciados (campo e floresta) (Schmitz 1978, Ribeiro 1979). Porém, a partir do trabalho de Kern (1982), este modelo é reforçado, tornando-se um fato até muito recentemente não questionado (apenas Jacobus (2000, 2005) e Dias (2003) referem-se à Tradição Umbu – nos seus estudos de caso – como produzida por caçadores coletores da Mata Atlântica).

<sup>13</sup> O caso da Tradição Humaitá parece único, mas não rompe com a correlação entre conjuntos materiais e grupos culturais, apenas transfere aquele conjunto para outro (ao invés de Tradição Humaitá são sítios de outras tradições).

processo de formação, manutenção e reprodução de identidades fosse estático e direto (Poutignat & Streiff-Fenart 1997, Jones 1997).

Além disso, a possibilidade de criar a ligação direta entre coisas e pessoas pressupõe sua separação prévia em esferas diferentes da existência. De um lado existem as coisas, simples conseqüências materiais da ação humana. De outro estão as pessoas, seres biológicos utilizando as coisas para sobreviver. As coisas estão para as pessoas assim como o corpo está para alma. Tal separação, porém, é uma construção teórica, faz parte de um discurso ocidental e moderno. Portanto, é uma separação que faz sentido para explicar a nossa relação com a cultura material, não todas as relações entre coisas e pessoas por todos os tempos. Assim, ao transpô-la para outras pessoas, em outros tempos, corre-se o risco de “nos convenceremos que as coisas são ‘exatamente como sempre foram’ (os seres humanos têm os mesmos desejos, necessidades e hábitos como na pré-história)” (Thomas 1995: 355).

Ainda que esta separação seja mais forte no discurso processual, justamente pela busca mais acirrada por um conhecimento objetivo, exigindo a constante reiteração dessa linha divisória, ela também fundamenta a construção das tradições, como tentei demonstrar. Sob a minha perspectiva, o resultado em ambos discursos é uma separação entre passado e presente que ignora a ação humana. Os seres humanos são passivos, e não apenas no passado. Afinal, a própria possibilidade de haver um passado para ser descoberto significa que o pesquisador tão somente filtra as intrusões no ‘registro’ para mostrá-lo como ele de fato era. Ele não produz, apenas reproduz algo que aconteceu em algum outro lugar. A arqueologia torna-se tautologia. Já conhecemos de antemão o que afirmamos estarmos conhecendo com a pesquisa.

Minhas insatisfações, portanto, referem-se menos às indefinições de conceitos do que às idéias que sustentam estes conceitos. A busca por mais ou melhores critérios para caracterizar a Tradição Umbu ou grupos de caçadores coletores que produziram e manipularam este conjunto de cultura material não me satisfaz, simplesmente porque não acredito na preposição ‘Tradição Umbu’. Nem em sua forma descritiva e intuitiva histórico-cultural, nem em sua versão sistêmica e dedutiva processual. É necessário problematizar essa criação.

Não questiono, com isso, a existência dos vestígios, mas sim a denominação que têm recebido, e com ela toda uma explicação prévia sobre os grupos que os produziram. A

‘Tradição Umbu’, definida de maneira simples como “conjuntos de elementos ou técnicas” ou de forma mais complexa como um “sistema de assentamento”, é sempre um conhecimento dado. As informações obtidas em campo ou em laboratório são encaixadas em um modelo pré-definido. De certa forma, elas não são levadas a sério.

Das insatisfações, talvez esta seja a maior. O olhar fixo no material o distanciou das pessoas que o produziram e manipularam. E a ligação imposta sobre eles, seja como cultura arqueológica, seja como parte de um sistema, ao invés de aproximá-los os paralisou. Nem as coisas, nem as pessoas tiveram espaço para aparecer, ficando todos emaranhados em modelos totalizantes e autoritários. O que proponho aqui é experimentar levar a cultura material a sério, no sentido de ouvir, de prestar atenção ao que os vestígios indicam. Inverter um pouco a relação entre pesquisador e pesquisado, sujeito e objeto. Ao invés de um modelo de cima para baixo, tentar o contrário.

Para isso, parte-se de uma outra forma de compreensão dos objetos. Para além de reflexos ou produtos da sociedade, as coisas são entendidas como elementos ativos nas relações sociais (Thomas 1996: 141). As pessoas não usam as coisas para agir no mundo, elas agem no mundo através das coisas. As coisas são ativas, ainda que não ajam por conta própria (id.ibid). Elas são “encarnações materiais de uma intencionalidade não material” (Viveiros de Castro 2002c: 360). Tal perspectiva abre à arqueologia o potencial de fazer etnografia (Tilley 1996; Thomas & Tilley 1993). Afinal, “a informação arqueológica não é escassa e terrivelmente empobrecida, capaz de nos contar muito pouco em comparação com a disponível para o antropólogo, por que a cultura material forma um meio essencial de significação”, tornando-se desta forma “tão importante e tão fundamental para a constituição do mundo social quanto a linguagem” (Tilley 1996: 4).

É a partir desta outra perspectiva que inicio essa jornada. Parafrazeando um renomado antropólogo brasileiro, busquei nessa travessia saber menos de antemão, testar menos o que pensava saber, e experimentar a existência de um outro mundo possível.

## II – A VISÃO DE UM PORTO

Apresentado este local de partida, lugar de onde inicio a jornada e de onde projeto meus rumos, passo para uma segunda etapa dessa preparação para ir ao mar. Antes de soltar as amarras é necessário acertar os rumos, estabelecer um itinerário, planejar a chegada em um outro porto. Ainda que os planejamentos não garantam nenhuma segurança, afinal há sempre a chance de tempestades ou calmarias, eles são fundamentais para estabelecer previsões. De fato, este capítulo é sobre pré-visões. É sobre caminhos já trilhados por outros, em outros mares, buscando um porto semelhante. É sobre as possibilidades que trilhar estes caminhos abrem. É sobre as expectativas da viagem, sobre o que essa experimentação pode (ou não pode) alcançar. É basicamente sobre uma projeção, talvez como uma mensagem de um oráculo, é sobre uma realidade em potencial.

A transformação desta projeção em realidade é tarefa para os próximos capítulos. Por hora, gostaria de detalhar com mais calma a final que experimentação é esta. Afinal, para onde vai este barco. Já indiquei quais correntes estão agindo nesse mar e como posso aproveitá-las. Também já mostrei alguns rumos que não quero seguir, e as correntes que não me levam ao porto planejado. Permita-me mostrar agora este barco, talvez não tão forte e rígido como outros que se aventuraram em incursões à pré-história. Mas, assim como o Kon-Tiki<sup>1</sup>, estruturas pequenas e frágeis também cruzam oceanos.

Para introduzir, portanto, o caminho que planejei para esta jornada, dividi este capítulo em dois momentos. Inicialmente resalto as grandes influências que recebi para tentar levar adiante essa experimentação, procurando por uma outra via de interpretação para os grupos caçadores coletores do sul do Brasil. Basicamente, estas influências têm origem na Antropologia e na Arqueologia.

Como já ressaltava no capítulo anterior, minha forma de compreender a arqueologia aproxima bastante da antropologia. Ambas, neste sentido, buscam entender como as pessoas dão significados às coisas, como ordenam seus mundos. A última através da linguagem, por intermédio de informantes, enquanto que a arqueologia o faz através da cultura material. Ambas, porém, “igualmente criam as

---

<sup>1</sup> Kon-Tiki foi o nome dado à réplica de jangada de balsa que o norueguês Thor Heyerdahl construiu e utilizou para cruzar o Pacífico, comprovando a possibilidade de índios americanos terem chegado à Polinésia. Para quem gosta de aventuras, Heyerdahl publicou a história da expedição em livro (Heyerdahl 1951).

realidades culturais que elas descrevem” (Tilley 1996: 4). As afirmações que ambas sustentam, mediadas por pessoas ou por objetos, em nenhum momento representam a verdade sobre as sociedades estudadas, são tão somente “uma forma de ver e pensar sobre elas” (Thomas & Tilley 1993: 321).

A partir das idéias expressas nessas influências, traço então a escolha do meu caminho. Neste momento busco alinhar muitas das sugestões que vinham sendo apresentadas até aqui, organizando a forma como esta pesquisa vai se desenvolver. Este é o lugar para estabelecer as metas e definir os trajetos a serem percorridos. É uma introdução à prática que desenvolvo adiante, mas também, de certa forma, uma carta de intenções. Afinal, “é caminhando que se faz o caminho...”.

### I I . I – D A S I N F L U Ê N C I A S

Penso que o início da discussão para introduzir uma outra via de interpretação sobre o passado pré-colonial dos grupos caçadores coletores do sul do Brasil deva ocorrer sobre a dicotomia natureza-cultura. Uma vez que tanto os enfoques histórico-culturais quanto os processuais tomaram esta distinção como algo dado, que fosse partilhado pela humanidade como um todo, ambos, sob certa perspectiva, construíram suas interpretações sobre o passado a partir de uma premissa frágil. Ao utilizar esta dicotomia (ou suas variantes, tais como corpo-espírito, animalidade-humanidade) como base para explicar ou descrever as relações entre os grupos humanos e seus ambientes, ou ainda para definir as esperas (ou sistemas) reconhecíveis arqueologicamente, os resultados acabam sempre reforçando essa concepção moderna como algo inato.

Porém, como vários estudos etnográficos têm mostrado, o domínio das relações sociais entre grupos não-ocidentais é bem mais amplo do que a sociedade de humanos (Descola & Pálsson 1996: 14). Sendo assim, a distinção entre o pólo natural e o pólo social, proclamada pelo pensamento ocidental como clara e fixa<sup>2</sup>, torna-se evidentemente fluida e flexível. Portanto, ao propor uma interpretação ao passado remoto de grupos ameríndios considero fundamental não apenas discutir essa dicotomia,

---

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre a fragilidade desta distinção no próprio pensamento ocidental, o ensaio de Latour (1994) é uma referência importante. Ao demonstrar que nossa sociedade está na verdade infestada de híbridos natureza-cultura, sujeito-objeto, o autor discute até que ponto estas separações proclamadas pela modernidade de fato ocorreram.

mas também e fundamentalmente buscar alternativas teórico-metodológicas que permitam uma construção menos dominada por ela.

Para tanto, busco suporte inicialmente no trabalho de dois antropólogos, Tim Ingold (2000, e Ingold & Kurttila 2000) e Eduardo Viveiros de Castro (2002a, 2002b). Em um segundo momento, volto minha atenção para a aplicação de idéias semelhantes em contextos arqueológicos, baseando-me em especial sobre os trabalhos de Christopher Tilley (1994, 1996, 1999, 2004) e Julian Thomas (1996, 1999, e Thomas & Tilley 1993).

#### I I . I . I – C O N T R I B U I Ç Õ E S D A A N T R O P O L Ó G I A

Uma contribuição importante para minha argumentação vem de discussões colocadas por Viveiros de Castro sobre o fazer antropológico (2002, 2002c). Ao olhar para a prática dos antropólogos como uma construção moderna e questionar-se sobre as regras que estruturam esta prática, este autor conclui que existe uma vantagem epistemológica que garante não apenas a separação entre saberes distintos (o do cientista e o do nativo), mas também a superioridade do primeiro sobre o segundo (2002c). “O discurso do [antropólogo] não se acha situado no mesmo plano que o discurso do [nativo]: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido – ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido” (2002: 2<sup>3</sup>) Seu desafio, então, é experimentar uma prática antropológica que recuse essa vantagem, que leve o pensamento nativo a sério (2002: 12).

Essa preocupação em equiparar o conhecimento moderno científico com o conhecimento nativo salienta fortemente a crítica à imposição dos nossos conceitos e das nossas categorias para explicar outros mundos. No caso da arqueologia, ainda que o nativo não esteja fisicamente presente, a relação ainda é bastante similar; construir o passado através dos vestígios materiais é também uma forma de permitir a existência (ou negá-la) de um outro mundo, o mundo nativo. Nesse sentido, estar ciente que nossos conceitos estão historicamente embrenhados na construção do nosso mundo parece ser o primeiro passo para tentar construir um passado não apenas com consciência dessas limitações, mas também com potencial para refletir um mundo outro, em que as práticas

---

<sup>3</sup> O texto referido aqui é uma versão *on-line*, com paginação diferente daquele impresso na revista *Mana*, mas com absolutamente o mesmo conteúdo.

do presente não sejam naturalizadas pelas nossas interpretações do passado (Tilley 1989: 109; Shanks & Tilley 1992: 51).

Uma perspectiva bastante interessante que pode contribuir para trilhar esse caminho é proposta por Tim Ingold. Assim como Viveiros de Castro, Ingold também constrói sua argumentação salientando que a dicotomia natureza-cultura é uma construção do pensamento ocidental que precisa ser questionada (Ingold 2000: 9; Viveiros de Castro 2002c: 348). Pensando, então, em formas de superar essa divisão, esse autor sintetiza no seu trabalho contribuições oriundas da antropologia (pensamento “relacional”), da psicologia (pensamento “ecológico”) e da biologia (pensamento de “sistemas desenvolvíveis”) que giram em torno da idéia que os organismos e o ambiente não são entidades isoladas, que não existe tal separação como entre “indivíduos auto-contidos” e “o mundo lá fora” (Ingold 2000: 4).

Desta forma, foge da dicotomia ao propor estudar as relações das pessoas com o ambiente a partir da idéia de ‘percepção’, em que o mundo é resultado da prática cotidiana da pessoa em ação. Neste sentido, não existe um corpo que atue no ambiente de um lado, e uma mente que interprete essas ações do outro. Pessoa e ambiente não existem separadamente, mas apenas nas relações que estabelecem entre si. A percepção, nesse sentido, é uma forma de conhecer o ambiente como parte integrante da pessoa, é “equivalente ao próprio movimento exploratório do organismo pelo mundo” (Ingold 2000: 3).

É justo nesta relação da pessoa com seu entorno que a vida é construída, seguindo um processo de passagem do tempo, mas também, e similarmente, um processo de formação de paisagens. Neste, “as formas da paisagem são geradas em movimento: estas formas, porém, estão congeladas em um meio sólido (...). Graças a esta solidez, estruturas da paisagem continuam disponíveis para inspeção muito tempo depois que o movimento que as causou foi cessado” (Ingold 2000: 198). Tal perspectiva abre à arqueologia a possibilidade de também perceber esta paisagem através de sua prática, uma vez que a experiência de campo também é uma experiência de habitar, e desta forma se aproxima da experiência dos habitantes nativos (Ingold 2000: 189-190). É importante salientar também que a perspectiva de habitar é também uma forma de romper com a dicotomia natureza-cultura, uma vez que “ao habitar o mundo, nós não agimos sobre ele, nem fazemos coisas para ele; mais precisamente nós nos movemos com ele. Nossas ações não transformam o mundo, elas são parte e parcela do mundo transformando a si mesmo” (Ingold 2000: 200).

O que busco salientar ao incorporar estas discussões oriundas da antropologia é que o estudo de outras sociedades não precisa ser um discurso unidirecional. Existe espaço e existem possibilidades para, ao discorrer sobre um outro, oferecer a ele também a oportunidade de expressar seu pensamento. No caso da arqueologia, a ausência física deste outro não pode ser justificativa para sua negação. Afinal, não custa repetir, “os artefatos (...) são objetos, mas apontam necessariamente para um sujeito, pois são como ações congeladas, encarnações materiais de uma intencionalidade não-material” (Viveiros de Castro 2002c: 361). E a paisagem, também como uma forma solidificada da relação das pessoas com o ambiente, tem o potencial de indicar relações estranhas ao nosso pensamento, abrindo a possibilidade de interpretar o passado sob novas perspectivas.

## I I . I . I I                    –                    A R Q U E O L O G I A                    C O M O E T N O G R A F I A

A dupla contribuição para estruturar esta pesquisa, advinda da antropologia e da arqueologia, não é apenas reflexo da minha história particular, mas é também o resultado de uma interação de fato entre as duas disciplinas, em que o cruzamento de referências talvez seja apenas a parcela mais evidente deste diálogo. Ao debruçar-me sobre experiências interpretativas que têm sido realizadas no âmbito da arqueologia, a semelhança dos enfoques e das discussões com estes que recém apresentei na antropologia é bastante clara. Tal situação apenas reforça a importância de buscar referenciais nos dois lados, procurando enriquecer a construção interpretativa através da discussão de conceitos e da ampliação do que afinal cada disciplina abrange.

Esta aproximação está bem evidente na própria idéia de associar a arqueologia com a etnografia, além de estar também latente no interesse em, ao construir o passado, buscar fugir das explicações do presente, ou ainda questionar estas mesmas explicações. Aqui fica bastante evidente a discussão que apresentei previamente sobre o potencial da arqueologia de tanto naturalizar quanto questionar as práticas do presente (Shanks & Hodder 1995; Tilley 1989), o que salienta justamente o papel ativo do pesquisador neste processo construtivo/ interpretativo.

Mas afinal, qual é o caminho para, partindo de vestígios materiais, se alcançar significados? De que forma a arqueologia pode almejar um conhecimento etnográfico?

Na busca por estas respostas, que são as balizas do caminho que proponho trilhar, apresento como referências fundamentais alguns trabalhos de Christopher Tilley e Julian Thomas. De uma forma ou de outra, eles fazem experimentações interpretativas, entendidas aqui como formas de buscar interpretar contextos arqueológicos por caminhos novos, mas nem por isso descolados da realidade empírica. Pelo contrário, apesar de serem explicações alternativas todas seguem uma preocupação em dar sentido dentro de seus contextos particulares, o que não as torna melhores ou piores do que outras; são apenas diferentes, e é aí que reside toda sua riqueza.

A busca por significados na cultura material parte da idéia que os objetos concretos não são apenas extensões passivas do corpo humano, mas são também agentes ativos na estruturação da vida social. Ou seja, “há idéias e conceitos dentro da vida social que influenciam a maneira como a cultura material é utilizada, decorada e descartada” (Hodder 1992: 12).

A cultura material não é, portanto, apenas produzida dentro de redes de significado, ela é também estruturada desta forma. Com isso, os vestígios arqueológicos, ainda que incompletos, apontam para a ordenação de mundos particulares (Thomas & Tilley 1993). A forma como estão distribuídos no espaço, as relações que estabelecem entre si, são dicas para a compreensão de seus significados. Foi partindo destas premissas que Thomas e Tilley têm demonstrado que a arqueologia pode ser também um tipo de etnografia (Thomas & Tilley 1993; Tilley 1994, 1996; Thomas 1996).

Assim como as perspectivas da antropologia referenciadas anteriormente, também na arqueologia o questionamento sobre a dicotomia natureza-cultura está presente. Thomas salienta que tal divisão acaba por “limitar nossa apreciação da materialidade, e impor uma compreensão modernista sobre o passado” (1996: 11). Também a preocupação de Tilley em salientar que espaço não é um simples contêiner para a ação humana, mas sim um elemento dinâmico dessa ação (1994: 9) faz eco a estas perspectivas.

Essa discussão, de certa forma, é a própria base para desenvolver as experiências interpretativas. Ao buscar romper com a divisão entre natureza e cultura, os arqueólogos ampliam suas possibilidades de interpretação, já que a materialidade deixa de representar o pólo natural (ou funcional). Se corpo e alma, ambiente e pessoa não são pólos opostos mas partes de um mesmo todo, então a cultura material também deixa de ser o pólo simétrico da cultura imaterial, e ganha espaço para tornar-se também

agente ativo na constituição do mundo. A troca de uma perspectiva em que o mundo e as pessoas são entendidos como unidades delimitadas para outra em que eles se criam mutuamente nas relações que estabelecem entre si oferece ao arqueólogo a possibilidade de entrar dentro de um conjunto de relações sociais – ainda que congeladas – de maneira semelhante ao etnógrafo (Thomas 1996: x-xi).

Para tanto, enquanto Thomas (1996) parte para um exercício de aplicação de uma arqueologia heideggeriana, salientando que as tentativas deste filósofo em desafiar os lugares-comuns do pensamento contemporâneo tornam-se atraentes para a arqueologia justamente porque as pessoas no passado não necessariamente construíram seus mundos segundo nossos conceitos; Tilley (1994; 2004) volta-se para uma fenomenologia da paisagem, destacando o papel da experiência do corpo no espaço como uma forma de perceber as antigas relações que constituíram mundos passados.

Na primeira experimentação, uma etnografia arqueológica é possível porque a vida humana é vista como constituída de relações, e “o mundo material não é extrínseco àquelas relações, [assim] os artefatos estão implicados nas maneiras pelas quais criamos, damos sentido e levamos nossas vidas diárias” (Thomas 1999: 19). Tal perspectiva, porém, só é possível partindo do rompimento na divisão natureza-cultura, que neste caso tem origem no pensamento de Heidegger.

A possibilidade de uma etnografia arqueológica para Tilley parte de uma perspectiva um pouco diferente, mas ainda assim absolutamente concordante com a anterior. O que difere em Tilley é seu enfoque fortemente voltado para a paisagem, salientando a importância da experiência física ou corporal de estar nela. “Nós entendemos a paisagem não apenas através de pensar sobre ela, utilizando conceitos de significado e intencionalidade, mas através de senti-la, através de estar nela: o significado da pedra ou da colina experimentado através do corpo” (Tilley 2004: 79). Assim, se a percepção é incorporada (ocorre através do corpo), a experiência de estar-no-mundo pode ser partilhada através dos movimentos do corpo na paisagem (Tilley 1994). Tal perspectiva permite, mesmo que de forma limitada, que a experiência do corpo no espaço hoje funcione como uma espécie de janela para essa experiência no passado. Caminhar na paisagem, reconhecer lugares, sentir a transformação do espaço ao percorrer os trajetos, é também uma forma de perceber relações. Com isso, o trabalho de campo torna-se também uma experiência interpretativa.

A ênfase nas relações, ao invés de entidades isoladas, é também uma forma de potencializar a cultura material como fonte etnográfica. Vale salientar, porém, a

distinção que Thomas faz entre esta perspectiva relacional em que as pessoas e o mundo criam-se mutuamente, e aquela advinda da teoria de sistemas, em que primeiro são definidas as entidades e depois exploradas as relações entre elas (Thomas 1996: 237), estando a diferença justo na utilização (ou na superação) das dicotomias.

Para a minha proposta, a perspectiva relacional não-dicotômica é uma base importante, uma vez que sintetiza estes muitos caminhos apresentados. Assim, questionar os conceitos do presente na explicação do passado, ampliar a noção de relações sociais para abarcar as relações das pessoas com o mundo, entender a paisagem como uma complexa rede de significados em constante construção e a cultura material como parte ativa desse processo, enfim, abrir a possibilidade da arqueologia ser uma espécie de etnografia, são todas idéias derivadas de um mesmo interesse em buscar construir no presente um passado aberto a outras explicações possíveis. E este caminho, como busquei demonstrar até aqui, parte de um estranhamento da divisão paradigmática do pensamento ocidental entre natureza e cultura, base da bipartição do nosso mundo em séries dicotômicas.

### I I . I I – A E S C O L H A D E U M C A M I N H O

Como salientado anteriormente, a arqueologia de caçadores coletores no sul do Brasil ainda não foi foco de nenhuma tentativa de interpretação guiada pelas discussões levantadas pelas arqueologias pós-processuais. Ainda que tal situação possa ser creditada a um maior volume de pesquisas pós-processuais voltadas a contextos pós-Neolíticos, sobre grupos agricultores e/ou pastoralistas, ficando implícito que “a natureza dos dados é (...) insuficiente tanto quantitativamente quanto qualitativamente” para contextos caçadores coletores (Grimshaw & Coward 2004), várias pesquisas têm contribuído para a ampliação desta perspectiva, inclusive discutindo a possibilidade de estudar grupos pré-sapiens sob estes enfoques (Grimshaw 2004).

Ainda que o Paleolítico Europeu seja certamente um período pouco estudado por arqueólogos pós-processuais, vários estudos têm trabalhado com contextos caçadores coletores para o Mesolítico e início do Neolítico (com ênfase em gravuras rupestres ver Tilley 1991, Goldhahn 2002; ênfase na paisagem ver Tilley 1994, 1999). Tal situação aponta para o potencial dos estudos nestes contextos. Mesmo havendo dificuldades para sua aplicação pela limitação quantitativa de estudos, isto também

torna o empreendimento mais instigante, já que exige a discussão de alternativas e construção de soluções potenciais.

Ao propor um estudo de caçadores coletores pré-coloniais sob um viés interpretativo guiado pelas discussões levantadas acima, tenho como objetivos (i) experimentar uma interpretação diferente, (ii) ampliar o debate teórico dentro da arqueologia de caçadores coletores do Brasil meridional para a inclusão de perspectivas interpretativas e (iii) produzir um conhecimento sobre estes grupos que esteja menos moldado pelo pensamento ocidental.

Como base empírica para essa experimentação, que deve ser compreendida na inter-relação entre estes três objetivos, utilizo um vale de rio na encosta do Planalto das Araucárias, nordeste do Rio Grande do Sul, pertencente à bacia de drenagem das lagoas litorâneas (ver Fig. 2.1). Ao longo de seus 33km de extensão, o rio Maquiné corre por um vale bastante encaixado, sendo apenas 30% da área de planície ou de baixa declividade (ANAMA/PGDR-UFRGS 2000). Portanto, o vale do rio Maquiné é estreito e íngreme, e forma um corredor de ligação entre ambientes bastante distintos, em um extremo as grandes altitudes dos campos de cima da serra e no outro o sistema lacustre litorâneo.

Como apresentei anteriormente, uma das alternativas na busca para escapar das dicotomias do pensamento ocidental tem sido o estudo de paisagens através da percepção do corpo no espaço (Ingold 2000; Tilley 1994, 2004), reforçando a necessidade de voltar a campo para, a partir desta experiência sensorial, reconstruir as relações entre as pessoas e o mundo. Um outro aspecto que também reforça esta necessidade de pesquisa em campo é a carência de informações contextuais, o que não é uma limitação deste vale em particular, mas infelizmente uma característica da arqueologia de caçadores coletores no sul do Brasil. Ainda que pesquisas mais recentes tenham apresentado escavações em áreas amplas em sítios de caçadores coletores (Dias 2003), a maior parte das informações refere-se a coletas assistemáticas de superfície e a abertura de poços-teste, sendo poucas as publicações.

No vale do Maquiné está uma das poucas escavações de área ampla em abrigo-sob-rocha realizadas no Rio Grande do Sul. O sítio RS-LN-01 foi pesquisado por Eurico Miller na década de 1960, resultando na escavação de 124m<sup>2</sup>, sendo 30m<sup>2</sup> em trincheiras e o restante em área contígua. O material deste abrigo, lembrando, serviu para o estabelecimento da fase Umbu (referência à Serra do Umbu onde está localizado o abrigo) que posteriormente levou à definição da Tradição Umbu (Miller

1969, 1974). Esta foi também uma das coleções museológicas foco de análises processuais na última década<sup>4</sup>. Além deste sítio, Miller identificou na área ao menos outros 12 abrigos rochosos com ocupação caçadora coletora, sendo um deles de contexto funerário (Miller 1974).



Figura 2.1: O vale do Rio Maquiné no Nordeste do Rio Grande do Sul, e a localização da área piloto dentro do vale<sup>5</sup>.

É interessante ressaltar que este é um vale de dimensões relativamente pequenas e com características geomorfológicas que salientam essas limitações. Por ser um vale muito encaixado, poucas são as áreas com ampla visibilidade, estando os muitos morros sempre a encobrir e limitar as vistas. Tais aspectos são entendidos nesta proposta como potencializadores de estudos interpretativos da paisagem, tornando este vale um lugar ideal para a experimentação que proponho. Como são necessários novos trabalhos de campo para a acumulação de informações, que servem então como base para a experimentação interpretativa, e visto que a proposta é, de

<sup>4</sup> Foi através de um projeto de re-análise desta coleção, empreendido pela prof<sup>a</sup> Adriana Schmitz Dias, que tive meu primeiro contato com a pesquisa arqueológica, através de um estágio de Iniciação Científica no Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS.

<sup>5</sup> Desculpo-me pelo fato da legenda dos mapas e croquis nesta dissertação estar em inglês. Isto se dá por uma restrição do programa utilizado (ArcGis 9.0).

certa forma, tornar-se familiar ao espaço circundante, habitando esse mundo para poder conhecê-lo (Ingold 2000: 189), ao trabalhar com uma área restrita estes passos são facilitados. Como uma etnografia, volto o foco para um particular, na esperança que outras etnografias particulares possam reacender a chama na comparação (Descola & Pálsson 1996: 18).

O que busco fazer, então, nesta pesquisa é uma espécie de etnografia arqueológica. Sabendo das óbvias limitações impostas a uma dissertação de Mestrado, tanto de tempo quanto de recursos, optei por trabalhar com uma pequena área dentro deste vale (Fig.2.1). Para defini-la parti dos dados prévios, os sítios localizados por Eurico Miller na década de 1960 (Miller 1969; 1974). Todos eles estão situados próximos à localidade de Barra do Ouro, em um ponto central deste vale, nem muito próximo às cabeceiras, nem à planície litorânea. Além disto, este é o local onde os três principais formadores do rio Maquiné se encontram, formando um amplo terraço fluvial cercado por grandes escarpas. É uma paisagem particular deste vale (ainda que todas as paisagens o sejam) porque tem características mistas do relevo de montante e de jusante.

Partindo desta área piloto, fui a campo não simplesmente em busca de sítios arqueológicos, ou de evidências arqueológicas. Fui a campo para conhecer este lugar, para sentir justamente a experiência do corpo no espaço. Nesse sentido, a prospecção realizada foi também uma imersão na área, uma contínua procura por familiarização, por reconhecimento, por habitar e perceber um outro mundo. Ao caminhar pelas lavouras e encontrar as peças esse outro mundo ampliava-se, e a percepção do entorno tornou-se fundamental. Olhar para a volta foi tão importante quanto olhar para o chão, porque estar no mundo é sentir essa experiência tridimensional.

Essa prática foi, nesse sentido, altamente teórica. Conhecer este lugar foi interpretá-lo, foi traçar relações entre as peças, entre os lugares, entre morros pontudos, os rios, cachoeiras. Busquei ativar meu papel de pesquisadora, e também incentivar que meus colaboradores agissem da mesma forma. Essa ênfase do papel ativo do arqueólogo como construtor do registro, e não mero descobridor, guiou o trabalho de campo. Afinal, o passado não está lá, o passado é agora, nessa construção.

Um aspecto importante da pesquisa foi ir a campo para conhecer este lugar, sem muitas pré-concepções a respeito do que existiria. Claro que não é possível se desvencilhar daquilo que já sabemos, mas é possível tentar. E neste caso, já que

buscava fugir de tradições e sistemas de assentamento, essa tentativa foi essencial. Fui a campo sem procurar sítios, o que certamente impediu uma grande decepção, já que o material estava quase sempre muito esparso e pouco denso. E esta foi uma das formas que encontrei para fugir da imposição de um conhecimento prévio sobre estes outros mundos. A definição de sítio arqueológico, por mais variada que seja, é sempre uma limitação prévia, ainda que seja (im)posta sobre os dados como natural. O limite entre um espaço cultural e um espaço natural é sempre arbitrário, tanto mais quando colocado sobre sociedades que talvez nem considerassem essa separação válida.

Buscando inverter a ordem, optei por primeiro prestar atenção na forma como o material se mostrava em campo, para depois tentar dar sentido a ele. Onde está o material? Quais são eles? Como se apresentam nos conjuntos, se é que há conjuntos? E a boa surpresa é que apesar de serem objetos, eles respondem, como vou tentar mostrar no próximo capítulo.

É, portanto, na interação entre as várias perspectivas apresentadas – desde o questionamento sobre o uso de conceitos modernos para explicar contextos não-ocidentais, passando pelo interesse em produzir conhecimentos interpretativos que modifiquem também o presente, pela preocupação de construir discursos sobre outros que os insiram como sujeitos ativos, pelo entendimento que a arqueologia é uma prática sócio-política e como tal deve ter posições explícitas, até a abertura do estudo da cultura material para os significados – que uma outra interpretação sobre caçadores coletores do sul do Brasil torna-se possível. Esta experimentação, de certa forma, pode ser vista como uma maneira de salientar que o processo de dar significados (ou de dar sentidos) ao mundo não está correlacionado com complexidade, seja ela social ou tecnológica. Além da antropologia já ter mostrado que grupos tecnicamente simples têm complexos sistemas de organização social, ou seja, a simplicidade (ou a complexidade) é apenas mais um reflexo da relação que estabelecemos com os outros, dar significados às coisas é justamente estabelecer essas relações, é estar-no-mundo como um agente ativo na sociedade. Os limites para experiências deste tipo, portanto, não estão nos vestígios, já que estes são parte ativa do próprio processo de criação de mundos particulares, logo estão imbricados nas relações sociais da mesma forma que as pessoas que os produziram, usaram e descartaram. Os limites para estas interpretações somos nós, a quem cabe ampliá-los ou não.

### I I I - A T R A V E S S I A

Conhecido o porto, estabelecidos os rumos, é chegada a hora de soltar as amarras. Neste capítulo conduzo a embarcação – não sem certa euforia – na direção de um porto ainda em parte desconhecido. E como navegante de primeira viagem, carente da segurança e das certezas dos marinheiros experientes, ousou experimentar o incerto.

Esta travessia, mesmo que muitas vezes tenha parecido longa, é apenas uma pequena incursão. Este trabalho é limitado em muitos e variados aspectos. Lida com uma diminuta área piloto. Carece de trabalhos de escavação e coleta de material arqueológico, havendo portanto uma clara limitação amostral sobre o universo empírico da cultura material analisada. Não dispôs das condições para confirmar a presença de material arqueológico nas muitas grutas em que não havia evidências em superfície. Há apenas um lugar com datações radiocarbônicas, tornando o controle cronológico inviável. É, neste sentido, uma micro-experiência. Pequena na escala e nos resultados.

O que busco fazer aqui, e o que busquei fazer no decorrer dos trabalhos envolvidos com esta dissertação, foi transformar as limitações em novas possibilidades. Se não é possível conhecer todo o vale, que se conheça uma pequena parcela. Se não é possível escavar ou coletar material, que se registre onde ele está. Se não há como saber se há material arqueológico em certos lugares, que se saiba como esses lugares relacionam-se (ou não) com os lugares com o material. Se não há datas – controle do tempo, que haja lugares – controle do espaço. Foi este percurso de buscar alternativas simples aos obstáculos que surgiram que não apenas permitiu como também potencializou a pesquisa. Ao olhar para as limitações menos como restrições do que fronteiras, foi possível estendê-las, abarcando elementos de outros domínios usualmente indisponíveis (Fig. 3.1).

Foi assim com a própria idéia de prospecção. Atividade limitada ao levantamento de sítios arqueológicos, à identificação de “o que” e “onde”. O que fiz foi exatamente isto, mas em uma outra potência. Meu registro de “o que” e “onde” foi minucioso. De certa forma, essa prospecção abarcou técnicas de escavação e coleta (plotagem individual) e de análise do material (medição e descrição), ampliando seu domínio para além dos limites usuais. Ao misturar nesta etapa inicial elementos de outras etapas, acabei por romper com a forma estabelecida de fazer pesquisa

arqueológica e seus múltiplos estágios, sequenciais e ordenados (Neves 1984; Redman 1973).

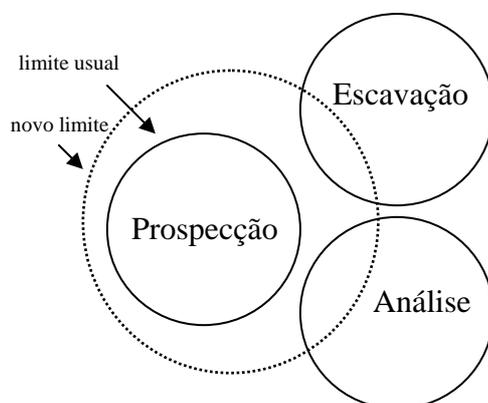


Figura 3.1: Ampliando os limites é possível abarcar elementos de outros domínios, transformando as limitações em novas possibilidades. Poderia-se trocar os domínios 'Escavação', 'Prospecção' e 'Análise' por outros, como 'Tempo' e 'Espaço', ou 'Registro', 'Classificação' e 'Interpretação'. Assim como também é possível ampliar os limites dos outros domínios. Enfim, a questão central aqui é destacar a flexibilidade desses domínios, e como utilizá-la potencializa os resultados.

A experiência que faço, portanto, é um reaproveitamento de saberes, de técnicas, de procedimentos usuais. Não há nada novo, ou absolutamente original na utilização dessas técnicas. A única diferença é utilizá-las em outros momentos. E é justo por esta mudança de local de uso que elas potencializam as atividades as quais estão relacionadas, já que forçam alterações nas práticas. Assim, essa inserção de elementos de outros domínios exige um pensar sobre essas práticas que no seu fazer usual está adormecido. A repetição contínua dos mesmos passos para cumprir as mesmas tarefas torna-os semi-automáticos. Romper com essa automação é sempre uma forma de questionamento, de estranhamento sobre o familiar e seguro, e pode ser feito de infinitas maneiras. Esta é apenas a minha.

É nesse sentido que chamo este trabalho de uma experimentação. Estou testando possibilidades de fazer uma prática arqueológica diferente daquelas já praticadas, buscando seguir outros caminhos, outras questões, outros meios. Como salientei anteriormente, incomodam-se as visões homogeneizantes que têm sido expressas sobre ocupações caçadoras coletoras pré-coloniais no sul do Brasil. Ainda que o material arqueológico trabalhado seja local, as explicações ainda me parecem muito genéricas. A ênfase tem sido claramente sobre semelhanças, sobre padronizações. A arqueologia de caçadores coletores no sul do Brasil carece de particularidades. A

história que estamos contando sobre grupos que construíram seus mundos nesta porção de terra em tempos remotos, por ser normativa, ao invés de os diferenciar, tem ressaltado as semelhanças com outros grupos de caçadores coletores no restante do planeta. Os resultados são, desta forma, um pouco previsíveis. Por sabermos de antemão o que procuramos, seu encontro está previsto.

Foi motivada por esta insatisfação que ousei experimentar. É o resultado, mas também a gênese, dessa pequena ousadia que apresento neste capítulo. Escolhi nomeá-lo uma travessia justamente porque sugere um deslocamento: o sair, o andar, o movimentar-se.

Inicialmente, apresentando a área de estudo, aproveito para mostrar um pouco sua história geo-ambiental. A intenção é menos voltada para uma descrição geográfica do que um reconhecimento não apenas de recursos mas também da própria dinâmica presente na formação dos lugares. Salientando mais uma vez a importância de ampliar os olhares sobre as coisas para melhor contextualizá-las, conhecer esta história natural da área é também potencializar a sua percepção.

Exponho, primeiramente, como cheguei no plano geral do trabalho de campo, quais eram minhas necessidades e como fazer para saciá-las, mesmo que parcialmente. Antes de introduzir a idéia de ‘prospectar paisagens’ – que criei como alternativa à ‘prospecção de sítios’ – discuto de forma breve a dicotomia entre teoria e prática tão presente na arqueologia. É através de tentativas de superá-la que surgiram alguns dos recentes debates na disciplina, relacionados com os trabalhos de campo, que me influenciaram na escolha deste caminho (Hodder 1997, 1998; TAG 1998; Andrews et al 2000; Berggren & Hodder 2003). Ao expor, mesmo que parcialmente, estas idéias, explico a trajetória que percorri no desenvolvimento de uma prospecção arqueológica entendida como uma atividade teoricamente embasada.

Em seguida, mostro os caminhos da prática, da realização deste trabalho de campo e da experiência de habitar este outro lugar. Além de explicitar a forma como essa experimentação foi realizada, quais os passos – físicos e intelectuais – percorridos em campo e fora dele, também introduzo brevemente alguns resultados. Uma vez que as interpretações – nesta experimentação – estão profundamente presas à prática, deixo para o capítulo seguinte apresentações mais detalhadas sobre o que fiz, vivi e criei.

### III.I – NAVEGANDO EM ÁGUAS ESTRANHAS

Ainda que os planejamentos tenham sido feitos, é necessário, nestes primeiros momentos da viagem, ficar atento ao leme desta embarcação. Mesmo havendo rumos traçados, todo navegador sabe que é navegando que eles se acertam. Então, agora que o porto de partida começa a ficar para trás, diminuindo de tamanho pouco a pouco, este barco começa a tomar vida.

É possível que este distanciamento lento mas contínuo deste mundo tão familiar seja uma das condições para acertar outros rumos, como se além do porto também sumissem certas memórias, certos vícios, e mesmo certas certezas. De fato, ainda que o porto de origem seja sempre uma referência importante, para que a travessia dê certo é preciso dar as costas e olhar em frente.

Assim começou de fato esta jornada.

### III.I.I – O VALE DO RIO MAQUINÉ E OS PLANOS INICIAIS DE VIAGEM

Propus, inicialmente, realizar um levantamento de sítios arqueológicos no vale do Rio Maquiné. Este vale está localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, descendo pela encosta do Planalto das Araucárias em direção à Planície Litorânea. Diferente da maior parte dos rios que drenam o planalto e suas encostas, o Rio Maquiné escoar em direção ao Oceano Atlântico.

A introdução da história natural dentro de panoramas pré-coloniais pode ser criticada como uma forma de aproximar os povos nativos à natureza, ao mesmo tempo em que os afasta da civilização moderna (Leone & Little 1993: 162). Porém, o que busquei fazer aqui teve outra intenção. Absolutamente discordante da validade da dicotomia natureza-cultura para explicar estes povos, introduzo esta história natural porque ela foi de fato importante na minha percepção em campo de elementos geológicos, alguns dos quais – como vou mostrar – tiveram importância significativa para a construção de explicações sobre a cultura material identificada.

Assim, ainda que seja um tanto árduo, uma olhada sobre a história geomorfológica desta região ajuda na compreensão de muitas das características deste vale. Uma vez que este trabalho busca uma experiência de inserção nesta paisagem,

entender esse dinamismo e essa gênese geo-ambiental potencializou a identificação não apenas de elementos no espaço como também do profundo entrelaçamento desses elementos, ampliando assim as possibilidades interpretativas. Afinal, aqui há uma clara busca por multiplicidade.

ERA	PERÍODO	ÉPOCA	acontecimento geológico	idade (MA)	
Cenozóica	Quaternário	Holoceno	sedimentação marinha na planície costeira	até hoje	
		Pleistoceno	intensificação da dissecação fluvial ciclos glaciais calma tectônica que segue até atualidade	3,5 a 0,01	
	Terciário	Neógeno	Plioceno		12 a 3,5
			Mioceno	reativação tectônica: formação de superfícies interplanálticas Sinclinal de Torres	20 a 12
		Paleógeno	Oligoceno		28-20
			Eoceno	basculamento da superfície acentua dissecação origem da rede de drenagem	42-28
Paleoceno		65-42			
Mesozóica	Cretáceo		Formação Serra Geral (clímax)	135-65	
	Jurássico		vulcanismo fissural - Abertura do Atlântico Sul	181-135	
	Triássico		Formação Rosário do Sul: sedimentação em condições fluviais Formação Botucatu: sedimentação eólica atividades vulcânicas precursoras da Form. Serra Geral	230-181	

Tabela 3.1: Resumo da seqüência geomorfológica na porção nordeste do Rio Grande do Sul. (Elaborado sobre dados do IBGE 1986)

A porção nordeste do Estado do Rio Grande do Sul tem como característica principal do seu relevo a massa vulcânica formadora do ambiente de planalto, resultado de processos geológicos com origem no período Triássico da era Mesozóica (Tabela 3.1). Já a planície litorânea tem uma formação bem mais recente, predominantemente já no Quaternário, ainda que formações mesozóicas tenham também contribuído na sua constituição.

Essa massa rochosa que forma a atual porção meridional do Planalto Sul-brasileiro, onde se situa o vale em questão, é denominada de Formação Serra Geral, pertencente ao Grupo São Bento, que engloba ainda as formações Botucatu e Rosário do Sul, estas areníticas (IBGE 1986). A Formação Serra Geral é a de origem mais recente deste grupo, estando sobreposta ou interdigitada às outras, o que permitiu o surgimento

do chamado arenito metamorfizado<sup>1</sup>, que Rambo (1956[2000]: 237-8) caracterizou como testemunho da maior antiguidade dos arenitos em relação às rochas efusivas da Serra Geral.

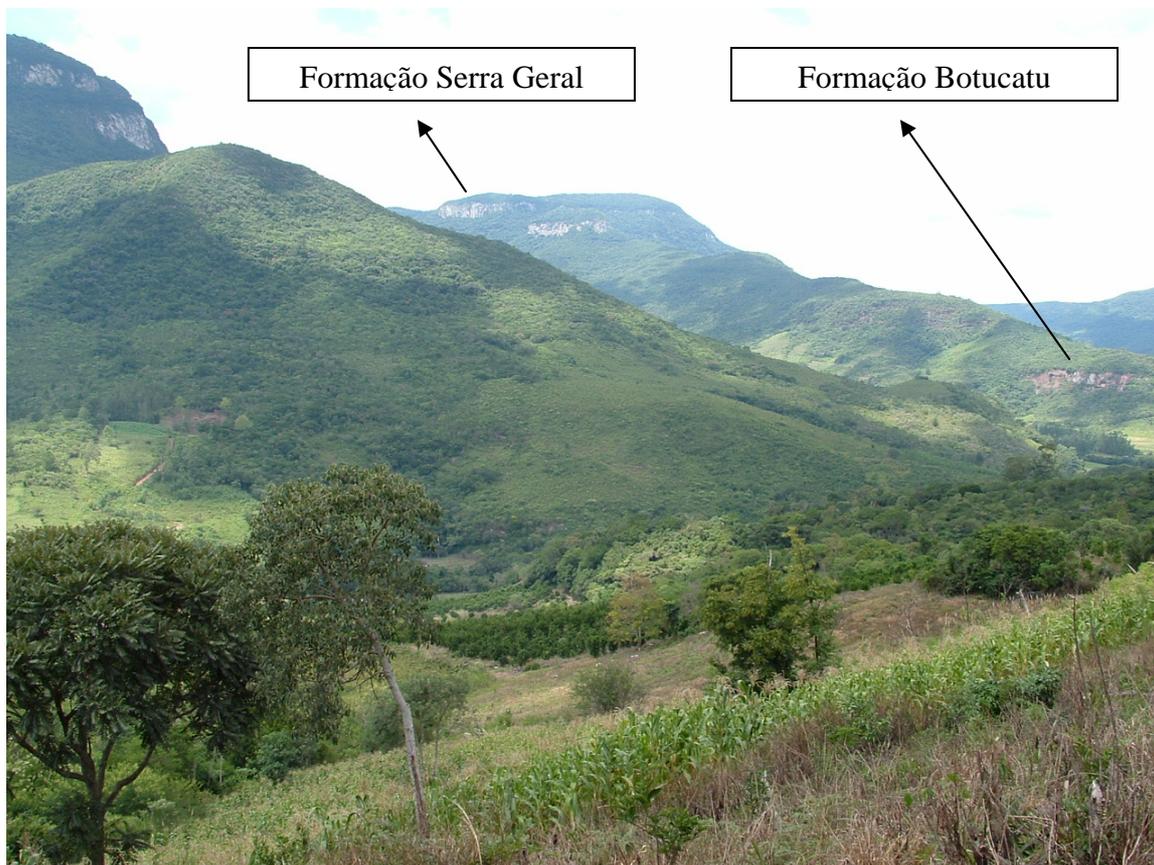


Figura 3.2: Uma vista do interior do vale do Rio Maquiné, situada no vale do Arroio Forqueta em direção ao Arroio Ligeiro, sendo visíveis paredões rochosos das duas formações geológicas da área, indicativos da sobreposição dos depósitos. (27/02/2005).

Sendo uma drenagem que age nesta formação, o vale do Rio Maquiné de fato apresenta testemunhos tanto da massa vulcânica quanto da formação Botucatu<sup>2</sup>, aparentes nos amplos paredões rochosos respectivamente das porções mais altas e mais baixas do vale (Fig. 3.2). É também nestes vestígios de formação arenítica que estão localizados todos os abrigos-sob-rocha identificados durante as atividades de campo, inclusive o expressivo RS-LN-01.

A deposição da Formação Botucatu, datada do período Triássico, tem um forte caráter eólico, indicativo de um período desértico. Ela é constituída de “um empilhamento de cunhas arenosas que apresentam prolongamento maior na direção do

---

<sup>1</sup> Também conhecido na literatura arqueológica como arenito frito ou silicificado.

<sup>2</sup> A Formação Rosário do Sul, também arenítica, não está presente na área do Rio Maquiné. Situa-se mais para o sul e para oeste, deste o norte do município de Gravataí, passando por Santa Maria e arredores e ampliando-se para o sul na direção de Rosário do Sul e Santana do Livramento (IBGE 1986: 212).

vento” (IBGE 1986: 220), permitindo com isso inclusive o desenvolvimento de estudos de paleocorrentes. Essa deposição de elementos areníticos relativamente paralelos (empilhados) é bastante importante para a posterior formação dos abrigos rochosos. Estes, de fato, tomam suas formas de acordo com a direção destas cunhas arenosas, tornando-se mais ou menos íngremes conforme a deposição dos sedimentos. Neste sentido, ainda que a antiguidade desta formação impeça sua relação com as ocupações humanas pré-coloniais na área, é devido a estas características originais que milhões de anos depois alguns grupos humanos poderão usufruir certos abrigos areníticos em detrimento de outros.

É com o início da Formação Serra Geral que terá fim essa sedimentação eólica. Ainda que atividades vulcânicas já estejam presentes ao fim do período Triássico, seu clímax ocorre no período Juracretáceo (id.: 222). É interessante salientar que apesar da denominação ‘vulcânica’, essa deposição ocorre pelo extravasamento de lavas através de fissuras ocorridas no terreno, e não por vulcões tradicionais (como aqueles ativos atualmente no Pacífico). Esse vulcanismo fissural é resultado de “processos geodinâmicos que culminaram com a abertura do Atlântico Sul e a conseqüente separação continental América do Sul-África” (id. *ibid*).

Através de perfis geológicos, foi observado que essa formação vulcânica tem espessuras variáveis, mas que seguem uma tendência geral em que a parte mais espessa (por volta de 1000m) situa-se na borda leste (entre Três Forquilhas e Torres) diminuindo tanto para norte, quanto para sul e oeste, apesar das altitudes máximas situarem-se no sudeste catarinense (id.: 222). Essa tendência de declive para oeste torna-se óbvia através da observação da paisagem, com a forte ruptura dos Aparados da Serra na borda leste e a quebra mais sutil na direção oeste da várzea do Rio Uruguai. Além disso, como destacado por Rambo (1956[2000]: 233), o curso de todos os grandes rios que drenam o planalto orienta-se nesse mesmo sentido, com exceção apenas daqueles pertencentes à Bacia Litorânea, entre eles o Rio Maquiné<sup>3</sup>.

A drenagem dos rios, além de indicar esse declive, é um fator importante na evolução geomorfológica que vai seguir ocorrendo nessa região até os dias de hoje. Segundo Rambo:

(...) em virtude da erosão regressiva dos canhões, virá um dia em que os grandes afluentes do Guaíba e do Pelotas tocarão nas nascentes dos cursos que descem da borda oriental. Aquele que tiver o declive mais forte puxará

---

<sup>3</sup> Além do Rio Maquiné, pertencem à Bacia Litorânea também os rios Três Forquilhas e Mampituba.

para si as fontes do outro, decapitando-o. Terá então soado a hora, em que o reduto mais forte do planalto cairá rachado em blocos, que hão de seguir o destino fatal de todo o planalto: o nivelamento definitivo e completo sob a ação impiedosa da água corrente. (id.: 254)

Ainda que bastante fatalista, esta previsão de Rambo é expressiva sobre o importante papel das águas na formatação do relevo. Essa força ativa dos rios não é apenas um elemento das explicações científicas sobre a gênese geomorfológica da região. No vale do Rio Maquiné, ainda hoje a população local preserva inúmeros temores em relação à força das águas. Muitos moradores me descreveram momentos de terror vividos durante períodos de chuvas muito intensas, quando a vazão de água é tão grande que o rio transborda por toda as áreas mais baixas.

Este fenômeno é chamado localmente de ‘turbilhão’ e caracteriza-se por um aumento do volume de águas gerando uma força descomunal do rio, o que ocorre de maneira muito rápida e quase sempre imprevisível. Durante as saídas de campo realizadas em setembro e outubro de 2004, havendo algumas chuvas intensas na área, vários moradores expressaram o perigo de ficarmos acampados próximos ao leito de rios, lembrando sempre episódios marcantes da ocorrência de ‘turbilhões’. Já na temporada realizada em fevereiro de 2005, uma informante comparou esse fenômeno local com as recém ocorridas ‘tsunamis’ no Oceano Índico. Apesar da desproporção, tal associação expressa alguns dos sentimentos relacionados com a força das águas, como o medo e a perda.

Voltando o olhar para a história geológica do vale do Rio Maquiné, fica bastante claro que – ainda que esses sentimentos sejam recentes – a ação das águas tem de fato um papel erosivo (destruidor<sup>4</sup>) bastante antigo.

No Terciário tem origem a atual rede de drenagem, ocasionada pela intensificação de chuvas. O planalto, neste período, ainda é caracterizado por “uma superfície sem relevo e quase horizontalizada” (IBGE 1986: 357). Com posteriores movimentos de basculamento (tipo balanço) da superfície, há uma acentuação do declive para sudoeste, que associada a climas agressivos (de alta energia), ocasiona uma fase de dissecação e encaixamento da drenagem (id.: 357-9).

Então, no Terciário Médio, ocorre uma reativação de linhas estruturais com a formação de uma dobra tectônica no sentido Torres-Vacaria, conhecida como Sinclinal

---

<sup>4</sup> É claro que essa destruição causada pelas águas é também, de muitas formas, criadora. Afinal, ao erodir as terras são criados os relevos.

de Torres. Esse é um elemento importante com impacto direto na constituição do vale do Rio Maquiné. Esta dobra tectônica vai acabar controlando a trajetória dos dois rios que ligam mais diretamente a região do planalto com a planície litorânea: o Três Forquilhas e o Maquiné. A drenagem de ambos é intensificada durante o Mioceno Médio e Tardio provavelmente em resposta à tectônica da sinclinal, e vai seguir um sistema de fraturas nas rochas que é controlado por esta grande linha estrutural no sentido noroeste (Martins et al 2001: 278). De fato, o eixo principal da atual drenagem do Rio Maquiné segue uma orientação Noroeste-Sudeste.

Essa ação das águas sobre a terra, além de dissecar os vales, acaba também por transportar e modificar alguns materiais. A abundância de seixos de basalto<sup>5</sup>, por exemplo, mesmo nas partes mais baixas do Rio Maquiné, é resultado dessa atividade. Também a variação no tamanho e na forma dos seixos encontrados nos leitos de rio é resultado disso. Assim, enquanto que nas porções média e baixa o leito é formado basicamente por seixos bem arredondados, em sua maioria com menos de 20cm, na porção alta, ou nos arroios menores, predominam seixos angulares e de maiores proporções. Isto apenas evidencia a importância da ação das águas na gênese desse ambiente, acentuando as múltiplas relações existentes entre os vários elementos que formam esse vale.

Gostaria de salientar, com isso, que esse não precisa ser unicamente um conhecimento geológico, científico. A observação empírica desse vale também é uma forma de compreender essas relações, permitindo talvez um outro tipo de conhecimento, que não por isso deva estar menos ciente dessas ações. O que estou indicando aqui é que os grupos nativos, assim como a população atual, por habitar este ambiente, adquire conhecimentos sobre ele que podem ser equiparados ao nosso saber científico. Aqui pode estar o início de uma explicação sobre a escolha preferencial das áreas fechadas do vale, mais íngremes e mais encaixadas, onde as águas são mais ruidosas e o basalto mais abundante, pelos grupos caçadores coletores que ali habitaram. Por hora, não avançarei mais neste ponto, que será retomado adiante.

No vale do Rio Maquiné essa presença da água é marcada, como tentei mostrar, tanto pelos rios quanto pelas chuvas. De fato, essa unidade geomorfológica onde está inserido o vale é a região com mais alto nível pluviométrico do estado, com

---

<sup>5</sup> Utilizo aqui o termo 'basalto' como uma denominação genérica para toda uma ampla gama de rochas efusivas originárias da Formação Serra Geral, mesmo que sob este rótulo também possam ser incluídas rochas efusivas ácidas. Incapaz de fazer esta diferenciação no material arqueológico que estudo, abstenho-me também de fazê-lo para outros contextos.

médias entre 1500 e 2300mm anuais (contra uma média estadual que gira em torno de 1200 a 1700) (IBGE 1986: 758). A chamada Unidade Serra Geral, caracterizada pela forte ruptura dos Aparados das Serra, tem um tipo de relevo abrupto e muito recortado, formando *canyons* e vales bem fechados. Devido à sua posição próxima ao oceano, essas grandes escarpas acabam por agir como uma espécie de barreira para as massas úmidas, ocasionando esse grande volume de precipitação. Isso garantiu o desenvolvimento de vegetação de Floresta Ombrófila Densa, caracterizada pela presença de “vigorosas árvores, providas de largas e densas copas, constituindo densa e fechada cobertura arbórea” (Veloso & Klein 1968, apud IBGE 1986: 565).

As chuvas constantes na área não são apenas uma constatação meteorológica, advinda de medições controladas. Desde 1997, quando visitei pela primeira vez o vale, todas as vezes que lá estive houve chuvas. Mesmo na última temporada de campo, em fevereiro deste ano, em meio a uma estiagem que castigava todo o sul do país, no vale chovia (claro que com médias bastante inferiores às usuais).

Esse alto nível de pluviosidade, porém, não foi uma constante. Observando resultados de estudos sobre registros polínicos coletados em diversos pontos no sul do Brasil é possível caracterizar, ainda que de forma fragmentária, a evolução climática da área, em especial a partir do Pleistoceno Tardio (Behling 1995, 1997, 1998, 2001, 2002; Behling & Negrelle 2001; Behling et al 1999; Hoehlig et al 2001; Prietto et al 1999).

Durante o último período glacial, com uma temperatura média entre 3 e 7°C mais baixa que a atual, a cobertura vegetal tanto do planalto quanto da planície litorânea era significativamente diferente da riqueza de biomas florestais que encontramos hoje nas mesmas regiões (Behling 2002:25). Em torno de 37.500 BP havia condições mais frias e mais secas (id.:23), intensificadas durante o Último Máximo Glacial<sup>6</sup> (entre 27.500 e 14.500 BP), pela ação de frentes polares Antárticas. Supõe-se que, neste período, a ação dessas frentes estava fortalecida, atingindo áreas que hoje em dia raramente as massas polares conseguem alcançar (como proximidades com o Equador) (Behling 1998: 153). Com isso, geadas atingiam as terras baixas e marcadamente as terras altas (Behling 1995: 146). Apesar do domínio da vegetação de campos, capões de floresta isolados resistiam a estas condições. As áreas no fundo dos vales, onde havia mais umidade, serviram como refúgios para a floresta de Araucária e a floresta pluvial (Behling 1997, 1998), situação em que o vale do Maquiné poderia se encaixar.

---

<sup>6</sup> Da sigla em inglês: LGM=Last Glacial Maximum.

No Holoceno Inicial e Médio as terras altas continuam dominadas por paisagens abertas de campo, indício da manutenção de condições secas (Behling 2002). Um pequeno incremento na precipitação permite uma expansão reduzida de floresta pluvial nos vales, mas estações secas bem marcadas impedem uma expansão de taxa da floresta de Araucária (Behling 1997). Por volta de 10.500 BP, no planalto, o clima esfria-se e torna-se levemente mais seco (Behling 1995: 146), enquanto nas terras baixas de Santa Catarina transgressões marinhas perturbam a floresta pluvial Atlântica já depauperada pelas condições anteriores (Behling & Negrelle 2001: 5-6).

Então, a partir de 10.000 BP até aproximadamente 2.900 BP, o Holoceno tem sua fase mais quente, ainda que as condições de umidade alterem-se apenas levemente (Behling 1995: 146). Em uma amostra coletada em São Francisco de Paula, por exemplo, as condições foram tão secas entre 7.500 e 4.000 BP que a conservação dos pólenes e esporos foi prejudicada (Behling et al 1999). Esse aumento de temperatura faz com que tanto no planalto quanto na planície costeira haja uma expansão de taxas de floresta tropical (id.ibid.), sendo esta significativa nas terras baixas durante o Holoceno Médio (Behling & Negrelle 2001).

Uma mudança importante ocorre entre 4.000 e 3.000 BP, quando o nível de chuvas aumenta. Um ambiente mais úmido propicia o início da expansão da floresta de Araucária nas terras altas (Behling 1995, 1997, 2002), enquanto uma progressiva regressão das águas oceânicas, associada a um ambiente quente e úmido, favorece a expansão da floresta pluvial Atlântica (Prietto et al 1999). Uma amostra do Parque Nacional Aparados da Serra indica ainda, a partir de 3.300 BP, uma alternância entre climas mais secos e mais úmidos, com predomínio respectivo de vegetação de campos e de floresta de Araucária (Hoehlig et al 2001).

Entretanto, a partir de 1.500 BP, Behling (2001, 2002) supõe um aumento generalizado da umidade no sul do Brasil, com as mais curtas estações secas anuais desde o pré-Glacial (Behling 1998). Esse aumento significativo da precipitação é o fator fundamental para a grande expansão da floresta de Araucária sobre a vegetação de campo nas terras altas (Behling 1995: 147), contribuindo também para a intensificação das florestas pluviais dentro dos vales.

É notável, portanto, a ocorrência de inúmeras variações na área mesmo nos últimos milênios. Isto deve servir como uma ressalva para se pensar o mundo como um local estável. Ainda que nos ambientes urbanos estejamos acostumados às mudanças na paisagem, com a constante construção e destruição dos volumes arquitetônicos, há certa

tendência em olhar para as áreas menos urbanizadas como redutos estáveis da natureza. Apesar de ocorrer em graus diferenciados, também as paisagens rurais alteram-se constantemente.

Saliento isso justamente para ressaltar o perigo que toda interpretação sobre outros corre. Assim, ao propor uma inserção neste outro mundo que existe no vale do Rio Maquiné foi necessário que questionasse minhas idéias sobre a estabilidade do espaço. Foi nesse sentido que me voltei para essa história geo-ambiental, como uma forma de relativizar minhas pré-concepções sobre esse mundo que no pensamento ocidental nomeamos 'natureza'. Ainda que esse relato mantenha, até aqui, a separação entre natural e cultural (já que a ação humana está ausente), ele me serviu como um sinal de alerta sobre o profundo dinamismo presente no mundo natural, que por muito tempo tive como estável. Pode parecer ingênuo, mas pensar o espaço como algo dinâmico me fez compreender que ele não é um simples pano-de-fundo para a ação das pessoas. Ser dinâmico, nesse sentido, significou para mim ser ativo. Assim como as pessoas não são fantoches da natureza, o ambiente não é cenário para a cultura. Pensar os dois pólos como forças ativas é também uma forma de diminuir a importância dessa dicotomia, ressaltando menos a competição do que a complementaridade entre eles.

Com essas idéias em mente, voltei aos meus planos iniciais sobre realizar uma prospecção arqueológica no vale do Rio Maquiné.

Ao pensar sobre os resultados que, em geral, uma prospecção fornece, observei que minhas aspirações de aproximar natureza e cultura pareciam inviáveis. A atividade de prospectar sítios arqueológicos pressupõe a identificação de áreas delimitadas onde há evidências materiais da presença do homem, ou seja, lugares culturais. Além disso, a prospecção tem sido entendida como uma espécie de ferramenta para projetar a pesquisa arqueológica (Dunnell & Dancey 1983). Como uma etapa inicial, sua função está mais ligada à obtenção de dados sumários do que à produção de conhecimento. Visto desta forma, meu projeto de pesquisa tornava-se, no mínimo, raso.

A simples identificação de áreas com presença de material arqueológico, mesmo que realizada com a ida a campo, parecia fornecer apenas informações muito superficiais, do tipo "o que" e "onde". Além disso, revendo os resultados de trabalhos de prospecção em que participei previamente e também alguns realizados por outros pesquisadores (por exemplo: Copé 1985; Ribeiro 1991; Dias 2003), observei que as descrições sobre os sítios arqueológicos identificados eram muito limitadas,

expressando certa despreocupação, neste momento, em detalhar os tipos de material encontrados e suas quantidades.

Não estou afirmando, com isso, que haja algum tipo de descuido por parte dos pesquisadores (eu inclusive) nesta etapa de campo. O que destaco é que detalhamentos minuciosos não têm sido vistos como uma necessidade desta parte do trabalho. Isto parece ocorrer justamente por esse caráter inicial da prospecção arqueológica no conjunto das etapas de pesquisa, pressupondo maiores detalhamentos das áreas no desenvolvimento dos projetos. Porém, parece evidente que muitos sítios arqueológicos identificados em prospecção raramente são visitados uma segunda vez, principalmente aqueles com pouca densidade de material ou aqueles que não têm interesse direto para a pesquisa. Mesmo no caso da arqueologia de contrato, em que os problemas de pesquisa estão atrelados aos resultados desses levantamentos de campo, sendo menos restritiva à diversidade dos sítios, aqueles que não são atingidos pelas obras dificilmente recebem uma atenção mais detalhada. O resultado disso é que, na maior parte dos casos, apenas aqueles sítios que sofreram intervenções arqueológicas oferecem registros detalhados de sua composição, limitando de forma bastante contundente o conhecimento sobre a distribuição de material arqueológico. O que nossos trabalhos de prospecção têm oferecido, portanto, são informações limitadas sobre “o que” e “onde”. Não discuto que estas sejam informações suficientes para projetos voltados à escolha de locais específicos para intervenção. Porém, no meu caso em especial, com claras impossibilidades técnicas<sup>7</sup> para a realização de escavações e coletas sistemáticas, considerei estas informações muito limitadas. Assim, seguir com um plano de realizar prospecção arqueológica no vale do Rio Maquiné, para conseguir saber ao final apenas que material está presente onde, me pareceu insuficiente. Foi necessário criar alternativas.

### III. I. II – AMPLIANDO LIMITAÇÕES : PROSPECÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Foi ciente das amplas limitações impostas sobre os resultados advindos de trabalhos de prospecção que decidi procurar caminhos para potencializar essas informações. Trabalhando sobre a noção de flexibilidade dos domínios, comecei a

---

<sup>7</sup> Principalmente pela escassez de tempo e de recursos.

discutir a forma como os dados são obtidos durante as prospecções a fim de tentar expandir limites para criar novas possibilidades.

Foi, portanto, a partir de um interesse em tentar produzir algo mais do que um inventário de sítios arqueológicos na área que iniciei um estudo sobre a atividade de prospectar. O que saliento com isso é que, partindo de um levantamento de sítios em uma área sem previsão de intervenções, as potencialidades de produzir um conhecimento que ultrapasse a simples identificação dos sítios arqueológicos são poucas. E sendo este o meu caso, tenho que tentar aumentar essas potencialidades. O que ficou evidente, então, é que eu precisava discutir a forma como esses dados são obtidos para tentar potencializar as informações que pudessem conter. Daí esse estudo sobre a prospecção, como uma forma de discutir essa parte do trabalho de campo e tentar ampliar as potencialidades explicativas dos dados arqueológicos obtidos nesta etapa.

De certa forma, então, esta é uma discussão sobre a forma como se coletam dados em prospecção arqueológica, buscando com isso pensar também esta atividade como uma atividade intelectual, como também parte da construção do conhecimento, logo também como interpretação. Fica clara, então, minha aproximação com um debate contemporâneo na disciplina sobre o caráter construído do conhecimento arqueológico, em detrimento de posições que o consideram como algo dado, que está lá à espera de ser descoberto. Minha opção por esta postura menos objetivista, porém, não significa uma descrença no vestígio concreto que de fato está lá, mas sim uma compreensão que os resultados que obtemos destes vestígios são construções do presente.

É nesse sentido que busco algumas implicações teóricas sobre a atividade de prospectar, pensando que teorizar a prática é uma forma de compreender seu sentido, ampliando, com isso, as chances de utilizá-la no máximo de seus potenciais e limitações. Nesse sentido, vou me ater a dois aspectos complementares que têm especial relevância para os meus interesses na atividade de prospectar. O primeiro é justamente esse caráter interpretativo que a prospecção carrega, que se torna bastante óbvio, por exemplo, pela infinidade de definições sobre o que é um sítio arqueológico. O segundo aspecto complementa o primeiro no sentido de trazer para essas etapas iniciais da pesquisa ao menos parte da discussão teórica que em geral é introduzida apenas nas etapas finais, ou seja, fazer com que a coleta de dados seja também uma etapa ativa do processo de construção do conhecimento, e não apenas um momento prévio, descolado do restante.

Desde pelo menos o final da década de 1990, a literatura internacional apresenta inúmeros debates sobre o trabalho de campo dentro de perspectivas pós-processuais e interpretativas. Oriundos em parte da crítica processual sobre a ausência de engajamento da arqueologia pós-processual no trabalho de campo e na discussão metodológica, esses debates em geral são uma resposta de fato a essa crítica, buscando aproximar uma discussão teórica já bem aprofundada com as práticas de campo. Na reunião de 1998 do TAG (Theoretical Archaeology Group), em uma sessão intitulada “Reconcebendo o trabalho de campo arqueológico”, o organizador Colin Richards afirmava: “o trabalho de campo arqueológico precisa mudar porque está preso dentro de um discurso desacreditado que promove um conceito de objetividade que é claramente inalcançável” (TAG 1998).

Esta afirmação indica justamente o caminho que esse debate tomou, no sentido de criticar uma suposta objetividade inerente ao registro arqueológico. Cada vez mais foi salientado que toda prática estava presa a uma teoria, logo era sempre influenciada e distorcida, não podendo jamais refletir diretamente uma realidade objetiva. E apesar dessas afirmações serem hoje bem digeridas pela maior parte dos pesquisadores, que há muito já não crêem na pureza de um conhecimento objetivo, pouco foi alterado na forma de fazer as práticas, em especial nas práticas de campo (Hodder 1997; Berggren & Hodder 2003; Chadwick 2003).

No que concerne à prospecção arqueológica, além de inúmeras discussões sobre como definir um sítio arqueológico, pouco tem sido discutido sobre o impacto de pensarmos a prática como atividade teoricamente embasada. E esse é o exercício que tento fazer.

O que pode mudar, então, se entendermos que uma prospecção não é apenas o registro objetivo de dados, mas sim uma interpretação desses dados? (Andrews et al, 2000<sup>8</sup>). Talvez o básico seja entender que o processo de produção do conhecimento arqueológico como um todo não pode ser quebrado em etapas de registro e etapas de interpretação, que de fato a interpretação não é um momento posterior, mas que está presente sempre que um sujeito se expressa sobre a realidade concreta, o que é feito através de palavras, ou seja, através de um discurso (Veyne 1987, Tilley 1990).

---

<sup>8</sup> A referência aqui é para a idéia de pensar o registro como interpretação, uma vez que os autores não trabalham com prospecção, e sim com escavações.

Foi por este caminho, buscando romper com essa separação entre atividade descritiva e atividade intelectual, que busquei pensar e fazer a prospecção no vale do Rio Maquiné.

Partindo então de uma perspectiva em que teoria e prática são vistas como aspectos indissociáveis, busquei trazer para a prática de campo aquelas que eram as principais preocupações teóricas do projeto. Desta forma, o interesse em pensar a área de estudo através de uma aproximação à paisagem, buscando interligar os vestígios arqueológicos com o ambiente natural, tornou-se uma espécie de premissa para a ida a campo. Nesse sentido, as caminhadas prospectivas tiveram que se abrir para uma visão de espaço amplo, onde não apenas os sítios arqueológicos são destacados, mas também os não-sítios, os outros elementos que compõem a paisagem.

Complementando esta visão mais ampla de espaço arqueológico, a paisagem tem sido pensada não apenas como cenário da ação humana, mas também como um meio para essa ação. O espaço, nesse sentido, torna-se ativo e dinâmico (Tilley 1994), passando a agir também como uma espécie de personagem.

Com estas questões em mente, ficou claro que esse exercício de uma prospecção que se dispõe a ser teoricamente engajada necessariamente deveria discutir a posição central que os sítios arqueológicos têm ocupado até aqui em toda atividade de prospectar na nossa disciplina. A ênfase nos sítios arqueológicos está diretamente ligada à identificação de áreas onde há concentração de vestígios, que têm sido tradicionalmente entendidas como as áreas que têm valor de fato para a produção do conhecimento arqueológico. Tal posição acaba por desqualificar locais com baixa densidade de material, além de ignorar todos os outros espaços sem vestígios, de tal forma que dificulta qualquer tentativa de compreensão do espaço como uma paisagem contínua, onde a distinção entre natural e cultural sobrepassa a presença ou ausência de vestígios arqueológicos.

Deve-se ressaltar ainda que esta ênfase em sítios também está presente mesmo dentro de perspectivas da arqueologia da paisagem, o que têm gerado várias críticas. A principal delas pode ser sumarizada como um enfraquecimento do potencial explicativo deste enfoque, uma vez que boa parte das pesquisas (na Europa principalmente) tem se mantido presa a sítios monumentais (ver TAG 2002, sessão “Pessoas, Lugares e Coisas: Recontextualizando a paisagem”), recorrendo na mesma falha que originalmente este enfoque criticava.

Como alternativa à ênfase em sítios que as prospecções em geral seguiam, já nas décadas de 1970 e 1980, dentro da chamada arqueologia processual, arqueólogos trabalhando com ocupações caçadoras-coletoras começaram a discutir a limitação dos conceitos de sítio arqueológico. Uma vez que estas ocupações humanas indicavam alta mobilidade, tornava-se evidente que as suas concentrações de vestígios de ocupação seriam bastante efêmeras. De tal forma que a idéia de prospecção sem-sítio (*siteless survey*) ganhou espaço, ampliando o olhar dos arqueólogos em campo para todo e qualquer vestígio, mesmo que “isolado” (Dunnell & Dancey 1983; D. Thomas 1975).

Quando na década de 1990 enfoques voltados para uma arqueologia da paisagem ganharam fôlego, a inserção de concentrações de baixa densidade como elementos importantes para serem identificados pelos arqueólogos tornou-se óbvia (Knapp & Ashmore 1999; Snead & Preucel 1999). Além disso, principalmente através dos trabalhos de Christopher Tilley (1994, 1996, 2004; ver também Bradley 2000), a relação entre lugares culturais e lugares naturais foi salientada, ampliando toda e qualquer noção prévia sobre o que é o espaço arqueológico.

Dessas considerações, comecei a estruturar uma maneira de fazer um levantamento arqueológico na minha área de estudo que permitisse amarrar a necessidade de procurar vestígios com a preocupação em produzir um conhecimento que não fosse uma mera descrição dos materiais encontrados (ou dos conjuntos desses materiais). Ou seja, uma prospecção que produzisse um conhecimento abertamente interpretativo, permitindo explicar mais do que descrever.

Nesse sentido, comecei a utilizar a expressão prospectar paisagens ao invés de prospectar sítios arqueológicos. Enquanto que a última pressupõe a existência de áreas delimitadas onde o passado deixou vestígios, a primeira tende a englobar como parcela do passado todos os espaços. Esta foi uma das formas de olhar para o registro arqueológico não como algo dado, mas como uma interpretação construída no presente. O que está por trás desta perspectiva, então, é a idéia de considerar o espaço arqueológico como uma paisagem formada por uma rede de conexões, onde espaços naturais e espaços culturais se interpenetram. Salientando, mais uma vez, a profunda dependência entre teoria e prática que busquei ativar nesta pesquisa, parto agora para a prática realizada com o intuito de explicitar melhor estas idéias. Mais do que a apresentação dos resultados, que deixo para o capítulo final, este é o momento para mostrar os passos, as regulagens do barco.

### I I I . I I – P A R A P R A T I C A R A E X P E R I M E N T A Ç Ã O N O V A L E D O R I O M A Q U I N É

A idéia de prospectar paisagens surgiu como uma forma de fugir da aplicação da dicotomia natureza-cultura já nestes primeiros momentos de contato com esses outros mundos que se mostram presentes hoje através dos vestígios materiais. Ressalto, porém, que estas evidências concretas não são entendidas aqui como meras conseqüências da ação humana, detritos passivos de outros tempos que nos indicam a presença e as ações das pessoas que os produziram. Diferentemente, sigo uma compreensão da cultura material como parte integral da sociedade, ativamente ligada à vida social (Thomas 1996: x-xi), fazendo parte, portanto, das relações sociais. Que as coisas não tenham intenções não significa que não possam ser ativadas por intenções externas, participando do universo social como elemento ativo. Partindo dessa compreensão da cultura material, a experiência de ir a campo e encontrar os vestígios permite a realização de uma espécie de etnografia, em que as relações entre as coisas apontam para relações com as pessoas.

Um conceito que está na base desta experimentação, sendo portanto necessário discorrer um pouco mais sobre ele, é ‘mundo’. De fato, a riqueza de uma arqueologia em que a cultura material é ativa está justamente na sua potencialidade de aproximação a outros mundos, afastando – ainda que parcialmente – as explicações do nosso. Não estou afirmando, com isso, que seja possível entender outros mundos como se a eles pertencesse; digo apenas que pode ser enriquecedor permitir que nossas explicações sobre os outros não sejam unidirecionais, abrindo as interpretações para a existência de outras explicações. Foi muito por influência dos trabalhos de Christopher Tilley e Julian Thomas (Tilley 1994; Thomas & Tilley 1993; Thomas 1996) que adotei a utilização desse conceito.

‘Mundo’ é uma idéia que pode ajudar bastante em caminhos interpretativos que tentem saber menos de antemão. Refere-se, nos termos de Julian Thomas, a “estruturas de inteligibilidade” (1996: 65). Isso significa que o ‘mundo’ não é nem o conjunto de objetos que rodeiam as pessoas, nem tampouco as idéias que povoam suas mentes. É, de certa maneira, a forma como as pessoas conectam-se com as coisas e as idéias, o que ocorre através da prática cotidiana. Thomas explica esse sentido:

“Quando seres humanos encontram fenômenos na sua base cotidiana, eles podem fazer sentido deles fixando-os a contextos significativos. (...) Assim

que nós encontramos o objeto físico, essa rede de contextos significativos nos permite torná-lo inteligível. Ou, colocando de forma mais incisiva: as coisas sempre ‘se mostram’ para nós já sendo inteligíveis. É o conjunto completo de contextos significativos que uma pessoa ou grupo de pessoas tem à sua disposição, uma matriz de relações de inteligibilidade, que nós podemos chamar de seu mundo. Segue disso que é bastante possível para as coisas materiais existirem sem estarem ‘no mundo’ de uma pessoa ou grupo particular: mas apenas se eles não tiverem ainda se encontrado. Assim que uma coisa foi experienciada, ela já vai ser parte de um mundo e ser entendida de uma forma particular. (...) Os seres humanos lidam com os fenômenos que encontram inserindo-os na compreensão do mundo que eles já desenvolveram: nada é percebido sem ser percebido ‘como’ algo. É portanto o fenômeno do mundo que determina o caráter da percepção.” (1996: 65)

Se o mundo é, então, a maneira como as pessoas dão sentido aos fenômenos da vida, e se este sentido depende justamente dos contextos significativos já existentes, este conceito pode parecer um tanto restritivo, como se houvesse uma estrutura subliminar dominando a ordenação dos fenômenos. Ao contrário, porém, deve-se pensar essa ordenação como uma renovação constante. A prática cotidiana, ao expor continuamente as pessoas a novidades, ao encontro com fenômenos desconhecidos, é mais um risco do que uma garantia de estabilidade<sup>9</sup>. Os contextos significativos não são regras rígidas, e sim parâmetros de compreensão. Cada novidade, portanto, altera e atualiza o mundo.

O ‘mundo’ parece ser um conceito interessante para a arqueologia justamente por sua fluidez, em especial para estudos com alguma intenção etnográfica. Como ele é construído na prática, na interação das pessoas com as coisas, é fortemente enraizado em contextos particulares. Com isso, torna-se difícil para o pesquisador iniciar o estudo sabendo muito sobre o que vai encontrar. De fato, a idéia de trabalhar com ‘mundo’ implica uma aproximação um tanto humilde ao objeto, para não dizer ignorante. Afinal, para conhecer um mundo é necessário seguir as experiências de quem vive nele, sendo as explicações de outros mundos pouco relevantes.

Como tentei introduzir no capítulo II, a ausência de pessoas vivas nos estudos da arqueologia não deve ser vista como um impedimento para conhecer seus mundos. Aqui, a forma como as coisas estão depositadas no espaço funciona como um

---

<sup>9</sup> Esta idéia aproxima-se também ao que Marshall Sahlins propôs para sua interpretação sobre a chegada do Capitão Cook ao Havaí, buscando uma complementaridade entre estrutura e evento, na qual salienta justamente o “risco da práxis” para a manutenção das estruturas (Sahlins 1994, em especial o capítulo “Estrutura e História”).

informante sobre as redes de relações que conectam os fenômenos nas estruturas de inteligibilidade. Daí a importância de viver a experiência do corpo neste espaço, de habitar estes lugares, de buscar esse conhecimento empírico, local e particular. Que outras pessoas teriam outras experiências e outras interpretações não é surpresa alguma, nem tampouco exclusividade desta proposta. O debate entre Lewis Binford e François Bordes sobre as coleções do Musteriense<sup>10</sup>, resultando em duas interpretações absolutamente discordantes sobre o mesmo material arqueológico, é apenas mais um exemplo da abertura à subjetividade inerente à nossa disciplina.

A prospecção de paisagens que apresento a seguir foi uma maneira de entrar nestes mundos que ainda estão presentes no vale do Rio Maquiné através dos seus vestígios materiais. Porém, como esses mundos foram construídos localmente, meu conhecimento prévio serve apenas para ampliar minha percepção sobre as coisas, permitindo identificar uma quantidade maior de elementos do que, por exemplo, um leigo – que dificilmente identificaria refugos de lascamento. É nesse sentido que considero a utilização desse conceito proveitosa, já que – ao considerar o mundo como uma construção local e particular – o pesquisador não tem previamente hipóteses para serem testadas (ainda que possa vir a construí-las posteriormente), logo ele deve estar menos seguro sobre o que vai encontrar e menos correto sobre o que pensa saber. Creio que isto amplia as possibilidades das interpretações arqueológicas serem menos impostas e mais dialogadas, uma forma talvez da arqueologia, ao exemplo da antropologia, “levar o pensamento indígena a sério” (Viveiros de Castro 2002: 12). É uma forma de permitir que a cultura material exprima a existência de outros mundos questionando a naturalização do nosso.

Explicitadas essas questões, apresento como foi feita a prática.

### III. II. I – PROSPECTANDO PAISAGENS NA BARRA DO OURO, MAQUINÉ

#### I. DA ÁREA PILOTO

Como indiquei acima, a opção por trabalhar com uma área piloto de pequenas dimensões decorreu tanto das limitações técnicas da pesquisa quanto da

---

<sup>10</sup> Uma síntese desse debate pode ser encontrada em Binford (1988, Capítulo 4), obviamente sendo defendida a posição do autor, porém é também explicada a posição de Bordes.

proposta teórica que lhe sustenta. Além de facilitar as locomoções, com o tempo escasso foi apenas trabalhando com uma área pequena que o tipo de experimentação que proponho poderia ser possível. A idéia de habitar o lugar, de torná-lo familiar, de reconhecê-lo facilmente, exige uma inserção na área que tem uma duração diretamente proporcional ao seu tamanho. Assim, abster-me de prospectar o vale por inteiro para centralizar minha atenção sobre uma área menor, que apesar de abarcar várias localidades será chamada aqui pelo nome da mais conhecida entre elas, a Barra do Ouro.

A Barra do Ouro fica situada mais ou menos no ponto médio do vale, na altura que o Rio Maquiné é de fato formado, quando se encontram seus principais afluentes: Arroio Lajeado, Arroio Forqueta, Arroio Encantado e Arroio do Ouro (Fig.3.3). Deste ponto para cima, o vale torna-se cada vez mais encaixado, estreitando-se pouco a pouco até chegar às cabeceiras dos formadores, em geral emolduradas por cachoeiras sobre amplos paredões basálticos. Para jusante a situação é bastante diferente. Poucos quilômetros abaixo da Barra, onde o Rio Maquiné alarga e aprofunda seu leito, tornando-se menos ruidoso, a planície fluvial cresce, afastando do rio as encostas dos morros.

Com essa mudança no relevo, o vale para o sul fica maior, mais amplo, e o olhar também atinge distâncias maiores. A Barra do Ouro fica exatamente entre esses dois vales do Rio Maquiné, ainda que mais ligada ao vale fechado da porção superior. Assim mesmo, devido ao ponto de encontro dos grandes afluentes, formou-se uma planície fluvial relativamente ampla, mas diferente daquelas mais abaixo por estar bem cercada por morros próximos. Enquanto neste local esta planície é exceção, na porção baixa é a norma, estando então sempre bem aberta.

Apesar dessas características peculiares da região junto à Barra do Ouro, o primeiro critério considerado para definir a área piloto foi outro. Partindo dos poucos dados existentes para o vale sobre a localização de sítios arqueológicos, oriundos de pesquisas de Eurico Miller na década de 1960 (Miller 1969, 1974), ficou evidente a concentração de abrigos com ocupações de caçadores coletores neste entorno (Fig 3.3). Além destes abrigos, Miller ainda registrou a existência de outros quatro sítios arqueológicos no vale (Miller 1969b), associados à Tradição Humaitá, estando um deles dentro da área piloto, um à montante e dois à jusante (bem próximos à abertura do vale para a planície litorânea).

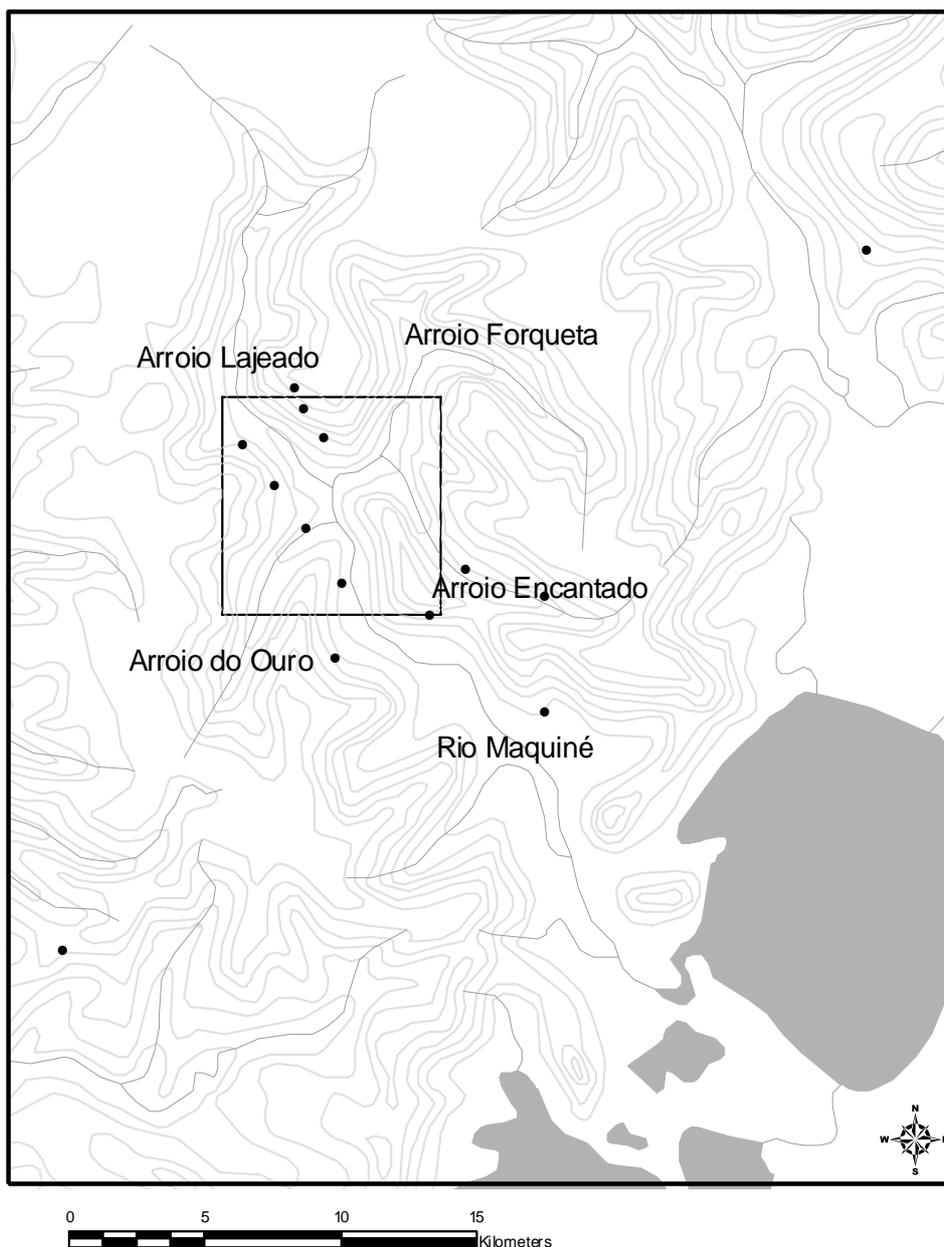


Figura 3.3: Mapa do vale com delimitação da área piloto na Barra do Ouro e indicação dos rios. Os pontos marcados referem-se a grutas identificadas por Eurico Miller na década de 1960, classificadas como pertencentes à Tradição Umbu (Miller 1974). A localização dessas grutas neste mapa foi feita por georeferenciamento dos mapas publicados por Miller, não sendo exata (como descobri em campo).

Apesar desta quantidade relativamente grande de sítios (12 abrigos e 4 a céu aberto), nos acervos do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Marsul), onde estão depositados os materiais arqueológicos coletados por Miller no Estado, apenas a coleção do abrigo RS-LN-01 está disponível. Em inúmeras visitas que realizei a esta instituição desde 1997, muitas vezes acompanhada do arqueólogo André Luiz Jacobus (técnico do museu e certamente o maior conhecedor do seu acervo), jamais encontrei qualquer vestígio destes outros 15 sítios. É possível que Miller nunca tenha coletado

evidências nestes locais, apesar de estabelecer números de catálogo para alguns deles. É também possível que – devido a condições precárias de acondicionamento – etiquetas de procedência tenham desaparecido, restando apenas o material sem referência (como de fato existe na reserva técnica do Marsul, resultado trágico da pouca atenção que tem sido destinada pelos órgãos responsáveis a uma instituição tão relevante, continuamente carente de recursos e funcionários). De qualquer forma, através das indicações dos mapas publicados, foi possível observar este acúmulo de sítios nesta região central do vale, contribuindo para a delimitação da área piloto trabalhada.

Com 8km de lado, esta área pode ser considerada pequena em relação aos tamanhos usualmente trabalhados pela arqueologia. Porém, a diferença de interesses entre discursos distintos deve implicar também mudanças metodológicas. É nesse sentido que Snead & Preucel (1999) explicam essa alteração:

“A maioria das prospecções arqueológicas padrão tem sido organizada de acordo com complexos esquemas de amostragem espacial ou estreitas linhas pré-definidas. A suposição básica é que os dados produzidos por estas prospecções podem ser agregados de forma a revelar padrões de processo cultural ao longo de amplos períodos de tempo. Independente da utilidade que esse enfoque teve e continua tendo, trouxe a infeliz consequência de separar os sítios arqueológicos do seu contexto social. Os sítios obtêm seu significado através de suas relações com outros sítios e com feições físicas em uma paisagem social pré-existente. A paisagem não pode ser totalmente entendida sem referência a uma visão de mundo que integra lugar e espaço na produção de significados. (...) Reconhecendo este fato, prospecções de *transects* estão sendo agora suplantadas pelo registro de áreas menores em maior detalhe, um enfoque de “micro-escala-regional” que documenta a riqueza e a diversidade da paisagem cultural.” (Snead & Preucel 1999: 170).

Ainda que discorde da pré-existência da paisagem social (que penso existir na prática, e não anteriormente a ela), esta afirmação torna clara a necessidade de trabalhar com áreas menores para tentar identificar contextos sociais específicos.

Definida esta área de trabalho, é chegada a hora de apresentar como foi feita a experimentação propriamente dita.

## 2 . D O S P R O C E D I M E N T O S

As visitas a campo ocorreram em três momentos, contabilizando 45 dias de estadia na Barra do Ouro. Os dois primeiros foram realizados em Setembro e Outubro

de 2004 (12 dias) e o último durante Fevereiro e Março de 2005 (33 dias). Neste período foram visitadas 115 áreas, sendo que em 45 foram encontradas evidências arqueológicas. Também foram encontradas duas peças em áreas sem condições de visibilidade que permitissem um caminhar sistemático, perfazendo um total de 47 áreas a céu aberto com vestígios. Além destas, foram também identificados 23 abrigos rochosos, dos quais apenas três certamente não têm nenhum material arqueológico associado.

Devido a esta abundância de abrigos-sob-rocha, e à localização muito grosseira dos abrigos identificados por Eurico Miller anteriormente<sup>11</sup>, tornou-se bastante difícil estabelecer com segurança quais abrigos em campo relacionam-se aos sítios registrados (Fig.3.4).

Este é o momento, então, de apresentar como foi realizada esta experimentação, explicitando como os passos foram dados e como foram chamados.

Desde as primeiras visitas à área, antes mesmo do início desta dissertação, a vegetação exuberante chamava atenção. Ainda que hoje poucos redutos acolham mata primária – devido à intensa exploração agrícola ampliada no final do XIX e início do XX –, com o êxodo rural ocorrido principalmente depois de 1930, a mata nativa acabou retornando às encostas (Dalpiaz 2002/2003; Gerhardt et al 2000). Essa diminuição na intensidade da agricultura levou à utilização preferencial na atualidade dos terrenos menos íngremes, o que direcionou diretamente a amostragem resultante desta prospecção.

Como optei por realizar caminhamentos sobre áreas abertas, onde há visibilidade, acabei guiada pelas escolhas dos atuais agricultores na abertura de suas lavouras. Claro que isso implica uma visão parcial do registro, que acabou muito preso às áreas baixas, havendo poucas possibilidades de visitar terrenos mais altos que oferecessem visibilidade do solo. Apesar disso, sinto-me satisfeita com os resultados, e tentarei demonstrar como eles – mesmo que parciais – podem contribuir para a construção de alguns mundos nesta área, ainda que bastante fragmentados.

O registro das áreas visitadas seguiu alguns procedimentos básicos. Cada local foi descrito com referência ao tipo de terreno (planície, encosta, topo de morro), ao tipo de cultivo, à declividade, à visibilidade do solo (variando entre ótima e razoável), à

---

<sup>11</sup> Como ressalté acima, a localização dos abrigos de Miller (1974) foi feita com o georeferenciamento do mapa da publicação. Como este mapa utiliza uma escala muito ampla (abarcando todo o nordeste do Estado), mesmo com este georeferenciamento a precisão é pouca. Daí resulta essa localização bastante grosseira.

proximidade de fontes de água, à composição do solo (presença de rochas e outros materiais) e outras observações variadas (por exemplo, alterações antrópicas recentes). Para cada área também era feito um rápido croqui de sua forma, sendo marcados então seus limites, com auxílio de um aparelho de GPS (Garmin e-trex). Foi sobre esses croquis que posteriormente desenhei as áreas de prospecção no mapa da área piloto (Fig. 3.4). O interessante sobre esse procedimento é a visualização da área real que foi visitada, fugindo de estimativas não-controladas.

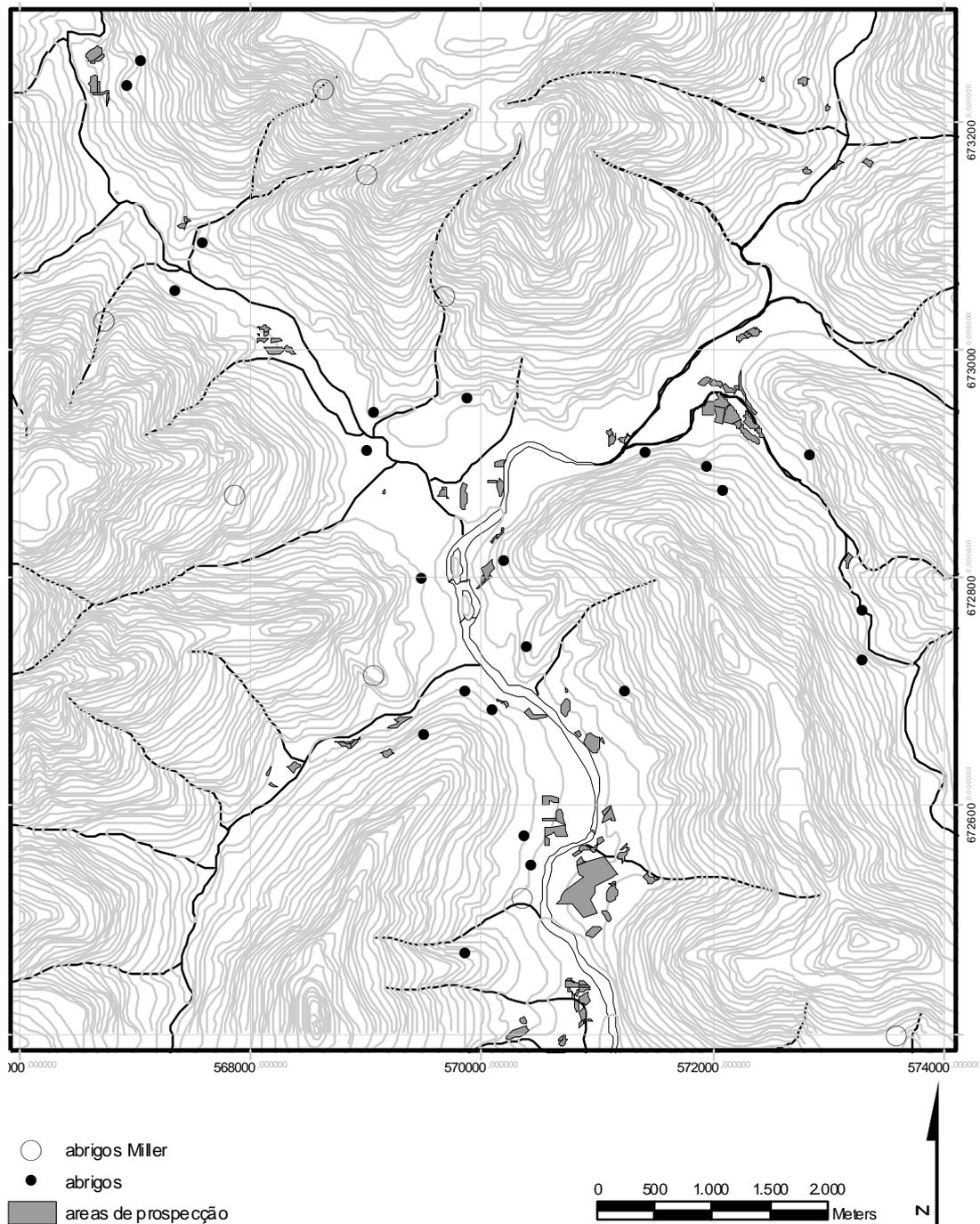


Figura 3.4: Mapa da área piloto com localização das áreas de prospecção, dos abrigos identificados em campo e dos abrigos identificados por Eurico Miller, evidenciando a dificuldade em correlacioná-los.

Além disso, busquei sempre descrever a situação dessas áreas na paisagem: se estavam em áreas abertas ou bem próximas às encostas, se pontos destacados do relevo eram visíveis, se outros lugares com material arqueológico podiam ser vistos; enfim, como era a sensação de estar naquele lugar. Estas descrições podiam ser breves:

“Área 81: (...) área com seixinhos, principalmente menores que 5cm. Vista aberta para vale do Ouro e jusante do Maquiné. Logo em frente à possível gruta no Jair Giacometti.” (11/02/2005)

Ou mais extensas:

“A localização dessas áreas 26 e 27 é extraordinária. É cercada por morros por todos os lados, como tudo por aqui, mas o interessante é que a nordeste estão os aparados brancos da serra da Reserva, a sudeste estão os paredões de arenito das terras do Dalpiaz e Daltoé (cruzando o rio Forqueta) e a sudoeste estão as duas cascatas entre Barra do Ouro e Cerrito (Boa Vista). No lado noroeste há alguns paredões de arenito, não tão grandes, e um cocuruto no topo do morro que parece de basalto.” (26/10/2004)

O importante era tentar transformar em palavras o que os olhos viam e o que o corpo sentia, de forma a poder “rever” estes lugares através do diário de campo em momentos como este, em que o vale está distante. Muitas vezes, complementava essas descrições com croquis da seção do terreno, desenhos do entorno e fotografias, buscando enriquecê-las.

Além dessa produção realizada por mim, incentivei meus colaboradores em campo a produzirem seus próprios diários, de forma absolutamente livre, sem qualquer intervenção direta minha (ainda que todos soubessem previamente que ficaria com seus diários como documentação de campo). Isso resultou, sem dúvida, em uma quantidade significativa de textos e imagens, bastante superiores ao que utilizei aqui, e que contribuíram de forma expressiva para a construção das interpretações que exponho.

Uma vez que estes diários tinham como único fio condutor a experiência dessa prospecção, os textos resultantes foram muito diversificados, ora bastante técnicos, ora absolutamente poéticos. Ainda que de forma um pouco limitada, poderiam render uma interessante discussão sobre a subjetividade inerente ao registro, principalmente cruzando estes textos com as trajetórias de vida de seus autores. Um assunto por demais excitante para ser trabalhado de forma superficial, deixo-o por hora para não incorrer no erro de ao falar de tudo, não falar de nada.

Sobre essas contribuições, gostaria ainda de salientar seu valor interpretativo para minha construção. As diferentes visões sobre a mesma experiência ajudaram-me a ampliar minha perspectiva, ora salientando elementos que eu havia ignorado, ora reforçando relações que eu havia traçado. Principalmente nestes momentos de construção textual, essas contribuições ajudaram-me também a revisitar a Barra do Ouro, enriquecendo minhas próprias descrições, cumprindo de maneira exemplar o papel que eu havia planejado para elas.

Além destas descrições bastante diversificadas, foi realizado um outro tipo de registro. Todas as áreas foram percorridas de maneira sistemática, através de linhas de caminamento paralelas espaçadas, aproximadamente, entre 1 e 5m. Este espaçamento variou de acordo com a quantidade de material arqueológico identificado durante os percursos. Em áreas que não encontrávamos nada, mantinha-se o espaçamento máximo. Porém, quando começavam a aparecer peças, as linhas eram aproximadas, maximizando as possibilidades de encontrá-las. É sobre a identificação deste material que me refiro a este outro tipo de registro.

Como mais uma forma de potencializar os dados produzidos pela prospecção, geralmente superficiais e bastante sucintos, todas as evidências encontradas foram registradas. Cada vez que algum dos pesquisadores encontrava (ou pensava ter encontrado) algum material arqueológico, eu me dirigia até o local – suspendendo momentaneamente minha linha de caminamento – para realizar uma tarefa de registro relativamente detalhada. Cada uma das evidências identificadas foi medida e descrita, sendo indicado o tipo geral, a matéria-prima, a quantidade de córtex, o estado de preservação e o tipo de decoração (para cerâmicas). Além disso, para cada peça era registrado um ponto georeferenciado, através do uso de aparelhos de GPS. Isso permitiu plotar individualmente todas as evidências, oferecendo um mapa bastante refinado da distribuição espacial do material, o que compensava o tempo gasto no registro.

Esse controle espacial foi também um elemento muito importante para facilitar a não-delimitação de sítios arqueológicos em campo. Como já explicitiei acima, essa busca por tentar não definir áreas culturais em oposição a áreas naturais (distinção que está na base de todas as definições de sítio arqueológico) foi tomada aqui como uma alternativa à imposição – já nestes primeiros contatos com a cultura material – de idéias que são válidas para o mundo moderno ocidental, mas que podem não fazer sentido em outros mundos.

Tal tentativa, porém, talvez não fosse possível sem este controle sobre a distribuição das peças. A definição e delimitação de sítios arqueológicos durante a prospecção é mais do que um exercício de classificação do novo nas nossas categorias, uma forma de assimilar as coisas de outros como já nossas, como se essa imposição de idéias fosse sempre intencionalmente realizada. Penso que esta atividade, dentro da grande divisão entre ‘arqueologia’ e ‘arqueografia’ que ainda domina a disciplina, ocorre de maneira já tão automatizada que se tornou banal. Prospector tem implicado justamente encontrar sítios arqueológicos, sendo a delimitação deles apenas mais uma tarefa de registro. A questão, então, é: como prospector sem sítios? Sem essas delimitações, como seria possível produzir algum tipo de registro? Sem sítios, o que resta?

Ao plotar cada uma das peças encontradas durante os caminhamentos, foi possível justamente fazer essa prospecção sem sítio<sup>12</sup>. E ainda produzir registros, saber quais lugares têm marcas materiais da presença humana, sem no entanto separá-los com fronteiras arbitrárias dos espaços sem estas marcas.

O surpreendente, porém, é que a cultura material registrada durante estes trabalhos de campo dificilmente poderia ser enquadrada nas noções de sítio arqueológico que usualmente têm sido aplicadas. Pouquíssimas áreas apresentaram densidades significativas de material arqueológico, que fossem facilmente identificáveis. No geral, a dispersão foi a norma, com uma média de aproximadamente 10 peças para cada área com material arqueológico. Em apenas uma área havia mais de 100 peças em superfície, e em 43 (do total de 47) havia menos de 20 (Tab. 3.2).

<b>quantidade</b>	<b>de peças</b>	<b>de áreas</b>
	apenas 1	10
	2 a 9	25
	10 a 19	8
	20 a 99	3
	mais de 100	1
<b>total</b>	<b>499</b>	<b>47</b>

Tabela 3.2: Relação entre a quantidade de peças identificadas e as áreas, indicando a baixa densidade de material.

Quando esta ampla dispersão do material arqueológico na área tornou-se evidente, o que aconteceu já nas primeiras temporadas, tive a certeza que estava no

<sup>12</sup> O maior problema com este tipo de estratégia é o registro no IPHAN, onde devem ser registrados sítios arqueológicos, jamais peças. Assim, ainda não encontrei uma forma de oficializar a presença da cultura material identificada ao longo desta prospecção.

caminho certo. Se de fato houvesse ido para campo procurando por sítios arqueológicos, pareceu-me que a decepção seria inevitável. Comparando a experiência que vivia com outras anteriores, principalmente em contextos de arqueologia de contrato, observava que naquela área a delimitação de espaços culturais através da deposição de cultura material parecia não fazer sentido. Nunca antes havia percorrido tão intensamente uma área encontrando tão escassamente material.

Não descarto a possibilidade dessa ampla dispersão ser decorrente da não-delimitação de sítios, como se a mudança na estratégia também alterasse os resultados. Quero dizer que é possível que, ao delimitar áreas fechadas, o pesquisador acabe por reunir evidências em concentrações que são menos reflexo da distribuição real no espaço do que de pré-concepções sobre essa distribuição. Nesse sentido, ainda que a dificuldade em delimitar sítios na Barra do Ouro possa ser uma função da estratégia que emprego, parece-me que tal estratégia é menos autoritária, logo também mais disposta a “ouvir” do que “falar”<sup>13</sup>.

Antes de iniciar a apresentação geral dos resultados, gostaria de explicitar um pouco mais a forma como as evidências foram descritas.

Diferente dos procedimentos que havia utilizado anteriormente para descrever peças, principalmente material lítico (com o qual tenho maior familiaridade), para esta experimentação não dispus previamente de uma lista de análise, em que estivessem estabelecidos os tipos e outros critérios para observação. Decorreu disso uma enorme variedade de tipos identificados, já que a ausência de uma classificação prévia acabou direcionando menos o agrupamento das peças, ampliando sua variabilidade.

Assim, as 499 peças registradas apresentaram 66 tipos básicos. Destes, 14 referem-se ao material cerâmico e 52 ao lítico. Nas tabelas 3.3 e 3.4 apresento estes tipos e o posterior agrupamento que realizei para facilitar o manuseio dos dados e dar maior organicidade ao conjunto.

Como os tipos cerâmicos referem-se aos cacos isoladamente, eles acabam por representar mais uma variabilidade dos fragmentos do que uma variabilidade dos recipientes. Ressalto aqui a importante mudança ocorrida nas análises cerâmicas quando, ao invés dos cacos individualmente, começaram a ser trabalhados os potes. Disso resultou uma ampliação na compreensão destas evidências, no sentido de relacionar um conjunto de atributos que anteriormente dificilmente seriam associados,

---

<sup>13</sup> Ainda que tal predicador possa soar estranho, não custa lembrar a função das figuras de linguagem em ampliar os sentidos das palavras, ampliando também dos pensamentos.

tais como forma, tipo de queima, marcas de uso, tecnologia produtiva (Wüst 1990). Porém, tal perspectiva só pode ser aplicada em laboratório, quando as peças foram coletadas e podem ser manipuladas, sendo obviamente inviável durante uma prospecção. Saliento esta dificuldade para ressaltar a limitação dos tipos cerâmicos empregados, ainda que não consiga encontrar outra alternativa para um registro desta natureza. Assim, apesar destas restrições, considero este registro ainda muito mais informativo do que o usual durante prospecções, já que fornece uma quantificação prévia ao menos sobre a variabilidade nos tratamentos de superfície e o grau de fragmentação (já que todas peças são medidas).

cerâmica guarani	caco guarani	1
	caco guarani borda	1
	caco guarani borda corrugada	1
	caco guarani borda pintada	1
	caco guarani borda unglado	1
	caco guarani corrugado	20
	caco guarani erodido	6
	caco guarani escovado	2
	caco guarani liso	16
	caco guarani pint interno	1
	caco guarani pintado	16
	caco guarani unglado	3
	cerâmica taquara	caco taquara beliscado
caco taquara borda		1

Total: 74

Tabela 3.3: Quadro geral dos tipos cerâmicos identificados em campo e suas quantificações.

Já quanto ao material lítico, é notável a diferença quantitativa em relação aos vestígios cerâmicos. Esta é uma informação bastante expressiva, em especial ao considerar a alta densidade de cacos usualmente encontrada em sítios classificados como pertencentes à Tradição Tupiguarani, como alguns casos identificados para o alto vale do Rio dos Sinos e para a planície litorânea Norte (Dias 2003: 173-185; Wagner 2004: 189-254), ambas áreas muito próximas à desta pesquisa. Como está evidente na quantificação das tabelas 3.3 e 3.4, os vestígios cerâmicos na área piloto têm pouca representatividade (menos de 15% do total); além disso, mesmo na área com maior densidade cerâmica, não havia em superfície mais do que 45 fragmentos.

A diversidade de tipos iniciais entre o material lítico certamente é também reflexo da maior quantidade desse tipo de evidência. Observando a Tabela 3.4, fica óbvia a pouca representatividade da maior parte desses tipos, sendo que em 25 casos há apenas 1 peça identificada. Ainda que esta seja uma falha metodológica, uma vez que essa enorme variedade pouco informa sobre a organização geral das peças, ela também

tem sua validade no sentido de identificar uma quantidade relativamente ampla de variações sobre peças bastante similares, tais como o tipo de suporte, de matéria-prima, e de cicatriz. Isso contribui de maneira positiva para a obtenção, durante a prospecção, de dados qualitativos sobre o material que dificilmente seriam registrados em trabalhos de prospecção usuais.

não lascados	polido		lítico esculpido	1	
			polido quebrado	1	
	bruto		percutor	1	
			seixo	12	
seixo apoio			1		
lascados	debitagem	detritos	detrimento lascamento	32	
			detrimento lascam calcedônia	6	
			detrimento lascam seixo	5	
			frag bipolar calc	1	
			frag nucleiforme	4	
		lasca	com proximal	lasca	132
				lasca bip calc	2
				lasca calc	9
				lasca com cicatriz lâminas	1
				lasca cortical	30
	lasca cortical cicatriz	24			
	micro lasca	33			
	micro lasca calc	6			
	micro lasca qz	2			
	sem proximal	frag lasca		7	
		frag lasca distal	9		
		frag lasca mesial	4		
	instrumental	sobre bloco	núcleo	núcleo bip calc	1
				núcleo unip	4
				núcleo unip bloco	1
núcleo unip calcedônia				1	
núcleo unip multiplataf				1	
núcleo unip seixo				2	
núcleo unip unifacial			2		
biface			ápice biface	1	
			biface bloco de aflor.	1	
outros			biface seixo	32	
	chopping tool	11			
	frag bloco aflor unif	1			
	frag nucleiforme lascado	1			
	frag seixo lascado	8			
	seixo com ápice bif	1			
seixo lascado	13				
uniface plano-convexo	1				
uniface pl-convexo circ.	1				
uniface pl-convexo seixo	4				
sobre lasca	biface	biface lasca	2		
		ponta de projétil	2		
		ponta de projétil calc	1		
		ponta de projétil arenito	1		
		preforma	1		
	outros	detrimento lascam lasc	3		
		frag retocado calc	1		
		lasca calc lascada	1		
		lasca cortical lascada	1		
		uniface lasca	1		
uniface lasca seixo	1				

Total: 425

Tabela 3.4: Quadro geral da organização dos tipos líticos. As duas últimas colunas apresentam os tipos identificados em campo (já resumidos) e suas quantificações.

Ainda que não houvesse uma lista prévia para a classificação das peças encontradas, saliento que minha experiência anterior na análise deste tipo de vestígio certamente direcionou meu olhar sobre as peças. Minha formação nestas análises se deu dentro de um viés tecno-tipológico, voltado para a compreensão da organização tecnológica das coleções (Dias 1994; Dias & Hoeltz 1997). Assim, ao salientar os processos produtivos envolvidos na produção do instrumental, e devido à característica extrativa da tecnologia lítica, o estudo dos refugos é considerado essencial (Shott 1994; Andrefsky 1998). Estas são abordagens desenvolvidas principalmente nas décadas de 1970 e 1980, por arqueólogos processualistas. Além de expressarem marcadamente uma crítica quanto à limitação de análises focadas apenas sobre instrumentos, estes pesquisadores também salientavam a dificuldade em comparar coleções pela ausência de padrões analíticos replicáveis (Collins 1975; Bradley 1975; Sullivan & Rozen 1985). Nesse sentido, este é um enfoque bastante voltado para o estabelecimento de critérios confiáveis (passíveis de replicação) para a inferência de atividades.

A tecno-tipologia lítica pressupõe, desta forma, a identificação prévia de tipos indicativos dos processos tecnológicos envolvidos, permitindo em alguns casos inclusive a reconstrução por inteiro das cadeias produtivas. São análises que “procuram situar os artefatos em relação às atividades que lhes deram origem, entendendo-os enquanto resultado de um conjunto de ações passíveis de serem identificadas” (Dias & Hoeltz 1997: 23).

Foram enfoques deste tipo que dominaram as análises de coleções líticas do sul do Brasil nos últimos anos (Dias 1994; Dias & Hoeltz 1997; Dias & Hoeltz 2000; Dias 2003; Hilbert 1994; Hoeltz 1995; Copé et al 2002; entre outros). Porém, algumas limitações têm sido sentidas, levando a busca por alternativas. Tal foi o caso durante o projeto de salvamento dos sítios arqueológicos da UHE Barra Grande (Copé 2003 para o lado gaúcho; Hoeltz & Brügemann 2003 para o catarinense). Como parte da equipe responsável no lado do RS, participei ativamente no desenvolvimento da metodologia de análise para este material lítico. Em meio a uma ampla discussão que ocorria na comunidade de arqueólogos no sul do Brasil, em que a Tradição Humaitá exercia papel central, sentimos que as análises que vínhamos empreendendo tendiam a uma homogeneização das peças, especialmente dos bifaces de grande porte, pela excessiva objetividade dos tipos identificados. Nossa tentativa de tornar estes tipos menos objetivos, através de caracterizações mais detalhadas (morfológica e tecnologicamente),

apenas tornava evidente nossa insatisfação com o saber prévio expresso neste tipo de análise. Porém, como bem ressaltou Sirlei Hoeltz sobre estas tentativas:

“as alterações pouco modificaram a proposta inicial, que era a de caracterizar as indústrias líticas tecno-tipológica e funcionalmente a partir da composição de listas de atributos preestabelecidos. Isto é, ficamos novamente atrelados a uma caracterização antecipada dos materiais” (2005: 90).

Hoeltz é certamente hoje a pesquisadora no sul do Brasil que mais profundamente discutiu as limitações dessas análises tecno-tipológicas. Em sua tese de doutoramento, salienta a necessidade de “um estudo que abandone as pré-classificações dos materiais e lance mão de uma análise que conduza à compreensão das intenções subjacentes à produção dessas peças” (Hoeltz 2005: 92). É neste sentido que desenvolve e aplica “uma proposta metodológica em que as descrições preconcebidas (através de listagens de atributos tecno-tipológicos e funcionais) são substituídas por uma análise dinâmica dos conjuntos líticos, isto é, onde a leitura tecnológica das peças se faz segundo a seqüência gestual empreendida pelos artesãos. [Pretendendo], através destes procedimentos, ultrapassar a compreensão fragmentada da organização tecnológica das populações para chegar à compreensão das intenções subjacentes à produção dos artefatos líticos” (id.: 95).

Apesar de considerar o enfoque de Hoeltz mais enriquecedor para análises voltadas à compreensão da forma como as populações pré-históricas produziram e manipularam a cultura material na construção de seus mundos particulares (e não apenas em função de questões adaptativas e funcionais), a busca pela gênese das peças exige uma dedicação de tempo que não pode ser suprida em análises tão superficiais quanto às que pude realizar em campo. Mais do que uma justificativa pela minha não utilização de tal enfoque, esta observação salienta sua importância como uma referência que esteve presente na minha prática. Ainda que não tivesse a competência e o tempo necessários para aplicá-lo, a preocupação em não estabelecer listas prévias sobre o que poderia encontrar é sua derivada. Porém, como ficará evidente, não resultou em alterações significativas, representando apenas uma tentativa ingênua de mudar critérios.

Assim, mesmo que análises tecno-tipológicas carreguem uma contradição latente em relação à proposta de saber menos de antemão, uma vez que estas divisões no conjunto de material são impostas pela minha experiência prévia (e não identificadas a partir do registro), tal situação não pode servir como impedimento para novas

interpretações, ainda que seja uma limitação expressiva. Assim, faço uso da tecno-tipologia como uma primeira aproximação aos vestígios, uma forma de apresentar uma descrição geral do material presente na área que possa ser facilmente identificada por outros pesquisadores. Considerando a óbvia superficialidade de uma análise realizada durante os caminhamentos, esta ainda parece ser uma alternativa adequada para o procedimento de registros mais minuciosos.

Assim, quando voltei de campo e comecei a manipular os dados, chegando a esta quantificação de tipos identificados, optei por organizá-los em grupos mais amplos dentro de um esquema tecno-tipológico (Tab. 3.4). Tal organização permite uma identificação sumária dos vestígios capaz de indicar certas escolhas tecnológicas. Inicialmente a variedade entre os tipos era ainda maior, mas notei que alguns eram sinônimos (como fragmento de lascamento e detrito de lascamento) e outros resultado de descrições mais detalhadas do que a média, permitindo agrupamentos um pouco menos restritivos (como lasca cortical de seixo agrupada em lasca cortical).

Guiada, então, por este interesse na identificação de aspectos tecnológicos, busquei criar conjuntos de acordo com suas proximidades tecnológicas, separando inicialmente peças não-lascadas (brutos e polidos) daquelas com evidências de lascamento. Estes últimos, então, foram separados em dois grandes grupos: debitagem e instrumental. Os últimos podem ser entendidos como “peças objetivas que foram intencionalmente modificadas ou modificadas por uso de forma a produzir um produto que tem menos peso do que antes de ser modificado” (Andrefsky 1998: 75). Tal separação baseia-se, portanto, na diferenciação entre peças utilizadas como suporte de lascamento e as peças removidas do suporte. Assim, lascas com modificação aproximam-se de núcleos no sentido de ambos servirem como base para retirada de outras lascas, independente da intenção do artesão sobre este suporte (se para obtenção de lascas ou produção de instrumentos).

Entre a debitagem, separei os refugos de lascamento (detritos ou resíduos angulares) dos refugos de lasca (com alguma porção ventral evidente). Também fiz a distinção entre lascas com a porção proximal (talão ou ponto de percussão) daquelas apenas com vestígios mesiais ou distais, identificadas como fragmentos de lasca. Entre estes, a presença do tipo ‘fragmento de lasca’ sem indicação da porção correspondente (mesial ou distal) aponta para uma falha da descrição em campo, e não para alguma outra variedade.

Para o instrumental, separei os tipos inicialmente sobre o tipo de suporte (se

lasca ou bloco). Os instrumentos sobre blocos abarcam deste núcleos até grandes fragmentos lascados, sendo o qualitativo ‘lascado’ utilizado para indicar uma modificação secundária (indicando o motivo pelo qual foram considerados ‘instrumental’ e não ‘debitagem’).



Figura 3.5: Dois exemplares típicos de peças consideradas como ‘biface’ (instrumental sobre bloco) durante a prospecção. (Na direita: 2/3/2005, área 113; na esquerda: 8/2/2005, área 60).

Apenas foram identificados como bifaces aquelas peças que representam uma massa com lascamento intenso nos dois lados, com uma extremidade em ponta, comprimento maior que a largura, com formas variando entre foliáceo e retangular (Fig. 3.5). Outras variações de forma estão expressas no tipo ‘seixo lascado’ (com formas não padronizadas) e no tipo ‘chopping tool’. Para as peças com lascamento unifacial, também a morfologia foi importante na diferenciação, sendo os plano-convexos distinguidos dos demais.

Para o instrumental sobre lasca a distinção seguiu também tipos bastante descritivos, separando os bifaciais dos unifaciais. Uma terceira categoria abarca tipos com modificação secundária, que de outra forma seriam apenas debitagem.

Fica evidente, com isso, que também no que tange a análise (muito breve e superficial) sobre o material arqueológico, não aceitei as limitações como simples restrições. A busca por novas interpretações é de fato uma batalha para potencializar cada um dos elementos disponíveis, ampliando o olhar usual para novos limites.

## I V – E N T R E T E M P E S T A D E S E C A L M A R I A S

Atravessar mares, ainda mais em pequenas embarcações, é sempre um risco. Mesmo com muitos planejamentos, o vento é sempre um fator imprevisível. É por este motivo, pela existência de altos e baixos na viagem, que assim nomeio este capítulo. Aqui vou apresentar as interpretações construídas nesta jornada e discutir seus limites e possibilidades.

É justo porque esse processo de construção de um discurso exige um constante repensar, uma retomada de idéias, de conceitos, e de práticas, que seu desenvolvimento não é nem linear nem estável. A ênfase que dou sobre a aproximação entre teoria e prática, por não ser um hábito dos mais difundidos na nossa disciplina, torna este percurso ainda mais inconstante. Porém, a terra ainda está longe e o barco flutua seguro. Navegar é preciso.

A proposta de uma prospecção teoricamente embasada exigiu mudanças significativas na prática, como introduzi no capítulo anterior. Essa mudança na prática gerou de fato uma mudança de resultados, permitindo que os dados obtidos em prospecção propiciassem mais do que descrições. Com isso, as interpretações foram, de maneira expressiva, construídas ainda em campo.

Isto ocorreu de tal forma que seria insensato, além de improdutivo, separar nesta escrita o fazer do pensar. As interpretações que apresento mais extensamente neste capítulo são o resultado de um processo contínuo de construção de explicações sobre a cultura material que se mostrou neste vale, tendo início na etapa de campo mas prosseguindo até este momento. Que este não seja um final definitivo é um pressuposto da própria idéia de ciência que defendi até aqui, o que não implica a inexistência de um final provisório, como de fato é este.

Inicialmente, este capítulo relata esta experimentação. Uma vez que procurei transformar esta prospecção em mais do que um registro de “o que” e “onde”, reforçando o forte caráter interpretativo que esta atividade pode carregar, seu resultado exige a apresentação de sua gênese. Introduzidos já os caminhos dessa prática, parto agora para a sua vivência e no que ela resultou. Foi dessa aproximação entre teoria e prática que surgiram as interpretações resultantes desse trabalho, tornando-as bastante presas a contextos específicos, tanto no que concerne à cultura material (contexto

arqueológico) quanto à minha experiência de estar lá (contexto de produção). É nesse sentido que os resultados não podem ser afastados dessa prática.

Além desta apresentação da prática como momento significativo da construção dos resultados, ressaltando a complementaridade entre fazer e pensar, discuto ainda neste capítulo alguns problemas observados. O que faço, então, é um balanço dessa experimentação, menos como justificativa para sua realização do que como um guia para seu prosseguimento, que permitisse pensar sobre ajustes e refinamentos.

Pensando o saber científico como a sobreposição de discursos equivalentes, esta experimentação não resulta em um caminho melhor ou pior para a construção de conhecimento arqueológico. Se conseguir demonstrar aqui que ela é mais um caminho possível, que pode resultar em outras interpretações sobre antigas ocupações ameríndias, então terei conseguido ampliar – ainda que minimamente – a produção arqueológica do sul do Brasil. E esta é afinal a tarefa principal por trás de toda pesquisa deste tipo.

#### **I V . I – S O B R E P A I S A G E N S , C O I S A S E P E S S O A S : C O N S T R U I N D O M U N D O S N A B A R R A D O O U R O**

Duas são as principais vias interpretativas que guiaram minha prática, e que orientam da mesma forma essa apresentação de resultados, da construção de interpretações sobre antigas populações ameríndias no vale do Maquiné.

Há primeiramente a forte ênfase na experiência sensorial do corpo no espaço, da forma como os movimentos corporais são restringidos e as vistas são dirigidas. Ainda que esta seja sempre uma experiência contemporânea, guiada necessariamente pela minha subjetividade moderna e ocidental, o que ela pode oferecer de interessante é uma atenção especial sobre “modos de percepção visual e experiência na escala humana” (Tilley 1996: 196). Essa experiência de sentir o corpo no espaço, ao realçar a forma como ocorrem os movimentos (para cima ou para baixo, para um lado ou para o outro, para trás ou para frente, etc), oferece “uma indicação de como os movimentos através do espaço estabelecem as diferenças sociais – eles tinham significado social” (Preucel & Hodder 1996: 310).

Assim, mesmo que minha percepção corporal seja inevitavelmente outra, a partir dela tenho acesso a uma compreensão do espaço presa à sensação de ser uma pessoa em um lugar. Ainda que possa parecer banal, tal preocupação esteve distante da maior parte das pesquisas voltadas para análise espacial em arqueologia (i.e. Clarke 1977; Hodder & Orton 1990), indicando um interesse recente na compreensão do espaço como repleto de significado (Hodder 1987), e não uma base física e neutra para a ação humana (Tilley 1994).

A outra importante via interpretativa que dirigiu esta pesquisa está ligada à compreensão da cultura material como parte ativa e integral da sociedade. Tal perspectiva salienta tanto a presença de significados na cultura material quanto o caráter relacional destes significados, e como estas relações são construídas na prática, abrindo à arqueologia a possibilidade de entender a ordenação destes outros mundos. Isso é possível porque:

“(...) uma parte considerável da rede de relações através da qual os significados foram criados no passado está diretamente acessível para nós no presente, na forma da evidência arqueológica. Essa evidência é inevitavelmente recontextualizada no presente (...). Mas é uma posição inutilmente nostálgica afirmar que já que as mentes do passado são inacessíveis para nós, a evidência arqueológica é *sem* significado” (Thomas 1996: 238).

Uma contribuição importante deste enfoque para a arqueologia está na ampliação do objeto de estudo para esferas da vida social até então pouco trabalhadas. A ênfase sobre a prática na construção e na manutenção da sociedade, fortemente influenciada na nossa disciplina por Anthony Giddens e Pierre Bourdieu (Shanks & Tilley 1987, 1992; Hodder 1994; Preucel & Hodder 1996), favoreceu os arqueólogos no intento de avançar os estudos de cultura material para além da tecnologia e da funcionalidade. Sob este enfoque, a ação cotidiana das pessoas torna-se parte ativa da estruturação social, e não uma resposta adaptativa ou um conjunto de regras e normas. Assim, a forma como as pessoas se relacionam com os objetos e com o espaço (a materialidade com a qual a arqueologia lida) aponta para a forma como as pessoas dão sentido às suas vidas. Os significados não são uma camada sobreposta às coisas, eles são parte das coisas, das pessoas e dos espaços. Lidar com a cultura material é uma forma, então, de acessar essas redes de relacionamento criadas na prática, permitindo uma espécie de inserção na vida social, uma etnografia do mundo material.

O que faço agora, então, ao relatar a experimentação de campo e apresentar a construção das interpretações alcançadas, é uma tentativa de fundir essas duas vias interpretativas, o que já tem sido feito com sucesso para interpretações sobre o Neolítico britânico<sup>1</sup>. Em muitos aspectos, estes dois olhares são absolutamente complementares, contribuindo um para o desenvolvimento do outro, como deve ficar evidente na construção do meu texto.

#### I V . I . I – I N T E R P R E T A N D O V E S T Í G I O S A P A R T I R D A E X P E R I Ê N C I A D E H A B I T A R O M U N D O

A inserção que pude experimentar na Barra do Ouro é o resultado de um processo de familiarização, de habitação, de reconhecimento de lugares. Desde o princípio, meu interesse estava voltado para a percepção do entorno, e não apenas para os encontros com os vestígios arqueológicos. Essa experiência do corpo no espaço foi sempre um referencial importante no processo, salientando a possibilidade de uma outra via de interpretação sobre os vestígios do passado. Assim, encontrar os vestígios foi também uma forma de experienciar a habitação dos lugares (Ingold 2000: 189-190), de perceber as coisas e suas relações com o mundo.

A sensação de percorrer caminhos, de cruzar rios, subir morros, entrar e sair de grutas, muitas vezes deixada de fora dos relatos acadêmico-científicos, foi tomada aqui como uma condição básica da pesquisa. Entendo, com isso, que a experiência sensorial do corpo é um instrumento rico para a percepção da paisagem, transformando a distância entre dois pontos em uma jornada, “um movimento corporal de um lugar para outro, e as vistas que mudam gradualmente ao longo da rota” (Ingold 2000: 191). Mais do que um artifício narrativo, essa ênfase na experiência subjetiva é uma escolha teórica.

Isso não significa, porém, uma liberdade literária, como se a presença expressa do sujeito o isentasse de objetividade. Ao contrário, penso que esta presença – no contexto acadêmico-científico – salienta a preocupação na complementaridade entre sujeito e objeto. O fato de toda interpretação ser uma interpretação válida não pressupõe que qualquer interpretação seja aceita dentro de comunidades específicas. Absolutamente ciente da comunidade onde me insiro, esforço-me profundamente para

---

<sup>1</sup> Além dos trabalhos já extensivamente citados de Christopher Tilley e Julian Thomas, saliento ainda Barrett (1996).

construir interpretações aceitáveis sobre os vestígios arqueológicos da Barra do Ouro. Como mostro a partir de agora, estas interpretações estão “fundamentadas e delimitadas nos testemunhos materiais” (Thomas 1999: 19).

Uma vez que iniciei as visitas a campo, como já salientei, menos preocupada em encontrar sítios arqueológicos do que conhecer o lugar, minhas expectativas eram limitadas. Sabia da existência e da localização do expressivo abrigo RS-LN-01, cuja coleção lítica havia analisado previamente (contabilizando quase 45 mil peças). Além deste, sabia da existência de outros abrigos na área identificados por Eurico Miller nas décadas de 1960 e 1970 e afiliados à Tradição Umbu (Miller 1969, 1974 – ver Fig. 3.4 acima), e de quatro sítios a céu aberto afiliados à Tradição Humaitá (Miller 1969b). Durante visitas anteriores, também havia recebido indicações de sítios com cerâmica abundante no Arroio Solidão (situado mais ao sul da área piloto).

Para os arredores, segundo um levantamento que realizei no acervo do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Marsul) e em diversas publicações<sup>2</sup>, havia ainda indicações de sítios afiliados às Tradições Taquara, Tupiguarani, Humaitá e Umbu no planalto próximo; sítios afiliados às Tradições Taquara, Tupiguarani e Umbu na planície costeira adjacente; e sítios afiliados às Tradições Tupiguarani, Taquara, Humaitá e Umbu em vales vizinhos. Ou seja, potencialmente poderia encontrar qualquer coisa.

Influenciada, ainda, por uma pesquisa recente no alto Rio dos Sinos (Dias 2003), em que a pesquisadora encontrou grande quantidade de sítios com cerâmica Tupiguarani (mais exatamente: 30 sítios e 13 indicações de moradores), minha única certeza era uma repetição desses dados. Certezas prévias, porém, não passam de previsões. E que neste caso não foram cumpridas.

Para apresentar, então, o que de fato apareceu nesta prospecção na Barra do Ouro inicio introduzindo os lugares, não como áreas delimitadas, mas como conjuntos de elementos que organizam a experiência do corpo no espaço, dando sentido à relação entre as coisas e a paisagem.

Como já salientei, não fiz uso nesta experimentação do conceito de sítio arqueológico, ao menos não como um demarcador de espaços específicos. Sigo aqui uma compreensão de espaço de acordo com a proposta desenvolvida por Tilley (1994). Ao afirmar que o espaço não é um simples contêiner da ação humana, mas sim o

---

<sup>2</sup> Schmitz 1958; Miller 1967, 1969, 1974; Kern 1985; Kern, La Sálvia & Naue 1985; Schmitz et al 1988; Louzada [Ferrari] s/d; Dias 2003; Wagner 2004.

resultado de uma produção social, ele salienta o caráter abstrato desse conceito, apontando para sua natureza contextual, relacional (p.14-17).

Isso implica, mais uma vez, um risco que corro ao buscar uma compreensão menos dominada pelas nossas categorias modernas ocidentais, já que ao considerar também o espaço como uma construção social, lidar com espaços arqueológicos significa lidar com espaços-outros (outras pessoas, outras culturas, outros tempos). Saliento novamente que tal perspectiva procura, mais do que entrar na mente de outros (tarefa no mínimo esotérica), produzir um conhecimento um pouco menos previsto no nosso mundo. Este com certeza não é um caminho único, nem melhor, para a construção de interpretações arqueológicas. É apenas mais um caminho possível, especialmente interessante para questionar a universalidade da razão científica, quem sabe permitindo a existência de outras razões e de outros mundos. Apenas outras interpretações.

Assim, ao chamar certas áreas de lugares, e não de sítios arqueológicos, não estou apenas trocando um nome por outro. Mais do que uma mudança fonética, esta deve ser uma alteração semântica. Enquanto sítio arqueológico pressupõe uma área delimitada, que é medida e quantificada, trabalhar com lugares exige parâmetros mais sutis e mais amplos.

Nas décadas de 1970 e 1980, principalmente, foi produzida uma vasta bibliografia sobre estratégias de trabalhos de campo em arqueologia, fortemente guiadas pelo interesse na distribuição regional de sítios arqueológicos, em geral voltadas para o estudo de sistemas de assentamento (Redman 1973; Mueller 1975; Plog, Plog & Wait 1978; Neves 1984; Gallant 1986; Read 1986; entre outros). Decorre destas discussões a problematização sobre definições de sítio arqueológico. Ainda que tenham sido levantadas questões sobre os não-sítios (D. Thomas 1975; Dunnell & Dancey 1983), ampliando a percepção arqueológica para vestígios esparsos, as estratégias continuaram presas a uma percepção bi-dimensional dos fenômenos arqueológicos e a definições quantitativas.

O que intento fazer ao trabalhar, então, com lugares arqueológicos é ampliar essa percepção para outras dimensões e inserir elementos qualitativos na sua construção. Para além de áreas delimitadas, os lugares referem-se necessariamente a inserção da pessoa no mundo, à sua percepção através do corpo (Tilley 1994, 1999, 2004; Potter 2004; Bowser 2004). Desta forma, os lugares não são apenas uma superfície onde ocorrem ações, ou pontos demarcados no espaço. Eles são a conjunção de uma série de

elementos, tanto internos quanto externos ao sujeito, ao mesmo tempo um local físico e um centro de significados (Tilley 1994: 18).

É certo que na prática cotidiana há mais lugares do que aqueles marcados com a presença de vestígios concretos, de onde vêm a distinção entre lugares naturais e lugares culturais. Tilley salienta uma diferença sensível entre eles no que concerne, além do significado, a intencionalidade dos sujeitos. “O significado pode, em princípio, residir onde for na paisagem. A intencionalidade, por contraste, é fixada nela através da ação humana, mas ambos são investidos em lugares específicos” (Tilley 2004: 78). Ou seja, onde for estabelecida uma relação de significado, existe um lugar; mas onde houver vestígios da ação humana há lugares intencionalmente marcados. E estes são, pela materialidade das marcas, mais facilmente percebidos por nós. A partir deles pode ser possível identificar outros lugares não marcados concretamente (Tilley 1994; Bradley 2000), o que contribui bastante para o questionamento sobre a distinção inicial entre lugares naturais e culturais.

Mais do que uma abstração geométrica, um lugar é algo ainda vivo, que existe no presente, que pode (e deve) ser visitado. É aí que reside sua riqueza para a interpretação arqueológica, na possibilidade de perceber as relações entre as coisas e a paisagem através do corpo, hoje.

#### *I . L U G A R E S A C É U A B E R T O*

Uma vez que lugares não são apenas pontos no espaço, identificá-los torna-se um processo, algo que é feito através da prática e do somatório de experiências e percepções. Longe de ser uma tarefa fácil, ainda havia o complicador da minha total inexperiência na sua aplicação, afinal esta foi a primeira vez que eu (e pelo que sei também todos os colaboradores) colocava em prática idéias e conceitos conhecidos apenas através da literatura internacional.

Foi, portanto, de forma bastante presa à prática que fui percebendo a constituição de alguns lugares. Ainda que conceitualmente toda área com vestígios arqueológicos seja um lugar marcado concretamente, isso não significa que cada área seja um lugar. Ao menos na forma como entendi os lugares nesta experimentação, assim não ocorreu. Um lugar, neste sentido, inclui mais do que os vestígios concretos que lhe marcam, abarcando também os volumes do entorno, as vistas, a paisagem que lhe constitui e que também é constituída por ele. Desta forma, muitas áreas de prospecção

pertencem a um único lugar. Parece claro, com isso, que a definição (e a delimitação) de um lugar não é uma tarefa direta, mas sim um processo contínuo de conhecimento, reconhecimento e percepção.

Antes de partir para uma apresentação de cada um dos lugares, gostaria de tornar mais claro como se deu esse processo de identificação e constituição.

Ainda que desde o início dos trabalhos estivesse buscando uma sintonia perceptiva com o entorno, foi apenas ao final da terceira temporada que estes lugares mostraram-se com mais clareza para mim, certamente reflexo da inserção *de facto* que vivi na área piloto durante quase cinco semanas. Além da familiaridade com o vale, também contribuiu o fato de, neste momento final, eu já saber onde havia e o que havia de cultura material em superfície.

Busquei, ao longo dos trabalhos, passar dias seguidos visitando sempre áreas próximas. Meu intuito foi justamente conhecer mais profundamente onde estava, tornando pouco a pouco os elementos do relevo familiares, a ponto de poder reconhecê-los a partir de outras vistas. Essa volta constante às áreas podia resultar ou não no encontro de mais vestígios, não sendo este o critério para decidir mudar e iniciar este mesmo processo em outros locais. Muitas vezes a troca para novas áreas ocorria de forma um tanto intuitiva, quando sentia já familiaridade com o entorno e vontade de conhecer outras paisagens (o que se dava depois de áreas significativas terem sido percorridas, como pode ser visto na Figura 3.4). Claro que devido à menor exploração agrícola em algumas áreas, estas trocas ocorriam pela absoluta falta de lavouras com visibilidade para serem percorridas<sup>3</sup>. Nestes casos, por passarmos poucos dias caminhando no local, buscava voltar a eles em momentos posteriores apenas para conhecer a paisagem. Não poucas vezes, nesta voltas, encontrávamos moradores com novas informações orais.

Assim, ao final da última temporada, percebia a diferenciação entre as diversas áreas visitadas, seja no referente à deposição de cultura material, seja pela inserção no relevo ou ainda pela relação com abrigos. Observei, então, que havia certas áreas onde a deposição de cultura material – mesmo que bastante esparsa – era uma constante; enquanto que em outras era bastante rara. Foi assim, por exemplo, no interior dos vales dos arroios Forqueta e Encantado, onde apenas peças sozinhas foram encontradas; enquanto que nos outros vales havia maior intensidade na marcação

---

<sup>3</sup> Assim como em áreas com alta intensidade agrícola também deixávamos para trás lavouras com boa visibilidade, então pela absoluta falta de tempo de percorrer todas as áreas abertas.

concreta de lugares. Observando o mapa de distribuição de todas as peças identificadas na prospeção (Fig. 4.1), chama atenção o isolamento do material nos vales acima citados, sendo a distribuição um tanto diferente nas outras regiões da área piloto. De fato, ainda que muitas áreas de prospeção apresentassem apenas uma peça, no geral havia outras peças nos arredores. As exceções são estes dois vales mencionados.

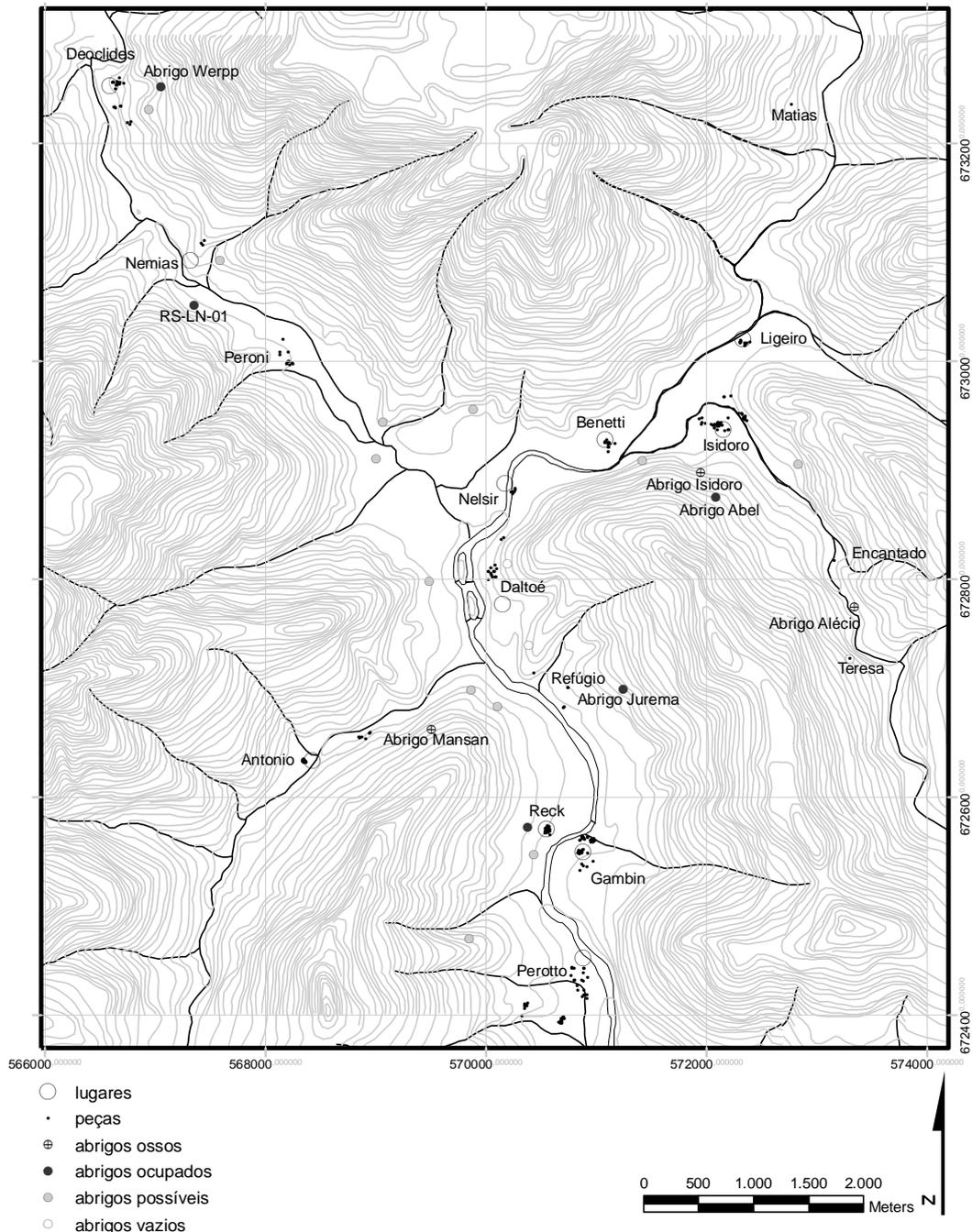


Figura 4.1: Mapa de localização das peças, dos abrigos e dos lugares concretamente marcados identificados, com seus respectivos nomes.

Foi, então, a partir dessa marcação concreta mais intensa em determinadas áreas que comecei a perceber com mais clareza certos lugares. Desta percepção inicial,

destaquei onze lugares a céu aberto. É a partir deles que inicio este relato, ampliando posteriormente a percepção para outros lugares, alguns menos evidentes. Ainda que inicie com os lugares a céu aberto, em certos casos alguns abrigos também foram elementos formadores do lugar. Porém, independentemente desta pertença a um lugar, todos os abrigos também foram entendidos como lugares específicos, sendo apresentados em seguida. Estes, porém, apesar das óbvias delimitações espaciais, também incluíram em alguns casos parte de outros lugares, seja através de suas vistas, seja através da presença de vestígios concretos.

### Lugar Perotto

O primeiro destes lugares a tornar-se evidente, o lugar Perotto<sup>4</sup>, está situado no mapa acima junto à concentração mais ao sul da área piloto. É evidente que, devido a esta conceituação voltada à experiência sensorial do corpo no espaço, torna-se no mínimo contraditório localizar um lugar como um ponto em um mapa. Porém, como artifício explicativo, marco neste mapa o ponto de onde produzi os desenhos que representam cada um dos lugares. Este ponto serve como uma referência para observar o entorno procurando relações entre as coisas e a paisagem.

As visitas às áreas neste local, situado na parcela do vale que chamei de vale amplo (em oposição ao vale encaixado acima da Barra do Ouro), resultavam sempre no encontro de ao menos um vestígio de cultura material. As amplas planícies fluviais que caracterizam este vale mais aberto estavam aí intensamente cobertas com lavouras, principalmente de milho, propiciando ótimas visibilidades. Esta recorrência no encontro de peças chamava a atenção, não tanto pela quantidade (ao todo foram identificadas apenas 47 peças neste lugar), mas principalmente pela grande dispersão. De fato, este é o lugar com maior número de áreas de prospecção com material arqueológico.

Foi justamente esta grande dispersão que primeiro chamou minha atenção. Ainda habituada a encontrar sítios arqueológicos e procurar pela área com maior densidade, esse encontro contínuo com peças quase isoladas me fez pensar que estava na periferia de um grande e denso sítio arqueológico. Conforme caminhávamos pela área, ampliando essa janela de visibilidade, tornou-se aparente a inversão de expectativas. A procura por um grande sítio era um desvio pré-concebido, uma criação nossa que esperávamos ver manifesta no registro arqueológico. Se não houvesse o

---

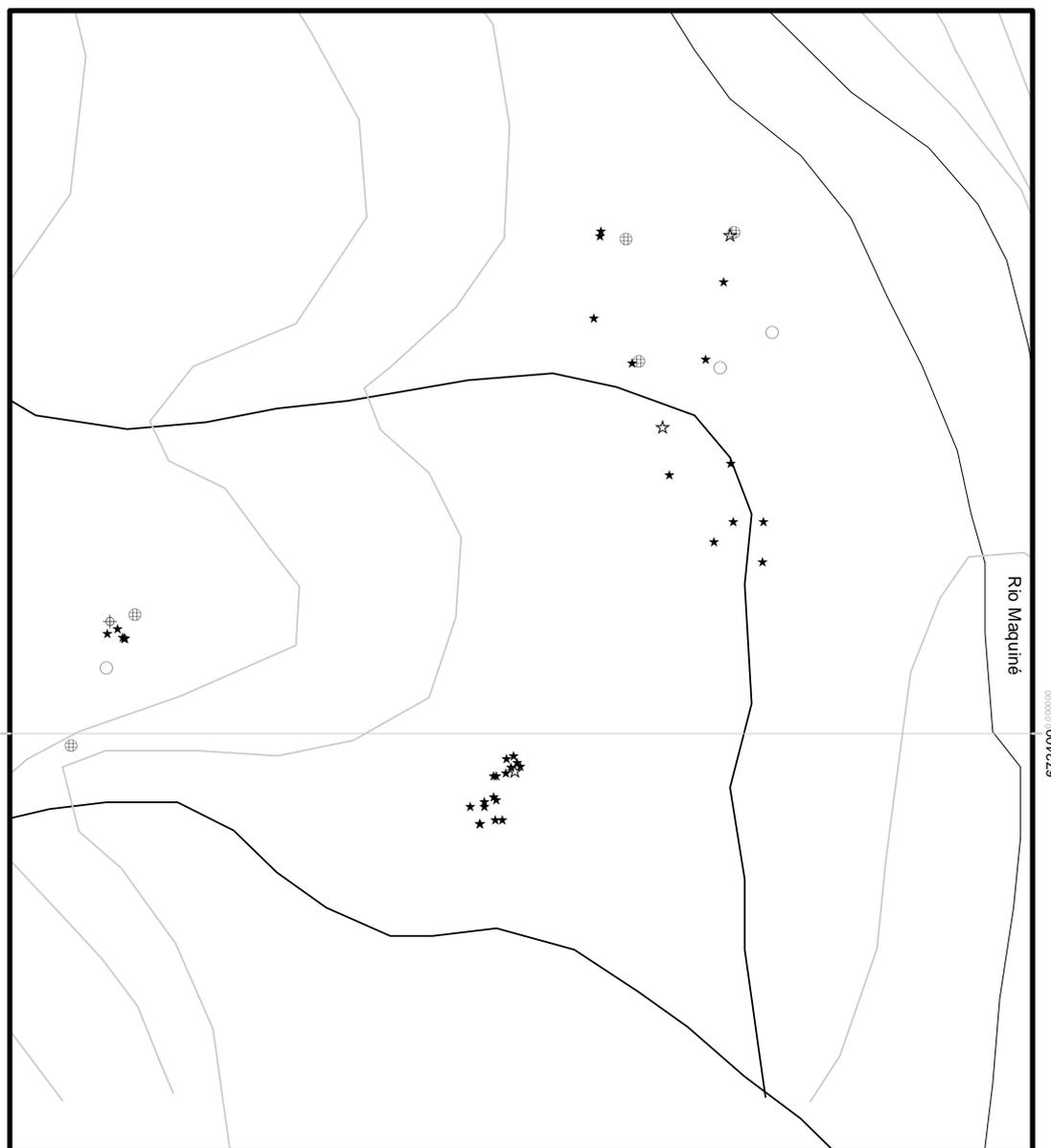
<sup>4</sup> Em geral, o nome dos lugares refere-se a um dos proprietários da área, havendo ainda a utilização do nome da localidade ou de algum ponto geográfico dos arredores.

cuidado de registrar individualmente cada uma daquelas peças “quase isoladas”, todo aquele percorrimento poderia ser inútil, já que o “grande sítio” esperado não existia. Nada poderia ser mais instrutivo para salientar o abismo entre as nossas pré-concepções e a materialidade real das coisas no mundo, e como as primeiras tentam impor-se sobre a última.

Penso que foi a mudança na prática de campo (planejada para não definir sítios arqueológicos) que permitiu que eu chegasse a essa outra concepção sobre o espaço arqueológico, ainda que às vezes continuasse procurando sítios. O lugar Perotto é a própria síntese dessa mudança de prática no meu pensar habitual. Como toda alteração profunda, é sempre mais fácil falar do que fazer, mas creio que esta experimentação me fez colocar estes predicadores em sintonia. Assim, expressei no diário de campo: “A impressão é que toda esta várzea em frente ao Germano Perotto é um lugar arqueológico, há material bem esparso em todas essas lavouras entre a estrada e as casas” (09/02/2005) (ver Fig. 4.2).

Mas para além da distribuição do material arqueológico (critério básico para a definição de sítio), o que mais torna esta área um lugar? Afinal, o que torna o conceito de lugar diferente de sítio?

Observando a Figura 4.2 fica claro que as peças identificadas não estão todas diretamente associadas, distribuindo-se em três conjuntos. O que me faz agrupá-las em um lugar é a percepção do entorno, pouco alterada entre elas (ainda que acredite que se houvesse visibilidade nas áreas entre elas não haveria esta descontinuidade, e o material estaria disperso por todo o lugar). O lugar, porém, não está restringido às áreas onde aparece o material arqueológico; não é uma área geométrica mensurável no solo. O lugar inclui seu entorno, os morros, as vistas, o céu. Sem esta paisagem na volta, sem estar no mundo, não é possível identificar um lugar. É nesse sentido que sua constituição está presa na prática, na experiência do corpo no espaço. Ainda que através de um mapa de distribuição das peças seja possível identificar áreas arqueológicas, elas não passam de uma descrição da dispersão do material. Para fugir destas “paisagens de papel” (como posto por Tilley 2000) e buscar uma forma de conhecimento e interpretação incorporados (ou seja, através do corpo) é necessário estar no lugar: “a experiência subjetiva profunda é o único caminho pelo qual uma compreensão mais objetiva – i.e. enraizada e situada no que está “lá fora” – pode ser alcançada” (Tilley 2000: 131). É necessário, portanto, voltar a esta experiência para poder introduzir um lugar.



- ☆ debitagem - detrit
- ★ debitagem - lasca
- instr bloco - outros
- ⊕ instr bloco - bif
- ⊕ instr bloco - nucleo

0 50 100  
Meters



Figura 4.2: Distribuição do material arqueológico nas áreas prospectadas no lugar Perotto.

Fazendo nosso percurso diário de casa para este lugar, descíamos o rio pela estrada da margem direita. Esse é um caminho que vai na direção do vale amplo, o que significa que a planície fluvial cresce, os morros afastam-se, a vista chega mais longe. O lugar Perotto é a parte mais aberta do vale dentro da área piloto. Estar nele é estar voltado para a abertura do vale, para o sul, para áreas cada vez mais amplas; uma

situação bastante singular dentro da área piloto. Para o norte, a partir deste lugar, os morros da margem direita se fecham, de tal forma que situado nas áreas onde apareceu o material a sensação é de se estar cercado pelo lado superior do vale, e voltado para o vale aberto.

Na margem esquerda, bem em frente às áreas com material, o rio corre junto à encosta, impedindo a existência de uma planície fluvial. Porém, um pouco acima (na direção do vale fechado), as encostas se afastam e formam outra planície. Assim, a partir do lugar Perotto, há também esta abertura rio acima na margem oposta, ainda que para áreas de vale aberto (a última área ampla antes do estrangulamento do vale junto à Barra do Ouro). É nesse sentido que afirmo que a singularidade deste lugar é o voltar-se para as planícies, logo dando as costas ao vale fechado. Ainda que um pouco dessa sensação se repita no lugar Reck, aqui ela é mais intensa.

Como uma forma de expressar este ‘estar no lugar’ produzi desenhos a partir de pontos próximos às áreas com material arqueológico. Seguindo idéias expressas na literatura sobre a percepção do espaço através do corpo (perspectiva fenomenológica), estes desenhos buscam recriar a paisagem como vista por uma pessoa no lugar (sobre os desenhos ver Peterson 2003; sobre esta perspectiva teórica ver Tilley 1994; Richards 1996). Ou seja, eles devem servir como um guia para as pessoas que não conhecem o lugar, introduzindo a sensação física de estar nele, onde há morros, onde há vales, o que se vê, o que não se vê. Estes desenhos são, de certa forma, uma topografia sensorial, já que gravam os lugares a partir da experiência de estar lá. São uma maneira de inserir o sujeito dentro do objeto, ressaltando a complementaridade entre eles; o extremo oposto da topografia tradicional, que busca retirar o sujeito.

Para facilitar suas leituras, gostaria apenas de explicar como eles foram produzidos. De forma a poder comparar os diferentes lugares, segui uma série de procedimentos para manter as mesmas escalas, permitindo expressar melhor a diferença entre lugares abertos e lugares fechados. Assim, criei uma folha base padrão, sobre a qual cada lugar era desenhado na forma de vistas circulares. Nesta havia uma série de três círculos concêntricos, sendo o mais interno o que utilizei como a linha dos olhos, e os outros dois correspondiam a duas alturas equivalentes dos morros. Escolhido o lugar, instalava uma estação orientada para o norte com a qual obtinha a posição de cada elemento da paisagem no entorno, o que servia de guia para desenhar os volumes, e garantia maior precisão na localização deles. Com a série de desenhos produzidos é possível, por exemplo, ver a constância de alguns elementos da paisagem nos diferentes

lugares. Além disso, eles ajudam na compreensão do conceito de paisagem como algo dinâmico, não apenas porque está continuamente sendo alterada pelos sujeitos em ação, mas também porque ao nos movimentarmos ela também se altera. Como uma colaboradora expressou em seu diário: “(...) conforme avançamos parece (parece não, realmente é) que a paisagem de morros muda (claro, a perspectiva muda)” (Clarisse Callegari-Jacques, diário-de-campo 04/02/2005).

Isto introduzido, mostro o lugar Perotto:

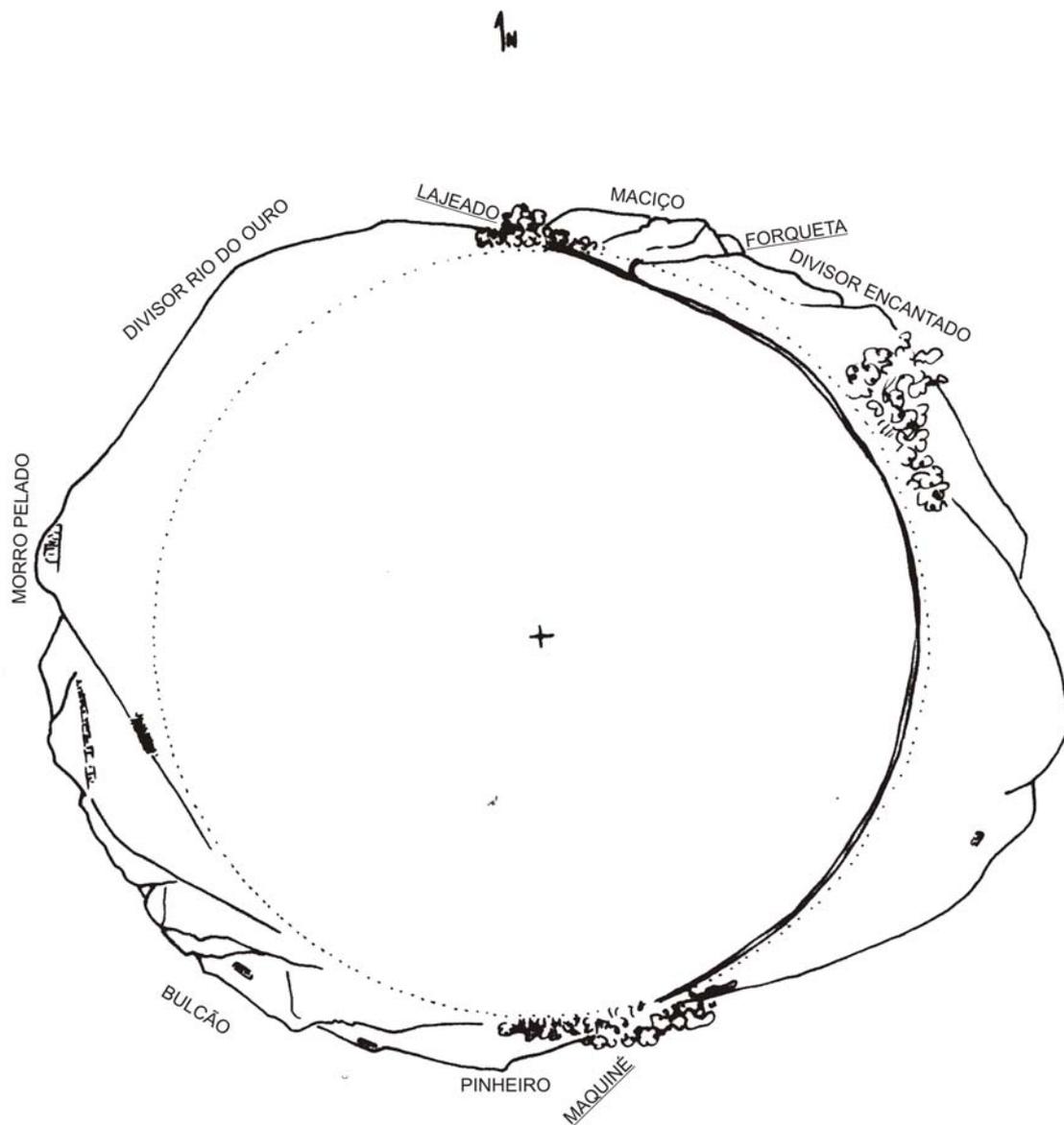


Figura 4.3: O lugar Perotto. A linha pontilhada refere-se à altura dos olhos. Os nomes sublinhados indicam os vales de rios, os restantes nomeiam outros lugares.

Note, agora, como para o sul o vale é mais aberto. Bulcão e Pinheiro são áreas muito distantes daqui, e seus topos formam as últimas porções do planalto na direção da planície costeira. Daqui ainda não é possível avistar a Serra do Umbu, sendo que – das terras altas do interior – apenas o maciço da Pedra de Amolar, que divide o Arroio Lajeado de outros formadores, é visível. Isto deve salientar o quanto este lugar está voltado para fora.

Um elemento destacado nesta paisagem é o Morro Pelado, que continuará aparente até acima da conjunção dos rios, dentro do que chamo de vale fechado, como ficará claro nos desenhos dos outros lugares.

A partir apenas da cultura material identificada no lugar Perotto, porém, é difícil ligá-lo a algum grupo específico, mesmo dentro de uma separação genérica entre ceramistas e caçadores coletores. Há uma significativa quantidade de debitage, incluindo lascas, lascas corticais, e fragmentos variados, indicativo da talha da pedra no local. Entre as lascas, há desde lascas pequenas (2-3cm) até grandes (12cm), mas as médias são predominantes. Ainda que haja disponibilidade de blocos de afloramento já no início da encosta (como é o caso da área mais afastada do rio), todas as peças com córtex indicam a preferência por seixos, mesmo aquelas localizadas entre os blocos de afloramento. A obtenção de seixos pode ser feita, além do leito do rio, também na planície fluvial, onde há depósitos relacionados com antigos leitos.

A presença de bifaces e outros instrumentos sobre bloco, que em outros discursos apontava quer para caçadores coletores quer para ceramistas, não é tão eficaz aqui dada a sua distribuição por toda a área piloto, inclusive associados a instrumental sobre lasca bastante refinado, como pontas de projétil. É certo que devido à superficialidade da análise produzida nesta experimentação, diferenças estilísticas – que poderiam indicar concepções distintas – ficam ignoradas.

Há ainda outros dois elementos da cultura material que foram encontrados neste lugar pelos moradores, que os recolheram, e que por isso não aparecem na figura 4.2. Ambos foram localizados próximos às áreas onde encontramos as outras peças. Um deles é uma peça sobre seixo retangular com polimento em um dos lados maiores, medindo 18x4x2cm. A outra é uma bola de boleadeira, com um sulco picoteado, sobre granito. Esta é uma matéria-prima inexistente nos vales litorâneos, o que aponta mais uma vez este lugar para a abertura do vale, para fora dali. Estas peças são mais comuns no sul do Estado, sendo associadas a grupos caçadores coletores de campo (Copé 1985; Schmitz 1984). Porém, na década de 1970, Eurico Miller encontrou duas bolas de

boleadeira semelhantes a esta no sítio RS-LN-34, um pequeno sítio Guarani situado na planície costeira (Wagner 2003: 233).

Como devo demonstrar em seguida, ao propor a existência de ao menos dois mundos presentes na área piloto, através da conjunção da cultura material com a inserção no espaço pode ser possível – mesmo apenas com dados oriundos de prospecção – diferenciar lugares habitados por grupos diversos, apontando para a criação e a manutenção na prática de diferenças culturais. Ou seja, é na relação entre coisas, pessoas e paisagens que mundos distintos são criados, residindo também aí estas novas alternativas de interpretação. O lugar Perotto faz parte de um mundo distinto daquele que reside no vale fechado.

### Lugar Reck

Subindo o rio a partir do lugar Perotto, pela margem direita, ocorre uma pequena diminuição da planície fluvial, aproximando o morro do rio, e criando essa espécie de barreira que separa este lugar do vale fechado. Logo em seguida, porém, a planície fluvial cresce novamente na margem direita. Como também na margem esquerda há uma ampla planície que se abre logo acima do lugar Perotto (e também visível dali), a chegada ao lugar Reck cria a sensação de estarmos de volta ao vale amplo. A grande diferença em relação ao lugar Perotto é que aqui a abertura para o sul não é tão acentuada. Porém, para as porções superiores do vale a paisagem é ainda mais fechada. Estar neste lugar é como estar dentro de uma panela, o fundo amplo mas cercado por paredes altas na volta. Este é o último reduto de vale aberto. Depois que cruzarmos o estrangulamento dos morros próximo à Barra do Ouro, é o vale fechado do interior que dominará as vistas, mesmo nas áreas planas da conjunção dos rios.

Este é o lugar onde foi encontrada a maior quantidade (e densidade) de cerâmica guarani em toda área piloto. Identificamos 45 fragmentos, com ao menos quatro tipos de decoração (pintado, corrugado, unglado e escovado, além de fragmentos lisos). O proprietário e seus filhos contaram que costumava ter mais material, e mostraram vários fragmentos que haviam coletado, alguns com mais de 20cm. Também relataram a existência de um lugar específico no centro da concentração onde saía muito carvão e terra queimada, sendo hoje ainda um pouco visível pela coloração mais escura do sedimento. Além das cerâmicas, também foram identificadas nove peças líticas, inclusive um biface e um fragmento de uma peça polida, talvez de uma mão-de-pilão. A escassa presença de material lítico indica que neste local as

atividades de lascamento não eram comuns, havendo apenas seis peças relacionadas com debitage.

Observando a figura 4.4, é possível notar a alta concentração do material.

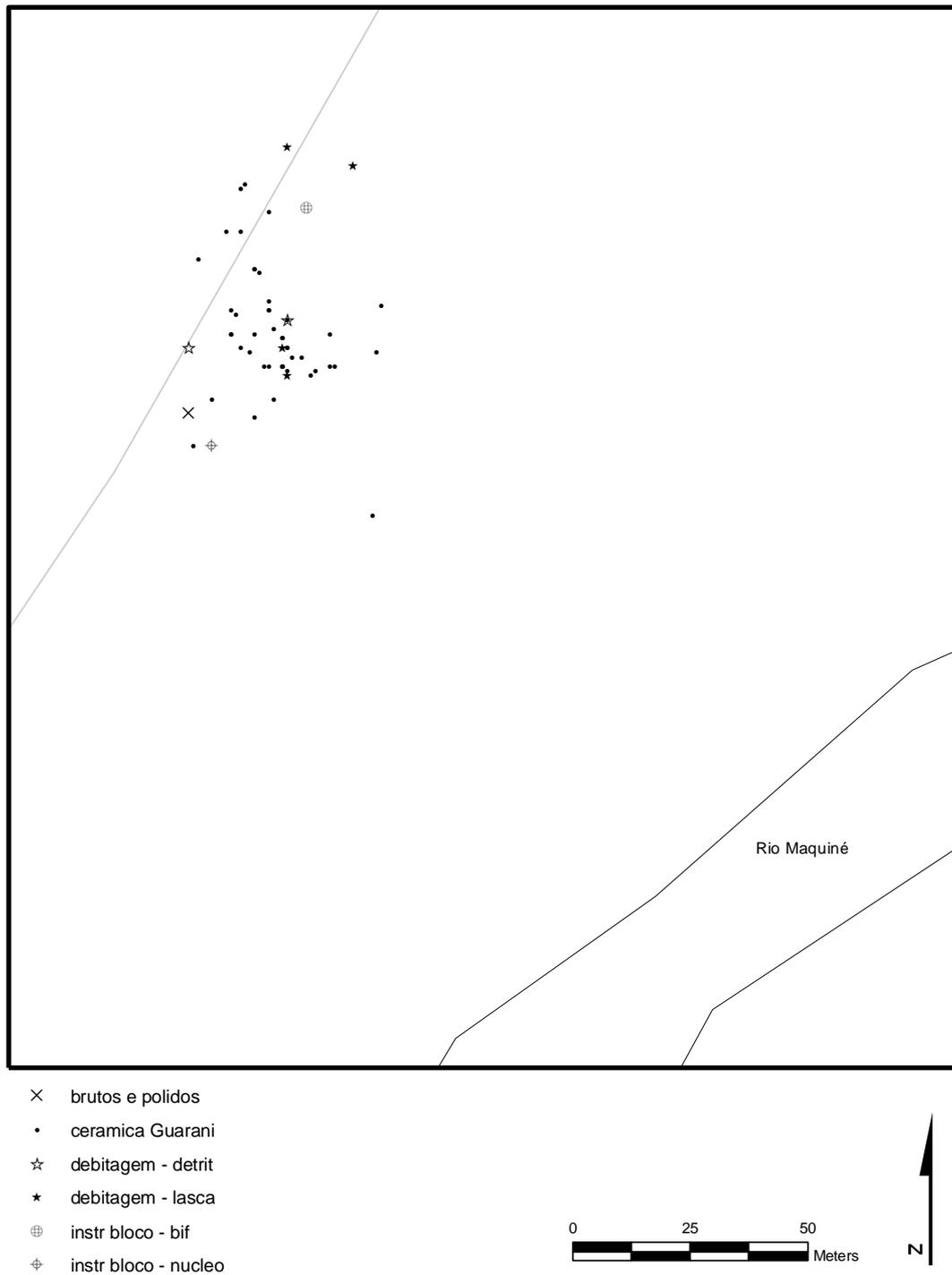


Figura 4.4: Distribuição do material arqueológico nas áreas prospectadas do lugar Reck.

Em uma área de aproximadamente 50x65m estão localizadas todas as 54 peças encontradas em superfície, uma densidade inferior apenas a área 9, componente

do lugar Gambin. É interessante o fato de não haver nenhum outro tipo de evidência arqueológica em todas as áreas no entorno, que devido à localização sobre essa ampla planície fluvial é amplamente utilizada pela agricultura, oferecendo ótimas visibilidades do solo.

Outro elemento importante na composição deste lugar é um amplo abrigo arenítico situado em frente a esta área com material, que por sua vez está nas últimas porções de planície antes do início das encostas. Este é um dos maiores abrigos da área piloto localizados até o momento. Devido a seu tamanho, ótima acessibilidade e condições secas no interior, infelizmente, foi transformado em garagem para um caminhão e galpão de armazenagem. Sob a aba, foi construída ainda uma casa com espaço para a ordenha de vacas e guarda de produtos mais perecíveis. O resultado foi a retirada extensiva de sedimentos, alterando profundamente o solo no seu interior e na sua frente.

O proprietário tem uma história particularmente interessante em relação à arqueologia. Quando jovem, morador do interior de São Francisco de Paula, encontrou vários sítios arqueológicos nas suas terras e convidou Eurico Miller para visitá-los, o que resultou em posteriores escavações e coletas de material nos sítios então registrados no Marsul como RS-S-308 a 311: Morro da Flecha 1 a 4 (identificados como um sítio Umbu, um Tupiguarani e dois Humaitá). Isto ressalta seu conhecimento sobre o material arqueológico. Este senhor afirma que, durante as obras realizadas no interior do abrigo, a única peça encontrada foi – em superfície – uma espécie de tigela de pedra (uma mó?), a qual não conseguiu encontrar para nos mostrar. Porém, devido às características muito favoráveis deste abrigo, e havendo ainda uma parcela não mexida de sedimentos na parede Norte, uma sondagem deve ser realizada no futuro.

O lugar Reck, então, ainda que inserido neste pequeno vale amplo, está relacionado com um abrigo rochoso típico do vale fechado. Não afirmo que estes abrigos pertençam apenas ao vale fechado, mas aqueles com ocupação caçadora coletora comprovada estão todos voltados para o interior. Pensando na contemporaneidade de ocupações caçadoras coletoras com grupos ceramistas Guarani (já atestada pela congruência de datações (Jacobus 2000)), o estabelecimentos de uma moradia exatamente em frente a um abrigo semelhante aqueles usados como morada por ‘outros’ tem significado. É uma espécie de elo criado entre diferentes, uma aproximação – senão diretamente das pessoas – das coisas que lhe pertencem.

Gostaria de salientar com mais detalhes minhas motivações para pensar nesta contemporaneidade entre os diferentes grupos culturais, um argumento que acompanhou a construção de minhas interpretações. A data mais recente para ocupações caçadoras coletoras na área foi obtida por Eurico Miller no sítio RS-S-308: Morro da Flecha 1, localizado no planalto adjacente à calha do vale do Rio Maquiné. A datação de C<sup>14</sup> indicou uma ocupação bastante recente de 575±80 AP (SI-804), época em que ocupações ceramistas tanto nas terras altas quanto nas terras baixas já estavam bem assentadas (Jacobus 2000: 55)<sup>5</sup>. No abrigo RS-LN-01, localizado dentro da área piloto, Miller também obteve três datações radiocarbônicas, estas bem mais antigas, de 5950±190 (SI-234), 5680±240 (SI-235) e 4280±180 (SI-233) AP (Miller 1969: 96). Porém, havia material arqueológico em camadas acima destas datadas, inclusive ossadas humanas em superfície, o que indica uma continuidade da utilização do abrigo até períodos mais recentes. Contribui ainda para estas interpretações sobre contemporaneidade de caçadores coletores com grupos ceramistas a presença de dois fragmentos de cerâmica Taquara na camada mais recente deste abrigo, associados ainda com pontas de projétil (Miller 1969: 99).

É claro que mais datações seriam necessárias para obter um quadro mais preciso destas ocupações e dos momentos de interação. Na sua falta, fico com a inserção no espaço como elemento para esta construção.

O lugar Reck também está diretamente associado ao lugar Gambin. Observando os desenhos de ambos, a similitude é óbvia. Eles estão muito próximos, e talvez pudessem ser entendidos como um único lugar. Optei por separá-los por estarem nas margens inversas do rio, ainda que na mesma altura, uma separação que na atualidade pode ser bem mais forte do que no passado, já que o cruzar do rio hoje é controlado pelas pontes. Mas além disso, o rio também não está tão próximo da área com material do lugar Reck, já que este lugar está junto ao pé da encosta.

Observando o desenho deste lugar (Fig. 4.5) é possível iniciar as comparações sobre a dinâmica da paisagem. Neste caminho para dentro do vale, que se faz ao sair do lugar Perotto e dirigir-se ao lugar Reck, o maciço da Pedra de Amolar cresce de tamanho, apesar de continuar sendo a única porção de planalto do interior visível, um indício de lugar ainda voltado para o vale aberto.

---

<sup>5</sup> Segundo Jacobus (2000: 55), através do levantamento de todas datações em sítios arqueológicos na Bacia Hidrográfica do lago Guaíba e planície litorânea adjacente, “desde pelo menos 2000 AP houve uma coexistência entre caçadores-coletores e grupos ceramistas das tradições Taquara e Guarani na região”.

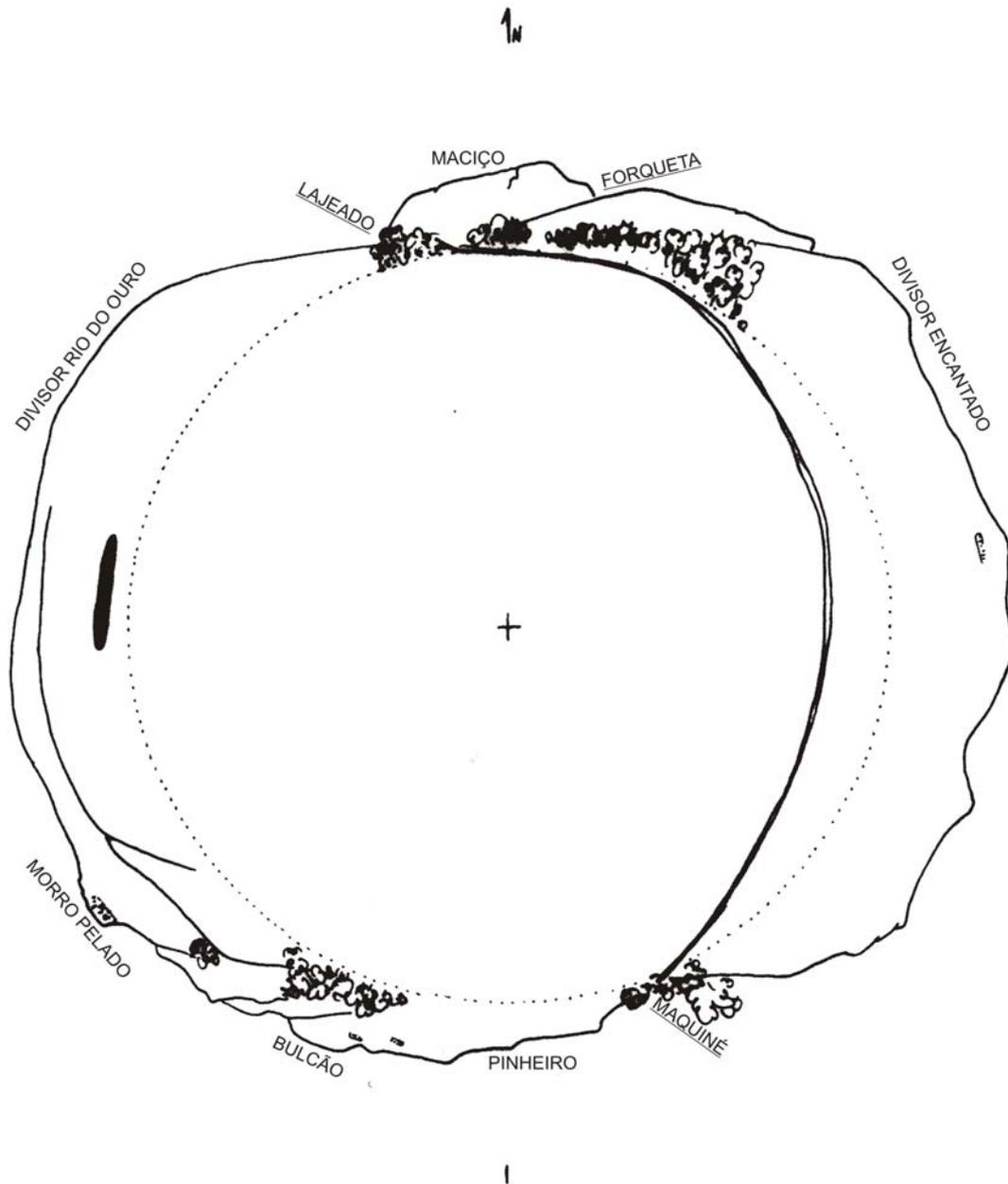


Figura 4.5: Desenho do lugar Reck. Em escuro no morro a Oeste, está representada a boca do abrigo arenítico.

Uma diferença sensível em relação ao lugar Perotto é a proximidade com as encostas, expressa no desenho pela maior continuidade dos morros a Leste e a Oeste. É principalmente nas vistas para o sul que os morros se individualizam, indicando maior distanciamento. Também o Morro Pelado, ainda visível aqui, encontra-se atrás de outros morros, não sendo mais um elemento diretamente ligado ao lugar. Sua presença, porém, é também uma ligação entre estes lugares, um elemento de fácil identificação e bastante útil para a localização, como senti durante a habitação da área.

Aquelas últimas porções de planalto junto da planície costeira ainda são visíveis deste lugar, como Pinheiro e Bulcão, mas estão já mais distantes, menos precisas. A abertura para o sul, pela calha do vale, também diminui, ficando levemente mais estreita. São os indícios que o vale está se fechando. Porém, este é um lugar que considero ainda voltado para o vale amplo, mesmo que se encontre em uma transição.

#### Lugar Gambin

Assim como o lugar Reck, este também se situa na última porção de vale amplo antes do fechamento dos morros na Barra do Ouro. Ainda que a maior parte da área de planície fluvial neste lugar tenha sido percorrida, foi apenas junto a uma curva do rio que apareceu material arqueológico, o que prende este lugar a este ponto específico do rio.

Isto não se dá apenas pela proximidade da água, mas pelas características peculiares do terreno nesta pequena área. De fato, esta curva do rio contorna um volume de terra muito singular, que forma uma espécie de pequeno morro no meio da planície fluvial. O que ocorre ao caminhar na sua direção, tanto pelo Norte quanto pelo Sul, é o surgimento de um ‘cocoruto’ afastado das encostas e próximo ao rio, uma formação absolutamente única por toda calha do Rio Maquiné. Lembrando a formação geomorfológica deste vale, ele é criado pela ação das águas sobre falhas na lava vulcânica, erodindo a calha de forma relativamente homogênea e linear, principalmente no contato com a Formação Botucatu, mais friável que o basalto. Como pode, então, um testemunho como este ter sobrevivido a esta intensa ação hídrica? O que explica sua existência é sua formação. Diferente da maior parte da seqüência geológica no vale, ele é um maciço de basalto entranhado na formação arenítica. Assim, a ação das águas erodiu seu entorno arenítico deixando-o aparente.

Como reflexo dessa erosão, o lado Norte – de onde desce o rio – ficou bem íngreme, e funcionou como uma barreira das águas, que desviaram para a direita formando uma ampla curva no rio. Neste ponto está localizado, de acordo com a população, um dos principais poços de banho na calha do Maquiné. Também devido a sua altura, este pequeno maciço é a única área na beira do rio que nunca fica alagada com as freqüentes cheias.

É justo no seu topo, voltado para o lado mais íngreme (Norte), bem próximo ao rio, que está situada a área com maior densidade (e quantidade) de material arqueológico a céu aberto (Figs. 4.6 e 4.7), a área 9.

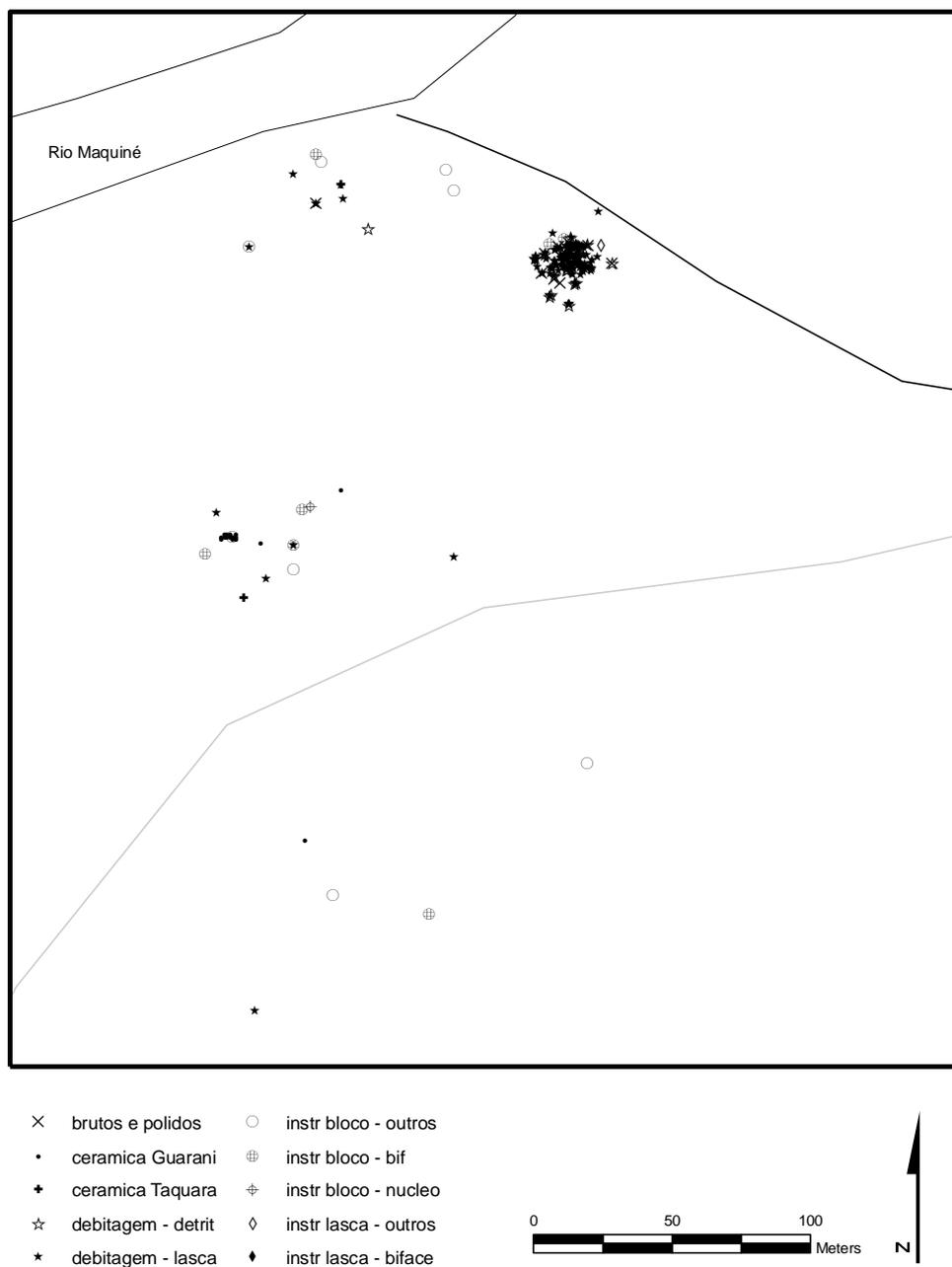


Figura 4.6: Distribuição do material arqueológico nas áreas prospectadas do lugar Gambin.

A área 9 foi a única a céu aberto que continha pontas de projétil, além de farta debitagem, incluindo dezenas de micro-lascas. Das 170 peças identificadas, 148 pertencem à categoria debitagem, correspondendo a 87% do total, representatividade similar a outros sítios de caçadores coletores analisados por mim na região (RS-S-308: 82%; RS-LN-01: 92%<sup>6</sup>). Entre o instrumental, além de quatro pontas, uma preforma e duas peças com retoque, há um núcleo unipolar de calcedônia e dois bifaces sobre seixo. Este é sem dúvida um local de produção de artefatos de pequeno porte.

<sup>6</sup> Cabral 2000, 2001.

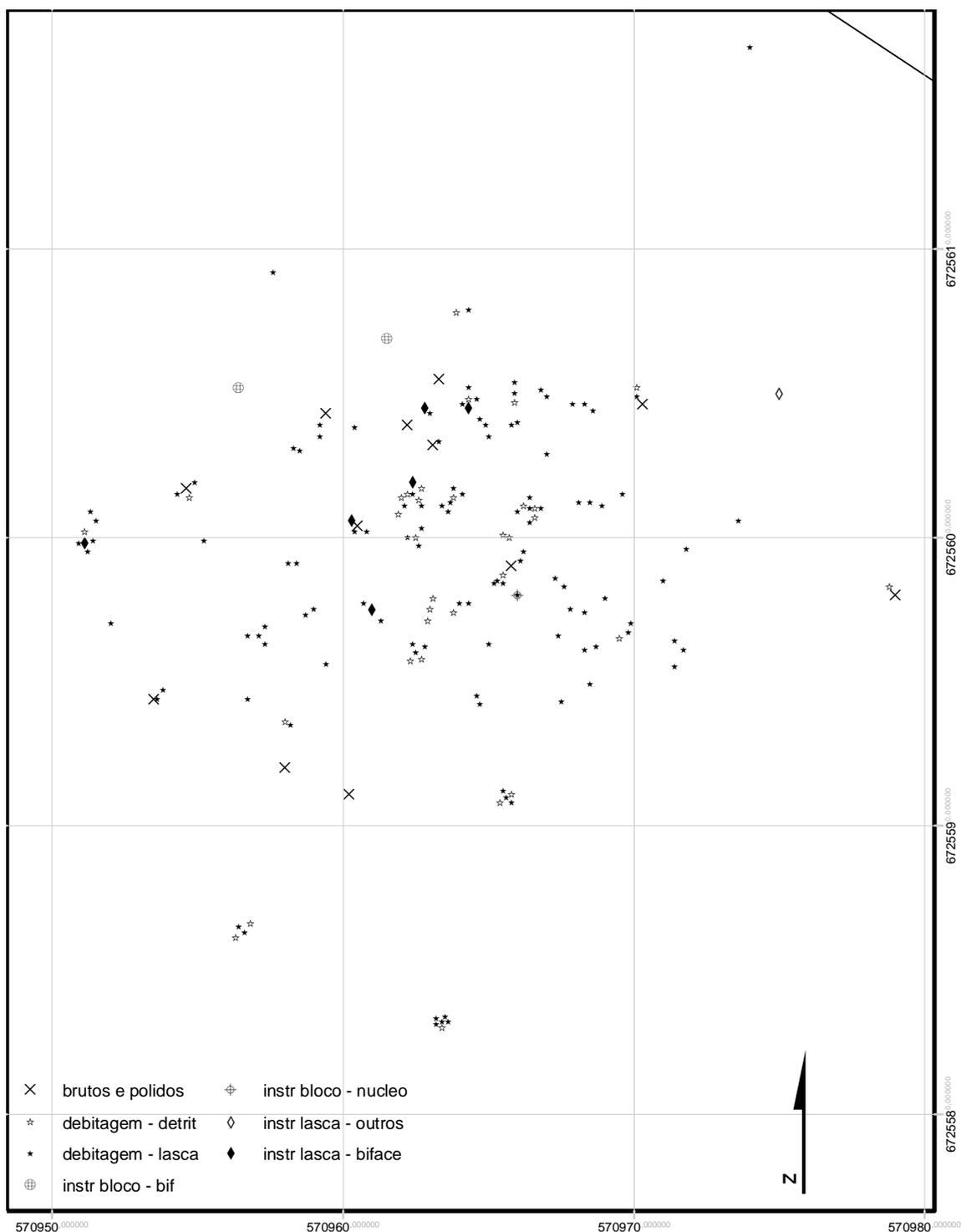


Figura 4.7: Distribuição do material na área 9 (lugar Gambin). A grade de quadriculamento tem 10m de lado.

As matérias primas utilizadas também são um diferencial. Além do extenso uso de basalto, há calcedônias e arenito silicificado, todos lascados unipolarmente. De todo material identificado a céu aberto, o arenito silicificado aparece apenas aqui, e a calcedônia aqui e no lugar Isidoro. A escassez destas matérias primas tornou-se evidente

durante a estadia no vale. Jamais encontramos arenito silicificado, nem na forma de seixos (que seguidamente eram testados na beira dos rios), nem em afloramentos. A calcedônia, embora também rara, aparecia às vezes entre os seixos de rio, ou ainda na forma de pequenos nódulos nas planície fluviais. Tanto na área 9, quanto no lugar Isidoro, a calcedônia foi utilizada para a produção de artefatos de pequeno porte, o mesmo ocorrendo com o arenito silicificado. Ao que parece, estas matérias primas raras estão relacionadas à produção de peças retocadas. É interessante neste sentido introduzir alguns resultados da análise da coleção lítica do abrigo RS-LN-01<sup>7</sup>.

Enquanto que no total da coleção deste abrigo a calcedônia e o arenito silicificado representam apenas 4%, e o basalto quase 96% (há ainda presença de hematita e quartzo com menos de 1%); entre os artefatos uni e bifaciais (quase que inteiramente sobre lascas, indicando também a produção de peças de pequeno porte) a calcedônia e o arenito juntos aumentam sua representatividade para aproximadamente 12%, e o basalto cai para 88%. Este parece ser um indicativo de uma escolha dos lascadores por estas matérias primas raras para a produção de pequenos instrumentos, ainda que o basalto (tão abundante na região) continue também sendo amplamente utilizado.

É nesse sentido que a aparição a céu aberto da calcedônia e do arenito silicificado na forma de peças retocadas parece ressaltar esta escolha. A escassez de sua disponibilidade no mundo é, de certa forma, manipulada através dessa produção, onde ainda representa uma parcela menor, mas bem mais representativa do que sua presença no ambiente. Pode-se argumentar que isto seja apenas reflexo de uma qualidade superior ao basalto para o lascamento, uma escolha puramente tecnológica. Porém, esta separação da vida social em esferas distintas (i.e. aspectos funcionais X ideológicos) que fundamenta este tipo de argumentação é também questionável (Shanks & Tilley 1992; Hodder 1990, 1994), e não é tomado aqui como válido.

Pelo caminhamento realizado, ficou claro que esta concentração na área 9 está relativamente individualizada das outras, sendo bastante densa e bem delimitada (esta seria uma área facilmente identificada como sítio arqueológico). Segundo os moradores, é uma área lavrada muito recentemente, o que também deve ter contribuído para sua melhor preservação. Não considero, porém, que este seja o motivo da sua maior densidade, já que de todas as áreas visitadas esta é também a com maior

---

<sup>7</sup> Estes dados foram parcialmente publicados em Cabral 2000 e 2001.

quantidade de vestígios. Ou seja, mesmo que a ação agrícola tenha alterado de maneira significativa outras áreas visitadas (como certamente ocorreu), em nenhuma havia tal quantidade de vestígios, mesmo naquelas com alta dispersão. Saliento com isso que esta concentração é de fato única na área piloto, ao menos nas terras baixas.

O fato de ser uma cultura material de caçadores coletores é especialmente interessante, visto que este é também o lugar onde mais claramente estas marcas estão presentes a céu aberto<sup>8</sup>. Como tornarei mais claro adiante, penso que estas ocupações estão mais voltadas para o interior do vale. A localização deste pequeno acampamento nesta porção de vale aberto, portanto, torna-se significativo, tanto mais quando relacionado com os outros materiais que estão presentes neste lugar, mesmo que não diretamente associados.

Ainda sobre este pequeno morro testemunho, descendo para Leste, mais próximo do rio, encontramos de forma mais dispersa treze evidências líticas e um fragmento de cerâmica Taquara com decoração beliscada. Apesar da ótima visibilidade do terreno, este foi o único fragmento cerâmico identificado, gerando certo estranhamento (se havia um vaso, onde estariam os outros pedaços?). Entre o material lítico, havia um biface sobre seixo e outros 4 instrumentos sobre bloco, além de um percutor, e muito pouca debitage, incluindo duas lascas bipolares de calcedônia.

Mais distanciado do rio, descendo para o sul, outras 32 evidências foram encontradas. Além de nove instrumentos sobre bloco (incluindo um núcleo e 4 bifaces) e cinco lascas unipolares de basalto, havia outro fragmento de cerâmica Taquara beliscado (também único) e 17 fragmentos de cerâmica Tupiguarani. Destes, 16 pareciam pertencer a uma única vasilha, devido à espessura das paredes, à decoração pintada e à localização próxima entre eles. O outro tinha decoração corrugada e estava mais afastado (ver Fig.4.6), sendo também único. Esta aparição de fragmentos cerâmicos únicos, que gerou um estranhamento inicial, mostrou-se recorrente, em especial relativamente à cerâmica Taquara, que jamais apareceu de outra forma. Devido ao tipo de prospecção realizada, com registro de absolutamente todas as peças encontradas, tal padrão pode não ser puro acaso, ou falha metodológica, como buscarei argumentar mais adiante, quando começar a relacionar as coisas, as paisagens e as pessoas na construção de mundos.

---

<sup>8</sup> A presença das pontas de projétil é, indubitavelmente, um marcador forte da presença de caçadores coletores; o que não significa que seja o único marcador, como busco mostrar adiante. Serve, porém, como um ponto inicial para estabelecer relações com outros marcadores.

As características de vale aberto desde lugar com a formação de amplas planícies (ainda que cercadas por altos morros), associadas com cerâmicas Tupiguarani (que apenas muito escassamente aparecem no interior do vale), apontam este lugar para a abertura do vale. Ainda que a área piloto não abarque o curso inferior do Rio Maquiné, onde esta paisagem aberta é dominante, obtive algumas informações sobre a existência de áreas com alta densidade cerâmica nesta região. Uma delas está localizada no Arroio Solidão, mas não foi visitada. A outra fica junto à cidade de Maquiné (GPS 0577 838/ 6717 380), e segundo informações dos proprietários poderia cobrir até um hectare (100X100m). Eles ainda guardam em casa parte de uma coleção de fragmentos cerâmicos Tupiguarani com variada decoração (corrugado, ungulado, pintado, escovado) e contam sobre algumas painéis inteiras retiradas da lavoura. A área fica na margem direita do Rio Maquiné, sendo que bem junto ao rio havia um local onde o sedimento era bem mais escuro, “de terra queimada”, como nos contou a proprietária.

Assim, quando finalizei os trabalhos em campo e tive a certeza que as concentrações cerâmicas na área piloto estavam voltadas para o vale amplo, sendo a ocorrência de cerâmica no vale encaixado extremamente sutil, compreendi que as diferenças entre estes dois vales não apontavam apenas para processos geomorfológicos. Existe uma escolha bastante clara, em especial para os produtores de cerâmica Tupiguarani, em estabelecer-se no vale amplo. Não descarto de maneira nenhuma a possibilidade desses habitantes ceramistas entrarem no vale encaixado para inúmeras atividades, porém a escolha para fixar moradia está no vale aberto.

Observando, agora, o desenho do lugar Gambin (Fig. 4.8), a semelhança com o lugar Reck é clara. Os morros laterais são amplos e contínuos, a abertura para o sul – ainda que a calha do vale não seja tão pronunciada – continua também extensa. As porções de planalto para o lado de Pinheiro e Bulcão continuam aparentes, assim como o Morro Pelado. E para o interior a vista ainda é restrita, apenas aparente o maciço da Pedra de Amolar. Penso que este lugar, assim como o lugar Reck, está situado em um meio termo entre vale aberto e vale fechado.

Existem esses elementos que apontam para a abertura do vale, mas também há indicadores para seu interior. No lugar Gambin, em especial, o maciço de basalto sobre o qual estão os materiais é um elemento destoante. Como já indiquei no relato da história geológica da área, este tipo de rocha, na forma de maciços, faz parte das porções superiores do vale, ainda que na forma de seixos apareça por todo o curso.

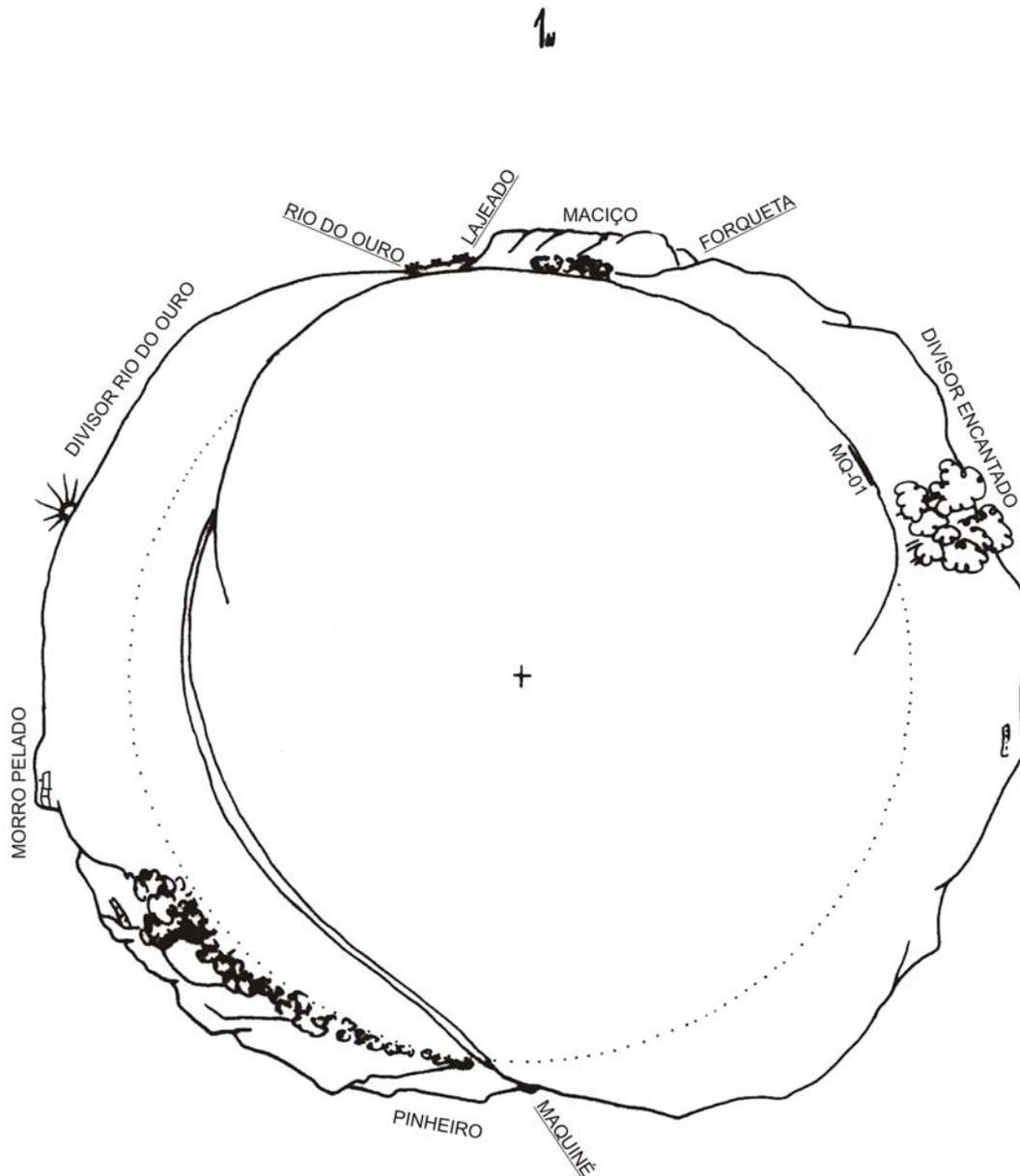


Figura 4.8: O lugar Gambin. A nordeste está marcada a localização da área 9 (MQ-01).

A presença dessa laje ampla, então, pode ser entendida também como um elemento que aponta para o interior, onde o basalto compõe a paisagem de forma evidente e próxima<sup>9</sup>. Nesse sentido, a localização de um acampamento caçador coletor neste topo, justo na parte em que o basalto é mais evidente pela ação do rio, contribui para criar esta relação entre interior-basalto-caçador coletor. Claro que, assim como entre as populações ceramistas, não penso que caçadores coletores vivessem restritos no

<sup>9</sup> No curso inferior o basalto – como maciço – também aparece na forma de amplos paredões verticais, porém estão distantes, lá em cima nos topos de morro. A proximidade dessa matéria prima no interior é, portanto, significativa.

vale fechado, apenas aponto para a possibilidade desse ambiente ser um elemento importante na construção dos seus mundos, uma relação que me parece expressa na dispersão da cultura material pela área piloto, como continuarei a mostrar nos outros lugares.

### Lugar Daltoé

Este é o primeiro lugar apresentado que está dentro do vale fechado, como ocorre com todos os próximos lugares descritos.

Para quem sobe o Rio Maquiné, passados os lugares Gambin e Reck, a planície fluvial ainda segue por pouco mais de 1km, quando os morros nas duas margens se aproximam, formando uma espécie de barreira, que usei como marcador do início do vale fechado do interior. Observando toda a calha do Rio Maquiné (ver Fig. 3.3), este é o único ponto de estrangulamento do rio, onde há áreas amplas para cima e para baixo. Na margem direita, passada essa barreira, está a confluência do Arroio do Ouro com o Maquiné, onde fica situada a localidade de Barra do Ouro.

A partir deste ponto, a presença dos morros é mais forte, já que as encostas estão mais próximas. Mesmo na confluência dos arroios formadores do Rio Maquiné, quando se forma uma planície fluvial extensa, não há mais aberturas amplas. Por todos os lados, os morros estão altos, e é apenas na calha dos vales que o horizonte alcança a altura dos olhos. É isto que caracteriza o vale fechado, do interior. Porém, é a deposição diferenciada da cultura material entre vale fechado e vale aberto que me leva a construir interpretações distintas entre eles.

No lugar Daltoé foram identificadas 15 peças, dispersas por mais de 400m sobre uma pequena planície fluvial, fortemente marcada pela presença de grandes paredões de arenito por toda a encosta da margem esquerda. De fato, toda esta margem, desde a porção inferior do Arroio Encantado até um pouco abaixo do lugar Daltoé, se caracteriza pela exposição do arenito, formando uma encosta abrupta. Além deste lugar, também nos lugares Nelsir, Benetti, Isodoro e Ligeiro estes paredões areníticos da curva do rio são bastante visíveis. Entre as peças encontradas aqui, há – outra vez – a presença de um único caco de cerâmica, um fragmento de borda de uma vasilha Taquara. As peças líticas incluem 12 lascas unipolares, algumas com córtex de seixo, e dois instrumentos sobre bloco.

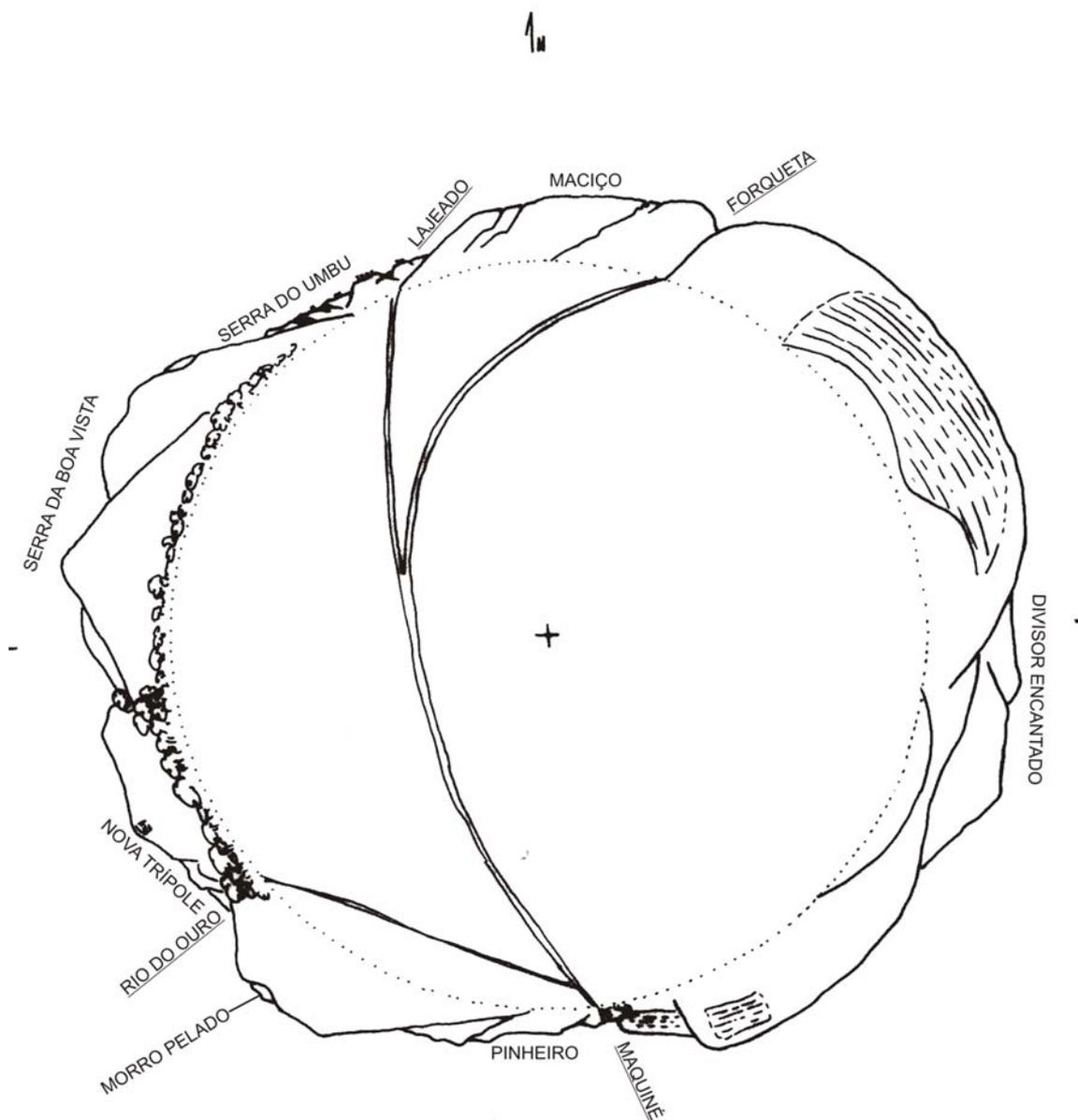


Figura 4.9 : O lugar Daltoé. Os tracejados paralelos nas encostas indicam paredões areníticos aparentes.

Há um abrigo rochoso bastante próximo, situado alto no paredão, cuja aba é visível por trás do mato a partir da planície. É pouco profundo e um tanto íngreme, mas bastante largo na abertura. Devido à sua altura, oferece excelentes vistas para toda a planície dos formadores do Rio Maquiné, propiciando “uma privilegiada posição estratégica de observação das movimentações que ocorrem no vale” (José Alberione dos Reis, diário-de-campo 18/02/2005). Dos abrigos visitados, este é certamente o de vista mais ampla, comparável apenas ao abrigo Isidoro, no lado oposto do morro. A ausência

de cultura material, porém, dificulta o estabelecimento de relações diretas entre este lugar-abrigo e as ocupações humanas, ainda que sua vista favorecida sugira a possibilidade de visitação. Na falta de mais elementos para inseri-lo em rela es sociais, introduzo-o apenas como elemento constituinte do lugar Daltoé.

Observando, então, o desenho deste lugar (Fig. 4.9)   possível notar algumas das características de vale fechado. Ainda que o distante Pinheiro continue parcialmente visível, aparecem diversos novos elementos neste lugar. Porém, ainda entre os elementos já conhecidos, saliento o pico do Morro Pelado, aparente por det rs do divisor de águas entre os rios do Ouro e o Maquiné, criando uma liga o – ainda que indireta – com os lugares Perotto, Reck e Gambin (além de tantos outros mais ao sul onde ele segue sendo visível). Outra continuidade com os lugares anteriores é o maciço da Pedra de Amolar, agora já bem mais próximo, e mais individualizado. Fazendo este percurso de subir o rio, este maciço surge como uma imensa parede (Fig. 4.10), dividindo as calhas de água, o que lhe confere uma grandeza particular.



Figura 4.10: A imensidão do maciço da Pedra de Amolar visto da Barra do Ouro, do outro lado do rio do lugar Daltoé. A estrada segue paralela ao leito do Rio Maquiné, tornando clara a posi o de divisor de calha deste maciço (04/03/2005).

É interessante pensar estes elementos de continuidade como elos visuais entre os diversos lugares. Assim, a paisagem pode ser entendida de forma contínua, transformando-se pouco a pouco. Pensando esta mudança entre vale aberto e vale fechado como uma distinção entre mundos (como vou argumentar adiante), esta aparente mistura de elementos apenas reforça a dificuldade em estabelecer fronteiras precisas. É possível observar que, assim como os elementos naturais, também a cultura material não se distribui de forma compartimentada, o que utilizo como argumento para pensar essas fronteiras de forma maleável e complementar, ao que voltarei mais tarde.

Entre os novos elementos, tornam-se visíveis mais parcelas do planalto do interior, como a Serra do Umbu pela calha do Arroio Lajeado, e Nova Trípole na calha do Arroio do Ouro. Sobre este pequeno vale, é interessante também que a partir deste lugar é possível ver o amplo paredão basáltico do seu fundo, apontando para este ambiente fechado e rochoso.

Os vários paredões de arenito pelo lado Leste do lugar Daltoé também conferem uma característica única, formando uma barreira que dá as costas para o lado aberto. O que se nota neste lugar, então, é uma maior proximidade das encostas, além do contato mais intenso com as terras altas. Assim, ainda que haja visibilidade para as encostas ao sul, este já é um ambiente interior, com a presença bem marcada dos arroios menores.

Subindo um pouco mais pela margem esquerda, próximo ao contorno do morro na direção do Arroio Encantado, o ruído do rio aumenta sua intensidade. É que neste ponto o leito torna-se mais raso, formando inúmeras corredeiras, que serão tanto mais comuns conforme subimos os cursos. Este barulho mais forte de água correndo é também uma característica dos lugares do vale fechado, ainda que no lugar Daltoé ainda não seja tão forte.

Aproveitando que deste lugar é possível avistar o vale do Arroio do Ouro – que localmente é chamado de Rio do Ouro – dirijo-me agora ao lugar ali situado antes de seguir subindo o curso maior.

#### Lugar Antonio

Situado a quase dois quilômetros da Barra do Ouro, este é um lugar bastante fechado, inserido dentro de um vale muito encaixado, típico dos arroios menores no vale do Rio Maquiné. A encosta Norte, em especial, atinge 900m de altura, sendo parte da expressiva Serra da Boa Vista (um nome que bem sugere sua ampla visibilidade).

A cultura material identificada compõe-se apenas de peças lascadas sobre basalto, sendo um dos poucos lugares em que a delimitação é fácil de ser feita, visto que o material estava pouco disperso. A quantidade também é mais expressiva do que a média, tendo sido registrados 35 vestígios em uma área pouco inferior a 40X20m (Fig. 4.11). Infelizmente, devido a problemas com o proprietário (descrente da origem indígena dos vestígios), não conseguimos terminar o caminhamento na área, o que indica uma quantidade ainda maior de peças.

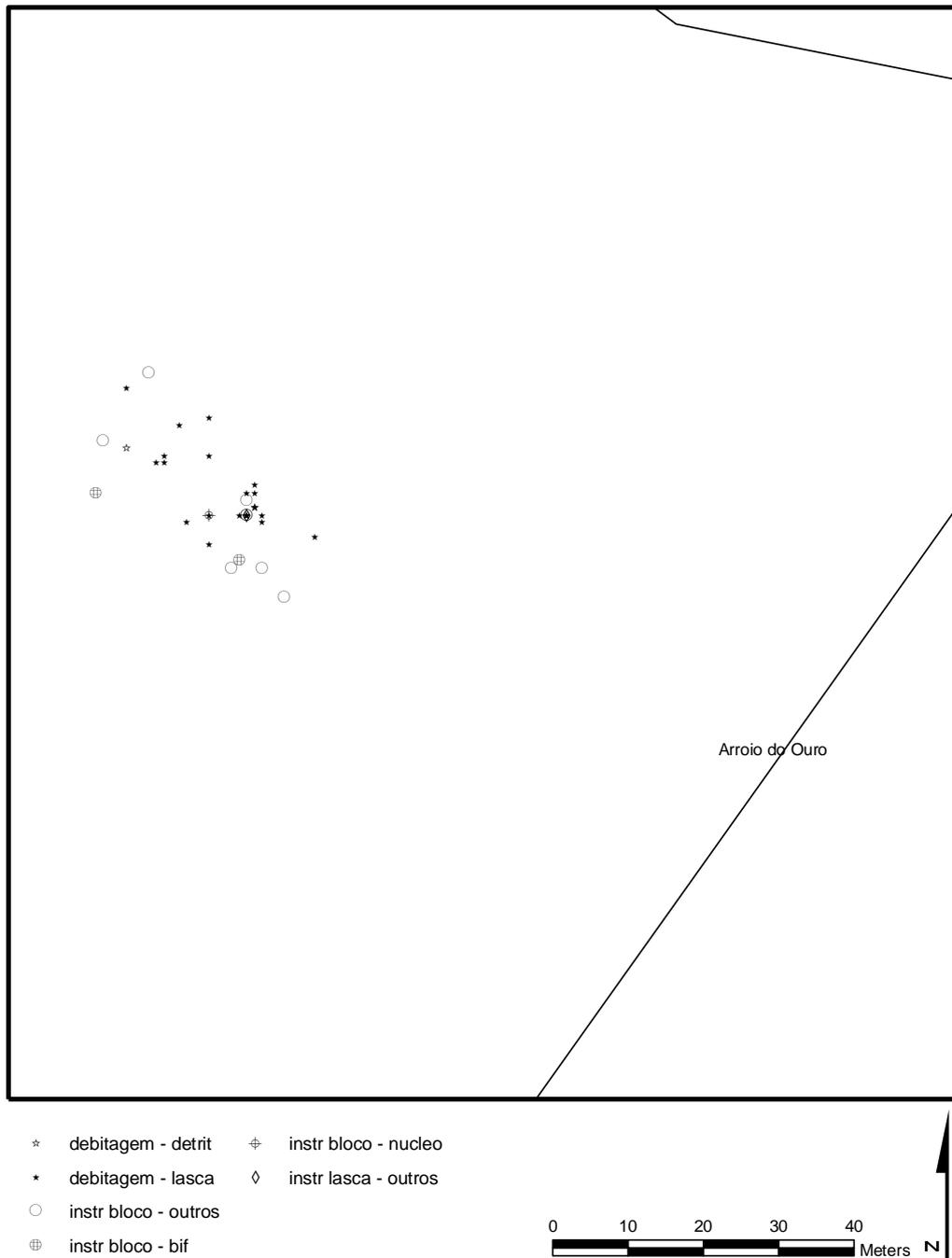


Figura 4.11: Distribuição do material nas áreas prospectadas do lugar Antonio.

A maior parte do material (23 peças) refere-se à debitage, com predomínio de lascas com comprimento superior a 5cm. Entre o instrumental, além de dois bifaces e outros variados sobre bloco, havia ainda um uniface sobre lasca. Pelo tipo de córtex presente, nota-se a utilização tanto de blocos de afloramento (disponíveis fartamente nas encostas) quanto de seixos de rio, com predomínio dos últimos.

Uns 500m abaixo no rio, outras peças líticas foram encontradas, em uma pequena planície fluvial formada na margem oposta. Eram quatro lascas, e dois fragmentos, sem nenhum instrumental visível. Porém, devido à estreita calha do rio, não havia visibilidade entre as áreas. Saliento, com isso, que nestes vales muito fechados pequenas distâncias alteram bastante o entorno, transformando completamente a paisagem. O resultado são lugares menores, com vistas mais limitadas.

É importante destacar a dificuldade da prospecção nestes vales pequenos, já que poucas são as áreas abertas para cultivo. Assim, tanto no Arroio do Ouro, quanto no Encantado e no Forqueta, as limitações amostrais são óbvias, dificultando uma compreensão mais clara sobre as ocupações humanas nestas áreas. Apesar disso, a presença de vestígios a céu aberto e de abrigos com material nestes vales apontam para sua ocupação. Em especial, tanto neste arroio quanto no Encantado, há abrigos com deposição de ossos, um indicativo da importância destes lugares – senão tanto para a vida, ao menos para a morte.

Apesar das vistas limitadas pelas encostas muito próximas, a partir do lugar Antonio é possível ver parte das terras altas na direção de Nova Trípole, onde também são visíveis amplos paredões basálticos (Fig. 4.12). Daqueles elementos já conhecidos a partir dos lugares apresentados, aqui no lugar Antonio apenas Nova Trípole é visível, um pouco mais próxima do que no lugar Daltoé. Isso indica o isolamento visual dentro deste vale, ainda que as distâncias não sejam grandes, reforçando a sensação de vale fechado.

Para o lado da abertura do vale, na direção do Rio Maquiné, a visibilidade atual foi comprometida pela presença de uma ampla mata nativa secundária. Ainda assim, é possível notar a situação de meio de vale, expressa no desenho por morros que quase cobrem 180° da vista.

Como havia já indicado para estes cursos menores, o ruído do rio aqui é mais forte, correndo sobre um leito estreito e muito raso. Os seixos também são maiores, sendo comum encontrar os angulares com tamanhos superiores a 1m.

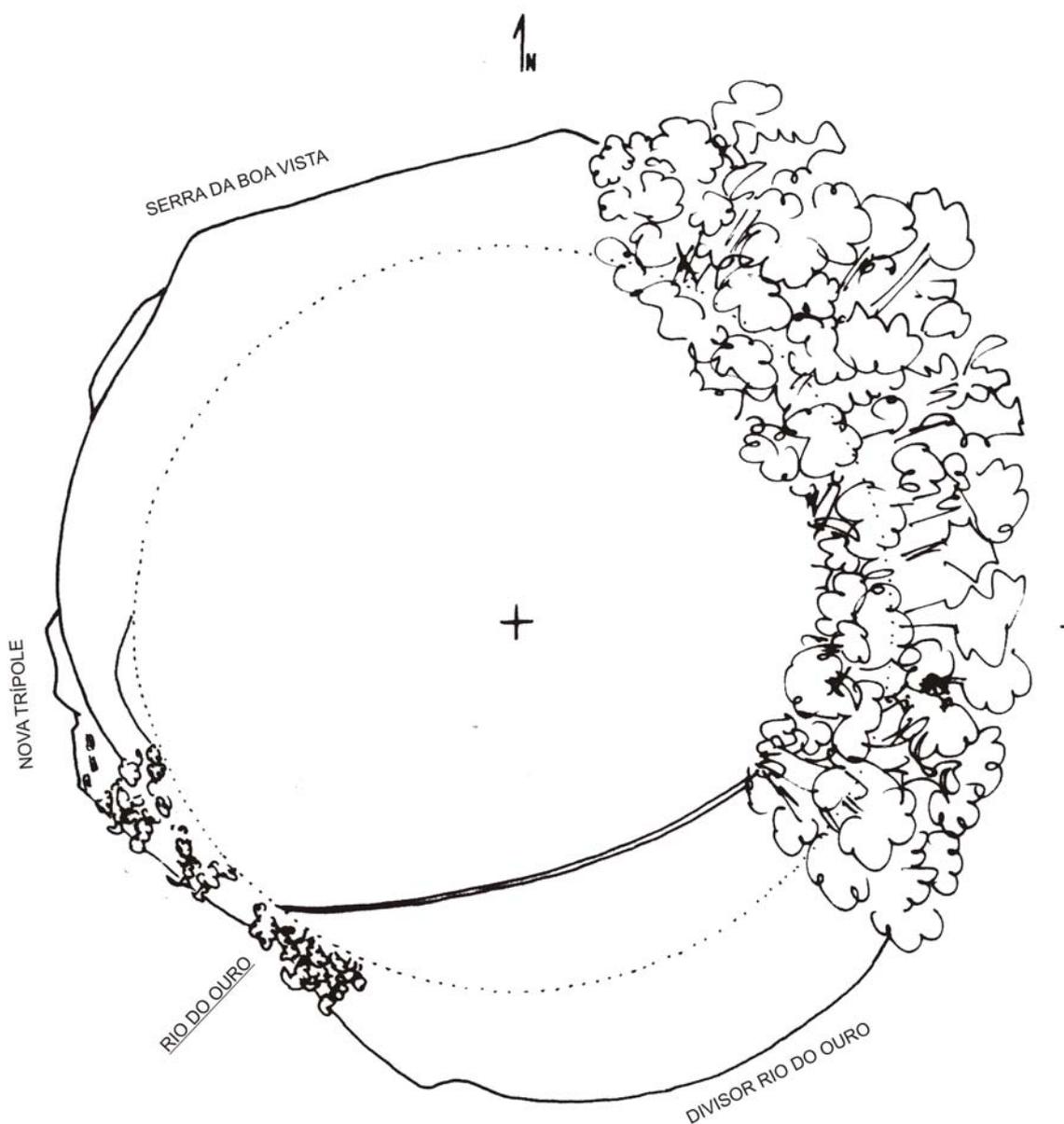


Figura 4.12 : O lugar Antonio. O mato amplo a Leste diminui ainda mais a visibilidade na direção das áreas mais abertas (do Rio Maquiné).

Uma outra sensação importante de estar neste lugar, e que se repete em todos vales muito encaixados, é a do céu pequeno, estreito. Um morador expressou isso afirmando que no Rio do Ouro “o sol era mais curto”, o que dificultava a atividade agrícola. Mesmo durante o verão, ao entrar nestes vales o ar é mais fresco, e mais úmido. Nos paredões rochosos junto ao rio, a formação de musgos sugere esse ambiente pouco atingido pelo sol. Este é um lugar, sem dúvida, de vale fechado.

### Lugar Nelsir

Saindo do Arroio do Ouro e continuando a subir o curso do Maquiné, logo se abre uma ampla planície fluvial, formada pela intersecção dos arroios Lajeado, Forqueta e Encantado, que contribuem expressivamente para a formação do Rio Maquiné. Apesar de ser uma área bem aberta, diferencia-se das planícies do curso inferior do rio por sua forma levemente circular, cercada por altos morros em todo entorno; enquanto que para o sul elas são mais guiadas pelo curso do rio, e a abertura do vale é cada vez maior. Esta é uma planície de interior, ao mesmo tempo ampla e próxima às encostas, drenada por rios rasos e ruidosos e cercada por paredões rochosos. A partir da área central, é possível também avistar duas cachoeiras no Arroio Escangalhado, a Oeste, que continuam visíveis por vários pontos na calha do Forqueta. Também chamam atenção aqui os topos rochosos do divisor de águas do Arroio Ligeiro, situados dentro da atual Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, formando a paisagem típica dos Aparados da Serra, com amplos paredões cinzas e brancos expostos (Formação Serra Geral).

Esta planície, para quem está subindo o rio, é limitada a Norte pelo imenso maciço da Pedra de Amolar, controlando um caminho para Nordeste e outro para Noroeste, o Arroio Forqueta e o Arroio Lajeado, respectivamente. Os próximos lugares seguem a primeira destas rotas, iniciando uma jornada na direção do Arroio Encantado.

O lugar Nelsir está situado próximo ao centro da planície, na beira do Arroio Forqueta (que se fundiu mais acima com o Arroio Encantado). Fica próximo ao lugar Daltoé, mas por estar na margem direita fica afastado das encostas, sendo menos dominado pelos paredões de arenito.

Apenas seis peças foram identificadas, entre elas um caco (único) de cerâmica Taquara com decoração beliscada. As outras peças eram três instrumentos sobre seixo e duas lascas, uma delas com córtex de bloco de afloramento, indicando o transporte a partir de alguma das encostas do entorno.

Estar neste lugar é estar cercado por uma paisagem cheia de elementos fortes, destacados. Essa posição relativamente central oferece vistas amplas para todos os vales menores: do Ouro, Escangalhado, Lajeado, Forqueta, Ligeiro e Encantado, além de uma pequena porção do Rio Maquiné, já escondido por trás de morros (Fig. 4.13).

Essa centralidade fica bem expressa no desenho pela divisão bastante similar da vista em três grandes blocos, separados pelas calhas dos vales, aqui bem pronunciadas. Com isso, este lugar avista tanto o Morro Pelado, um elemento do vale

aberto, quanto os morros da Serra Geral e mesmo a Serra do Umbu, marcadores fortes do ambiente interior, tanto pelo contato com as terras altas quanto pela proximidade com o basalto. Outro elemento de continuidade são os paredões de arenito do lugar Daltoé, que constituem toda a curva entre o Maquiné e o Encantado. Agora eles dominam todo o lado Sudeste, marcando o divisor de águas.

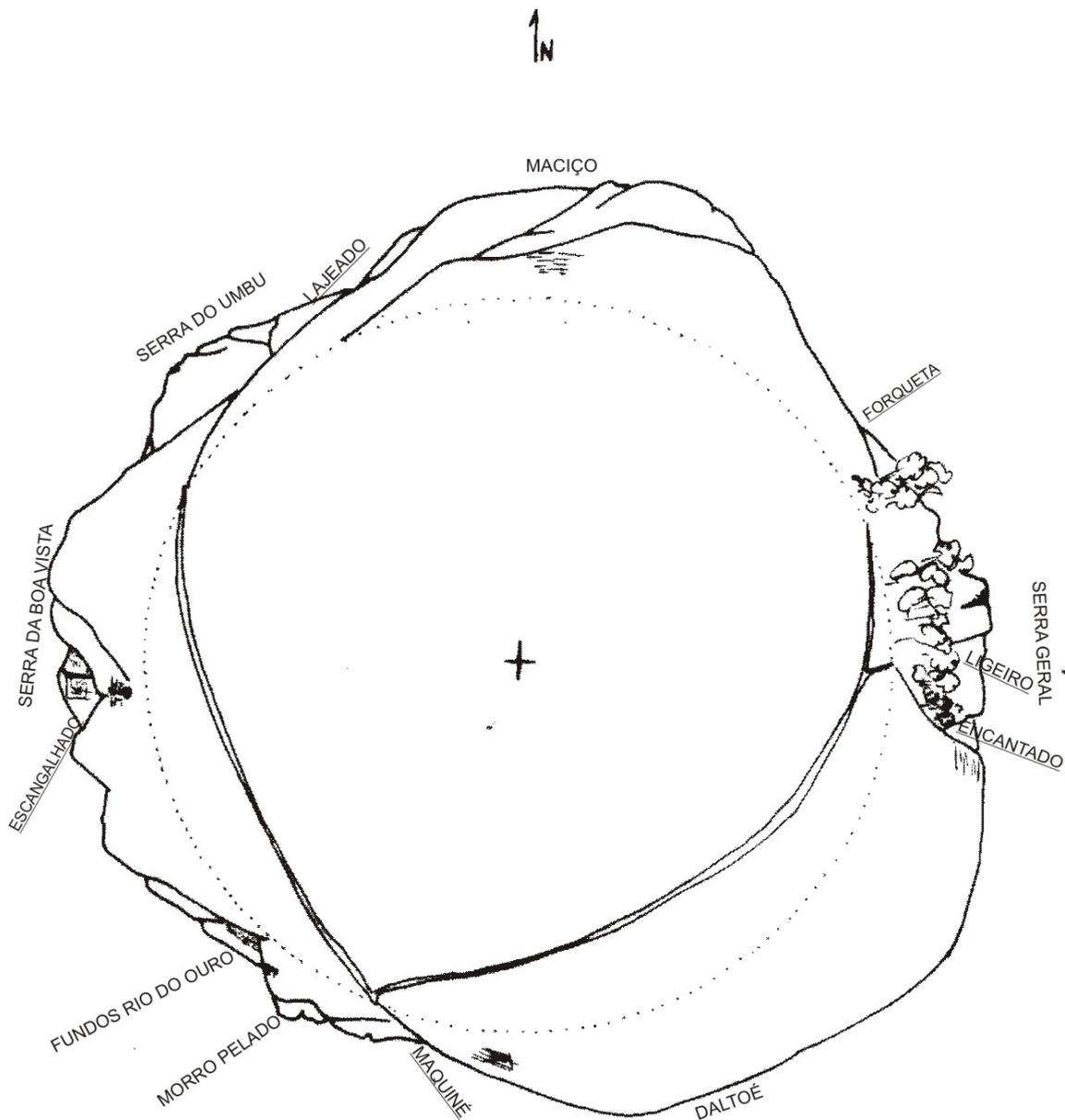


Figura 4.13: O lugar Nelsir.

Tanto a Leste, quanto a Oeste, há magníficas vistas. De um lado as duas cachoeiras do Escangalhado, descendo da Serra da Boa Vista, e particularmente

notáveis com o sol da manhã, que as atinge diretamente. No lado oposto fica a expressiva Serra Geral, já dentro da Reserva, que ganha tonalidades diversas com o sol da tarde.

O lugar Nelsir, portanto, tem características duplas de paisagens abertas e de interior. Porém, a ampla visibilidade dessa planície é bem diferente daquelas do vale ao sul, guiadas pela calha do Rio Maquiné em direção a uma ampla abertura. Aqui a situação é outra. Não há uma abertura clara, mais marcada, para nenhum lado; porém também não há uma grande proximidade com as encostas, que atingem pouco mais de 90° na vista. É um lugar marcado pelo vale fechado, porém com ampla visibilidade.

#### Lugar Benetti

Seguindo um pouco mais na subida do curso do Arroio Forqueta, afastando-se do centro da planície interna, está o lugar Benetti.

Neste lugar foram identificadas 14 peças líticas, sendo dez relacionadas com debitage. O instrumental compõe-se de seixos com poucos lascamentos (incluindo dois *chopping tools*) e um pequeno fragmento com várias retiradas. Essa escassa cultura material que predomina nos lugares aponta para uma marcação concreta muito sutil, como se a presença ou a ausência de material na maior parte dos lugares não fosse significativa. Esse parece ser um indício da pouca validade que uma distinção entre lugares culturais e lugares naturais poderia ter na ordenação destes espaços, especialmente nas áreas a céu aberto, já que há uma mudança significativa em relação ao abrigos, ao menos a alguns deles, onde a deposição é mais intensa. Pela distribuição da cultura material identificada na área piloto, a céu aberto – ao menos nas áreas baixas – a maior parte das concentrações é pouco expressiva, não sugerindo nem permanências prolongadas nem visitas contínuas. O lugar Benetti apenas reforça esta interpretação.

A vista do entorno, como no lugar anterior, é repleta de elementos marcantes, como as duas cachoeiras, um imenso paredão de arenito e a Serra Geral (Fig. 4.14). É interessante notar que há muita similaridade entre o lugar Nelsir e este, com a continuidade de muitos marcadores. Isso permite observar ainda melhor esta dinâmica da paisagem que ocorre através do movimento no espaço, transformando os volumes conforme se muda o ponto de observação. Assim, o espaço também está continuamente sendo alterado, ainda que seja sempre possível voltar aos pontos anteriormente observados, e olhar novamente as mesmas vistas. Trabalhar com esta perspectiva

através da arqueologia é também uma forma de visitar estes olhares, de rever vistas, e com isso estabelecer novamente relações com o mundo.

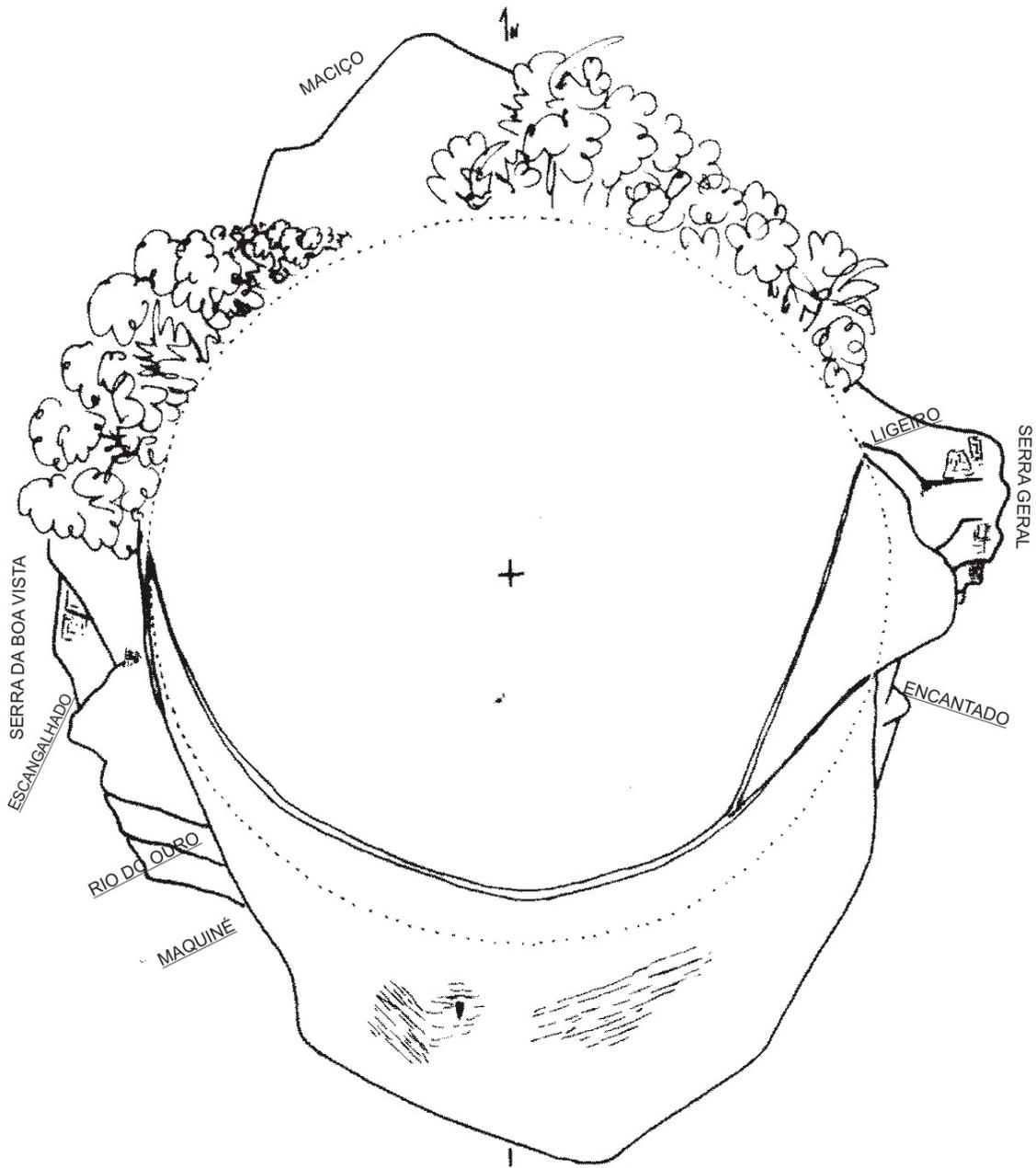


Figura 4.14: O lugar Benetti. No paredão ao sul, está indicada em preto uma pequena fresta na rocha.

O paredão de arenito ao sul, continuação daquele aparente no lugar Daltoé, domina a paisagem neste lugar, mesmo estando na outra margem do rio. Isso dá uma dimensão do seu tamanho, além de indicar a aproximação a ele que ocorre através do movimento entre o lugar Nelsir e aqui. Também está mais próxima a Serra Geral, tornando-se um volume destoante para Leste. O maciço da Pedra de Amolar serve agora

como um indicador dos vales do Lajeado e Forqueta, escondidos atrás do mato. Agora, já não há mais nenhum marcador visível das paisagens abertas ao sul, o que expressa o distanciamento entre interior e vale aberto.

O lugar Benetti faz parte do vale fechado, ele está cercado de elementos do interior e isolado visualmente das paisagens ao sul.

#### Lugar Isidoro

Este lugar fica situado ao fim do Arroio Encantado, junto a sua curva antes de desaguar no Arroio Forqueta. É interessante, portanto, por estar ainda relacionado com um vale pequeno mesmo com sua proximidade às áreas mais abertas da planície fluvial. De fato, abarca porções desta planície que se adentram pela abertura final da calha deste arroio.

Havia vestígios arqueológicos dispersos nas duas margens, sem apresentar concentrações bem definidas. Apenas material lítico foi identificado, repetindo um padrão de ausência de cerâmica que se mostrou tanto neste arroio quanto no Forqueta e do Ouro. Lembro que, em todas as porções de interior, a presença de cerâmica é bem escassa.

Ao todo, neste lugar, foram identificados 48 vestígios (Fig. 4.15), espalhados por uma área de aproximadamente 500X300m, inexistindo material nos arredores próximos. Toda a área é relativamente plana, estando na margem direita junto ao pé da encosta, que neste ponto é abrupta. Já na margem esquerda, o morro está um pouco mais distante, havendo uma área significativa de potreiro, que impediu a localização de possíveis vestígios.

Entre o material identificado, havia 26 lascas de basalto, com tamanhos variando entre 2 e 10cm, sendo 12 maiores de 5cm. Entre o instrumental, além de seis bifaces sobre seixo, e outros variados instrumentos sobre blocos, destacam-se duas peças menores, sobre lasca (Fig. 4.16). A primeira é um pequeno biface com retiradas extensivas em ambos lados, formando uma peça delgada similar a bifaces sobre lasca presentes na coleção do abrigo RS-LN-01. A outra é uma pequenina peça em calcedônia, produzida sobre uma possível lasca bipolar, com retoques contínuos na face dorsal, de forma a lembrar um micro-raspador. Lembro que calcedônia com lascamento unipolar só apareceu – a céu aberto – neste lugar e na área 9 (lugar Gambin).

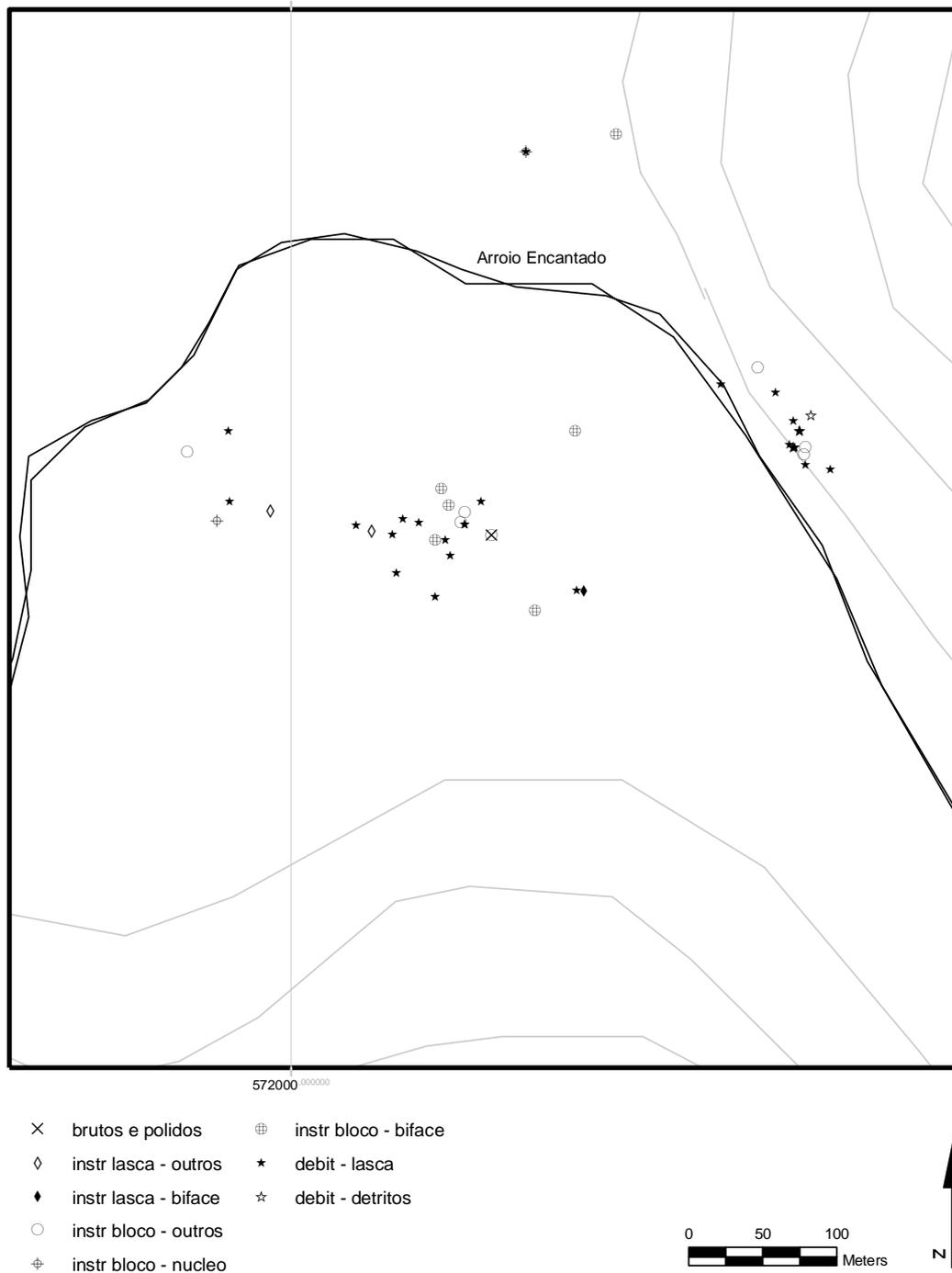


Figura 4.15: Distribuição do material arqueológico nas áreas percorridas do lugar Isidoro.

A observação da paisagem que compõe este lugar torna-o particularmente instigante. Muito próximo dessa área onde apareceu cultura material, na encosta do morro da margem esquerda, há dois abrigos areníticos importantes para caracterizá-lo, ainda que apenas um deles seja visível, já que o outro está escondido pelo mato (Fig. 4.17). Sobre ambos discutirei adiante no item sobre lugares-abrigos, restringindo-me no momento a apontar suas existências e composição.



Figura 4.16: As duas peças sobre lasca identificadas no lugar Isidoro. Na esquerda um biface com retiradas extensivas; na direita o pequeno fragmento de calcedônia com retoques.

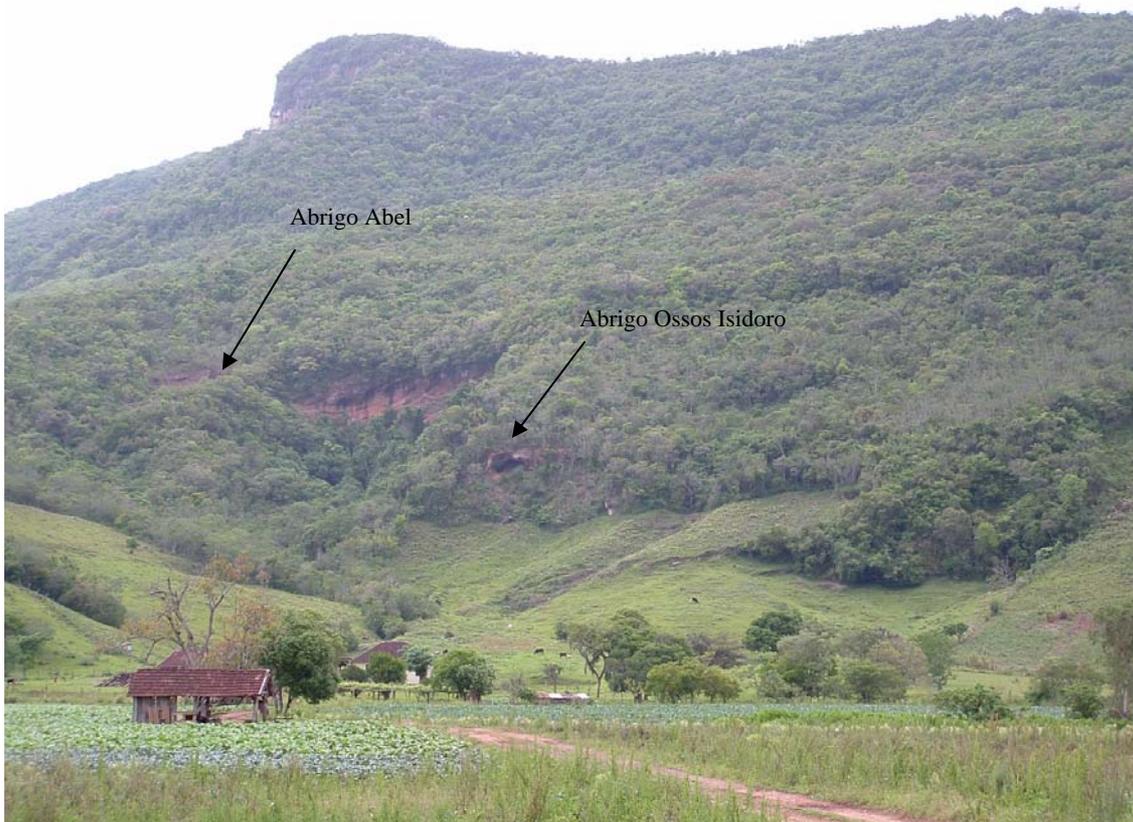


Figura 4.17: A partir do lugar Isidoro, vista para a encosta onde estão localizados os dois importantes abrigos areníticos que compõem parte desta paisagem. (18/10/2004)

O abrigo menor (abrigo Isidoro) é facilmente visto da planície e continha no seu interior ossos humanos depositados sobre a rocha viva (é um abrigo com sedimentação mínima). Os proprietários contam que havia vários crânios e esqueletos completos, destruídos parcialmente pelas brincadeiras de crianças, e posteriormente recolhidos por alguém que não recordam ao certo (talvez um padre, talvez o exército...). Atualmente, há apenas pequenos fragmentos de ossos.

O outro abrigo (abrigo Abel) é bastante amplo. Entre todos os abrigos visitados na área piloto, é comparável apenas – em tamanho – ao RS-LN-01. Ainda que

não tenham sido identificados em superfície quaisquer vestígios arqueológicos, tem características muito propícias para habitação, sendo seco, bem iluminado, de fácil acesso e grande. O proprietário afirma que costumava haver marcas de “fogueira de índio”, tendo certeza que servia de moradia para os habitantes nativos. Porém, apenas com a realização de sondagens será possível confirmar a ocupação. A proximidade com o abrigo com ossos, e a presença de material arqueológico na planície em frente, sugere que seja um lugar conhecido, ainda que talvez não marcado concretamente.

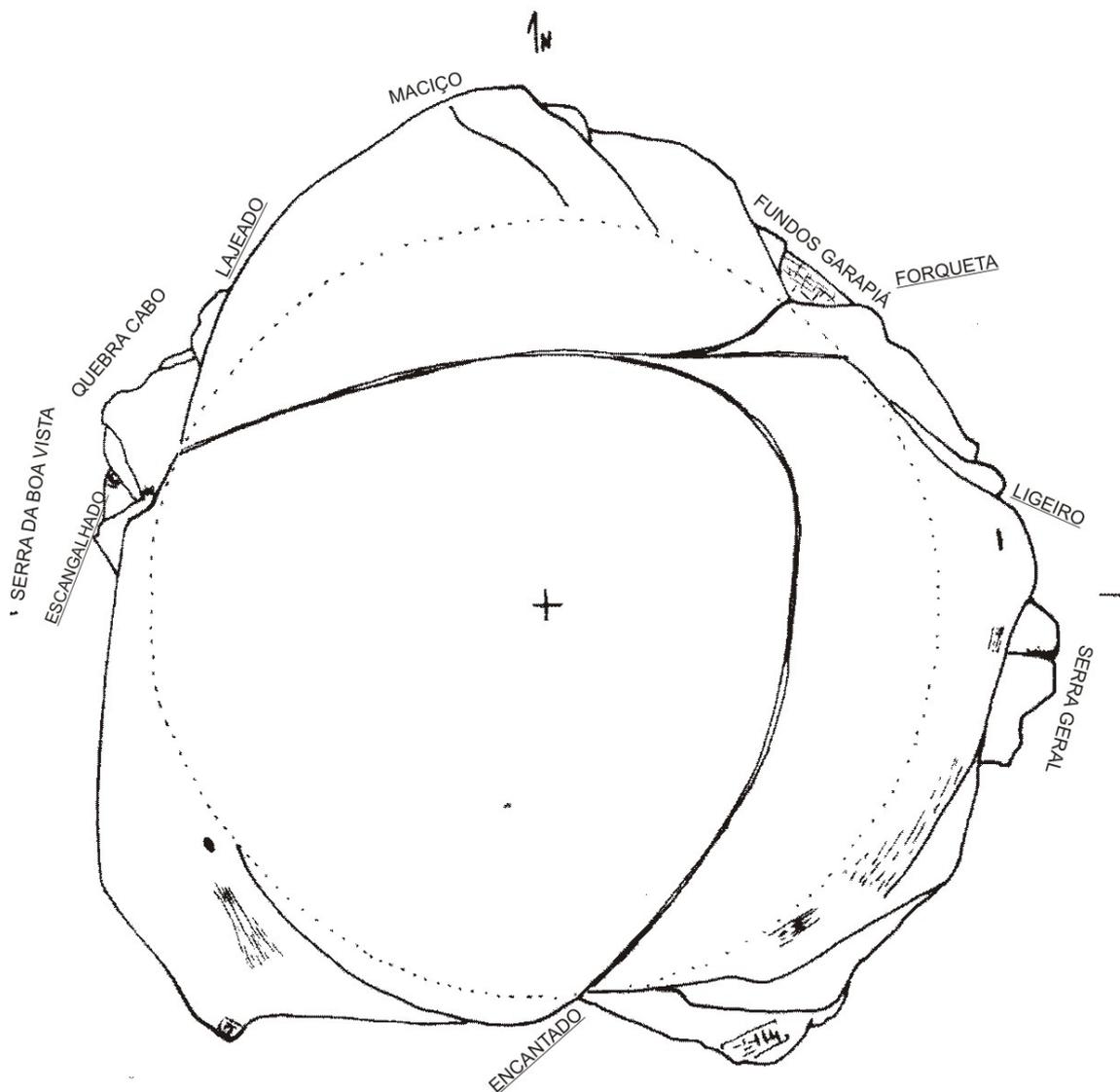


Figura 4.18: O lugar Isidoro. Linhas tracejadas paralelas indicam paredões de arenito; as perpendiculares indicam paredões de basalto (também visíveis na Serra Geral, mesmo que não salientado no desenho).

Observando agora o desenho do lugar Isidoro (Fig. 4.18) é possível notar a presença destes dois abrigos, ainda que o maior deles seja apenas sugerido pelo paredão exposto sobre sua aba. É interessante pensar que, assim como o pequeno abrigo com ossos está bastante visível deste lugar, o inverso também ocorre. Assim, a vista que os vivos têm para o lugar dos mortos é parcialmente refletida na vista que os mortos têm para este lugar (e tantos outros) dos vivos, criando um elo visual não apenas entre lugares, mas entre as pessoas que os ocupam, quer vivas, quer mortas. Este parece ser um bom motivo para a escolha de abrigos com ampla visibilidade para depositar os mortos, como ocorre com dois dos três abrigos com ossos identificados na área piloto.

Além dos abrigos, há outros elementos de destaque compondo este lugar. Mesmo estando 2km acima no curso do rio do centro da planície, e já entrando no vale do Encantado, a cachoeira da Serra da Boa Vista continua visível, com seu amplo paredão basáltico. À sua direita, aparece outro conjunto de grandes morros, que tornará a aparecer quando subirmos o vale do Lajeado, o Quebra-Cabo, uma porção de terras altas do interior. Como era de se esperar, também o amplo maciço da Pedra de Amolar segue aparente neste lugar, reforçando sua importância como marcador topográfico, altamente visível a partir de pontos absolutamente distintos, como o lugar Perotto e aqui.

Do outro lado do maciço, também apontando para o interior, aparece o grande paredão rochoso dos fundos do Arroio Garapiá, circundado por terras altas e planas, com as encostas abruptas, a formação característica dos Aparados da Serra, um indício forte da proximidade com o planalto. Outra marca disso é a continuidade da presença da Serra Geral neste lugar, com suas encostas recortadas sobre a rocha viva, expondo o basalto na forma de maciços acinzentados. É interessante ressaltar a dinâmica ainda presente nestes paredões. Durante uma visita ao Arroio Ligeiro, que tem sua encosta Norte na Serra Geral, um proprietário contou sobre a constante queda de blocos destas paredes basálticas, salientando o perigo de ocupar seus abrigos. De fato, neste vale, todos os abrigos com marcas de ocupação estão na Formação Botucatu, arenítica.

Formando a entrada do vale do Arroio Encantado, paredões de arenito também são bastante visíveis a partir do lugar Isidoro, nas duas margens do rio. É também nesta calha que fica a parte mais próxima ao horizonte dos olhos de todo o entorno, indicando um vale bastante linear, visto aqui a partir de sua boca justo na linha de seu curso. Também neste vale, outros paredões de basalto aparecem, sempre junto

aos topos de morro. A presença deste vale neste lugar é expressiva, abarcando mais da metade de sua vista, o que indica a forte relação entre eles.

O lugar Isidoro já não mantém nenhum elo com o vale aberto, estando totalmente relacionado com elementos do interior.

#### Lugar Ligeiro

Subindo apenas um pouco mais na calha do Arroio Forqueta, ainda na planície fluvial que se estende por mais 2km além do lugar Isidoro, bem próximo à entrada do vale do Arroio Ligeiro, fica o lugar que leva seu nome. Aqui a planície é mais estreita, alargando-se levemente a jusante e montante, sendo ainda menor na margem oposta. As águas que a drenam são do Arroio Forqueta, já fundido com o Ligeiro, que deságua pouco acima.

Nesta altura do rio ocorre um fenômeno interessante em seu leito, com a exposição de uma ampla laje de arenito apenas parcialmente coberta por seixos, que se concentram na margem direita. Com isso, a força das águas esculpiu o fundo formando espécies de canaletas, onde bem cabe uma pessoa. É mais uma das atrações naturais deste vale. Também aqui, o leito pouco profundo faz com que o rio seja ruidoso, outra das características dos cursos superiores.

Neste lugar, apenas 10 peças foram registradas, voltando ao padrão de escassez de cultura material. Havia dois instrumentos sobre bloco – sendo um deles um biface –, e o restante do material estava relacionado a debitage, havendo lascas unipolares de tamanhos variados entre 2 e 11cm. Entre as peças com presença de córtex, todas foram produzidas a partir de seixos de rio. O material estava disperso por uma área pouco extensa, de aproximadamente 50X50m. Também aqui o caminhar nos arredores não acarretou encontro com outros materiais.

O desenho deste lugar (Fig. 4.19) mostra uma grande continuidade com o lugar Isidoro, porém agora o vale do Encantado já não ocupa lugar de destaque, sendo apenas os amplos paredões de arenito que compõe sua margem esquerda destacados. Estes são ainda a continuidade dos paredões presentes no lugar Daltoé, que contornam a margem do rio entre o Arroio Encantado e o Maquiné. Aqui do lugar Ligeiro, a gruta de ossos em frente ao lugar Isidoro continua visível, assim como o abrigo Abel também se mantém sugerido. De fato, por uma ampla parte da calha do Arroio Forqueta e nas encostas da margem direita, este paredão onde estão localizados os dois abrigos continuará ao alcance da vista, ressaltando sua visibilidade.

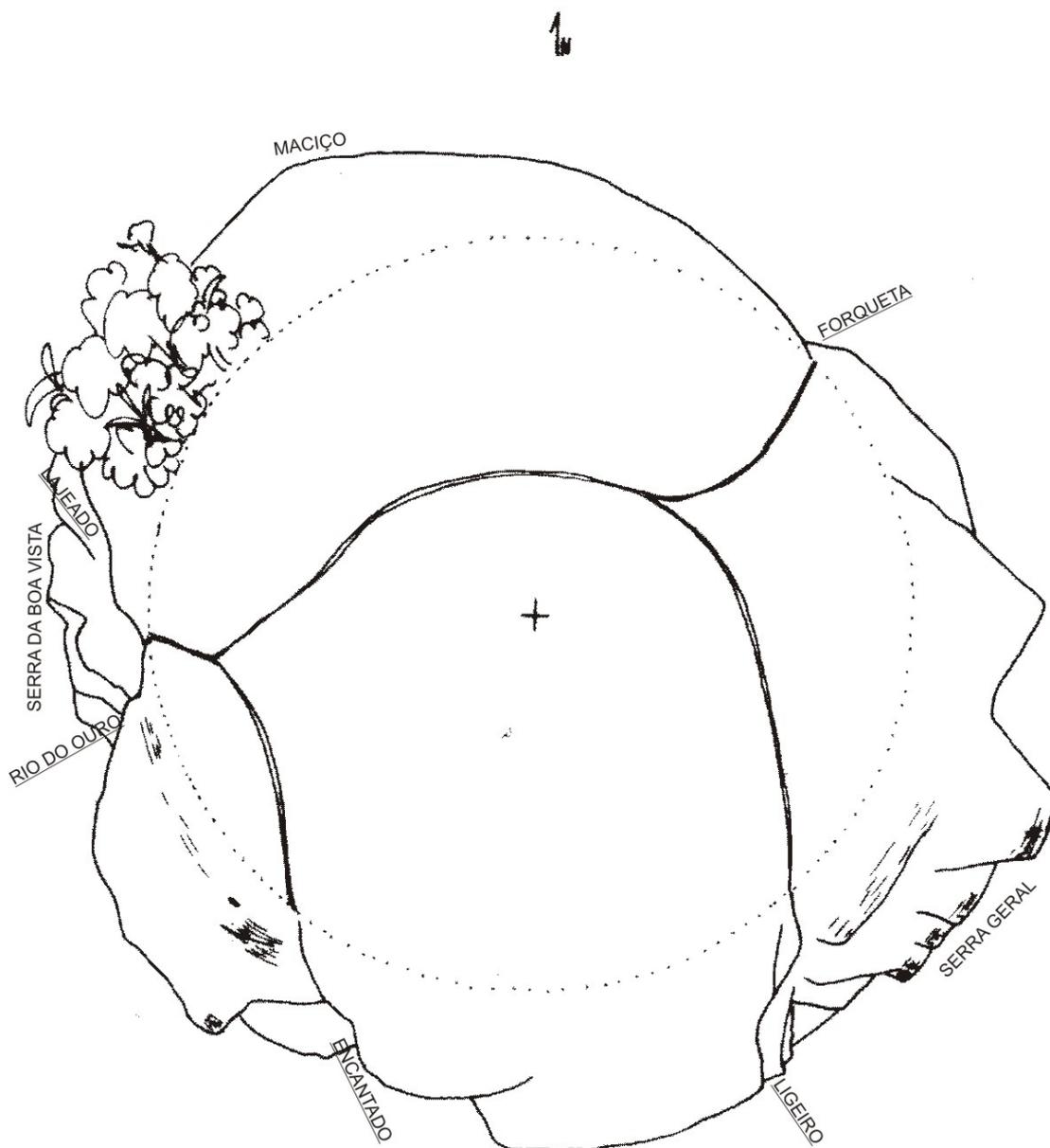


Figura 4.19: O lugar Ligeiro.

Outros paredões de arenito, situados na boca do vale do Arroio Ligeiro, também aparecem neste lugar. Acima destes, com seus contornos bem definidos, estão os topos da Serra Geral. Os amplos paredões basálticos chamam a atenção em meio a uma paisagem coberta de verde. Aqui seus topos planos e as encostas abruptas aparecem ainda mais claros, salientando a natureza singular dessa formação, sem par no vale do Maquiné.

Outros elementos visíveis são o maciço da Pedra de Amolar, e a Serra da Boa Vista, que indica a calha do Arroio do Ouro. O maciço mostra mais uma de suas faces, com contornos diferentes daqueles vistos anteriormente, porém continua sendo parte expressiva da paisagem, tanto por sua altura (aqui diminuída pelo afastamento), quanto por sua extensão, claramente ampla no desenho deste lugar. Já a Serra da Boa Vista mantém-se pouco alterada, apenas agora a bela cascata ficou escondida. Também este conjunto de morros mostra as formas típicas das terras altas, com topos planos e encostas íngremes.

É interessante neste lugar sua posição justo ao pé do divisor entre os arroios Ligeiro e Encantado, o que lhe torna circundado por águas. Porém, como já estamos nos cursos superiores deste vale, nenhum dos leitos é muito profundo. Mesmo os arroios Ligeiro e Encantado, que aqui estão na sua parte final, podem ser cruzados a pé facilmente, havendo muitas porções (nas corredeiras) onde a água não passaria do tornozelo. Portanto, esta situação de cercado por rios não significa isolamento maior ou menor em relação a lugares onde tal não ocorre.

O lugar Ligeiro pode ser caracterizado, então, por esta ligação com ao menos quatro vales de rio: o Forqueta superior, o Ligeiro, e Encantado e o Forqueta inferior; além de também serem visíveis o Lajeado e o do Ouro. É um lugar de confluência bem no interior do vale.

### Lugar Nemias

Aqui estamos voltando ao curso principal do vale. Depois de entrarmos na direção do Forqueta, à margem esquerda do Rio Maquiné, e seguirmos pela planície fluvial até quase seu fim, estamos mais uma vez no leito do rio maior. Indo agora pelo outro lado do grande maciço da Pedra de Amolar, começamos a subir o Arroio Lajeado, que desce das terras altas de São Francisco de Paula.

Se seguíssemos este caminho até chegarmos aos topos dos campos de cima da serra, em um dia claro de céu limpo, poderíamos avistar a abertura do vale do Rio Maquiné enquadrando uma pequena parcela de praia, banhada pelas águas do oceano. Esse elo visual entre grandes distâncias aponta para um potencial reconhecimento dos diferentes grupos que habitaram o nordeste do Rio Grande do Sul, que – se não estabeleceram relações diretas entre si – ao menos sabiam da existência de ‘outros’. Este é um problema ainda pouco trabalhado na arqueologia do sul do Brasil, mas que vem recebendo mais atenção (Rogge 2004).

O lugar Nemias, porém, fica bem antes da subida do rio para as terras altas. A pouco mais de 3km do centro da ampla planície fluvial onde o Rio Maquiné é formado com a confluência de arroios menores, este lugar fica situado na margem esquerda do Lajeado, na subida da encosta. É o lugar a céu aberto que fica mais distante e mais alto do rio. Neste ponto do Arroio Lajeado, a formação de planície é mínima, estando o início das encostas muito próximo ao leito, caracterizando um vale bastante encaixado. A subida até este lugar é forte, já que as encostas aqui são bastante íngremes, mas chegando lá o terreno fica mais plano, favorecendo o cultivo.

Apenas três peças foram identificadas, duas lascas e um biface sobre seixo. Também neste vale, assim como nos outros vales menores, devido à menor quantidade de áreas baixas e planas, a exploração agrícola é menos intensa, dificultando prospecções voltadas para áreas de cultivo, onde a visibilidade do solo é boa. Porém, a recorrência de padrões muito similares de deposição da cultura material nas áreas visitadas parece ser um indicativo de um fenômeno de baixa densidade de material a céu aberto, ao menos nas partes baixas dos vales. Penso que isto não é apenas resultado do tipo de amostragem, uma espécie de demérito por não encontrar áreas com densidade de material arqueológico. Isto é também uma informação. A recorrência dessa escassez é um argumento forte para acreditar na dispersão generalizada de material pelas partes baixas, como se não houvesse grandes diferenças entre lugares com ou sem marcas concretas, já que sua presença é tão sutil. Mais uma vez estou salientando a não-aplicabilidade da dicotomia natureza-cultura sobre outros mundos que não o moderno-ocidental, ao menos não como uma regra genérica, válida para todas as situações.

Bem em frente ao lugar Nemias fica um abrigo que poderia facilmente ser enquadrado nesta dicotomia, especialmente tomando como marca de lugar cultural a presença expressiva de vestígios concretos. No abrigo RS-LN-01 foram coletados mais de 45 mil vestígios líticos, uma farta e rica coleção arqueofaunística (Jacobus 2005), e ainda ossos humanos, alguns em superfície, e alguns em estratigrafia, havendo dois enterramentos preservados (Miller 1969: 95-6). É interessante pensar que o lugar mais intensamente marcado culturalmente (concretamente), é também um lugar natural, uma estrutura arquitetônica construída sem intenção humana. Isto apenas torna mais clara a dificuldade de aplicar os conceitos sobre as coisas, tanto mais quando o que os une é apenas a mente inquieta de outro ser humano. Deixarei para discorrer mais sobre as dicotomias, os abrigos e a cultura material quando mostrar minha explicação sobre as coisas e as pessoas neste vale.

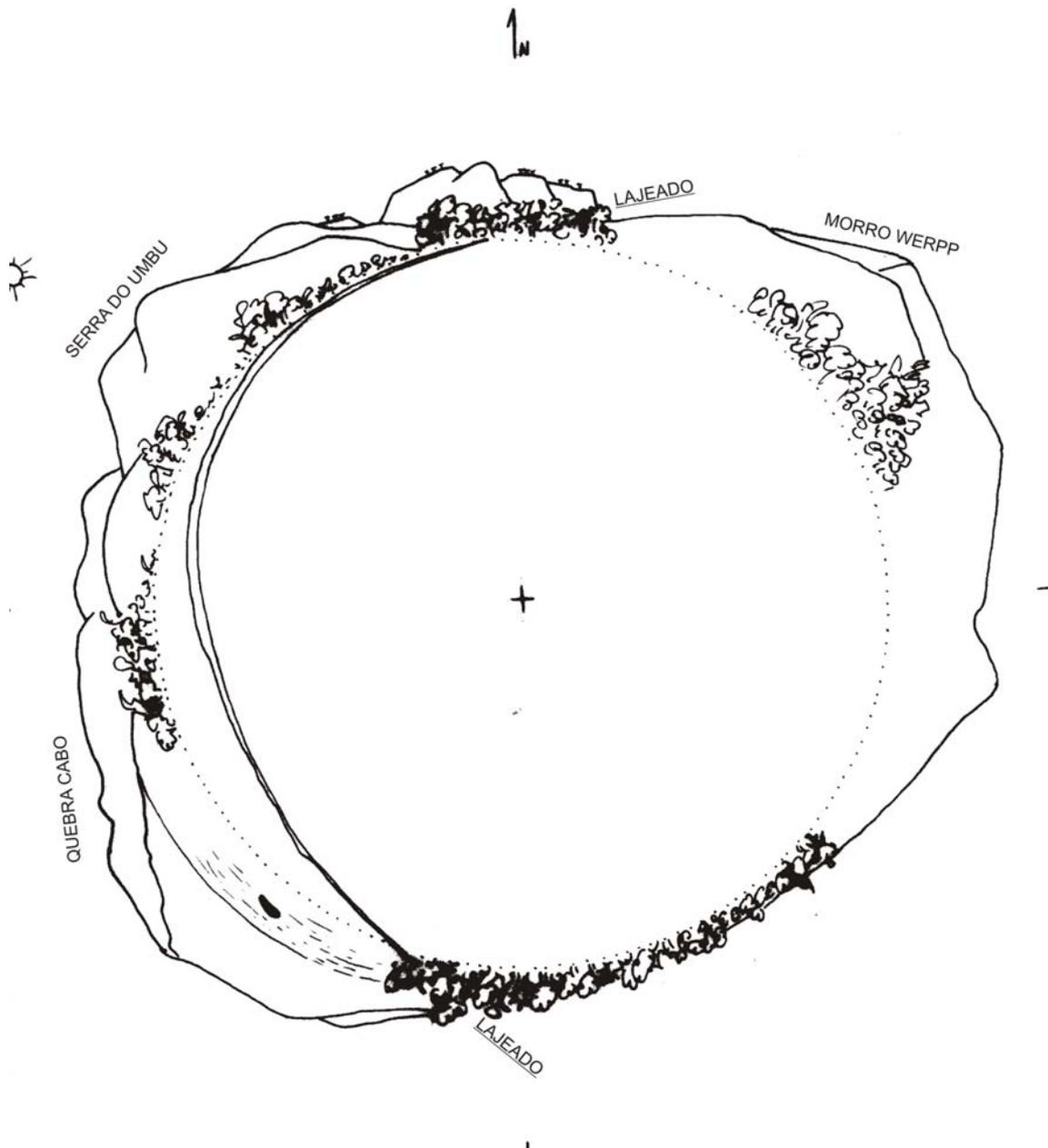


Figura 4.20: O lugar Nemias. A Sudoeste, no paredão de arenito, a mancha escura representa a boca do abrigo RS-LN-01.

Mas além deste abrigo, certamente significativo, o que mais compõe este lugar? Estando novamente dentro de um vale, e não mais em planícies fluviais mais amplas, é fácil observar que as vistas voltam a ser controladas pelo curso do rio, ampliando-se a jusante e a montante (Fig. 4.20). Isso não quer dizer que os olhares restrinjam-se a esse eixo, apenas ressalta a situação bastante diversa dos lugares mais ao sul (com exceção do lugar Antonio). Não é apenas por não existirem outras calhas de vales, mas é também porque as encostas estão próximas, porque não há aberturas para

as vistas além da calha. Assim, estando neste lugar, ao olhar para Leste ou para Oeste, por exemplo, é possível sentir a presença muito próxima das encostas; é necessário olhar para cima para ver mais. Isto fica expresso no desenho tanto pela continuidade dos morros por aproximadamente 180° nas duas margens (ainda que na margem direita, pelo distanciamento, os topos estejam individualizados), quanto pela altura que atingem (o que fica mais evidente ao comparar com os desenhos dos lugares no vale do Rio Maquiné: Perotto e Reck).

Como resultado dessa subida pelo rio, a Serra do Umbu agora faz parte diretamente deste lugar, tendo sido inclusive a inspiração para nomear o conjunto de cultura material encontrado no abrigo RS-LN-01, a Tradição Umbu (inicialmente, Fase Umbu) (Miller 1969). Tornam-se também bem definidas as porções mais ao fundo deste vale, onde é possível observar a mata de Araucárias que cobre as partes planas e altas.

O Quebra Cabo agora já começa a ficar para trás, um indício forte das distâncias percorridas do lugar Perotto até aqui, mostrando mais uma vez como as paisagens não estão paradas, a menos que o olhar também pare. Na margem esquerda, rio acima, é visível também o morro Werpp, em cuja encosta está situado outro abrigo com vestígios arqueológicos, além de uma formação peculiar que gera uma grande fenda no morro, no meio da qual há outro pequeno abrigo, que muito nos custou (em tempo e disposição) para alcançá-lo. A partir deste lugar, porém, não podem ser avistados.

Um aspecto interessante do lugar Nemias é sua posição mais alta na encosta, ao menos em relação a todos os outros lugares até aqui apresentados. Estando aproximadamente 60m acima do rio, sua vista é logicamente alterada. Isto explica o porquê da calha do rio ser bem aberta neste lugar, principalmente na direção Sul, ainda que os morros para aquele lado não cheguem a aparecer, dando a impressão de que o vale deve acabar em seguida. Mesmo o grande maciço da Pedra de Amolar, até então bastante vistoso, desaparece. Na verdade, este lugar está situado na vertente Oeste do maciço, tornando sua percepção difícil.

Ressalto ainda, que, assim como no lugar Antonio, o vale encaixado torna este lugar menor, principalmente na relação com as distâncias menores, que ficam escondidas na sinuosidade das encostas próximas ao rio. É expressivo, neste sentido, que a percepção da paisagem através do corpo tenda a ampliar-se com a distância, o que fica claro na representação circular das vistas.

O lugar Nemias está também, como os últimos lugares apresentados, isolado das áreas abertas ao sul, até mesmo da planície fluvial da Barra do Ouro. É significativo, então, a presença aqui do abrigo LN-01, com uma densa ocupação humana, que persiste por milênios. Este é um dos elos que estabeleço entre ocupações de grupos caçadores coletores e o vale interior, sugerindo a importância deste ambiente fechado na ordenação de um mundo particular, ainda que o isolamento (com outros mundos e outras paisagens) seja apenas visual. Até porque, neste abrigo, foram encontrados dois fragmentos de cerâmica Taquara, apontando para a existência de relações entre grupos distintos.

O lugar Nemias reforça este elo entre vale interior e ocupações de grupos caçadores-coletores.

#### Lugar Deoclides

A menos de dois quilômetros rio acima, na mesma margem do lugar Nemias, está situado o lugar Deoclides. Este é o lugar mais ao Norte da área piloto, sendo o motivo para sua ampliação em 1km nesta direção (inicialmente a área piloto tinha 8X8km).

Sendo um lugar já bem alto no vale, fica muito próximo das áreas onde os paredões de basalto estão junto ao leito do rio, o que ocorre apenas algumas centenas de metros rio acima. Talvez seja a presença do basalto que controle uma curva muito fechada no Arroio Lajeado neste lugar, o que permitiu a formação de uma pequena planície fluvial na margem esquerda, sobre a qual diversos vestígios arqueológicos foram identificados.

Ao todo, 26 peças foram registradas, sendo seis fragmentos cerâmicos, até agora o lugar mais fundo no vale onde ocorre cerâmica.

O material estava depositado sobre uma ampla área nesta planície, alguns mais agrupados justo na curva do rio e os restantes bem dispersos ao longo do curso d'água (Fig. 4.21). Como entre estas áreas havia poteiros e casas, não foi possível averiguar a continuidade entre eles, ainda que seja o esperado pelo padrão de alta dispersão até aqui apresentado.

Na área próxima à curva do rio, logo no início da encosta, onde o terreno é apenas levemente inclinado, havia uma quantidade significativa de bifaces e outros instrumentos sobre bloco, todos produzidos sobre seixos, o que nos fez chamá-la de “campo dos bifaces”. Das 13 peças líticas ali identificadas, dez eram instrumental de

grande porte, duas apenas eram lascas e uma era uma lasca grande com retiradas (instrumental sobre lasca). Esse é um padrão absolutamente distinto dos outros lugares, onde a debitagem foi sempre superior em número. A presença muito discreta de lascas aponta para a não produção deste instrumental aqui. Isto sugere que estas peças estão sendo carregadas a partir de um local de produção para outra área, onde têm uma função que não necessita a continuação do lascamento, ou seja, elas são peças acabadas. Associadas a estas peças estavam cinco fragmentos de cerâmica Guarani, corrugada, todos muito próximos uns dos outros (dispersos em um raio de aproximadamente 1,5m), parecendo pertencerem a uma mesma vasilha.

Um pouco mais ao sul, em uma parte mais baixa da planície fluvial, estavam as outras peças identificadas neste lugar, bem mais dispersas que as do “campo de bifaces”. Apenas oito vestígios foram encontrados, por uma área de quase 300m ao longo do curso do rio. Entre elas havia, novamente único, um fragmento de cerâmica Taquara beliscada. É interessante que, dos cinco fragmentos deste tipo de cerâmica identificados na área piloto, quatro têm essa mesma decoração. Este é um tipo decorativo típico de sítios arqueológicos relacionados com a Tradição Taquara nas encostas do planalto e no litoral, diferente da cerâmica Taquara do planalto onde a decoração aparece em faixas bem definidas no corpo das vasilhas, apenas raramente cobrindo todo o corpo (Saldanha & Copé 1999; Schmitz et al 2002). Sendo este um vale de encosta, com ligação direta com o litoral, a presença desta cerâmica reforça sua distribuição diferenciada entre ambientes, ainda que a extrema escassez desse material não indique a presença intensa de seus produtores neste vale.

As peças líticas aí presentes são lascas e instrumentos sobre bloco, dois deles com córtex de seixo e o outro de afloramento. Entre as lascas, duas são micro (menores de 1cm), ainda que nenhum material encontrado tivesse lascamento tão diminuto. Sendo uma área com muitos seixos, devido à proximidade com o rio, estas lascas poderiam ser produto da ação do arado (de boi). O que não fica explicado, porém, é o porquê delas aparecem apenas neste lugar, e não por todas as áreas baixas aradas, onde as condições são similares. Com isso, somado ao contexto arqueológico em que aparecem, penso que devem ser produto de algum lascamento rápido de uma peça que não foi descartada aqui.

A cultura material aqui presente, portanto, apresenta uma mistura de elementos pouco comum, presente apenas nas áreas já de vale aberto ao sul, como o lugar Gambin. É uma situação intrigante, difícil de ser explicada apenas a partir da

cultura material. O olhar no entorno, e a percepção corporal da paisagem, servirão mais adiante para a construção do início de uma explicação sobre esse fenômeno. Por hora, então, apresento as vistas que compõem este lugar.

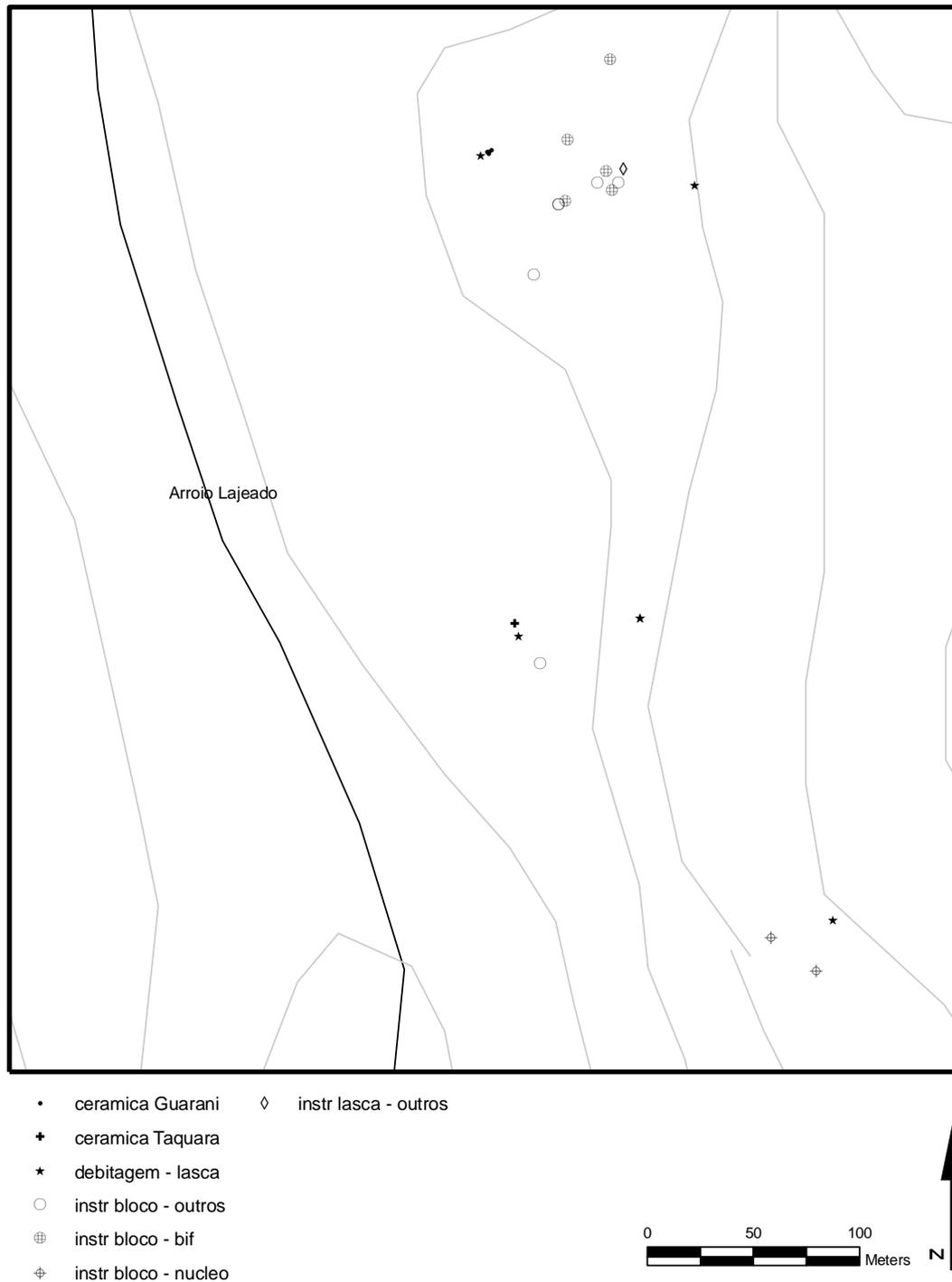


Fig. 4.21: Distribuição do material arqueológico nas áreas percorridas do lugar Deoclides.

Assim como no lugar Nemias, também aqui o rio controla as aberturas, exigindo olhar para cima nas vistas que não estão na calha d'água (Fig. 4.22). Porém,

como há aqui uma pequena planície fluvial, e estamos muito próximos ao leito, as áreas próximas têm maior abertura, oferecendo uma sensação de lugar mais amplo.

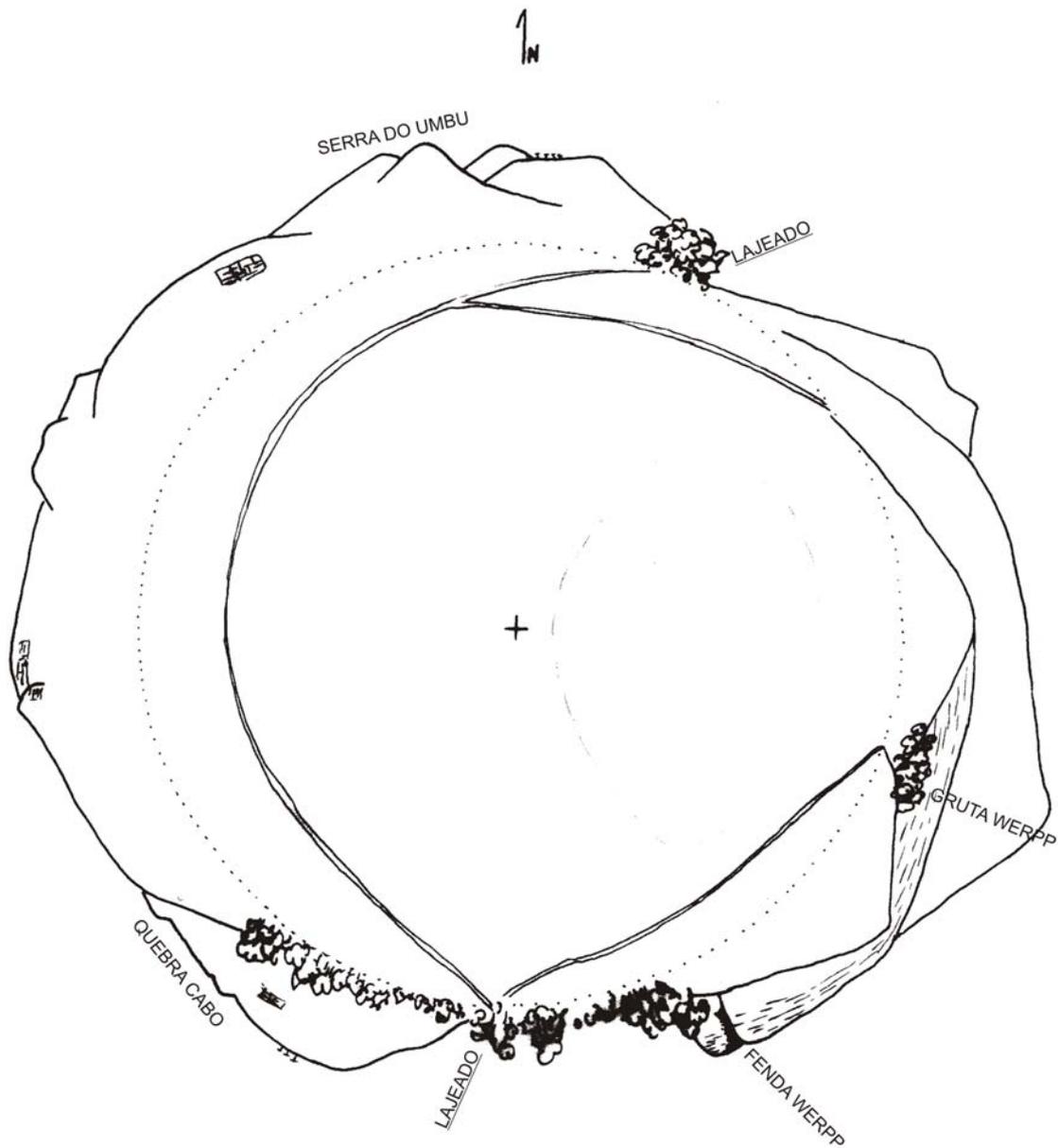


Figura 4.22: O lugar Deoclides.

A maior proximidade com o rio torna seu barulho mais forte. Lembrando que estamos no curso alto, com leito pouco profundo e seixos bem maiores, o ruído da força da água é constante. Essa diferença nos leitos também salienta a presença mais intensa do basalto, já que em volumes maiores ele chama mais atenção, e deixa de ser apenas aquele cascalho formando as praias para tornar-se elemento destacado. Os grandes blocos pelas margens e também dentro do rio facilitam ainda seu cruzamento,

formando “caminhos de pedra” entre os dois lados. Além disso, formam pequenos poços que ficam protegidos da correnteza, criando diferentes espaços de rio em áreas bem pequenas, diversificando o leito.

Na margem oposta fica bem clara a situação de estar dentro do vale, com a encosta alcançando 180°, onde continuam a aparecer a Serra do Umbu (que se estende por toda encosta Oeste deste lugar) e o Quebra Cabo. Ao Norte continuam visíveis, como era de se esperar já que estamos subindo o rio, os topos planos das terras altas com floresta de Araucária. Por toda esta encosta, vários paredões de basalto podem ser avistados, e pelos seus tamanhos é possível notar como estão bem mais próximos aqui do que nas áreas de vale aberto (por exemplo o lugar Gambin).

Já na margem esquerda, onde foram encontradas as peças, o relevo é mais recortado. Justo aqui há um amplo paredão arenítico exposto, que tem início algumas centenas de metros rio acima, e que ao chegar na altura da curva do rio, afasta-se para o interior da encosta, voltando logo depois à sua linha original. Neste “U” formado por esta retração do arenito, bem no seu fundo, há um abrigo onde foram identificados vestígios arqueológicos na linha de goteira (lascas e ossos de fauna queimados), o abrigo Werpp. Ainda que sua boca não possa ser vista da planície, pois está coberta pelo mato, ele está diretamente relacionado com o lugar Deoclides, sendo os amplos paredões elementos importantes desta vista. Fica estabelecida aí, então, uma relação visual entre o “campo de bifaces” e este abrigo.

Logo após o ponto onde os paredões retomam sua linha original forma-se outro elemento singular na paisagem. Erodido pela ação da água de uma pequena fonte, este grande maciço de arenito foi trabalhado até formar-se uma fenda com aproximadamente 3m de largura, e dezenas de metros de altura, dentro da qual foram sendo depositados grandes blocos de basalto oriundos das encostas. Subindo por dentro desta fenda, praticando emocionantes escalas verticais sobre estes blocos, é possível alcançar uma pequena gruta formada no arenito, bem dentro da fenda. Encontramos aí uma pequena lasca unipolar de basalto, e fragmentos de vidro antigo, sendo difícil comprovar alguma ocupação pré-colonial. Apesar disso, este é um lugar singular, e esta fenda serve também como um caminho para chegar em alguns terraços da encosta. Ainda que tenha sido um acesso difícil para nós, nosso guia, filho do proprietário, acostumado com este passeio, demonstrou bastante facilidade tanto na subida quanto na descida. Para além desta fenda, a partir do lugar Deoclides, fica a abertura do vale do Arroio Lajeado na direção da Barra do Ouro.

Estamos novamente em um lugar totalmente inserido no vale fechado, de interior. Porém, a presença de cerâmica Guarani cria um elo com as áreas abertas ao sul. Mais uma vez, as fronteiras entre vale aberto e vale fechado mostram-se pouco restritivas, apontando para relações complexas entre grupos, ambientes e cultura material. Parece que definições precisas para qualquer um destes elementos acabam sempre falhando, como se as exceções – ao invés de comprovar – enfraquecessem as regras.

### Outros lugares

Há alguns outros lugares a céu aberto que apresento aqui, sobre os quais não produzi desenhos, mas que também contribuem para entender a deposição da cultura material pela área piloto, afinal estou procurando compreender como a área foi habitada, o que inclui todo e qualquer tipo de vestígio arqueológico.

Início por aquele mais próximo do último lugar apresentado, facilitando sua localização e a percepção de estar andando por este vale, um dos objetivos dessas descrições. O lugar Peroni está situado no vale do Arroio Lajeado, pouco mais de 3km abaixo do lugar Deoclides, passando também, portanto, pelo lugar Nemias. Estando já mais próximo à planície dos formadores do Rio Maquiné, este ponto do vale é um pouco mais amplo, formando uma pequena planície fluvial antes das encostas, principalmente na margem direita.

Foram identificadas 11 peças, distribuídas no início da encosta, de maneira bem esparsa (Fig. 4.23). Destas, cinco relacionam-se à debitage, duas são instrumentos sobre lasca (detritos com retiradas) e quatro são bifaces sobre bloco, sendo apenas um não produzido em seixo. Uma peça singular deste lugar é uma lasca unipolar de 2cm com ao menos quatro cicatrizes sequenciais da retirada de lamínulas na face dorsal, um tipo de lascamento único na área, ausente nas coleções do abrigo LN-01 e do sítio RS-S-308, no topo do planalto. Com esta exceção, este lugar mantém o padrão de material presente na maior parte dos lugares, ainda que a debitage seja um pouco menos representativa, sugerindo uma semelhança com o lugar Deoclides. Nesse sentido, também aqui os bifaces estariam presentes como peças acabadas, recebendo talvez algum lascamento posterior, indicado pela presença das poucas lascas.

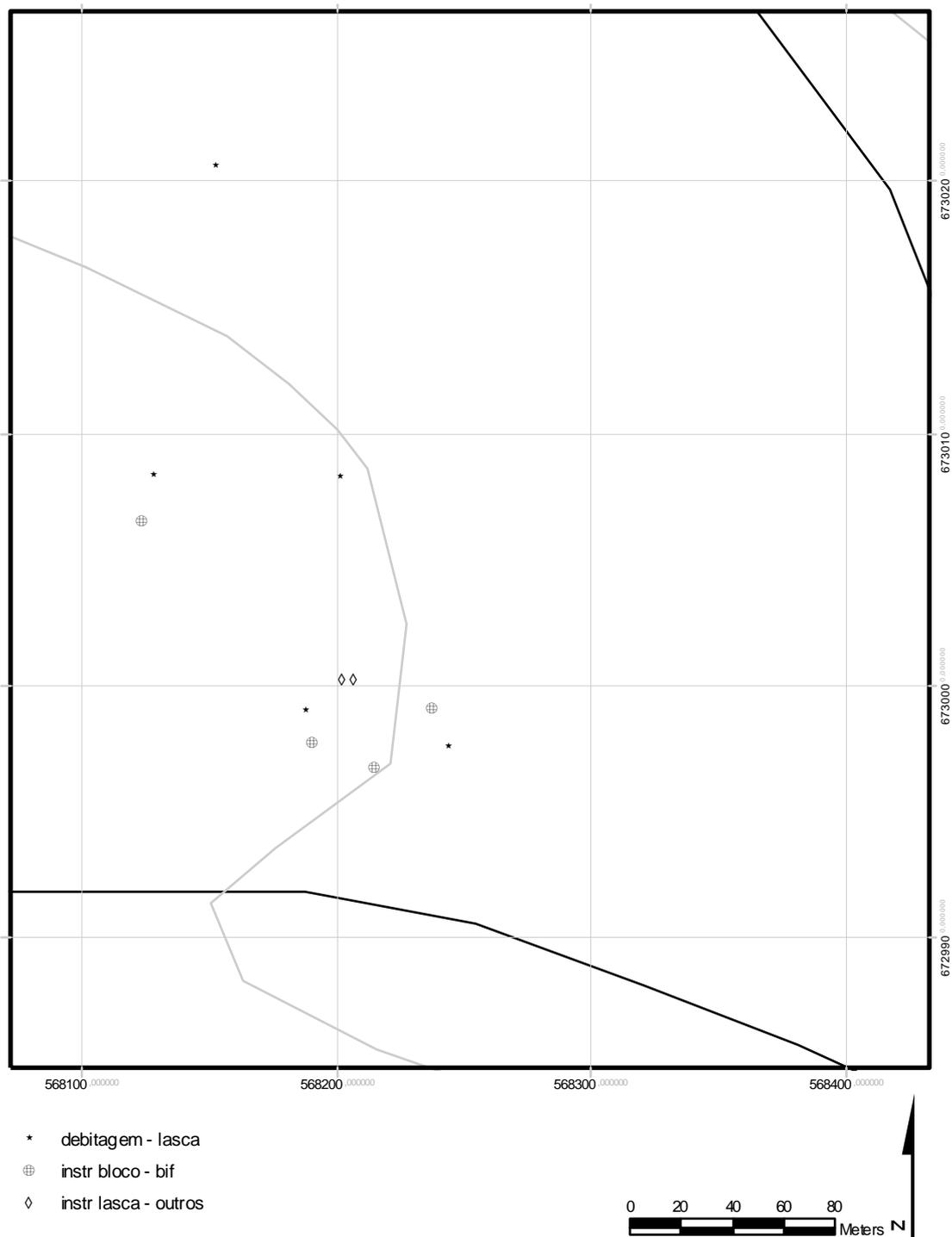


Figura 4.23: Distribuição das peças identificadas nas áreas percorridas do lugar Peroni.

Quanto à paisagem deste lugar, há algumas continuidades com os lugares Nemias e Deoclides. Além das vistas ainda serem controladas pela calha do rio, as terras altas do interior estão muito presentes, principalmente pela percepção dos topos planos nos morros. Porém, a maior proximidade com a planície fluvial permite uma visualização mais ampla para o sul, sendo visíveis o divisor de águas do Encantado-Maquiné e uma pequena parcela da Serra Geral. Quanto ao maciço da Pedra de Amolar,

esta vista lateral diminui seu impacto, ainda que sua altura continue chamando a atenção (e obrigando a levantar os olhos para poder ver mais). A partir deste lugar, a encosta do maciço na direção da planície dos formadores do Maquiné aparece de forma suave, perdendo assim a imensidão sentida quanto é avistada pelo sul. Nesta mesma direção fica uma grande linha de paredões de arenito, do outro lado do rio, onde encontramos um abrigo sem vestígios em superfície e sem indicação oral dos proprietários, mas a partir do qual este lugar não é visível.

O lugar Peroni é também fortemente caracterizado pelo vale fechado, e ainda que seja sensível esta abertura para o sul, a continuidade de morros altos aponta para um ambiente ainda muito cercado.

Descendo até a planície, agora vamos seguir pelo Arroio Forqueta até chegar na parte bem encaixada deste vale. Aqui, estamos mais de 5km distantes do centro da planície fluvial da Barra do Ouro (um ponto próximo ao lugar Nelsir), e o vale tem todas as características dos altos cursos. As áreas baixas são pequenas, o que dificulta hoje o cultivo de grandes terrenos, levando as lavouras para as encostas. De fato, aqui há bem mais áreas agrícolas nas laterais dos morros. Neste vale, nenhuma evidência foi encontrada nos terrenos próximos ao rio. A única peça registrada estava a aproximadamente 70m acima do leito, em um pequeno terraço, uma formação comum nestas encostas. Este será chamado o lugar Matias.

A peça identificada é um núcleo unipolar com duas plataformas opostas, sem presença de córtex. Há por toda essa encosta muitos blocos de basalto aflorando, afinal estamos já na altura da camada geológica da Formação Serra Geral, estando o arenito exposto apenas nas partes junto ao leito do rio. Aqui os amplos paredões são todos em basalto, o que pode explicar a ausência a abrigos (não obtivemos nem mesmo informações orais sobre a existência deles neste arroio).

Como estamos altos na encosta, a percepção do entorno é bastante distinta. As vistas alcançam mais longe e entram pelos vales. Os topos também parecem mais próximos, ainda que continuem a uma distância expressiva, tornando os maciços expostos de basalto elementos fortes e grandes. Estando na encosta da margem direita, em uma área levemente côncava, as vistas se fecham para Oeste, Norte e Sul, dando as costas para o morro e olhando para a outra margem, onde pequenos vales são notados (Fig. 4.24). É apenas a uns 80m acima na encosta, onde também percorremos outra área aberta, que fica possível visualizar o amplo paredão do lugar Isidoro, onde há o abrigo

com ossos. O que marca, porém, o lugar Matias são as encostas altas e próximas deste vale bem encaixado.

Descendo novamente o rio e entrando agora no vale do Arroio Encantado, subindo quase 2km, está o lugar Encantado. Sendo este um vale pequeno, a sensação de estar neste lugar é similar àquela sentida no lugar Antonio, com o céu pequeno e os morros dominantes. Apenas uma peça (um biface sobre seixo) foi encontrada na lavoura percorrida, que media aproximadamente 150X50m. Está situada justo na intersecção de um pequeno córrego com o Arroio Encantado, onde se formou um pequeno poço colado a um amplo paredão de arenito na margem direita (Fig. 4.25). Ainda que neste ponto, com a maior profundidade, o rio seja silencioso, seu ruído é forte na maior parte da calha, mesmo alguns metros acima e abaixo, já que este arroio é bem raso e há blocos grandes de basalto formando o leito.

Subindo menos de 500m na calha do rio, chega-se a um lugar-abrigo com deposição de ossos, o abrigo Alécio, que apresentarei em seguida. Passados outros 500m, agora na margem esquerda, há um grande abrigo sem sedimentação formado junto a uma pequena planície fluvial. No caminho para chegar a este abrigo, contornando a planície junto da encosta, foi encontrado outro seixo lascado bifacialmente. Infelizmente, como a lavoura estava muito suja não havia condições de percorrimento, o que permitiria averiguar a presença (ou ausência) de outras peças. Este é o lugar Teresa, também marcado pelo vale fechado e escuro, e pelo ruído forte do rio.

Voltando agora para as áreas mais ao sul, saindo do vale do Encantado, cruzando pela planície fluvial dos formadores do Maquiné, entrando novamente na sua calha, na margem esquerda, depois de passado o lugar Daltoé, abaixo também da Barra do Ouro, algumas peças também foram encontradas. A mais estranha é uma peça em basalto polido, com uma base quadrangular de onde sai um volume de quatro faces com a extremidade apontada (Fig. 4.26). Ela foi encontrada por moradores durante a construção de uma casa, não estando – de acordo com eles – associada a nenhum outro tipo de material. É uma peça única e muito estranha, em nada similar, pelo que conheço, à diversa coleção de material polido identificada na região.

Aproximadamente 500m abaixo na calha do rio, ainda nesta margem esquerda, dois fragmentos de cerâmica Guarani corrugada também foram identificados. Estão situados bem no início da encosta, em uma área de declive bem suave. Um pouco mais a Norte, a encosta do morro aproxima-se do rio formando o estrangulamento da calha que marca a separação entre vale aberto e vale fechado. Com isso, estes terrenos

voltam-se para o sul, onde a planície fluvial do lugar Gambin começa a crescer. Segundo a proprietária, além de pedaços de panela, também já foram encontrados machados de índio, que pela descrição assemelham-se a bifaces sobre bloco. Em uma área bem próxima, apenas um pouco mais baixa, identificamos um biface e um seixo com lascamento, sem nenhuma debitage associada. Este foi chamado o lugar Refúgio, bastante similar aos lugares Reck e Gambin, já que está voltado para áreas abertas, mas ainda sentindo a presença do vale fechado nas costas.



Figuras 4.24 e 4.25: Na esquerda, a vista para as encostas em frente ao lugar Matias. Na direita, o poço formado junto ao lugar Encantado, raridade no leito deste arroio.



Figura 4.26: A estranha peça polida sobre basalto encontrada por moradores no lugar Refúgio.

Apresentados, então, todos os lugares a céu aberto concretamente marcados, passo aos lugares-abrigos.

## 2 . L U G A R E S - A B R I G O S

Como já mencionei, cada um dos abrigos foi entendido como um lugar específico, já que sua delimitação está previamente definida. Porém, como tentarei mostrar, há mais do que o espaço interno na composição destes lugares, sendo em alguns deles a vista para o exterior uma parcela significativa da sua constituição. Assim como nos lugares a céu aberto, também me restringirei aos abrigos com deposição de cultura material, ainda que saliente a existência de outros abrigos quando considerar relevante para a compreensão da formação do lugar.

Um aspecto interessante de todo lugar-abrigo é sua estrutura natural, no sentido de não conter intencionalidade humana na sua formação. Sendo o resultado de processos erosivos, estes abrigos areníticos estão distribuídos no espaço de forma casual, obviamente restringidos às áreas onde a Formação Botucatu está exposta. São lugares naturais por excelência (Bradley 2000: 34-5), que pertencem a esta área desde períodos muito remotos, e que por motivos variados foram escolhidos como redutos para a deposição de cultura material. Esta transformação de lugar natural para lugar cultural é muito interessante, ainda que tal divisão não pareça ser tão clara quanto sua conceituação. Como seguirei argumentando aqui, as fronteiras entre natureza e cultura não parecem funcionar com muita precisão para explicar a deposição de cultura material neste vale, salientando mais uma vez a dificuldade de relacionar nossos conceitos modernos com materialidades passadas.

Os lugares-abrigos aqui apresentados são marcados concretamente de forma muito clara, o que os torna – dentro da dicotomia natureza-cultura – lugares culturais. Porém, sua estrutura física é – também concretamente – natural, indicando uma complementaridade entre ambos que dificilmente pode ser explicada ao entendê-los como opostos. Se a céu aberto a distinção parecia sutil, devido à pouca densidade de peças, sob os abrigos ela parece contraditória. Uma explicação que foge desta dicotomia será esboçada quando introduzir a construção de mundos logo em seguida.

Entre os lugares-abrigos concretamente marcados é possível fazer uma distinção inicial entre aqueles utilizados como moradia (mesmo que por curtos períodos) e aqueles onde foram depositados ossos humanos, caracterizando lugares

funerários. O caso do abrigo RS-LN-01, o único escavado na área, mostra que lugares de moradia podem também se transformar em lugares funerários, talvez até com concomitância. Porém, em nenhum caso aconteceu o inverso, lugares funerários transformados (ou servindo em algum momento) em lugares de moradia.

Devido a acontecimentos singulares ocorridos no abrigo LN-01, com a morte trágica de alguns habitantes (Miller 1969), é possível que esta transformação tenha acontecido em função da história particular deste lugar, ainda que a ocorrência de enterramentos em abrigos também utilizados para habitação não seja rara em vales vizinhos. No vale do Rio dos Sinos, Eurico Miller escavou dois abrigos onde isto ocorreu, o RS-S-359: Aterrado, de onde saiu um dos poucos esqueletos completos associados com material da Tradição Umbu (Jacobus 2000: 59), e o RS-S-361: Mato da Toca (idem). Também Adriana Dias escavou um abrigo com este tipo de fenômeno, o RS-S-327: Sangão, encontrando fragmentos ósseos humanos indicativos da “possível presença de uma estrutura de cova” (Dias 2003: 149).

Uma diferença entre o abrigo LN-01 e estes no vale do Sinos é a presença de ossos humanos na superfície, depositados diretamente sobre a grande laje que despencou do teto, ainda que também haja aqui enterramentos (Miller escavou ao menos dois deles neste abrigo) (Miller 1969). Esta deposição sobre a laje parece ter um significado diferente dos enterramentos, tanto mais ao observar que nos abrigos funerários é isto que ocorre, já que são abrigos com mínima sedimentação, onde seria impossível enterrar os mortos. Esta prática no LN-01 parece, portanto, repetir aquela em abrigos funerários, dando um novo significado a um antigo lugar.

Porém, de forma a poder discutir com mais detalhamentos estes usos dos abrigos na área piloto, parto para sua apresentação, introduzindo outros dados e debatendo algumas das explicações criadas.

Início novamente pelo sul da área piloto, prosseguindo posteriormente pela subida da calha do rio. Saliento que apenas os abrigos onde foram identificados vestígios arqueológicos serão apresentados, sendo aqueles com possível presença de cultura material desconsiderados neste momento, a fim de diminuir as variáveis em jogo. A única exceção, por seu tamanho formidável e ótimas condições internas, é o abrigo Abel. Porém, não considero o aqui como um abrigo de fato ocupado, apenas apresento-o como um lugar natural.

O abrigo mais ao sul com vestígios é aquele situado em frente ao lugar Reck, chamado então de abrigo Reck (Fig. 4.29). É um dos maiores abrigos localizados até o

momento, dentro do qual foi construída até uma pequena casa. Fica no início da encosta, em área não muito íngreme, não mais do que 30m metros acima do leito do rio, ainda que a uma distância de quase 300m. Com isso, seu acesso é facilitado, exigindo apenas um esforço mínimo para alcançá-lo. Sua abertura está voltada para Leste, recebendo ótima ensolação pela manhã.

Apesar das condições favorecidas, o proprietário afirma que apenas uma peça na forma de uma pequena panela feita de pedra (possivelmente uma mó) foi encontrada durante as muitas modificações sofridas no solo.

O abrigo tem o piso relativamente plano, levemente inclinado de Norte para Sul. A porção Sul é mais estreita, ampliando-se para o interior da rocha no sentido oposto até formar um expressivo salão a partir do meio da boca. Tem forma semi-esférica com uma leve proeminência da aba para o exterior, ampliando a área atrás da linha de goteira.

A partir dele é possível ver uma parte considerável da planície fluvial e das encostas na outra margem. Porém, para Norte a vista é limitada, afastando-o visualmente das terras do vale fechado. Este é um abrigo do vale aberto, com poucos elementos apontando para o interior. É interessante, contudo, sua relação direta com a concentração cerâmica do lugar Reck. Saliento novamente que a escolha por este lugar específico para manter uma morada, justo em frente a um abrigo deste porte, não deve ser casual. A falta de outras informações sobre a composição do abrigo Reck torna, porém, a relação entre eles ainda muito superficial. O certo é que um compõe de forma ativa a constituição do outro, sugerindo alguma relação ainda muito obscura.

Saindo deste abrigo, descendo para a planície e olhando para a encosta Nordeste da margem esquerda, logo será possível ver alguns paredões areníticos altos no morro, sobre os quais há um conjunto de quatro pequenos abrigos, entre eles o abrigo Jurema. Esta porção de rocha exposta fica voltada aproximadamente para Oeste, recebendo sol à tarde.

É necessário subir uma boa parte da encosta até alcançar os abrigos, que estão a quase 90m acima do leito do rio. A parte mais íngreme é no início, tornando-se mais suave conforme subimos a altitude. A chegada ao paredão, ignorando a travessia pela mata secundária repleta de arbustos espinhosos, é fácil, e o acesso aos abrigos ocorre de forma gradual, de tal maneira que caminhando junto à rocha logo são avistados.

Há três abrigos menores, pouco profundos mas largos na boca, com sedimentação mas sem nenhum vestígio em superfície. O quarto abrigo é um pouco maior, com tamanho estimado em uns 25m de boca, 3m de altura e não mais de 4m de profundidade. Este é o abrigo Jurema (Fig. 4.30) , onde foram identificados dois blocos de arenito silicificado, um deles com marcas sutis de lascamento. A ausência de qualquer fonte desta matéria-prima nos abrigos ou nos paredões do entorno sugere a deposição intencional destes blocos no interior do abrigo. Além deles, nenhuma outra evidência arqueológica foi encontrada.

Infelizmente, uma parcela significativa de seu interior está hoje coberta por uma grande laje que despencou do teto, com quase 1m de espessura. Ao cair no chão, ela se fragmentou em blocos menores, mas que ainda mantêm a forma original, sendo um obstáculo difícil de transpor para realizar escavações. Além disso, há uma fissura significativa cruzando o teto atual, parecendo um indício de fragilidade na aba. Com estas condições, pesquisas em sub-superfície tornam-se um pouco arriscadas, dificultando uma futura compreensão deste lugar.

A vista, como na maior parte dos abrigos, está hoje coberta pela mata, mas alguns topos de morro são aparentes, como a encosta em frente e as partes mais altas da Serra da Boa Vista, situada no vale fechado do interior. A planície fluvial também pode ser avistada, principalmente na direção dos lugares Reck e Gambin. Descendo deste lugar até o rio é possível cruzar com duas áreas onde foram identificadas peças, que fazem parte do lugar Refúgio, mas que a partir do interior do abrigo não são avistadas. Como um pouco antes do paredão o terreno é mais plano, as vistas tendem a não alcançar as áreas mais próximas, ainda que possam chegar a pontos bem distantes na planície, principalmente pela calha do rio. Porém, a partir do lugar Refúgio é possível ver as partes mais altas do paredão, ficando as grutas apenas sugeridas.

Este é, portanto, um lugar com elos visuais tanto com o interior quanto com as áreas abertas, repetindo a mistura de elementos presentes nos lugares logo abaixo. Mais uma vez, as fronteiras, mesmo naturais, não são claras nem precisas.

O próximo abrigo com marcas concretas está situado dentro do vale do Arroio do Ouro, a pouco menos de 1km de sua junção com o Rio Maquiné. Agora já estamos dentro da área que chamo de vale fechado, com cada vez menos contato visual com os elementos do vale aberto.

O abrigo Mansan é bastante conhecido na área, sendo uma referência certa na geralmente escassa informação oral que a população local dispõe sobre vestígios

arqueológicos. Após conhecê-lo, suspeitei – por sua localização – que fosse um abrigo identificado por Miller como cemitério da Fase Itapuú, Tradição Umbu (Miller 1974: 12). Posteriormente, uma foto desse abrigo foi encontrada no Marsul, acompanhada de uma carta de Miller denunciando a destruição do patrimônio arqueológico neste vale, datada de Janeiro de 1962. Recentemente, André Jacobus re-encontrou este documento e gentilmente me cedeu para utilizar aqui (Fig. 4.27). Com isso, ficou bastante claro que o abrigo Mansan é realmente o mesmo que Miller registrou como RS-LN-02: Rio do Ouro (infelizmente não foram encontrados no Marsul vestígios arqueológicos deste abrigo).

Na minha primeira visita à Barra do Ouro alguns moradores apontaram para sua existência. Posteriormente, em Fevereiro de 2000, um filho do proprietário nos guiou até ele. Fomos caminhando a partir da Barra do Ouro, cruzando o Arroio do Ouro por um “caminho de pedras” em uma das muitas corredeiras. Justo quando se chega na altura deste abrigo, forma-se uma pequena planície fluvial na margem direita, que é limitada no lado da encosta por um imenso paredão de arenito, onde está o abrigo. Daqui apenas um pedaço da aba é visível, já que a cavidade é bem alta no paredão, e este é muito íngreme. É necessário, portanto, olhar para o alto para poder percebê-lo.

Para chegar até ele é necessário contornar o paredão até alcançar um terreno menos íngreme, à montante, e começar a subida. Este é um movimento para a direita. Por dentro do mato, procurando caminhos por entre vários blocos caídos de arenito, subimos a encosta pouco a pouco voltando na direção jusante do rio, em um movimento para a esquerda, e passando por alguns abrigos bastante úmidos. Então nos deparamos com um paredão vertical com mais de 3m de altura. Graças à existência de uma árvore que cresceu rente à rocha, é possível escalar esta parede com a ajuda do tronco, das raízes e dos galhos, exigindo esforço para ultrapassar o último obstáculo para chegar no abrigo. É uma cavidade de tamanho estimado em 6m de boca, 2m de altura máxima e menos de 4m de profundidade.

A partir do ponto onde escalamos a árvore, lugar em que se forma uma pequena plataforma, caminhamos cuidadosamente colados ao paredão, já que a queda é alta, e então alcançamos seu interior. Essa plataforma leva até o abrigo, mas acaba nele, sendo impossível acessá-lo pelo outro lado, onde há um paredão vertical.

Perto da boca é mais fácil ficar de pé, mas como o teto inclina-se para o fundo é necessário ficar agachado para lá alcançar. O chão é pouco íngreme, e a abertura da boca é ampla, resultando em é um lugar bem iluminado. Estivemos lá logo

depois de chuvas fortes e intensas, mas o abrigo estava absolutamente seco, o que deve ter facilitado a preservação dos ossos.



Figura 4.27. O abrigo RS-LN-02, ou abrigo Mansan. Fotografia de E.T.Miller, do início da década de 1960.

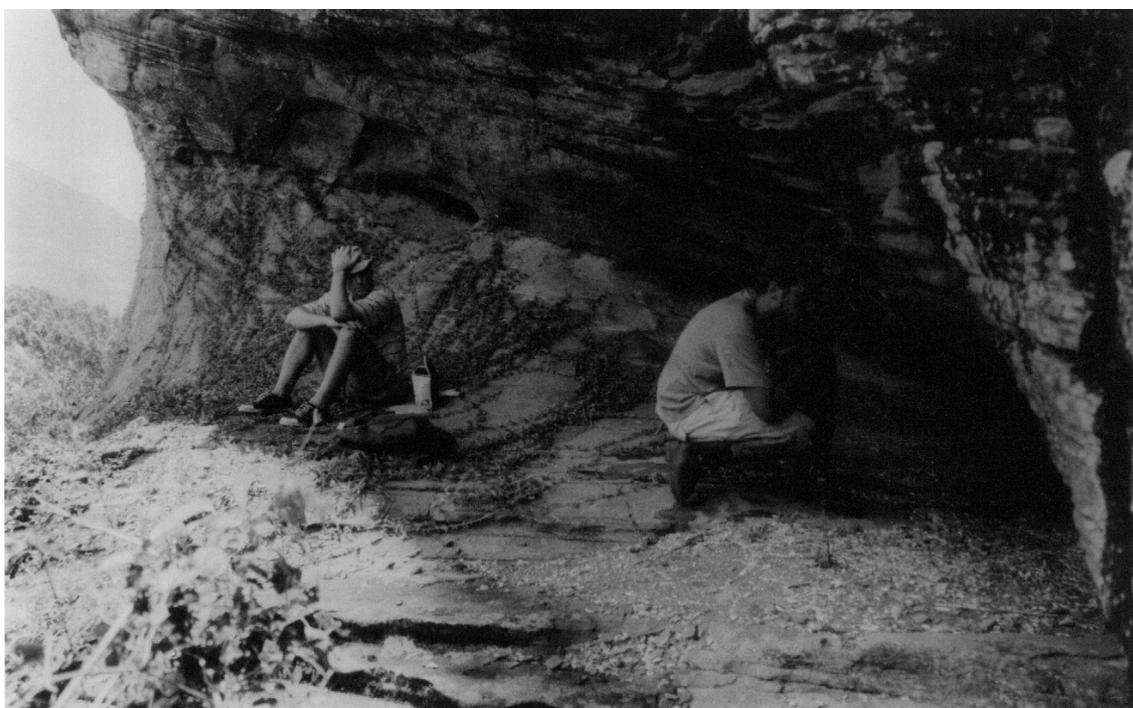


Figura 4.28: A vista oposta do abrigo Mansan, em Fevereiro de 2000.

No chão do abrigo, sem sedimentos, há uma infinidade de pequenos fragmentos ósseos (Fig. 4.28). Os relatos sobre a presença de ossos inteiros e de crânios são variados, todos porém resultam em um triste fim para vestígios tão ricos em

informação. O que fica claro, no entanto, é que havia ossadas de vários indivíduos, e que – pelo lembrado – não estavam articuladas. É possível que a não-articulação dos esqueletos seja resultado de ações pós-deposicionais, como a circulação de animais e a força dos ventos. Porém, penso que a escolha por colocar os mortos em lugares abertos, sem enterrá-los, sugere uma relação ativa dos vivos com esses vestígios, com a visita contínua e o acompanhamento da história pós-deposicional. A introdução de outros mortos seria também um fator de alteração, tanto mais ao considerar as pequenas dimensões do abrigo.

A partir daqui há uma ampla vista entre Nordeste e Sudoeste, alcançando vários topos de morros, alguns paredões de basalto e a calha do rio Maquiné. São bem visíveis as partes altas de Nova Trípole, a vertente sul da Serra da Boa Vista (que faz divisa com o Rio do Ouro), o grande maciço da Pedra de Amolar, além de uma parte significativa da planície fluvial acima da Barra do Ouro, inclusive o lugares Daltoé e Nelsir. Não fosse pela vegetação alta no vale do Ouro, também o lugar Antonio poderia ser avistado. De fato, apenas um pouco mais alto na encosta daquele lugar o paredão deste pequeno abrigo tornava-se aparente. É sem dúvida um ponto privilegiado para observar a movimentação nas terras baixas, oferecendo uma bela vista para vivos e para mortos.

O abrigo Mansan é um lugar totalmente voltado para o interior, mas com muita visibilidade para a planície fluvial dos formadores do Maquiné. Não há nenhum elemento do vale aberto presente aqui, o que salienta seu distanciamento visual das terras ao sul. Seu acesso exige esforço, limitando sua visita. Como um lugar de mortos, ainda que visitado pelos vivos, está distanciado fisicamente; no entanto, visualmente está relacionado com uma área muito ampla.

Para chegar ao próximo abrigo, é necessário voltar ao curso do Maquiné e subi-lo, passando o lugar Daltoé na direção do Arroio Encantado. De volta ao lugar Isidoro, outro abrigo com deposição de ossos é visível, o abrigo Isidoro. Ele está situado na margem esquerda na porção final do Arroio Encantado, naquela continuação do paredão de arenito que tem início no lugar Daltoé e que segue o contorno do morro. Este foi o segundo abrigo com ossos que visitamos, permitindo algumas comparações com o abrigo Mansan.

Situado também alto no morro, o gesto de olhar para cima é repetido aqui, apontando para uma relação entre mortos e altura, a qual discutirei mais adiante. Também neste caso os proprietários contam da existência de vários crânios e muitos

ossos longos, indicando novamente a presença de vários indivíduos. O triste destino destes vestígios ressalta o pouco valor que lhes é atribuído pelas populações atuais, o que dificulta bastante sua preservação e o trabalho arqueológico. Como costumavam atirar os ossos da boca do abrigo encosta abaixo, o proprietário acredita que alguns vestígios ainda possam ser resgatados remexendo os sedimentos neste declive.



Figuras 4.29 e 4.30: Na esquerda o abrigo Reck, note como a casa está debaixo de sua aba (03/03/2005). Na direita, o abrigo Jurema, na sua porção sem os blocos desmoronados (19/02/2005).



Figuras 4.31e 4.32: Na esquerda, o abrigo Isidoro (18/10/2004). Na direita, parte de sua vista (25/02/2005)

Para alcançar o abrigo é necessário novamente contornar a encosta, a jusante do rio, e iniciar a subida voltando a montante, sendo impossível chegar nele pela sua frente, situação semelhante ao abrigo Mansan. É também aqui um movimento para a direita, alcançando terras menos íngremes, e a volta para esquerda, na direção do abrigo, repetindo a mesma seqüência necessária para alcançar o abrigo Mansan (ainda que a situação do rio seja outra). A subida por dentro do mato tem partes bem íngremes, mas nunca totalmente verticais, como havia no anterior, tornando o caminho um pouco mais fácil, ainda que continue sendo um acesso que exige esforço. A chegada à cavidade é, novamente, costeando a rocha por uma pequena plataforma à esquerda do abrigo; e mesmo a encosta não sendo tão vertical quanto no Mansan, a queda pode ser perigosa. Para o lado direito não existe acesso, pois esta plataforma acaba na boca do abrigo.

Ali está, então, o abrigo (Fig. 4.31). Este é um pouco maior que o anterior, com tamanho estimado em 7m de boca, 4m de altura e 4m de profundidade. Sua forma é mais arredondada, tornando o espaço interno mais amplo. O teto inclina-se pouco para o fundo, o que permite a uma pessoa ficar de pé mesmo junto às paredes. Um degrau formou-se na parede direita (de quem olha o abrigo para fora), juntando-se com uma reentrância ao fundo, criando volumes no seu salão. O piso é levemente inclinado para fora, e a linha de goteira fica justo onde o terreno tem um declive brusco, o que impede o acesso pela sua frente. Sua abertura está voltada principalmente para Norte, com uma vista quase de Leste a Oeste.

Apenas escassos e pequenos fragmentos ósseos ainda estão ali presentes, principalmente no centro do abrigo, sobre a rocha viva, e nenhum na reentrância ao fundo ou sobre o grande degrau. A vista que se pode contemplar é fantástica (Fig. 4.32). Bem em frente, nas terras baixas da planície, estão as áreas com material arqueológico do lugar Isidoro, e um pouco mais adiante fica o centro do lugar Ligeiro. Bem ao fundo, está um amplo paredão basáltico que marca a trajetória final do Arroio Garapiá, especialmente visível em dias de céu claro, quando a rocha iluminada pelo sol destaca-se na paisagem. Os topos delineados da Serra Geral ficam bem à direita, não sendo parte da vista central. Também em situação semelhante fica o topo do maciço da Pedra de Amolar, no lado esquerdo. Ao centro, além das planícies, estão as encostas formadoras dos arroios Forqueta, Ligeiro e Garapiá, com seus paredões expostos de arenito e basalto. Além da vista, também a deposição dos ossos é um elo de ligação entre o exterior e o interior do abrigo, e sua ampla visibilidade salienta essa relação. Vivos e mortos continuam avistando-se, mas agora há uma sensível transformação na paisagem dos mortos, que sem a animação dos vivos não podem mais se locomover, congelando a vista a partir deste ponto. Estar morto neste lugar-abrigo é estar olhando para uma paisagem fixa, onde os morros não mais se transformarão através dos movimentos corporais. Este seria um bom motivo para escolher abrigos com tanta visibilidade para colocar os mortos, mas existindo também um abrigo com ossos sem tal tipo de vista (abrigo Alécio) explicações complementares serão necessárias.

O abrigo Isidoro também está totalmente voltado para o interior, sem relações com as áreas abertas. Os paredões de basalto e os topos planos salientam sua relação com o vale fechado, mas a localização na conjunção de arroios abre sua vista na planície, o que pode ser entendido como mais um elemento da relação entre o vale de

interior e essa planície cercada, onde deságuam todos os principais arroios do alto Maquiné.

Ao lado deste abrigo, distante não mais do que 300m, está o abrigo Abel. Porém, para chegar até ele é necessário descer da encosta e iniciar a subida por outro lado. É um abrigo que não pode ser avistado da planície, ainda que sobre ele exista um imenso paredão arenítico bastante aparente, o que serve como uma sugestão para quem o conhece. Por sobre sua aba há uma vertente de água, formando um diminuto córrego que desce na direção da encosta por onde se acessa o abrigo Isidoro.

Para chegar no abrigo Abel (Fig. 4.33), um dos maiores na área piloto, o caminho é fácil, apenas dificultado pela mata secundária que o circunda. É necessário subir a encosta, que é suave, e seguir próximo ao pequeno vale deste córrego. O abrigo fica para dentro da terra no seu lado direito, o que exige um movimento de suave descida para chegar no seu piso. Neste lado há bastante umidade e muitos blocos de arenito amontoados, indicativo do desabamento contínuo de placas do teto neste ponto. Porém, do centro para o lado esquerdo o piso fica plano e bem seco, e é alcançado pelo sol da manhã que o ilumina pela calha do pequeno vale. Deve ter aproximadamente 40m de boca, mais de 10m de altura e uns 8m de profundidade, com uma forma que lembra uma ferradura, erodida pela vertente.

Sua vista é extremamente limitada, restrita tanto pelo terreno no entorno (de forma côncava) quanto pelo mato. Além disso, sua posição no início do pequeno vale deixa-o cercado por encostas, havendo apenas uma abertura sobre a calha do córrego. É um abrigo fechado sobre si mesmo, escondido nos volumes dos morros.

Voltando agora à calha do Arroio Encantado, subimos em direção ao abrigo Alécio, passando pelo lugar Encantado. Este abrigo está a aproximadamente 2km dos abrigos anteriores, bem inserido no interior deste vale. Como já destaquei, este é um vale pequeno e bem encaixado, com as encostas próximas e um rio de corredeiras. Estar dentro deste vale é estar com as vistas muito limitadas. Mesmo nas poucas áreas onde se formam estreitas planícies fluviais a presença das encostas é muito forte, e os olhares não alcançam longe. É um vale, como já disse, de lugares pequenos.

Nesta altura, o rio anda junto da encosta na margem direita, onde também está localizado o abrigo. É necessário, portanto, cruzar o curso d'água e caminhar rente a um paredão de arenito até um ponto onde ele recua, formando uma área baixa e plana, cercada por outros paredões muito íngremes.

Logo adiante se vê o abrigo, também alto, exigindo novamente o olhar para cima. Este é também um abrigo com deposição de ossos, e como os outros dois (Isidoro e Mansan) a seqüência de movimentos para atingi-lo é exatamente a mesma.

De baixo só é possível ver que existe uma área mais aberta, não ficando muito claro nem a forma nem o tamanho. É impossível seguir reto, pois há um grande paredão em frente. Diferente dos outros dois abrigos funerários, aqui não há encostas mais suaves, pois estamos dentro de um maciço arenítico. O que existe, porém, é uma rampa formada entre duas lajes, onde sedimentos foram se depositando e criando um acesso. Esta rampa fica na direção de montante do rio, um movimento à direita. Ao seu fim forma-se uma pequena plataforma que dá acesso ao abrigo (Fig. 4.34). Aqui o movimento é para a esquerda, e então estamos já dentro dele. É possível seguir subindo mais um pouco para a direita, escalando grandes blocos de arenito, que criam uma separação entre esta parte mais alta e a área onde estavam os ossos.

O acesso é mais fácil do que nos outros dois abrigos funerários, porém continua exigindo certo esforço. O mais interessante, porém, é a exigência da mesma seqüência de movimentos para chegar aos três abrigos, com um movimento inicialmente para a direita e depois voltando para a esquerda. Nos três casos não há possibilidade de acessá-los por outros caminhos a pé, pois sempre o lado direito tem um final abrupto. Esta parece ser uma condição importante para a escolha dos lugares dos mortos.

Este abrigo tem dimensões estimadas de 15m de abertura da boca (considerando os grandes blocos de arenito como limite), 5m de altura máxima e menos de 2m de profundidade. Sua aba é grande e prolonga-se além do piso, que é inclinado para fora. Segundo o proprietário, quando os ossos foram achados, as costelas estavam articuladas e parecia ser apenas um indivíduo. Por motivos incertos, os patriarcas da família decidiram queimá-los, destruindo de maneira significativa os vestígios, restando apenas poucos fragmentos de ossos longos.

Por ser um vale muito encaixado, a vista a partir do abrigo é bastante limitada. É possível ver parte da encosta da margem esquerda, alguns paredões de arenito e uma formação semelhante ao Morro Pelado, um grande “cocoruto” no topo do morro atrás das grutas Isidoro e Abel (pode ser visto nos desenhos dos lugares Isidoro e Ligeiro). Um elemento interessante deste abrigo é a presença de um veio de basalto no seu interior, sobre o qual os ossos estavam depositados. Lembrando novamente a relação entre caçadores coletores-interior-basalto, este pode ser também um elemento com significados. Diferente dos outros dois abrigos funerários, este tem vistas limitadas,

não sendo possível observar nenhum paredão de basalto. Porém, o veio no seu interior aproxima fisicamente esta substância. Na falta de elos visuais, há um elo material.

O próximo lugar-abrigo com marcas concretas identificado na área piloto é um dos abrigos mais conhecidos da arqueologia do sul do Brasil, o expressivo RS-LN-01. É necessário voltar ao curso do Rio Maquiné e subir pelo Arroio Lajeado por aproximadamente 2,5km. Este abrigo está situado na margem direita, em um amplo paredão arenítico com algumas centenas de metros de comprimento. Segundo Miller, que registrou e escavou quase um terço do abrigo, ele é assim descrito:

“Localiza-se no vale do Rio Maquiné, em sua margem direita, 41m acima do mesmo, que, neste ponto, não atinge 100m acima do nível médio do mar. Tem sua abertura voltada para o nordeste, de modo que ocupa a melhor posição possível para um abrigo de habitação, nesta latitude. No inverno, os raios solares banham todo o conjunto, nas primeiras horas, devido a sua posição e forma que tem seu eixo maior paralelo a estrada.

Por ocasião de sua descoberta, a luminosidade do abrigo não era muito intensa devido a mata que cerrava sua entrada, mas suficiente para as atividades dos selvícolas como o atestam a maior concentração de líticos contra a parede de fundo. Suas paredes são quase verticais e o teto abobadado. Suas dimensões são de frente a fundo 15m, de abertura 49m e de altura máxima 7m, com um pé direito entre 1,5 e 3m.

Esquemáticamente, sua forma é semi-circular, paredes com algumas reentrâncias e saliências, por onde filtram pequenos filetes d'água que vão umedecer as camadas inferiores do sítio.

O solo é bastante plano na parte mais profunda do abrigo e inclina-se leve a gradativamente para a parte fronteira. Ao centro elevam-se a mais de um metro, blocos de arenito desabados do teto, cobrindo quarenta metros quadrados.

O terreno em frente ao abrigo inclina-se gradativamente por 15m, dando lugar a pequenos despenhadeiros delimitados pela estrada lindante, 39m abaixo e distante 35m no sentido horizontal.” (Miller 1969: 53)

O caminho que fazemos para chegar até ele parte da estrada e segue na sua direção passando por estes pequenos despenhadeiros descritos por Miller, subindo por uma encosta bem íngreme, o que dificulta o acesso. Chega-se primeiro a uma parte plana junto a uma parede vertical de arenito, que oferece caminhos para os dois lados. O abrigo fica à esquerda, alguns metros adiante, abrindo-se em um esplêndido salão (Fig. 4.35). Há outras possibilidades de acesso pelas laterais do abrigo, mas que não foram experimentadas. Apesar do mato, é possível ver toda a encosta da outra margem. No ponto por onde chegamos ao abrigo, é também possível avistar outro abrigo no outro lado do rio, onde nenhuma evidência em superfície foi identificada, necessitando sondagens futuras para averiguar seu potencial arqueológico.

A cultura material obtida nas escavações inclui, além das amplas coleções lítica e arqueofaunística, dois enterramentos (um adulto e um infantil), e dois fragmentos cerâmicos da Tradição Taquara. A coleção de instrumentos ósseos inclui anzóis e agulhas de trançado, e entre o material lítico há centenas de pontas de projétil, milhares de vestígios de debitage, e dois machados polidos.

Durante as escavações, Miller pôde observar que o desabamento da ampla laje de arenito situada no centro do abrigo ocorreu em um momento de ocupação, resultando na morte trágica de alguns moradores, cujos ossos puderam ser parcialmente recuperados nas margens da laje em profundidade. Um acontecimento deste tipo certamente provocou choques nessa população, que posteriormente o ocupou apenas de forma efêmera. Os dois enterramentos são posteriores ao desabamento do teto, sendo um deles situado entre lajes desabadas, arrumadas em torno e sobre o morto (Miller 1969: 95).

A transformação do abrigo de moradia em abrigo de deposição de mortos, neste caso, ocorre apenas depois do grande acidente. É notável a diminuição da intensidade das ocupações a partir do desabamento, estando a imensa maioria das peças em camadas anteriores (Miller afirma que 99% da coleção lítica estava na camada 2, sobre a qual caiu o teto – Miller 1969: 60). É uma ruptura brutal entre episódios de ocupação muito intensa (há níveis de 10cm, em uma quadrícula de 1X1m, com mais de 3mil peças!) e outros bastante escassos, não resultando porém no seu abandono. Serão necessárias escavações em outros abrigos para averiguar se ocupações tão densas têm prolongamento em outros lugares ou não, o que pode indicar o impacto desse choque para esses grupos humanos.

Saliento ainda a amplo quadro temporal que está registrado no LN-01. A maior densidade de material está cronologicamente situada entre 5950±190 (SI-234) e 4280±180 (SI-233), indicando uma continuidade no uso deste lugar como moradia por mais de 10 séculos. Abaixo desta camada há outras evidências esparsas de material arqueológico, indicando ocupações ainda mais antigas. A presença de peças na camada superficial indica a volta a este lugar até recentemente, com a introdução de atividades funerárias.

São quase 6 mil anos de história, mas na falta do controle cronológico sobre os outros lugares torna-se complicado trabalhar com mudanças, que certamente ocorreram. A partir de uma prospecção como essa, por enquanto é possível apenas trabalhar com o espaço, o que acarreta certamente um achatamento do tempo, tornando

o seu desenrolar menos visível. É também sobre este limite, sobre esta falta de controle cronológico, que esta experimentação tentou avançar, buscando outros tipos de controle sobre a cultura material que também permitissem criar interpretações válidas.



Figuras 4.33 e 4.34: Na esquerda, o amplo abrigo Abel (23/10/2004). Na direita, o pequeno abrigo funerário Alécio (16/02/2005).



Figuras 4.35 e 4.36: Na esquerda, uma vista do expressivo RS-LN-01 (07/02/2005). Na direita, o abrigo Werpp (14/02/2005).

O abrigo LN-01 é singular pela quantidade surpreendente de cultura material depositada no seu interior. Lembrando que a céu aberto, em superfície, foram identificadas 499 peças em toda a área piloto, essa coleção de quase 45mil vestígios (oriundos de 124m<sup>2</sup>) indica uma diferença expressiva na deposição de coisas entre lugares com naturezas distintas. Esta é uma distinção a que voltarei quando apresentar os mundos.

O último abrigo concretamente marcado até agora identificado na área piloto está situado na margem oposta do LN-01, uns 2km subindo o Arroio Lajeado. O abrigo Werpp fica em frente ao lugar Deoclides, na retração da encosta de arenito que ocorre neste ponto. Ele está no fundo dessa curva, entre duas vertentes. Para chegar até ele é necessário subir parte da encosta até alcançar os paredões que marcam este lugar, ou

seguir pelo pequeno vale das vertentes, hoje coberto por plantas espinhosas. Não é um acesso difícil, e requer apenas um pouco de fôlego para subir o morro.

O abrigo tem tamanho estimado de 15m de abertura da boca, três metros de profundidade e 6m de altura máxima (Fig. 4.36). No lado esquerdo há blocos de arenito desabados associados a uma das vertentes, tornando-o muito úmido. Já do centro para o lado direito o sedimento é bem seco, e o piso relativamente plano. Na linha de goteira neste lado há um declive acentuado, mas que pode ser facilmente descido, e sobre o qual foram identificados duas lascas de basalto, um fragmento de carapaça de tatu e dois fragmentos de ossos calcinados. É um abrigo pequeno, com a parede quase reta e uma aba prolongada, formando uma ampla abertura de boca.

Suas vistas são bastante limitadas à direita e à esquerda por estar no fundo deste recuo da encosta, sendo aberta apenas para a encosta em frente. Se não fossem as árvores, o chamado “campo de bifaces” do lugar Deoclides poderia ser avistado, já que se encontra no início da encosta que leva a este abrigo. É interessante que um abrigo tão no interior do vale esteja situado justo em frente a um dos raros lugares onde há deposição de cerâmica Guarani no vale fechado, criando assim uma relação com as áreas abertas ao sul, tão distantes fisicamente.

Com este, finalizo a apresentação dos lugares concretamente marcados e reconhecidos durante as prospecções na área piloto. Continuando a discutir as relações entre coisas, paisagens e pessoas, parto agora para a apresentação dos mundos que percebi através desta experimentação, uma forma de explicar estes vestígios a partir da experiência de habitar os lugares e perceber a deposição das coisas.

### 3 . O S M U N D O S

O que apresento aqui como dois mundos é o resultado da habitação de um espaço restrito arbitrariamente (a área piloto), o que certamente limita essa interpretação, já que ignora em muito o que existe para além da área escolhida. Porém, talvez repetindo demasiadamente a mesma coisa, não aceito essa limitação como pura restrição, afinal os limites são bem mais flexíveis do que a ordenação cartesiana possa sugerir.

A limitação espacial da área piloto, como já expliquei, é condicionada por questões práticas, já que a proposta de prospecção praticada aqui exigia uma permanência intensa na área, o que necessita uma disposição de tempo superior – no

geral – às prospecções usuais. Escolher uma pequena área foi o único caminho possível para conseguir colocar em prática as idéias que sustentam esta proposta, e transformar esta escolha em algo positivo (e não apenas um fator limitante) foi algo que ajudou a potencializar a experimentação. Assim, mesmo lidando com uma área relativamente pequena, uma janela muito diminuta sobre uma região complexa (ambiental e também arqueologicamente), a busca pela inserção nela, pela familiaridade, pelo conhecimento detalhado, permitiu perceber algumas variações entre lugares e entre coisas depositadas que permitem essa – talvez ousada – interpretação arqueológica. Ainda que superficial, e certamente limitada a esta pequena área, a construção destes mundos aponta para o potencial interpretativo da prática arqueológica, pouco explorado por uma disciplina ainda muito controlada pela separação entre teoria e prática. Como uma proposta alternativa, esta experimentação busca mostrar a possibilidade de alcançar resultados válidos seguindo caminhos diferentes.

Como introduzi no capítulo anterior, o conceito de mundo está muito preso na prática; as “estruturas de inteligibilidade” são criadas, mantidas e transformadas na interação cotidiana das pessoas com as coisas. É nesse sentido que mundo não se refere isoladamente ao material ou ao ideal, ao prático ou ao imaginário, às coisas ou às idéias, estando presente a todo instante na vida das pessoas. É um conceito fluido e amplo, com claras preocupações em tentar impor menos o que é nosso sobre o que é dos outros. Que a subjetividade tão salientada até aqui seja indubitavelmente uma eterna fonte de condicionamento da visão do sujeito sobre os outros não impede que este mesmo sujeito busque controlar as suas condições, ao menos para saber o que – dentro das suas explicações sobre outros – é apenas seu.

O que pretendo ao apresentar a construção de dois mundos que percebi durante esta experimentação na Barra do Ouro é uma proposta interpretativa de baixo para cima, que parte da materialidade que existe lá fora, o que implica a não-existência prévia de hipóteses explicativas sobre a cultura material que estava por ser conhecida. Ainda que a construção desses mundos seja uma responsabilidade minha, penso que ela acontece em função da forma como as pessoas relacionaram-se no passado remoto com as coisas e os lugares, tornando estas relações materializadas através da deposição da cultura material. É a partir das relações que encontrei hoje entre coisas e lugares que percebo a existência de estruturas de inteligibilidade que as ordenam, mostrando que esta deposição não é aleatória.

É óbvio que, como toda produção científica, também estes mundos são válidos apenas para o limite atual do conhecimento arqueológico nesta pequena área. E como é dentro desse saber que discurso, este é o momento de serem validados.

No início, foi através da diferença geomorfológica entre vale aberto e vale fechado que senti a primeira distinção. Enquanto nos vales menores e acima da Barra do Ouro as paisagens eram mais fechadas, cercadas por altas encostas, bastava cruzar pelo estreitamento do vale (logo abaixo da Barra), que as áreas baixas e amplas do vale aberto dominavam a vista, muito mais do que suas encostas. Quando descíamos até a cidade de Maquiné, já bem próxima da planície costeira, essa mudança era ainda mais clara, pois quando mais perto da boca do vale, mais distantes ficavam as encostas, ainda que expressivamente altas.

Observando mais atentamente esta diferença de relevo, comecei a notar outras alterações daí decorrentes. O rio de leito profundo e praias amplas de seixos médios e pequenos, que corre silencioso (ainda que forte) junto das planícies, transforma-se em arroios ruidosos e rasos conforme subimos o vale. Não existe um ponto definido onde ele muda de temperamento, mas esta é uma transformação que ocorre a partir da Barra do Ouro. Acima daí não existe mais nenhum lugar de leito fundo, e abaixo só ocorrem os leitos rasos dentro dos arroios menores, distanciados da calha do Maquiné pelas amplas planícies fluviais.

A subida para o vale fechado também é uma aproximação às camadas basálticas, tornando seus paredões expostos mais próximos. Além disso, com os seixos menos erodidos pela maior proximidade com as nascentes, também nos leitos o basalto é um elemento mais forte, com blocos grandes formando vários volumes, deixando de ser apenas a base do leito do rio.

Como demonstrei através dos desenhos dos diversos lugares a céu aberto, mais do que uma fronteira entre ambientes, ou entre paisagens distintas, o que ocorre é uma transição, com a troca progressiva de elementos. Ainda que o avanço dos morros logo abaixo da Barra do Ouro sirva como um limite, ele é apenas um dos muitos elementos que constituem as diferenças. Também neste mundo chamado natural, as fronteiras são flexíveis e graduais.

Então começaram a aparecer variações na cultura material. A primeira, e que serviu como alerta para pensar sobre a existência de mundos distintos nos dois vales, foi relativa à presença de cerâmica Guarani. Há apenas um lugar dentro do vale fechado onde existe este tipo de cerâmica, o lugar Deoclides. Lá foram encontrados cinco

fragmentos possivelmente do mesmo pote, muito próximos uns dos outros, como se sua quebra fosse recente. Os outros três lugares onde aparece cerâmica Guarani estão no vale aberto, sendo um deles com quantidades expressivas (lugar Reck). Os outros dois têm 17 fragmentos (lugar Gambin – segunda maior quantidade de cerâmica guarani na área piloto) e dois fragmentos (lugar Refúgio). Com isso, parece evidente que não há uma ocupação intensa desses grupos para o interior de vale, o que não impede sua circulação. Esses grupos escolheram morar, estabelecer casas, fora do vale fechado, indicando que a diferenciação entre os vales não é apenas de relevo. Para os produtores da cerâmica Guarani, esta não é uma área de morada, afinal na área piloto apenas o lugar Reck deve ter servido como tal, sendo a cerâmica nos outros lugares escassa demais para áreas domésticas; há porém outros sítios mais abaixo no vale com densa concentração cerâmica, indicando a preferência pelas áreas mais amplas.

Como meu principal interesse na área esteve sempre preso às ocupações de caçadores coletores, utilizei essa diferenciação entre os vales – manifestadamente sentida pelos produtores de cerâmica Guarani – como a ponta do fio da meada que me instiga. Abstenho-me, portanto, de ampliar interpretações sobre esse mundo ceramista, o que poderia ser um caminho rico, tanto mais se associado com a farta documentação etno-histórica e etnográfica sobre populações Guarani no sul do Brasil. Porém, também devido à escassa presença de cerâmica na área piloto, a construção dessa interpretação estaria debilitada pelos contextos ainda muito restritos.

Além da cerâmica Guarani, há também na área piloto a presença ainda mais escassa de cerâmica Taquara, sempre em fragmentos únicos (com exceção do abrigo LN-01, onde havia dois fragmentos). Este é um problema interessante. Não indica uma ocupação de fato de seus produtores, ainda que possa apontar para visitas esporádicas. Porém, sua presença também no interior de um abrigo ocupado por caçadores coletores não sugere, no meu entender, a presença das pessoas, apenas a presença de suas coisas. Penso estes fragmentos como elementos de troca, questionando a associação direta entre coisas e pessoas, que também carrego dentro do meu pensar. Considero essa marcada escassez um elemento forte da ausência de seus produtores, ao menos dentro da área piloto. Como mencionei, o tipo decorativo é característico dos produtores de cerâmica Taquara das encostas e do litoral, indicando contato seja com vales vizinhos seja com a planície costeira.

No Sinos, Dias (2003: 204 e ss) encontrou um sítio com alta densidade de cerâmica Taquara (RS-S-430), e um com “fragmentos esparsos” (RS-S-429),

associando pela proximidade e pela tipologia do material outros três sítios líticos e um abrigo funerário à ocupação destes grupos. Nas décadas de 1960 e 1970, Eurico Miller também registrou vários sítios da Tradição Taquara neste vale, sendo um deles (RS-S-61: Morro da Formiga) o que serviu para dar nome a uma fase e posteriormente à Tradição, com abundante material (Miller 1969b). A deposição dessa cultura material naquele vale é bastante distinta do que identifiquei no vale do Maquiné, indicando que aqui as ações que lhe produziram foram outras. Penso que também os atores que depositaram este material são outros, o que explicaria padrões tão distintos.

Mas afinal, quem são estes outros atores? Quem são estes caçadores coletores voltados para o vale fechado?

No interior do vale fechado está um dos lugares mais claros de ocupação caçadora coletora, o abrigo RS-LN-01, onde por mais de milênios estes grupos escolheram habitar, acampar e depositar seus mortos, um claro indício da sua ligação com este lugar. No interior deste vale, além do abrigo Werpp, há indicativos de Miller de ao menos outros sete abrigos com ocupação caçadora coletora (Miller 1974), reforçando uma escolha preferencial por este ambiente.

O lugar a céu aberto onde esta ocupação deixou suas marcas mais claras para nós está, porém, na porção final do vale aberto. Mas não é um lugar qualquer, é sobre um maciço de basalto junto ao rio, único em toda a calha do Maquiné. Além disso, está situado de frente para o vale fechado, pois fica na vertente Norte deste “cocoruto”, bem na porção onde o rio inicia sua curva, formando um dos melhores poços de banho do vale e deixando exposta a enorme laje de basalto. A partir da experiência do corpo de estar ali, este é um lugar com vários elementos que o apontam para o interior. Apesar disso, muito próximo, há outras duas áreas com presença de cerâmica Guarani e Taquara.

Sendo o vale aberto o lugar preferido dos grupos Guarani, sua presença junto a este possível acampamento caçador coletor forma um elo entre interior-vale aberto, cada ocupação apontando para um lado, mas ambas associando-se. Já a cerâmica Taquara é um elemento mais difícil de explicar, tanto mais por aparecer sempre, na área piloto, em apenas um fragmento. Apesar disso, assim como a presença guarani aqui, é um indicador claro de contato entre os vários grupos, senão entre as pessoas diretamente, ao menos entre lugares por elas visitados.

O interessante aqui, portanto, é esta mistura de coisas produzidas por pessoas de grupos diferentes; o que, de certa forma, também se repete no ambiente natural, com

a exposição do basalto na beira do rio em área de planícies relativamente amplas. Estas misturas acabam questionando nosso saber prévio, essa repartição do mundo em parcelas definidas e isoladas.

O conceito de mundo permite fugir – ao menos parcialmente – dessas dicotomias por ser fluido. Ainda que eu explique a deposição da cultura material no vale através da percepção de dois mundos aparentemente opostos (aberto X fechado), a existência de lugares de um mundo dentro do outro mostram que eles não se impõem fronteiras rígidas. É possível haver um lugar Guarani, como de fato há, no interior do vale fechado. Porém, a forma como essas pessoas agem ali é diferente de como agem ‘em casa’, e é diferente de como agem as outras pessoas que circulam por ali e partilham de outro mundo. Eu percebi essas diferenças. Inicialmente pela presença da cerâmica, mas depois também pela deposição do material lítico, onde a debitagem era praticamente ausente. Foi apenas ali, no campo de bifaces do lugar Deoclides, e talvez também no lugar Peronni, que este padrão de material lítico apareceu dentro do vale, indicando outra maneira de depositar as coisas nos lugares. Por ser construído na prática, o mundo tem esta abertura ao novo, à mudança. E também por isto, pode ser percebido arqueologicamente.

O mundo do interior está mais próximo do basalto, dos amplos paredões expostos, dos grandes seixos nos rios, das cachoeiras. Além de uma moradia estável por milênios, é também no interior que estão três lugares de mortos. Ainda que em nenhum deles existam vestígios que indiquem alguma relação direta com qualquer grupo cultural, outros elementos me fazem considerá-los lugares caçadores coletores.

Os três, ainda que situados em pontos bem diferentes, com orientações distintas, estão voltados para o interior do vale, sem qualquer elemento do vale aberto visível. Eles também estão situados em vales onde nenhum vestígio cerâmico foi identificado, dificultando a associação com seus produtores. Além da similaridade no tipo de deposição dos ossos – sem acompanhamentos que tenham se preservado, sobre a rocha viva, a descoberto –, ainda há uma grande similaridade nos movimentos necessários para atingi-los, sempre inicialmente para a direita e então para a esquerda, por onde se chega ao abrigo. Também suas posições altas nas encostas, exigem a repetição de outro movimento, o de olhar para cima, mostrando que a morte, para essas pessoas, relaciona-se com a altura. Estes são indícios que os três abrigos devem ter sido utilizados por pessoas com grande proximidade cultural.

Pensando na relação entre interior-caçadores coletores-basalto (certamente uma relação que eu percebi, mesmo que através da relação entre as coisas e os lugares) que uso para pensar este mundo do vale fechado, estes três abrigos também participam desse elo. A partir dos dois abrigos que têm amplas vistas, vários paredões basálticos podem ser observados, inclusive alguns muito amplos, como o dos fundos do Arroio Garapiá. Já o terceiro abrigo, com suas vistas muito limitadas, tem no seu piso e parte da parede um veio exposto de basalto, sobre o qual pareciam estar depositados os ossos. Este é mais um indício de que existe um significado na associação com esta rocha, fortalecendo a argumentação sobre esse mundo interior, e justificando serem estes abrigos funerários lugares caçadores coletores.

A deposição de ossos nestes abrigos é uma marca bastante forte dos significados do lugar, uma forma de destacá-los de outros abrigos que teriam condições físicas similares, mas que nem por isso foram escolhidos. O mesmo pode ser pensado para os abrigos com marcas de ocupação, em especial o LN-01, onde estas marcas são mais expressivas. A abundância de abrigos com condições favoráveis de habitação na área piloto apenas reforça a importância daqueles que foram escolhidos, e salienta uma distinção entre lugares-abrigo e lugares a céu aberto.

Como apresentei anteriormente, os lugares a céu aberto no vale fechado apresentam cultura material de forma tão escassa que não parecem ser lugares de visitação continuada. A pouca quantidade de peças que, em geral, aparece neste lugares aponta para eventos rápidos, e torna sua marcação concreta muito sutil. Ou seja, não há distinções muito claras entre o que é um lugar marcado e o que não é, ou melhor, entre lugar cultural e lugar natural (entendendo que é a presença de vestígios arqueológicos que pode hoje nos indicar esta distinção).

Entendo que essa grande dispersão manifesta nas áreas percorridas indica justamente que tal distinção não faz sentido para estes grupos, ao menos não nos lugares a céu aberto. A única – e expressiva – exceção é justo aquele acampamento sobre o “cocoruto” de basalto, entre áreas com cerâmica Guarani e Taquara. Aquele lugar sim é um lugar especial, no sentido de ter uma marcação forte, clara, definida, aproximando-se na cultura material aos lugares-abrigos. Esta intencionalidade clara por marcar este lugar, comparada com a sutileza dos demais, torna-se ainda mais intrigante pela proximidade, em especial, da cerâmica Guarani. Pensando no contato entre grupos distintos, a densidade da cultura material aqui pode ser entendida também como um marcador cultural, como se a presença mais perto do “outro” intensificasse a expressão

do “nós”, o que é, na antropologia, uma reação esperada do contato inter-étnico (Poutignat & Streiff-Fenart 1997 [1995]). Também por localizar-se em áreas mais abertas do vale, esta ação diferenciada que produziu a deposição singular de cultura material neste lugar pode estar expressando um habitar ‘fora de casa’. Como no caso dos Guarani dentro do vale, aqui poderia ser o inverso, os caçadores coletores fora do vale fechado, ressignificando suas coisas e seu lugar em lugares um pouco diferentes. Daí a explicação pela escolha do maciço basáltico e pela vista para o vale interior, uma forma de absorver a novidade já digerindo-a. Seria ingenuidade, porém, pensar que qualquer um dos grupos estivesse conhecendo pela primeira vez estas paisagens. O que estou sugerindo é que – seguindo concepções diversas sobre quais são seus lugares de origem – ao visitar outros lugares procurariam aproximá-los do que lhes é familiar. Da mesma forma que fazemos quando saímos de férias e dormimos no mesmo lado da cama.

Os outros lugares a céu aberto, com sua alta dispersão, parecem indicar que em toda a área baixa, próxima às calhas dos rios, o que existe é um único e imenso lugar, onde a presença ou ausência de cultura material faz pouca diferença. Em nenhum deles, mesmo naqueles com mais peças, parece haver essa disposição em deixar marcas concretas tal como ocorreu no acampamento do lugar Gambin. É como se, nessa ampla área das calhas dos rios, nenhum lugar tivesse mais destaque do que outros. São certamente lugares de caminho, por onde se passa para chegar a outro lugar, talvez entre os abrigos, talvez na busca de recursos, talvez para visitar lugares sem marcas. Isso não significa, porém, que a existência concreta de marcas (como de fato as há) seja sem significado. O que estou propondo é que estes lugares sutilmente marcados, que não indicam re-ocupações, que apontam para eventos rápidos, não têm o mesmo estatuto dos lugares-abrigos ou do lugar Gambin. A ampla dispersão de material por estas partes baixas indicaria, portanto, uma continuidade entre todos estes lugares pouco marcados, ainda que cada um deles, no momento de deposição, tenha recebido uma atenção especial. É como se fossem pequenos lugares dentro de um amplo lugar maior.

É interessante pensar, também, que aqueles lugares de caçadores coletores mais intensamente marcados, mais facilmente identificados como lugares culturais, são justo lugares naturalmente distintos dos demais, afinal tanto os abrigos quanto o pequeno maciço basáltico na beira do rio são estruturas naturais singulares, que mesmo sem a marca humana chamam atenção. Uma expressão disso é o conhecimento atual da população na área sobre os abrigos e sobre essa laje, independente da relação com os

vestígios arqueológicos. Isso reforça a diferença de estatuto entre estes lugares e os demais a céu aberto, não apenas pela forma como a cultura material foi depositada, mas também pela forma como estão situados na paisagem, apontando para uma distinção estabelecida por estas pessoas para relacionarem-se com suas coisas e seus lugares. Penso que aí há uma particularidade cultural manifesta na materialidade das relações criadas, e não apenas uma ordenação minha sobre essa cultura material.

As pessoas que os habitaram demonstraram, através da deposição de cultura material, como os percebiam de forma diferente. E também neste caso, a dicotomia natureza-cultura de nada adianta para explicá-los, afinal são culturais dentro de naturais, uma contradição explícita. Parece claro que a ordenação dos lugares neste mundo caçador coletor não é regida pela mesma dicotomia que rege nosso mundo, o que era esperado.

As delimitações claras e precisas, isoladas como os elementos dessa dicotomia, parecem não ser muito úteis para explicar a deposição de cultura material neste vale. Assim como natureza e cultura estão aqui imbricadas, também estão os mundos do vale aberto e do vale fechado. No lugar Deoclides, a presença de cerâmica Guarani, associada com uma quantidade expressiva de bifaces para lá transportados (ou seja, não produzidos naquele lugar!), refletindo um padrão destoante dos outros lugares, parece indicar uma área de atividade logística desses grupos, implicando a subida pelo vale dentro de um território que seria caçador coletor. Porém, pensando nas fronteiras de maneira mais flexível, é possível entender este fenômeno como uma possível interação entre os grupos: a presença de um não exige a ausência do outro.

Também a localização da única moradia Guarani na área piloto justo em frente a um grande abrigo arenítico pode ser entendida como uma aproximação, talvez não das pessoas, mas das coisas que apontam para elas. É uma ligação que eu estou propondo, baseada na forma como as evidências estão depositadas, e que necessita certamente de outros elementos para tornar-se uma explicação forte. Porém, muito da riqueza da experiência arqueológica do corpo no espaço é justamente uma forma de tentar perceber elos entre coisas, pessoas e lugares. No caso desta experimentação, em especial, por ser uma atividade apenas prospectiva, essa criação de elos é intencionalmente abusiva, criando o máximo possível de relações, das quais apenas sobre algumas será possível fortalecer a argumentação, agora e futuramente.

Como uma tentativa ainda embrionária de praticar outras formas de arqueologia, achei necessário explorar a fundo as possibilidades, até para tentar sentir

onde estavam as fragilidades, quais os caminhos mais difíceis, quais os elos mais fracos. Disso resultaram muitas idéias que apenas sugeri, sobre as quais tenho muito poucas informações que pudessem sustentá-las com mais segurança. Mas também foi esse impulso que permitiu criar uma explicação sobre a deposição de cultura material na área que parte de distinções presentes na materialidade, tornando-as – mesmo que apenas levemente – menos impostas.

Dentro desta pequena área piloto, os grupos caçadores coletores escolheram estruturas naturais destoantes como lugares para deixar marcas densas, como lugares para retornar seguidamente, como lugares para colocar seus mortos. Eles também escolheram manter-se em ambientes fechados, cercados por grandes e próximos morros, no interior do vale, onde o basalto é um elemento abundante e onde os rios correm ruidosos. É também um ambiente onde grupos ceramistas não habitam, ainda que por ali circulem, assim como também estes caçadores coletores circularam por outros ambientes, tanto mais considerando que estes são grupos etnograficamente com alta mobilidade (Rival 1996; Lee 1992; Borrero & Yacobaccio 1989; Sahlins 1983; Binford 1980).

Nas áreas baixas, nas calhas dos rios, os lugares que marcaram resultam de eventos rápidos, não se diferenciando muito uns dos outros, indicando que estes lugares têm grande continuidade, e que não foram destacados através da ação das pessoas. Contribui para isso a própria noção de paisagem em transformação enquanto caminha-se de um ponto para outro, bastante distinta da vista da paisagem a partir de um abrigo, totalmente limitada e direcionada. Ou seja, enquanto a céu aberto todos os lugares estão sempre ligados visualmente a outros lugares próximos, nos abrigos isso diminui, já que a vista deixa de ser circular. O mundo em movimento, nas partes baixas, é apenas escassamente marcado. O mundo mais estável, delimitado e encoberto nos abrigos, teve marcas mais claras. Uma exceção está no abrigo Jurema, mas o fato de estar no vale aberto poderia ser o início de uma explicação, faltando porém averiguar a deposição em outros abrigos nesta área.

Estes são grupos que colocam seus mortos no alto, e deixam seus ossos a mostra. É também uma forma de acompanhar sua decomposição, onde o pós-mortem segue acarretando transformações nas pessoas, nos seus corpos, nos seus ossos. Em dois abrigos funerários, e no LN-01, os mortos podem observar os vivos, e os vivos mantêm os mortos ao alcance dos olhos. Também em todos os lugares de mortos, o basalto está presente, seja visual ou materialmente, apontando para uma relação com essa rocha, que

de certa forma está para a terra como os ossos para o corpo (João Darcy de Moura Saldanha, diário-de-campo 07/02/2005).

Na área piloto, este é o mundo dominante. E, ainda que muito fragmentário, apresenta características particulares, tornando seus habitantes figuras mais concretas. Este mundo caçador coletor é local, ele está concretamente marcado nos lugares habitados por suas pessoas, e suas relações não são projeções de outros grupos, são elos observados a partir da sua própria cultura material – ainda que mostrados através do meu olhar, do meu pensar e do meu escrever.

#### I V . I I – T E R R A À V I S T A ! U M B A L A N Ç O A O F I M D A V I A G E M

Este é o fim da travessia. Passadas as tempestades e as calmarias, a terra já é visível, trazendo um misto de alegria e nostalgia. Neste momento, penso em tudo que passou e faço um balanço, buscando acertar rumos para uma próxima travessia. Não é este, afinal, o destino de toda produção científica, ser ao fim apenas a base para um novo começo?

Salientando sempre que esta experimentação partiu já de uma proposta limitante, a de fazer apenas prospecções na área de estudo, restringindo o potencial informativo ao que existe em superfície e ao que pode ser observado – das peças – de forma rápida e sem as condições especiais de laboratório (material limpo, lupa binocular, luz adequada, cadeira estofada e mesa, e – principalmente – tempo), para fazer este balanço é necessário manter isso em mente.

Como ressaltai deste o princípio, a aproximação entre teoria e prática foi um dos pilares em que me sustentei para criar a proposta, colocá-la em prática e trabalhar seus resultados. A arqueologia, como todas as disciplinas, é majoritariamente pensada e praticada sobre esta tensão, reforçando o distanciamento entre pólos que têm sido entendidos como opostos. O esforço que fiz ao longo desta experimentação foi um constante quebrar de condicionamentos e questionar sobre o que sabia, forçando-me a duvidar de todas divisões claras e precisas que pensava encontrar. Que eu não tenha conseguido ultrapassá-las completamente não torna o esforço menor, apenas aponta para as potencialidades de continuar tentando, avançando pouco a pouco não na direção de um conhecimento mais completo ou mais verdadeiro, apenas na direção escolhida.

Quando planejei as saídas de campo e defini a área piloto, pensava que este quadrado tão diminuto no mapa, com apenas 8km de lado, poderia ser percorrido quase que completamente. Lembrava das áreas muito superiores caminhadas em projetos de contrato, como linhas de transmissão de energia e barragens hidroelétricas. Porém, quando iniciei o campo, logo ficou claro que as distâncias entre o mundo cartográfico e o mundo real são imensas, e caminhar por toda a área não seria tarefa para esta dissertação, ao menos não da forma como planejava. O relevo acidentado dificultou ainda mais, ampliando de maneira significativa as distâncias e a própria área métrica. Ainda que houvesse previsto subir e descer muitos morros, a limitação das áreas agrícolas às terras baixas acabou definindo os espaços que percorri. A amostragem que obtive, portanto, é praticamente ignorante quanto ao que possa existir de cultura material pré-colonial depositada nas encostas e nas terras altas.

Houve momentos em que cogitei a idéia de fazer sondagens regulares em sub-superfície nas áreas florestadas, uma metodologia que entre nossa equipe do Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS havíamos praticado com ótimos resultados no Planalto, em áreas de potreiro. O dispêndio em tempo, já escasso para percorrer as áreas lavradas, e o esforço humano necessário para abrir picadas no mato subindo as encostas acabaram tornando esta uma alternativa fora de cogitação. Porém, esta é uma tarefa que ainda precisa ser feita.

Quando comecei a perceber a alta dispersão do material arqueológico nas áreas baixas, cheguei a lembrar com alívio o abandono desta idéia de sondagens pelo mato. Naquele momento, pensando de forma generalizante, transpus uma informação como se fosse uma hipótese certa para as encostas altas. Porém, como cansei de lembrar durante as temporadas de campo em que caminhávamos área atrás de área sem nada encontrar, a ausência de informação é também uma informação rica. Assim, sinto hoje falta de conhecer o que existe nestas áreas altas, um conhecimento que certamente tornaria as explicações mais detalhadas e mais fortes.

Assim, ainda que não tenha conseguido, continuo considerando essencial conhecer melhor estas terras altas. Infelizmente, o que conheço hoje sobre os vestígios arqueológicos na Barra do Ouro está muito condicionado pela ocupação atual que lá existe, muito condicionada pelo mundo moderno ocidental.

Os caminhos estão limitados às áreas baixas, seguindo nossa lei de custo-benefício, procurando as formas mais práticas para ligar dois pontos. Não há dúvida que estes também foram caminhos utilizados pelos ocupantes pré-coloniais, como está de

fato marcado pela deposição de seus vestígios, ainda que seguindo outras lógicas e habitando outros mundos. Porém, enquanto desconhecer o que existe acima, hoje coberto pelo mato como também deveria ser no passado remoto, as explicações continuarão presas a este eixo inferior do vale, certamente o eixo por excelência da nossa ocupação, mas talvez não o único para outras. Em especial, considerando a presença das cerâmicas Taquara, que podem ser oriundas de vales vizinhos, onde seus produtores estavam assentados, o trânsito sobre os morros deve ter exercido um papel importante. Estas distâncias que às vezes nos parecem intransponíveis, principalmente em frente a uma encosta de 900m, o são por condições menos físicas do que culturais. Um planejamento futuro exige esse esforço de entrar no mato, subir os morros e conhecer o que lá existe, seja material, seja visual. Afinal, como tentei demonstrar, também a vista é uma forma de posse.

Ainda sobre as faltas sentidas, enquanto escrevia essas linhas, voltei constantemente às fotos, aos desenhos e aos diários de campo. Apesar de ser uma documentação expressiva, senti falta de mais fotos, mais desenhos e mais descrições. Observei que meu empenho em registrar os lugares mais conhecidos foi bastante inferior à média, um resultado inconsciente da maior familiaridade, como se a proximidade e o reconhecimento então sentidos pudessem abster a concretização do registro. Uma forma de diminuir este impacto negativo seria estabelecer um itinerário básico sobre a percepção de todos lugares visitados, impedindo a ausência dos elementos mais fundamentais, como as vistas, o tamanho, as sensações, as vizinhanças... Penso, porém, que como maruja de primeira viagem sai-me bem, e estas faltas registradas puderam ser parcialmente sanadas pela memória ainda próxima.

Quanto ao registro em diário produzido pelos colaboradores, surpreendi-me com sua utilidade quando descrevia os lugares. Porém, constrangida em exigir de colegas algo que nem eu sabia ao certo como fazer, também senti neles a falta de informações mais detalhadas. Penso que em futuras práticas, também os colaboradores deveriam fazer um diário intenso, registrando todas e cada uma das áreas visitadas, o que ampliaria seu potencial informativo. Ressalto, no entanto, que a padronização dos diários vai contra a idéia de percepção do espaço através do corpo, uma tarefa sempre subjetiva. Assim, a idéia de um itinerário básico deve ser entendida como um ponto inicial desse registro, e não sua limitação.

Um instrumental fantástico que utilizei foi a produção dos desenhos dos lugares, que em campo não parecia tão importante quanto acabou tornando-se depois.

Com isso, restringi-me aos lugares que mais haviam me marcado, sentindo hoje a falta de outros desenhos. Os abrigos em especial, mesmo que tenham suas vistas limitadas, resultariam em desenhos interessantes, principalmente por serem mais altos, oferecendo vistas de outros ângulos. Para uma percepção mais clara da movimentação na e da paisagem, faltaram desenhos em alguns pontos de ligação entre lugares distintos, como entre o lugar Daltoé e o lugar Antonio. Penso que, para este fim, o ideal seria ter desenhos de lugares que sejam sempre visíveis entre si, o que acarretaria um trabalho enorme. Não estou certa ainda sobre sua recepção, já que a outra referência que tenho sobre sua utilização afirmava a dificuldade de outras pessoas fazerem sua leitura (Peterson 2003).

A principal falta, porém, é aquela que perpassa pela maior parte das pesquisas, a falta de tempo. Ainda que os 45 dias de campo tenham servido de forma favorável à inserção naquele espaço, outros 45 dias seriam necessários para percorrer todas as áreas abertas, e tanto outros ainda para andar pelas altas encostas. A experiência do corpo no espaço, apesar de ser direta, torna-se tanto mais rica quanto mais duradoura. Cada vez que voltava a um lugar, descobria mais detalhes, conhecia outros ângulos, apreendia mais um pouco dali. Isto é o habitar, é conhecer profundamente, é ter o mundo na palma da mão. E esta é uma forma de fazer pesquisa que sempre exigirá tempo, quanto mais, melhor.

Por fim, depois de destacar os pontos que devem ser alterados em experimentações futuras, enriquecendo esta prática arqueológica, reafirmo minha posição de buscar por práticas alternativas. Em uma época marcada pela pluralidade, mesmo que mais em discursos do que na ação, testar e procurar caminhos deveria ser uma constante. Ainda que minhas interpretações sejam ainda esboços primários, a busca por criá-las a partir de caminhos ainda pouco difundidos nestes mares indica que existe a possibilidade de fazer arqueologia de outras formas. É necessário experimentá-las, não porque resultem em melhores ou mais certos resultados, mas porque se não fizermos, jamais saberemos se o que fazemos hoje é tudo o que podemos fazer. Afinal, além da morte, a outra única certeza na vida é que as coisas mudam, e junto com elas parece que mudam também as paisagens, os lugares e até as pessoas...

## V – A C H E G A D A

*They say it's the last song,  
They don't know us, you see,  
It's only the last song,  
If we let it be...*

(Do filme 'Dançando no escuro', de Lars von Tries)

A chegada é um momento de euforia, que marca o fim de um processo.

Porém, colocar os pés em terra firme, depois de viajar procurando um porto desconhecido, por mais que signifique que a viagem está completa, gera certo estranhamento. Depois de tantos meses embarcada, em movimento, a sensação de parar tudo é, no mínimo, estranha.

Por anos, ouvi professores e colegas reclamando da dificuldade em finalizar mestrados e doutorados, mas só agora compreendo ao que se referiam. Colocar o ponto final, mesmo que na forma de sugestivas reticências, não é apenas afirmar que atrás dele está tudo o que deve estar. Assim seria mais fácil, sem dúvidas. O problema é o que ficou para frente do ponto final, aquilo que ainda precisava ser feito, o que precisava ser escrito, ser afirmado, ser mostrado, até o que ainda precisava ser pensado. Mas para o ponto final não há tréguas, e o que ficou para frente terá que se juntar em outro conjunto que ficará novamente preso atrás de um ponto final. Estas são as regras, e delas estava ciente deste o princípio.

Conformo-me, então, em pensar sobre o que deixei para trás deste ponto, pois afinal é sobre isso – e apenas isso – que dissertei aqui.

Além de uma inquietação própria de aprendiz, o que me levou a içar velas e partir nesta travessia foi uma vontade de experimentar. Teria sido mais fácil repetir o conhecido, refazer o já feito, continuar sobre o trilho; mas certamente não seria tão prazeroso, nem tão instigante.

No início tinha apenas uma proposta ingênua para entender uma dinâmica entre populações caçadores coletoras no vale do Rio Maquiné e as grandes variações ambientais ocorridas nos últimos milênios. O que propunha era a realização apenas do levantamento de sítios arqueológicos, sem nenhuma intervenção, o que simplesmente impossibilita qualquer estudo de dinâmica, já que o controle do tempo é inexistente. Felizmente, descobri essa incompatibilidade entre meios e fins a tempo. Ciente, então,

da necessidade de muitas datações para criar um esboço dessa dinâmica sócio-ambiental, escolhi ficar com os meios, e procurar outros fins.

Foi dessa compreensão que um levantamento arqueológico era uma forma muito limitada de produzir informações para explicar ocupações humanas que comecei, de fato, os preparativos dessa viagem. Logo ficou claro que estas limitações eram resultado de condicionamentos da disciplina, de regras pré-estabelecidas sobre o que pode ou o que não pode acontecer durante as práticas, em cada etapa deste jogo que é fazer ciência. Discutir estas regras, estas condições dadas, tornou-se uma forma de procurar quebrá-las, de buscar caminhos alternativos, mesmo que ainda dentro de brechas.

Rompendo com uma dicotomia que organizava de forma acentuada os fazeres e pensares em prática e teoria, em campo e laboratório, em registro e interpretação, encontrei um nicho por onde seguir. A aproximação entre arqueografia e arqueologia foi o que permitiu transformar um levantamento de ‘o que’ e ‘onde’ em uma experimentação interpretativa, que resultou – mesmo que muito fragmentária – em uma explicação sobre a relação de grupos caçadores coletores com seu ambiente, a forma como ali habitaram.

Este passo, um rompimento com as regras em voga na arqueologia do sul do Brasil, pressupõe uma mudança de discurso. Coloco-me, desta forma, dentro de uma linha pós-processual, ou interpretativa, em que tal distinção tem cada vez menos espaço. A ênfase sobre a interpretação, uma forma de recolocar o sujeito – passado e presente – dentro da produção científica, abriu à arqueologia como disciplina a possibilidade de lidar com todos os aspectos da vida social, que afinal deixaram de ser vistos como entidades isoladas ou isoláveis.

Posicionada em um outro lugar, antes de acertar o rumo achei necessário rever o que outras pessoas haviam produzido a partir de outros lugares sobre um objeto similar ao meu. Essa tentativa de ‘arqueologia do saber’ na arqueologia de caçadores coletores do sul do Brasil serviu-me para salientar quais caminhos não buscava traçar, quais explicações não pretendia seguir, quais conceitos não queria utilizar. E tornou ainda mais claro para mim que a validade dos discursos estava nos seus condicionamentos. O que fiz foi – longe de escapar de condicionamentos prévios – escolher outras regras, onde minha presença como sujeito ativa poderia ser salientada.

Estavam acertados os rumos, e iniciei a travessia.

Partindo de uma perspectiva chamada na literatura arqueológica de fenomenológica (Tilley 1994; Thomas 1996; Potter 2004), iniciei a prospecção na Barra do Ouro procurando sentir a experiência do corpo do espaço, que serviria então como uma aproximação aos antigos habitantes. Estar novamente sobre os mesmos lugares abre a possibilidade de olhar novamente as mesmas vistas, recriando no presente elos visuais que poderiam ser percebidos no passado. A partir desta busca por relações entre lugares e a paisagem, alguns elos tornaram-se mais recorrentes, contribuindo para fortalecê-los como elementos com significado para as explicações sobre a deposição da cultura material na área. Foi assim com a relação entre ceramistas-áreas abertas.

Após conhecer os lugares onde deixaram suas marcas, com maior ou menor intensidade, percebi que as áreas abertas, com as amplas planícies flúvias do curso médio e inferior do vale e suas encostas afastadas, foram preferidas para estabelecer casas do que o vale fechado do interior. Neste, entravam com outros propósitos, possivelmente em atividades esporádicas, dada a escassa presença de sua cerâmica característica. É possível que parte do material lítico presente no vale fechado tenha sido produzido por essas pessoas, mas sua dispersão e baixa quantidade não indicam um comportamento diferente.

A outra relação percebida, e que se fortaleceu ao longo da estadia em campo, foi entre caçadores coletores-vale fechado-basalto. Os abrigos foram os elementos iniciais dessa relação. Aqueles com marcas mais intensas estavam todos voltados para o interior, sem qualquer ligação, nem mesmo visual, com as áreas abertas ao sul. O único lugar a céu aberto marcado fortemente, ainda que em uma área aberta, estava voltado para o vale fechado, e posicionado sobre uma estrutura natural singular, um pequeno maciço basáltico junto ao rio, único em toda calha do Maquiné. Posteriormente, observei que também os abrigos funerários estabeleciam ligações com o basalto. Dois deles direcionavam suas vistas para paredes dessa rocha, e o terceiro tinha no seu interior um veio exposto, o que não foi observado em mais nenhum abrigo identificado na área.

Esses grupos caçadores coletores habitaram essa área por quase 6 mil anos, porém, sem o controle cronológico sua história tornou-se aqui achatada. Alguns poucos elementos sugerem que fizeram contato com grupos produtores de cerâmica Taquara, carregando estes vasilhames, ou seus fragmentos, a partir do litoral ou de encostas vizinhas, como no vale do Rio dos Sinos. Estes materiais estão dispersos na paisagem junto com poucas peças líticas, não apontando para contextos específicos de deposição.

Há certos elementos que permitem esboçar uma compreensão da forma como esses grupos percebiam o mundo e interagiam com ele, construindo o que chamei de ‘mundos particulares’. A partir da deposição da cultura material, tornou-se óbvio que a dicotomia natureza-cultura não se encaixava na forma como organizaram seus lugares.

Apenas sobre estruturas naturais destoantes deixaram marcas intensas, com grande quantidade e densidade de vestígios concretos, colocando em contradição o que é natural do que é cultural. Considero estas marcas fortes sobre lugares naturais um indício que a natureza não é um oposto, talvez até que tal separação não faça sentido, como ocorre com vários grupos ameríndios (Rival 2004; Viveiros de Castro 2002c; Descola 2002). Já para os outros lugares, dispersos sobre as áreas mais baixas, essa marcação concreta, ao menos a que se preservou até o presente, é bastante sutil. Aqui novamente natureza e cultura não parecem dissociados, como se a dicotomia inexistisse. Saliento, enfaticamente, que a percepção da ineficácia desta distinção sobre estes vestígios não é similar em nada à visão evolucionista, em que os grupos nativos estariam em estágios mais próximos à natureza do que nós, ou seja, atrasados (Leone & Little 1993; Trigger 1980).

Sobre a escolha dos lugares, consegui perceber através da experiência do corpo no espaço, que para os abrigos funerários, elas passam por alguns movimentos do corpo. Além de exigirem o olhar para cima quando se está em frente ao abrigo – apontando para uma relação entre morte-altura –, é também necessário para acessá-los transitar para a direita e depois para esquerda, por onde se entra no abrigo. Estes movimentos são os únicos possíveis para chegar até estes lugares de mortos a pé, indicando uma preocupação em repetir passos específicos para ali entrar. A restrição é tão intensa que qualquer pessoa, ciente ou não de sua existência, é obrigada a repeti-la. Esta é uma percepção nova sobre a vida – e a morte – destes grupos, possível apenas pela prática de uma arqueologia voltada para a percepção corporal das coisas, dos lugares e das paisagens.

Se há uma conclusão sobre essa experimentação que pratiquei, é que alterar idéias, hábitos e ações – ainda que exija maiores esforços – resulta em alterações na forma de explicar, compreender e perceber coisas-outras, materialidades-outras, quicá mundos-outras. Apesar de um tanto óbvia, foi preciso praticar essa mudança para acertar-me de seus resultados.

O que fiz nada mais foi do que ampliar limites, juntar idéias que estavam disponíveis e colocá-las em prática. Ao buscar nas restrições alguma positividade,

consegui fazer de um trabalho restrito uma plataforma para seguir adiante. Transformei uma simples prospecção em uma experimentação interpretativa, produzindo bem mais do que descrições quantitativas sobre ‘o que’ e ‘onde’, demonstrando que a separação entre teoria e prática está menos nas atividades do que nas mentes de seus atores. Da área pequena retirei o máximo que consegui, tornando suas curvas e seus volumes informações arqueológicas, que contribuíram significativamente para construir as explicações apresentadas. Da escassez de datas, incapacitando o controle do tempo, voltei-me ao espaço, tornando-o mais do que geometria ao registrá-lo a partir de meu ponto de vista, como pessoa carregada de subjetividade. Isto permitiu, por exemplo, a percepção do movimento da paisagem conforme movimentamos o corpo, tornando ainda mais saliente as vistas imobilizadas dos abrigos funerários: sem vida, a paisagem pára. E mesmo a escassez de vestígios arqueológicos, tão marcada a céu aberto, e duramente sentida pelos colaboradores, não impediu que interpretações ricas – ainda que fragmentárias – pudessem ser produzidas. Ampliar limites é simples. O difícil é decidir fazê-lo.

Para além das interpretações produzidas, sempre o resultado mais atrativo e mais discutido, gostaria de salientar o que esteve por trás delas. Como uma proposta de aproximação entre teoria e prática, esta prospecção necessariamente precisa ser discutida também pelo que foi feito, pelas ações que permitiram construir as explicações apresentadas.

A utilização de práticas oriundas de etapas posteriores da pesquisa, como a análise (ainda que muito superficial) e a plotagem individual de cada vestígio durante os caminhamentos, foi um passo importante para potencializar as informações, além de ser uma forma de fazer arqueologias não-destrutivas. Esse registro minucioso na prospecção permitiu obter uma visão bem definida sobre a deposição da cultura material nas áreas percorridas, inclusive indicando variações dessa deposição mesmo entre conjuntos muito similares. Este foi o caso do “campo de bifaces” no lugar Deoclides. Não fosse esse registro acurado de todas as peças identificadas em superfície, a diferença do padrão de organização do material lítico (com debitagem quase ausente) passaria, provavelmente, despercebida. Este é um sinal claro de que a forma usual de prospecção arqueológica limita expressivamente as informações que podem ser obtidas; sendo a mudança nesta prática uma alternativa interessante para ampliar nossa compreensão sobre todas as inúmeras áreas que não são escavadas nem coletadas nos momentos posteriores. Sem esta abertura a todo tipo de deposição de cultura material,

densa ou esparsa, as explicações produzidas tendem a refletir as concepções dos arqueólogos mais do que a materialidade real das coisas no mundo. Para quem procura fugir ao menos um pouco desta imposição do ‘nosso’ sobre o ‘deles’, este é um caminho possível.

Outro aspecto importante desta prática foi a inclusão da experiência sensorial do corpo no espaço. O que esta experimentação mostrou foi a riqueza desse tipo de informação para a compreensão da forma como antigos grupos habitaram seus mundos, apontando para suas concepções sobre os espaços e a maneira de estabelecer relações com eles. A produção das vistas circulares teve papel importante nesta prática, já que permitiu justamente o registro da topografia sensorial, contribuindo ativamente na percepção dos lugares.

Ao fim dessa travessia, encontrando um porto de chegada, observo que o barco resistiu. Talvez o porto não seja exatamente como planejava, talvez seja apenas uma miragem, um subterfúgio para olhar para trás e perceber o quanto percorri. É, de qualquer forma, uma marca de final. Mas o encaro como provisório, momento de recarregar os víveres e sentir o chão firme. É necessário fazer reparos, acertar novamente os rumos, observar as correntes.

Navegar é preciso.

## V I - B I B L I O G R A F I A

- ANDREFSKY, William. 1998. *Lithics: macroscopic approaches to analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ANDREWS, G.; BARRET, J.C. e LEWIS, J.S.C. 2000. Interpretation not record: the practice of archaeology. *Antiquity*. 74: 525-30.
- BARRETT, John C. 1996. The Living, the Dead and the Ancestors: Neolithic and Early Bronze Age Mortuary. In: PREUCCEL, Robert & HODDER, Ian (eds). *Contemporary Archaeology in Theory: A Reader*. Oxford/ Cambridge: Blackwell Publishers.
- BEHLING, Herrmann & NEGRELLE, Raquel. 2001. Tropical Rain Forest and Climate Dynamics of the Atlantic Lowland, Southern Brazil, during Late Quaternary. *Quaternary Research*. 56.
- BEHLING, Herrmann. 1995. Investigations into the Late Pleistocene and Holocene history of vegetation and climate in Santa Catarina. *Vegetation History and Archaeobotany*. 4: 127-152.
- \_\_\_\_\_. 1997. Late Quaternary vegetation, climate and fire history of the *Araucaria* forest and campos region from Serra Campos Gerais, Paraná State (South Brazil). *Review of Palaeobotany and Palynology*. 97: 109-121.
- \_\_\_\_\_. 1998. Late Quaternary vegetational and climatic changes in Brazil. *Review of Palaeobotany and Palynology*. 99: 143-156.
- \_\_\_\_\_. 2001. Vegetational and climate dynamics in southern Brazil during Late Quaternary times. *ABEQUA-Boletim de Resumos*. Mariluz, Imbé: VIII Congresso da ABEQUA.
- \_\_\_\_\_. 2002. South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*. 177: 19-27.
- BEHLING, Herrmann; BAUER, Soriara & NEVES, Paulo. 1999. Holocene Environmental changes from São Francisco de Paula region in southern Brazil. *Viiabequa-mgp002.pdf*. arquivo digital. Porto Seguro: VII Congresso da ABEQUA.
- BERGGREN, Asa & HODDER, Ian. 2003. Social practice, method and some problems of field archaeology. *American Antiquity*. 68 (3). 421-434.
- BINFORD, Lewis. 1980. Willow smoke and dog's tail: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*. V.43. N.1.
- \_\_\_\_\_. 1988 [1983]. *En busca del pasado*. Barcelona: Crítica.

- BORRERO, L. A. & YACOBACCIO, H.D. 1989. Etnoarqueología de asentamientos Aché: cazadores-recolectores del Paraguay oriental. *Journal de la Société de Americanistes*. N.75.
- BOWSER, Brenda J. 2004. Prologue: Towards an Archaeology of Place. *Journal of Archaeological Method and Theory*. Vol.11. N.1.
- BRADLEY, Bruce A. 1975. Lithic Reduction Sequences: a glossary and discussion. In: SWANSON, Earl (Ed.) *Lithic Technology: Making and Using Stone Tools*. Chicago: Mouton Publishers. pp:5-13.
- BRADLEY, Richard. 2000. *An Archaeology of Natural Places*. Londres/ Nova Iorque: Routledge.
- CABRAL, Mariana Petry. 2000. *Uma introdução à ocupação caçadora-coletora no período pré-colonial na área do Vale do Rio Maquiné*. Trabalho de Técnica de Pesquisa II. Porto Alegre: Dep. de História, IFCH, UFRGS. Datiloscrito.
- \_\_\_\_\_. 2001. Ocupação caçadora-coletora no Vale do Rio Maquiné (nordeste do RS): Estudo de caso de três sítios arqueológicos. *XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro: SAB.
- CAPRA, Fritjof. 1982. *O ponto de mutação*. São Paulo: Editora Cultrix.
- CARMAN, John. 1995. Interpretation, writing and presenting the past. In: HODDER, I. et al (ed). *Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past*. Londres: Routledge.
- CHADWICK, Adrian. 2003. Post-processualism, professionalization and archaeological methodologies. Towards reflective and radical practice. *Archaeological Dialogues*. 10 (1). 97-117.
- CHYMZ, I. (ed). 1966. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. *Manuais de Arqueologia*. N.1. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.
- CLARKE, David (ed). 1977. *Spatial archaeology*. Londres: Academic Press.
- CLARKE, David. 1973. Archaeology: The loss of innocence. *Antiquity*. V.47. N.01.
- COLLINS, Michael B. 1975. Lithic technology as a means of processual inference. In: SWANSON, Earl (Ed.) *Lithic Technology: Making and Using Stone Tools*. Chicago: Mouton Publishers. pp:15-34.
- COPÉ, S. M., ANGRIZANI, R. C. & SILVA, A. F. 2002 Estratégias de resgate arqueológico na área de implantação da LT 69 KV Santa Rosa – Santo Cristo, Rio Grande do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), *Revista do CEPA*, 26 (35/36): 122-144.
- COPÉ, Sílvia Moehlecke. 1985. *Aspectos da ocupação pré-colonial no vale do Rio Jaguarão-RS*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP.

- \_\_\_\_\_. 2003 Material arqueológico resgatado no canteiro de obras da margem esquerda do rio Pelotas / RS. In: CALDARELLI, S. (Org.) *Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS. Relatório final 2: salvamento arqueológico no canteiro de obras, margem direita e esquerda do rio Pelotas. Resultado dos trabalhos laboratoriais, Vol. 1.* Scientia Ambiental, Florianópolis.
- DALPIAZ, Sérgio Antonio. 2002/2003. *Maquiné: Capital gaúcha do verde.* Maquiné: Datiloscrito.
- DESCOLA, Philippe & PÁLSSON, Gísli. 1996. *Introduction.* In: DESCOLA, Philippe & PÁLSSON, Gísli (eds). *Nature and Society: Anthropological perspectives.* Londres/ Nova Iorque: Routledge.
- DESCOLA, Philippe. 2002. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. *Horizontes Antropológicos.* UFRGS. IFCH. PPGAS. Ano 8, n.18.
- DIAS, Adriana S. & HOELTZ, Sirlei. 1997. Proposta metodológica para o estudo das Indústrias Líticas no sul do Brasil. *Revista do Cepa.* Vol.21 N.25. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- \_\_\_\_\_. 2000. Estratégias para a Definição de um Perfil Tecnológico para as Tradições Pré-cerâmicas Sul-brasileiras. *Anais do IX Congresso da SAB.* Edição em hipertexto. Rio de Janeiro, Agosto 2000.
- DIAS, Adriana S. 1994. *Repensando a Tradição Umbu a partir de um Estudo de Caso.* Dissertação de Mestrado. PUCRS/IFCH/PPGH.
- \_\_\_\_\_. 1999. Painel dos últimos trinta anos de pesquisas arqueológicas dos caçadores coletores do sul do Brasil. *Revista do CEPA.* v.23. n.29. Santa Cruz do Sul.
- \_\_\_\_\_. 2002. Modelos de mobilidade e sistema de assentamento e suas implicações para o estudo das sociedades caçadoras coletoras do sul do Brasil. *Revista do CEPA.* v.26. n.35/36. Santa Cruz do Sul.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.* Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP.
- DUNNELL, Robert C. & DANCEY, Willian S. 1983. The Siteless Survey: A Regional Scale Data Collection Strategy. In: SCHIFFER, Michael (ed). *Advances in Archaeological Method and Theory.* Vol.6. Nova Iorque: Academic Press.
- GALLANT, 1986. 'Background noise' and site definition: a contribution to survey methodology. *Journal of Field Archaeology.* Vol. 13: 403-418.
- GERHARDT, Cleyton; TROIAN, Leticia C.; GUTIERREZ, Luciano M.; MAGALHÃES, Rodrigo G.; GUIMARÃES, Leonardo A.; FERREIRA, Luciane O. & ANDRADE MIGUEL, Lovois de. 2000. *Caracterização do Meio Rural do Município de Maquiné-RS: Subsídios para um Desenvolvimento Rural Sustentável.* Porto Alegre: ANAMA/ PPG Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS)/ Pref. Mun. de Maquiné.

- GOLDHAHN, J. 2002. Roaring rocks: An Audio-Visual Perspective on Hunter-Gatherer Engravings in Northern Sweden and Scandinavia. *Norwegian Archaeological Review*. Vol. 35, nº 1.
- GRIMSHAW, L. & COWARD, F. 2004. Hunter-Gatherers in Early Prehistory. *TAG 2004* (resumos).  
[www.glasgow.ac.uk/departments/archaeology/tag/sessions/3E.html](http://www.glasgow.ac.uk/departments/archaeology/tag/sessions/3E.html) .
- GRIMSHAW, L. 2004. Upper Paleolithic social colonization and Lower Paleolithic biological dispersal? A consideration of the nature of movements into Europe during the Pleistocene. *TAG 2004* (resumos).  
[www.glasgow.ac.uk/departments/archaeology/tag/sessions/3E.html](http://www.glasgow.ac.uk/departments/archaeology/tag/sessions/3E.html) .
- HEYERDAHL, Thor. 1951. *A expedição Kon-Tiki – 8.000 km numa jangada através do Pacífico*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- HILBERT, Klaus. 1994. Caçadores-coletores Pré-históricos no Sul do Brasil: um Projeto para uma Redefinição das Tradições Líticas Umbu e Humaitá. In: FLORES, Moacyr (org.). 1994. *Negros e índios: história e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 219 p.
- HODDER, Ian & ORTON, Clive. 1990 [1976]. *Análisis especial en arqueología*. Barcelona: Editora Crítica.
- HODDER, Ian. 1987. The Meaning of Discard: Ash and Domestic Space in Baringo. In: KENT, Susan (ed). *Method and Theory for Activity Areas Research – An Ethnoarchaeological Approach*. New York: Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. 1990. Style as a historical quality. In: CONKEY, M. & HASTORF, C (ed). *The uses of style in archeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1992. *Theory and practice in archaeology*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 1992b. Writing Archaeology: Site Reports in Context. In: HODDER, I. *Theory and practice in archaeology*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 1994 [1986]. *Interpretación en Arqueología – Corrientes actuales*. Barcelona: Crítica.
- \_\_\_\_\_. 1997. ‘Always momentary, fluid and flexible’: towards a reflexive excavation methodology. *Antiquity*. 71: 691-700.
- \_\_\_\_\_. 2000. Introduction: A Review of Contemporary Theoretical Debates in Archaeology. In: HODDER, I. (ed). *Archaeological Theory Today*. Cambridge/Oxford: Polity/ Blackwell.
- HOEHLIG, Silke; ASHRAF, Rahman; MOSBRUGGER, Volker & ROSENBERG, Ari. 2001. Reconstructing late Holocene climatic and vegetational development in S Brazil: a 3.300 year pollen record from Aparados da Serra National Park. *ABEQUA-Boletim de Resumos*. Mariluz, Imbé: VIII Congresso da ABEQUA.

- HOELTZ, S. E. & BRÜGGEMANN, A. A. 2003. Análise das indústria líticas da margem direita do rio Pelotas da UHE Barra Grande. In: CALDARELLI, S. (Org.) *Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS. Relatório final 2: salvamento arqueológico no canteiro de obras, margem direita e esquerda do rio Pelotas. Resultado dos trabalhos laboratoriais, Vol. 1.* Scientia Ambiental, Florianópolis.
- HOELTZ, Sirlei E. 1995. *As Tradições Umbu e Humaitá: releitura das Indústrias Líticas das Fases Rio Pardinho e Pinhal através de uma Proposta Alternativa de Investigação.* Dissertação de Mestrado. PUCRS, IFCH, CPGH.
- \_\_\_\_\_. 1999. Estudo de coleções líticas: limites e possibilidades. *Revista do CEPA*. v.23. nº 29. Santa Cruz do Sul.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Tecnologia Lítica: uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias líticas do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos.* Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS/ FFCH/ PPGH.
- IBGE. 1986. *Levantamento de recursos naturais. Folhas SH.22 Porto Alegre e parte das folhas SH.21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim.* Vol.33. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geologia e Estatística.
- INGOLD, Tim. & KURTTILA, T. 2000. Perceiving the Environment in Finnish Lapland. *Body and Society*. V. 6(3-4). SAGE Publications.
- INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill.* Londres: Routledge.
- JACOBUS, André L. 2000. *Caçadores coletores na mata Atlântica: um estudo de caso na região hidrográfica da Bacia do lago Guaíba e Planície Litorânea adjacente (RS).* Memorial de Qualificação - Doutorado. USP.
- \_\_\_\_\_. 2005. Uma proposta para a práxis em Zooarqueologia do Neotrópico: o estudo de arqueofaunas do abrigo Dalpiaz, um sítio de caçadores-coletores na Mata Atlântica. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul (no prelo).
- JONES, Siân. 1997. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present.* London/New York: Routledge.
- KERN, Arno Alvarez. 1982. Le précéramique du plateau sud-brésilien. *Publicações Avulsas*. Nº1. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_. 1983/84. Variáveis para a definição e a caracterização das tradições pré-cerâmicas Humaitá e Umbu. *Revista do IFCH/UFRGS*. Ano XI/ XII.
- \_\_\_\_\_. 1985. Sondagens no sítio arqueológico de Xangrilá: uma experiência didática em arqueologia de salvamento. *Revista do IFCH/UFRGS*. N.13. Porto Alegre.

- KERN, Arno A.; LA SALVIA, Fernando e NAUE, Guilherme. 1985. Projeto Arqueológico do Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul: o sítio arqueológico de Itapeva, Município de Torres. *Veritas*. Vol.30. N.120. Porto Alegre. pp:571-585.
- KNAPP, A.B. & ASHMORE, W. 1999. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, W. e KNAPP, A.B. (ed) 1999. *Archaeologies of landscape: contemporary perspectives*. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- LATOUR, Bruno. 1994 [1991] *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LEE, Richard. 1992. Art, science or politics? The crisis in hunter-gatherer studies. *American Anthropologist*. V.94. N.1.
- LEONE, Mark P. & LITTLE, Barbara J. 1993. Artifacts as Expressions of Society and Culture: Subversive Genealogy and the Value of History. In: LUBAR, Steven & KINGERY, David. *History from Things – Essays on Material Culture*. Washington/ Londres: Smithsonian Institution Press.
- LIMA, Tânia Andrade. 2002. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. v.XXVIII, n.2.
- LOUZADA, Jussara [FERRARI]. s./d. *A adaptação dos ceramistas a ambientes litorâneos, RS*. Datiloscrito.
- \_\_\_\_\_. s./d. *O homem pré-histórico no litoral norte, RS, Brasil*. Datiloscrito
- \_\_\_\_\_. s./d. *'Sambaquis lacustres' do litoral norte, RS*. Datiloscrito.
- MARTINS, Débora Pinto; VERDUM, Roberto & POTTER, Paul Edwin. 2001. Gênese e evolução da drenagem e do escarpamento no vale do Três Forquilhas. *ABEQUA-Boletim de Resumos*. Mariluz, Imbé: VIII Congresso da ABEQUA.
- MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. 1957. Archaeological investigations at the mouth of the Amazon. *Bulletin* (167). Washington: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution.
- MILLER, Eurico Th. 1969. Resultados preliminares das escavações na sítio pré-cerâmico RS-LN-01: Cerrito Dalpiaz (abrigo-sob-rocha). *Iheringia*. Antropologia 1. Porto Alegre. pp:43-112.
- \_\_\_\_\_. 1969b. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. *Publicações Avulsas*, 10. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi..
- \_\_\_\_\_. 1971. Pesquisas arqueológicas efetuadas no planalto meridional, Rio Grande do Sul. *Publicações Avulsas*, 15. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- \_\_\_\_\_. 1974. Pesquisas arqueológicas em abrigos-sob-rocha no nordeste do Rio Grande do Sul. *Publicações Avulsas*, 26. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

- MUELLER, J.W. (ed) 1975. *Sampling in archaeology*. Tucson, Arizona: University of Arizona Press.
- NEVES, Walter. 1984. A evolução do levantamento arqueológico na Bacia do Alto Guareí, SP. *Revista de Pré-História*. Vol. VI. São Paulo: USP.
- O'BRIEN, Michael J.; LYMAN, R.Lee; SCHIFFER, Michael Brian. 2005. *Archaeology as a process: processualism and its progeny*. Salt Lake City: The University of Utah Press.
- PETERSON, Rick. 2003. William Stukeley: an eighteenth-century phenomenologist? *Antiquity*. Vol.77. N. 296.
- PLOG, Stephen; PLOG, Fred & WAIT, Walter. 1978. Decision making in modern survey. In: SCHIFFER, M. (ed). *Advances in Archaeological Method and Theory*. Vol.1. Nova Iorque: Academic Press.
- POTTER, James M. 2004. The creation of person, the creation of place: hunting landscapes in the American Southwest. *American Antiquity*. V.69. N.2.
- POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. 1997 [1995]. *Teorias da etnicidade (seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- PREUCCEL, Robert & HODDER, Ian. 1996. Material Symbols. In: PREUCCEL, Robert & HODDER, Ian (eds). *Contemporary Archaeology in Theory: A Reader*. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers.
- PRIETTO, Aldo; Maria Lorscheitter & Silvina Stutz. 1999. Holocene vegetation changes in relation to the coastal evolution in Buenos Aires Province (Argentina) and Rio Grande do Sul (Brazil). *Viiabequa-zco040.pdf*. arquivo digital. Porto Seguro: VII Congresso da ABEQUA.
- PROUS, A. 1992. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília.
- RAMBO, Balduino. 1956 [2000]. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.
- READ, Dwight W. 1986. Sampling procedures for regional surveys: a problem of representativeness and effectiveness. *Journal of Field Archaeology*. Vol.13. N.1.
- REDMAN, C.L. 1973. Multistage fieldwork and analytical techniques. *American Antiquity*. N. 38: 61-79.
- REIS, J.A.dos. 2003. “Não pensa muito que dói”: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/ UNICAMP.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. 1979. Indústrias líticas do sul do Brasil: Tentativa de esquematização. *Veritas*. Ano 24, Nº 96.
- \_\_\_\_\_. 1991. Arqueologia do vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*. Vol.18, N. 21. Santa Cruz do Sul.

- RICHARDS, Collin. 1996. Henges and water: towards an elemental understanding of monumentality and landscape in late Neolithic Britain. *Journal of Material Culture*. Vol.1. N.3.
- RIVAL, Laura. 1996. Blowpipes and spears: the social significance of Huaorani technological choices. In: DESCOLA, Philippe & PÁLSSON, Gísli (eds). *Nature and Society: Anthropological perspectives*. Londres/ Nova Iorque: Routledge.
- ROGGE, Jairo H. 2004. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, PPGH. Tese de Doutorado
- SAHLINS, Marshall. 1983. *Economía de la Edad de Piedra*. Barcelona: Akal Editor.
- \_\_\_\_\_. 1994 [1982]. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SALDANHA, João Darcy de Moura & COPÉ, Sílvia Moehlecke. 1999. Implicações de estudos estilísticos para a arqueologia do Planalto Sul-Riograndense: um estudo das fases Taquara e Guatambu. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul. v.23, n.29.
- SANTOS, Boaventura de Souza. 1988. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*. USP. V.2, nº2. pp: 46-71.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. 1958. Paradeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). *Pesquisas*. n.12.
- \_\_\_\_\_. 1978. Industrias líticas en el sur de Brasil. *Estudos Leopoldenses*. Ano XIII. v.14, nº44. São Leopoldo: UNISINOS.
- \_\_\_\_\_. 1984. Caçadores e coletores do Sul. *Caçadores e coletores da pré-história do Brasil*. São Leopoldo: IAP-UNISINOS.
- SCHMITZ, P.I.; BECKER; LA SÁLVIA; LAZAROTTO & RIBEIRO. 1988. Pesquisas sobre a tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. *Documentos 02*. São Leopoldo: IAP-UNISINOS.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; et al. 2002. O projeto Vacaria: casas subterrâneas do Planalto Rio-Grandense. *Pesquisas*. Antropologia, nº58.
- SHANKS, Michael & HODDER, Ian. 1995. Processual, postprocessual and interpretive archaeologies. In: In: HODDER, I. et al (ed). *Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past*. Londres: Routledge.
- SHANKS, Michael & McGUIRE, Randall. 1996. The craft of archaeology. *American Antiquity*. V.61. N.1. (versão digital disponível no site [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br))
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher. 1987. *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press.

- \_\_\_\_\_. 1992 [1987]. *Re-Constructing Archaeology – Theory and Practice*. (2ª edição). Routledge: Londres/ Nova Iorque.
- SHOTT, Michael J. 1994. Size and form in the analysis of flake debris: review and recent approaches. *Journal of Archaeological Theory and Method*. Vol.1. N.1. pp:69-110.
- SNEAD, J. e PREUCEL, R.W. 1999. The ideology of settlement: Ancestral Keres landscapes in Northern Rio Grande. In: ASHMORE, W. e KNAPP, A.B. (ed) 1999. *Archaeologies of landscape: contemporary perspectives*. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- SULLIVAN, A.P.e ROZEN, K.C. 1985. Debitage analysis and archaeological interpretation. *American Antiquity*. Vol.55. pp:755-779.
- TAG. 1998. Re-conceiving archaeological fieldwork. *Programme*.
- \_\_\_\_\_. 2002. People, Places and Things: Recontextualizing the Landscape. *Programme*.
- THOMAS, D.H. 1975. Nonsite sampling in archaeology: up the creek without a site?. In: MUELLER, J.W. (ed.) *Sampling in archaeology*. Tucson, Arizona: The University of Arizona Press.
- THOMAS, Julian & TILLEY, Christopher. 1993. The Axe and the Torso: Symbolic Structures in the Neolithic of Brittany. In: TILLEY, C. (ed). *Interpretive Archaeology*. Providence/ Oxford: Berg.
- THOMAS, Julian. 1993. Discourse, Totalization and ‘The Neolithic’. In: TILLEY, C. (ed). *Interpretive Archaeology*. Providence/ Oxford: Berg.
- \_\_\_\_\_. 1995. Where are we now? Archaeological Theory in the 1990’s. In: UCKO, P. (ed). *Theory in Archaeology – A world perspective*. Londres/ Nova Iorque: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Time, Culture and Identity – An interpretative archaeology*. Londres/ Nova Iorque: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 1999. A materialidade e o social. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento 3. São Paulo.
- TILLEY, Christopher. 1989. Archaeology as socio-political action in the present. In: WYLIE, A. & PINSKY, V.(ed) *Critical traditions in contemporary archaeology: Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- \_\_\_\_\_. 1989b. Interpreting material culture. In: HODDER, Ian (ed). *The Meanings of Things: Material Culture and Symbolic Expression*. Londres: Harpers Collins Academic.

- \_\_\_\_\_. 1990. Michel Foucault: Towards an Archaeology of Archaeology. In: TILLEY, Christopher (ed). *Reading Material Culture: Structuralism, Hermeneutics and Post-Structuralism*. Oxford: Basil Blackwell.
- \_\_\_\_\_. 1993. Interpretation and a Poetics of the Past. In: TILLEY, C. (ed). *Interpretive Archaeology*. Providence/ Oxford: Berg.
- \_\_\_\_\_. 1994. *A phenomenology of landscape. Places, paths and monuments*. Oxford: Berg.
- \_\_\_\_\_. 1996. *An Ethnography of the Neolithic: Early Prehistoric Societies in Southern Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press/ The Press Syndicate of the University of Cambridge.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Metaphor and Material Culture*. Oxford: Blackwell.
- \_\_\_\_\_. 2000. Thinking Places (review of 'An Archaeology of Natural Places' by Richard Bradley). *Cambridge Archaeological Journal*. pp: 130-131.
- \_\_\_\_\_. 2004. Mind and Body in Landscape Research. *Cambridge Archaeological Journal*. 14:1, 77-80.
- TRIGGER, Bruce. 1980. Archaeology and the image of American Indian. *American Antiquity*. 45: 662-676.
- \_\_\_\_\_. 1992. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- UCKO, Peter. 1995. Archaeological interpretation in a world context. In: UCKO, P. (ed). *Theory in Archaeology – A world perspective*. Londres/ Nova Iorque: Routledge.
- VEYNE, Paul. 1987. Teorias, tipos, conceitos. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. O nativo relativo. *Mana*. v.8 (1). (versão digital disponível no site [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br))
- \_\_\_\_\_. 2002b. Imagens da natureza e da sociedade. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- \_\_\_\_\_. 2002c. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- WAGNER, Gustavo Peretti. 2004. *Ceramistas pré-coloniais do litoral Norte*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS/ FFCH/ PPGH.
- WÜST, Irmhild. 1990. *Continuidade e mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado. São Paulo/ Goiânia: Dep. de Antropologia, FFLCH, USP.

WYLIE, Alison. 1989. Introduction: socio-political context. In: WYLIE, A. & PINSKY, V.(ed) *Critical traditions in contemporary archaeology: Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

\_\_\_\_\_. 2002. *Thinking from things: Essays in the Philosophy of Archaeology*. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)